

Dimensões

Revista de História da Ufes

40

2018

DOSSIÊ

A trajetória
da cidade na História



NPIH

PPGHIS
UFES



HISTÓRIA
UFES

ISSN 2179-8869

ISSN 2318-9304

Dimensões

Revista de História da Ufes

Conselho editorial

Patrícia Merlo (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Felipe Fernandes Cruz (Tulane University, EUA)

Maria Cristina Dadalto (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Conselho consultivo

Alexandre Avellar (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Angelo Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Angelo Priori (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Dulce Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fabiana de Souza Fredrigo (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

Fernando Nicolazzi (Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Brasil)

Francisca Nogueira Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Gizlene Neder (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Herbert S. Klein (Columbia University, United States of America)

Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa, Portugal)

José Carlos Reis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Luiz Fernando Saraiva (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Manolo Garcia Florentino (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Márcio Seligman-Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marco Antônio Lopes (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Marcos Luiz Bretas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Maria Beatriz Nader (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Elisa Noronha de Sá (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Miguel Suarez Bosa (Universidade de Las Palmas en Gran Canaria, España)

Miliandre Garcia (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Norberto Luiz Guarinello (Universidade de São Paulo, Brasil)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Quentin Skinner (University of Cambridge, England)

Renan Friguetto (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Ricardo de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Stefano Gasparri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Editores, revisão técnica e capa

Lucas Onorato Braga (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Revisão

Os autores

Realização

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari n. 514, 2º andar IC-3, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910. Tel.: 55 27 4009-2507. E-mail: revistadimensoes@gmail.com

Objetivo

Dimensões – Revista de História da Ufes é um periódico semestral voltado para a publicação de artigos inéditos e resenhas de autoria de mestres, doutorandos e doutores. Os artigos são agrupados em dossiês ou temas livres. Mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, a revista foi fundada em 1990 como *Revista de História*, tendo permanecido com esse nome até 2000, quando foi renomeada para *Dimensões – Revista de História da Ufes*, mas preservando o mesmo ISSN (1517-2120). Em 2010, com o propósito de facilitar a difusão do conhecimento científico, *Dimensões* passou a ser veiculada exclusivamente por meio eletrônico, com livre acesso por parte dos usuários. Em 2011, um novo ISSN foi atribuído à *Dimensões*: 2179-8869. Atualmente, a revista se encontra classificada como B2 no *Qualis* de periódicos elaborado pela Capes. A principal missão de *Dimensões* é divulgar a produção intelectual de pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com profissionais do exterior. A revista apresenta ainda uma notável abertura transdisciplinar, acolhendo contribuições de diversas áreas das Ciências Humanas além da História.

Ficha catalográfica

Dimensões - Revista de História da Ufes. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/ Programa de Pós-Graduação em História, volume 40, junho, 2018, 378p.

Semestral
ISSN 2318-9304

1. História - Periódicos

CDU 93/99

Dossiê

A trajetória da cidade na História

- 7 Apresentação
Gilton Luis Ferreira, Giovanilton André Carretta Ferreira e Leandro do Carmo Quintão
- 11 A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal)
Maria do Carmo Franco Ribeiro e Manuela Martins
- 39 As Cidades na História: percursos críticos
Lucia Elena Pereira Franco Brito
- 65 As Cidades Contemporâneas e Suas Transformações
Gerson Constância Duarte, Maria da Penha Smarzarzo Siqueira e Maurizete Pimentel Loureiro Duarte
- 87 Cidades e Oligarquias: o caso de Vitória/ES na Primeira República,
Gilton Luis Ferreira, Leandro do Carmo Quintão e Tânia Maria de Araújo
- 109 Vitória do Futuro (1996-2010): marco e difusor do planejamento estratégico de cidades no estado do Espírito Santo, Brasil
Giovanilton André Carretta Ferreira e Glauco Bienenstein

Artigos

- 133 Relações Internacionais Americanas: a América do Sul e o Brasil
Micael Alvino da Silva
- 151 A Comarca de Ilhéus na ótica do Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa (1797-1823)
Ana Paula dos Santos Lima
- 173 “Os índios do Planalto Paulistano sob a perspectiva das autoridades de São Paulo (1828-1834)”
Larissa Biato Azevedo

- 199 A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de São Paulo
Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme
- 224 Crise, conceito, qualidade e constitucionalização no Brasil – A democracia no século XXI
Tiago Dalla Corte e Thaís Dalla Corte
- 253 Os discursos da imprensa sobre as Paradas LGBT do Rio de Janeiro e de São Paulo de 1995 a 2010
Ana Claudia Condeixa de Araujo
- 276 Apagando o “império do despotismo até seus últimos vestígios”
Flávio José Gomes Cabral

Dossiê

A trajetória da cidade na História

Apresentação

Uma relação indissociável entre espaço e sociedade

A invenção da cidade encontra-se em tempos imemoriais, mas a sua trajetória pelos tempos históricos deixou evidências que muito tem a nos contar sobre os espaços urbanos e a vida em seus domínios, na longa duração. Elas estão presentes nos vestígios arqueológicos, nas representações artísticas, nas obras literárias, na fotografia, nos estudos, planos e projetos, nos documentos oficiais, entre tantas outras formas de registro sobre os quais debruçam-se pensadores de múltiplas áreas do conhecimento, com seus métodos e procedimentos específicos, na tentativa de desvendar o fenômeno urbano. Esses elementos formam as utensilagens que irão contribuir para a análise historiográfica das cidades.

Polissêmica, a cidade possibilita diversas formas de leitura. Para interpretá-la podemos observá-la por diferentes ângulos, ora privilegiando aspectos físicos e morfológicos, ora os aspectos da paisagem e da evolução urbana, ou ainda da sua rede de infraestrutura, materiais e técnicas de construção. Também podemos fazê-lo pelo viés das estruturas e relações sociais, dos processos identitários ou das sociabilidades urbanas; por meio dos movimentos sociais, ou pelo viés da política, da economia, da cultura, entre tantos outros aspectos possíveis.

Sempre buscando o equilíbrio entre a análise espacial e os aspectos sociais da vida urbana, considerando a cidade como fruto da ação inventiva do homem e inserida na ordem social do seu tempo histórico, o leitor poderá identificar, no decorrer desta edição, que a relação estabelecida entre a cidade fisicamente edificada e aquela socialmente construída sempre foi de permanente diálogo, o que fortalece nossa opção de leitura da cidade, articulando a relação espaço/sociedade como fator fundamental na captura e na interpretação da sua história social.

Abrindo o Dossiê “*A Trajetória da Cidade na História*”, temos o artigo da professora do Departamento de História, Maria do Carmo Franco Ribeiro e da professora catedrática Manuela Martins, ambas do Instituto de Ciências

Sociais da Universidade do Minho (UMinho/Portugal). Em *A Cidade nas Encruzilhadas da História: evolução urbana de uma cidade com 2.000 anos – Braga, noroeste de Portugal* – analisam o percurso histórico daquela cidade através da caracterização das grandes etapas de consolidação urbana que conheceu desde a sua gênese, no período romano, até à atualidade. As autoras colocam em perspectiva os mecanismos históricos responsáveis pelas continuidades e/ou descontinuidades urbanas registadas na evolução diacrônica da paisagem urbana bracarense, bem como as condições particulares que têm permitido os resultados alcançados com o seu estudo, potencializados pela variedade de fontes disponíveis que permitem documentar as sucessivas transformações urbanísticas e arquitetônicas, bem como pelo fato da cidade ter se desenvolvido ao longo das suas grandes etapas ocupando/reutilizando, de forma parcial ou integral, áreas anteriormente urbanizadas.

No segundo artigo, *As Cidades na História: percursos críticos*, a pesquisadora Lucia Elena Pereira Franco Brito recupera experiências urbanas significativas na história ocidental, tomando como referências autores clássicos como Lewis Mumford, Jean Pierre Vernant, Jacques Le Goff, Georg Simmel e Walter Benjamin, bem como estudiosos contemporâneos. No centro das atenções estão as relações entre as formas de poder e a constituição das formas urbanas. São consideradas as características móveis, transitórias, fugidias a que estão submetidas as experiências individuais e coletivas nas cidades.

Em *As Cidades Contemporâneas e Suas Transformações*, os professores pesquisadores Gerson Constância Duarte, Maria da Penha Smarzaró Siqueira e Maurizete Pimentel Loureiro Duarte afirmam que o estudo sobre a cidade possibilitou ao homem um conhecimento maior sobre as diferenças e os conflitos que nela e dela emergem, assim como permitiu que a historiografia demonstrasse, através da evolução da economia, da política, da sociedade e de sua cultura, as transformações que impulsionaram o desenvolvimento urbano. Revisitando conceitos e categorias de análise, refletem sobre as origens e as principais transformações do espaço urbano e de suas sociedades. Na complexa trama socioespacial, abordam a questão da violência como um fenômeno social tradicionalmente enraizado no ambiente urbano.

Os dois últimos artigos lançam olhares interpretativos sobre a cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Gilton Luís Ferreira, professor do mestrado profissional em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável da UFES, Leandro do Carmo Quintão, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) e a pesquisadora Tânia Maria de Araújo, em *Cidades e Oligarquias: o caso de Vitória/ES na Primeira República*, confrontam dois conceitos distintos com origem em realidades semelhantes. “Antiurbanismo oligárquico”, de Renato Lessa (2003), que relaciona a modernização urbana do Rio de Janeiro, do início do século XX, ao ódio que as oligarquias tinham à desordem intrínseca da cidade, o que lhes motiva a adotarem uma postura antiurbana em sua reforma. E o conceito de “urbanismo oligárquico”, defendido pelos autores, por meio da análise do caso da modernização da cidade de Vitória/ES, no mesmo período, onde as oligarquias trabalharam com a lógica de afirmação regional da cidade, reinventaram o espaço público, a forma de sua apropriação e os hábitos da vida coletiva. Tudo isso amparado por uma poderosa teia jurídica que reforçava e legitimava as contradições sociais. Fechando o Dossiê, no artigo *Vitória do Futuro (1996-2010): marco e difusor do planejamento estratégico de cidades no estado do Espírito Santo, Brasil*, os arquitetos e professores Giovanilton André Carretta Ferreira – da Universidade de Vila Velha (UVV), Glauco Bienenstein – da Universidade Federal Fluminense e o pesquisador do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) Pablo Lira fazem uma reflexão sobre as transformações geradas ou intensificadas pelo processo de globalização na organização do território e nas formas de planejamento e gestão de cidades. Discutindo em que medida este “novo” ideário – advindo da intensificação das políticas neoliberais no Brasil – foi incorporado ao planejamento e a gestão da cidade de Vitória, na década de 1990, procuram demonstrar algumas das transformações ocorridas no planejamento urbano brasileiro, por meio da análise da pioneira experiência de planejamento estratégico de Vitória, na última década do século XX.

Assim, o Dossiê “*A Trajetória da Cidade na História*”, segue a tradição da Revista Dimensões promovendo a articulação regional e as parcerias internacionais no intuito de consolidar o periódico como um espaço plural de divulgação do conhecimento científico. Aos colegas e autores,

agradecemos a distinta colaboração. Aos leitores, ofertamos uma pequena, porém importante contribuição ao entendimento daquela que se constituiu, senão a principal, a mais complexa criação do homem: a cidade! Desejamos uma boa viagem a tempos e escalas distintas do universo urbano ao qual se lançaram deferentes pesquisadores. Obrigado e boa leitura!

Gilton Luis Ferreira
Giovanilton André Carretta Ferreira
Leandro do Carmo Quintão
Organizadores.

A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal)

MARIA DO CARMO RIBEIRO¹
Universidade do Minho

MANUELA MARTINS²
Universidade do Minho

Resumo: Este trabalho analisa o percurso histórico da cidade de Braga, através da caracterização das grandes etapas de consolidação urbana que a cidade conheceu desde a sua génese, no período romano, até à atualidade. Pretende igualmente colocar em evidência os mecanismos históricos responsáveis pelas continuidades e/ou descontinuidades urbanas registadas na evolução diacrónica da paisagem urbana bracarense, bem como as condições particulares que têm permitido os resultados alcançados com o seu estudo, potenciados pela variedade de fontes disponíveis que permitem documentar as sucessivas transformações urbanísticas e arquitetónicas e pelo facto da cidade se ter desenvolvido ao longo das suas grandes etapas, ocupando/ reutilizando, de forma parcial ou integral, áreas anteriormente urbanizadas.

Palavras-chave: Cidades históricas; Braga (Noroeste de Portugal); Evolução diacrónica.

Abstract: This paper analyzes the historical development of the city of Braga, through the characterization of the great phases of urban consolidation that the city knew from its origin, in the Roman period, until the present time. It also seeks to highlight the historical mechanisms responsible for the urban continuities and / or discontinuities recorded in the diachronic evolution of the urban landscape of Braga, as well as the particular conditions that have allowed the results achieved with its study, favored by the variety of available sources to document the successive urban and architectonic transformations and by the fact the city has developed along its main periods, occupying / reusing partially or fully the previously urbanized areas.

Key words: Historical cities; Braga (Northwest Portugal); Diachronic urban development.

Recebido em 06/03/2018 e aceito em 14/04/2018.

1 Professora Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora integrada do centro de investigação Lab2PT/UMinho mribeiro@uam.uminho.pt.

2 Professora Catedrática do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora integrada do centro de investigação Lab2PT/UMinho mmartins@uam.uminho.pt.

Introdução

O estudo do fenómeno urbano, nomeadamente no seu percurso histórico, conheceu nas últimas décadas um particular interesse e particularização. A reconhecida importância das cidades como facto e artefacto histórico tem alimentado estudos cada vez mais especializados, realizados por distintas áreas do conhecimento que têm o fenómeno urbano como objeto de estudo, onde se destacam, desde logo, a Arqueologia, a História, a História da Arte, a Arquitetura, o Urbanismo ou a Geografia. Na realidade, as questões que podemos colocar hoje às cidades históricas extravasam fronteiras cronológicas, cruzam várias temáticas e envolvem um conjunto de metodologias e de fontes diversificadas. Apesar de cada cidade na sua individualidade ter uma história para contar, o seu estudo contribui sempre para alimentar o debate sobre as questões transversais à história urbana, em particular e à história civilizacional, em geral (CLARK, 2013).

O objetivo deste artigo é precisamente contribuir para o melhor conhecimento das cidades históricas, tendo por base o caso particular de Braga. Localizada na região do Minho, no noroeste de Portugal, Braga constitui, a todos os títulos, um exemplo paradigmático no estudo da história da evolução urbana europeia, tendo conhecido uma ocupação permanente desde a época romana até à atualidade, num processo de ocupação/reutilização de áreas geográficas anteriormente urbanizadas, sucessivamente transformadas de forma parcial ou integral. Nela podemos hoje encontrar vestígios materiais dos sucessivos períodos que marcaram mais ou menos profundamente a sua estrutura urbana e arquitetónica e que permitem analisar as principais características dos diferentes momentos ocupacionais (romano, medieval e moderno), mas também as continuidades e/ou descontinuidades urbanas que tiveram lugar ao longo da sua história ocupacional. De igual modo, é possível valorizar os mecanismos históricos e as circunstâncias sociais, políticas e económicas que acompanharam a sua trajetória, responsáveis pela preservação, mas também pela mudança dos elementos que caracterizam as suas distintas formas urbanas. Braga oferece, por isso, como um caso de análise que permite perceber os processos

de formação e evolução das cidades históricas europeias, que se alteraram para dar resposta aos novos desafios que se foram impondo nos diferentes momentos da sua existência (CHOAY, 1970).

Mas, a cidade de Braga apresenta-se igualmente paradigmática por possuir um importante acervo de fontes, numeroso e diversificado. Entre estas destacam-se as fontes arqueológicas, resultantes de uma investigação consolidada ao longo de mais de quarenta anos de escavações consecutivas, levadas a cabo pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, no âmbito do *‘Projeto de Salvamento de Bracara Augusta’* (MARTINS *et al.*, 2013). Os dados facultados pelas escavações, não só permitiram restituir o plano urbano romano fundacional, como caracterizar a sua persistência e alteração até à Alta Idade Média. A partir de uma leitura continuada das alterações registadas na Antiguidade Tardia, onde importa valorizar os processos históricos que se associam ao fim do domínio romano, à instalação e domínio dos Suevos, à integração da região no reino visigodo e à conquista muçulmana, é hoje possível perceber os contextos sociais e políticos que servem de pano de fundo à evolução de Braga até aos séculos VIII/IX, bem como caracterizar a primitiva cidade medieval, para a qual dispomos já de uma importante documentação medieval.

Por sua vez, as fontes iconográficas e cartográficas disponíveis permitem avaliar de forma continuada as alterações ocorridas na morfologia do espaço urbano entre o século XVI e o XIX, permitindo comprovar as poucas modificações registadas entre estes períodos. Na verdade, a cidade de Braga no século XIX não seria substancialmente diferenciada da cidade no século XVI e esta, por sua vez, pouco diferia da cidade medieval. Na realidade, as alterações introduzidas entre finais da Idade Média e o século XIX correspondem a modificações típicas do Renascimento e do século XVIII, que se encontram morfologicamente individualizadas e, nalguns casos, topograficamente descentradas. Neste sentido, e apesar das significativas alterações ocorridas no século XIX, determinadas pela modernização do centro urbano, nomeadamente pela abertura de algumas grandes artérias e pela regularização do sistema viário de matriz medieval, com a consequente destruição do correlativo parcelamento, julgamos que a preservação do tecido urbano medieval de Braga, assinalada por evidências

materiais e de marcas fossilizadas, visíveis à superfície, ou integradas em construções, associadas à muralha, ao parcelamento e ao sistema viário medievais, fazem dela um caso notável no estudo das cidades históricas (RIBEIRO, 2008; MARTINS e RIBEIRO, 2013).

A análise da evolução da paisagem urbana de Braga realizada neste trabalho contempla três das grandes etapas da sua história, nomeadamente, a formação da urbe romana até à constituição do burgo fortificado medieval na Alta Idade Média, a consolidação da paisagem urbana da Baixa Idade Média, atendendo à sua condição como senhorio eclesiástico e, por fim, as renovações e ampliações registadas na Idade Moderna. Para tal recorreremos a uma metodologia que valoriza o potencial das fontes disponíveis, nomeadamente os dados fornecidos pela arqueologia e pelas fontes documentais, a cartografia e a iconografia histórica, bem como o edificado histórico. A utilização articulada das diferentes fontes, a aplicação de abordagens regressivas, bem como o amplo recurso às tecnologias de informação têm constituído procedimentos fundamentais para o atual estado de conhecimentos, que aqui apresentamos.

De urbe romana a burgo medieval

Inserida no amplo processo de pacificação e reorganização da Península Ibérica, a fundação de *Bracara Augusta*, em torno dos anos 15/13 a.C., constitui um exemplo da política urbanizadora do imperador Augusto, que visou dotar a Hispânia romana de uma rede de cidades que cumpriam uma importante função na organização territorial, garantindo a eficácia da administração romana, a exploração dos recursos e a integração das populações indígenas (MARTINS *et al.*, 2017).

O local eleito para a fundação de *Bracara Augusta* situa-se no coração da atual região do Entre Douro e Minho, um território que possuía características naturais e culturais excecionais, já que corresponde à região mais desenvolvida do NO peninsular, aquando da sua integração no Império romano, no final das guerras cantábricas, a partir de 19 a.C. Trata-se de uma região que se encontrava pacificada desde a campanha de *Decimus*

Junius Brutus (138-136 a.C.), facto que terá potenciado uma reorganização das comunidades indígenas, conduzindo à emergência de novas unidades sociopolíticas, representados pelos *oppida* da região bracarense, que deixam perceber a sua função de lugares centrais, com amplo controlo visual sobre os seus territórios e sobre povoados de dimensões mais modestas. Esta nova ordem sociopolítica, que caracteriza o século I a.C., associa-se a uma intensificação dos contactos comerciais com os territórios romanizados do sul da Península, fazendo entrar a região galaico bracarense na órbita do mundo romano, muito antes do fim das guerras cantábricas, entre 29- 19 a.C., que ultimaram a conquista da Hispânia.

Implantada no centro do território ocupado pelos *Bracari*, o novo núcleo urbano favoreceu a rápida integração social das elites indígenas da região bracarense, que se constituíram como as principais beneficiárias do novo modelo de organização implantado pela administração romana e potenciou uma significativa deslocação de indígenas dos seus castros originais, indispensáveis no processo de construção do espaço urbano (MARTINS *et al.*, 2017). A privilegiada localização geoestratégica da cidade, com um bom controlo sobre o território envolvente e uma fácil acessibilidade a uma variada gama de recursos, potenciou a prosperidade e atratividade de *Bracara Augusta*, bem documentadas tanto pela arqueologia como pela epigrafia que nos elucidam sobre as atividades económicas e sobre a origem dos residentes (MARTINS e CARVALHO, 2016).

Apesar dos numerosos povoados proto-históricos existentes na região, que caracterizam o povoamento pré-romano (MARTINS, 1990; CARVALHO, 2008), a cidade será implantada num local sem anterior ocupação, sobre uma colina aplanada, com altitude máxima de cerca de 199 metros. As características topográficas deste local facilitaram a criação *ex-novo* de uma cidade perfeitamente ortogonal, de acordo os princípios de planeamento urbano romano (MARTINS *et al.*, 2017).

Do ponto de vista morfológico, os dados arqueológicos permitem documentar que a nova fundação romana foi planificada segundo uma malha ortogonal definida por um sistema de ruas regulares que se cruzavam perpendicularmente, estruturadas a partir da definição de dois eixos viários principais, o *cardo maximus*, que corria no sentido N/S e o *decumanus maximus*,

no sentido E/O, formando deste modo, quarteirões residenciais regulares. O projeto urbano fundacional de *Bracara Augusta* englobaria uma superfície retangular de cerca de trinta hectares, ocupando o *forum* um lugar central, situado na parte mais elevada da cidade (Fig. 1).

Tomando por referência a distância entre os eixos das ruas conhecidas encontramos uma medida recorrente de 156 pés (46,20 m), quer no sentido N/S, quer no sentido E/O, facto que sugere que estamos perante um modelo planimétrico muito regular, o qual recolhe paralelo nas subdivisões agrárias que formalizavam a centurição tradicional. Por outro lado, tendo por base a largura média de 12 pés para os eixos viários secundários, testemunhada tanto em cardos como decumanos e considerando que a maioria das ruas conhecidas até ao momento era duplamente porticada, julgamos que os pórticos de 12 pés, tal como as ruas com igual valor, terão feito parte do esquema concetual que presidiu à marcação da malha urbana de *Bracara Augusta*. Ora, se considerarmos o valor básico de 12 pés para as ruas e pórticos, que eram espaços públicos e os deduzirmos da medida de 156 pés, entre os eixos das ruas, chegamos ao valor de lotes de construção privados quadrados, com 120 pés de lado, o que corresponde, na prática, a áreas construídas de 1 *actus* (35,52 m x 35,52 m). Esta medida apenas variava nos quarteirões limítrofes, quer do cardo, quer do decumano máximos, onde as áreas reservadas à construção seriam ligeiramente menores (120 x 114 pés = 35,52m x 33,74m), devido à maior largura daqueles eixos viários (MARTINS *et al.*, 2017).

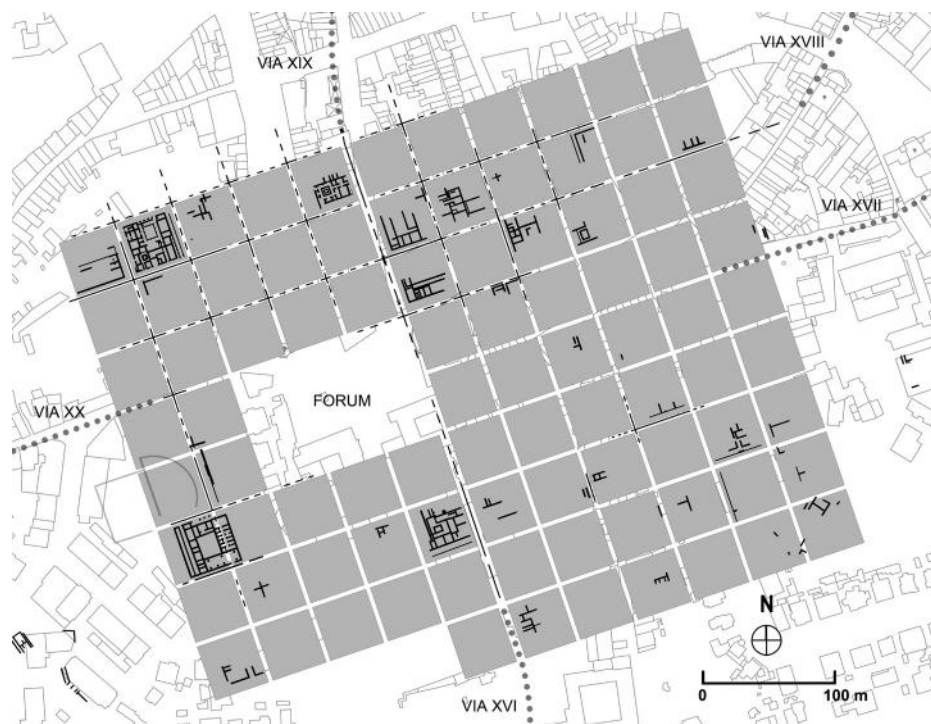


Figura 1 - Malha urbana de *Bracara Augusta* no século I.

À semelhança das cidades romanas fundadas *ex nihilo*, a cidade de *Bracara Augusta* constituía um espaço multifuncional planejado, dotados de áreas cívicas e equipamentos monumentais para a comodidade e ao serviço dos seus habitantes. Paralelamente ao *forum*, espaço basilar do poder ideológico e político romano, a cidade foi sendo progressivamente urbanizada e monumentalizada com infraestruturas, edifícios e espaços públicos, nomeadamente termas, como as do Alto da Cidade (MARTINS, 2005) e um grande teatro anexo (MARTINS *et al.*, 2013), um anfiteatro (MORAIS, 2001), bem como por *domus* integradas nos quarteirões, rodeadas por pórticos anexos às ruas (MAGALHÃES, 2010).

Bracara Augusta desempenhou um papel político fundamental desde a sua fundação pois foi sede do *conventus bracaraugustanus*, administrando um

vasto território e desempenhando funções de natureza judicial, financeira, militar e religiosa. Ao longo do Alto-Império conheceu um significativo desenvolvimento económico e urbanístico, favorecido pela complexa rede viária e fluvial que subsidiava a cidade e favorecia a rápida circulação de pessoas e produtos (MORAIS, 2005), tendo igualmente conhecido um forte incremento arquitetónico, que a transformou numa grande cidade, com uma área construída estimada de 48 hectares, que viria a ser cercada nos finais do século III/inícios do IV, quando a cidade foi elevada a capital da nova província da *Gallaecia*, criada pelo imperador Diocleciano (LEMOS, *et al.*, 2007) (Fig. 2). Assim, durante a tetrarquia a cidade vê reforçada a sua importância estratégica no contexto da administração da Hispânia romana, facto que se associa à documentada presença em *Bracara* de uma elite de funções, cujo investimento na remodelação das suas casas está bem documentado arqueologicamente nas reformas que estas conheceram ao longo do século IV. A introdução generalizada de banhos privados e a sofisticação dos espaços de receção e banquete, bem como os vestígios de elaborados programas decorativos, que ornamentavam pavimentos, paredes e peristilos, contribuíram para aumentar o capital simbólico das residências urbanas, servindo a emulação competitiva entre diferentes segmentos de uma elite que procurava ascender aos mais altos cargos políticos do estado romano (MARTINS *et al.*, 2016). A ampliação da área construída das casas implicou um avanço da construção sobre os pórticos públicos que ladeavam as ruas, tendo a paisagem urbano passado a ser mais compacta.

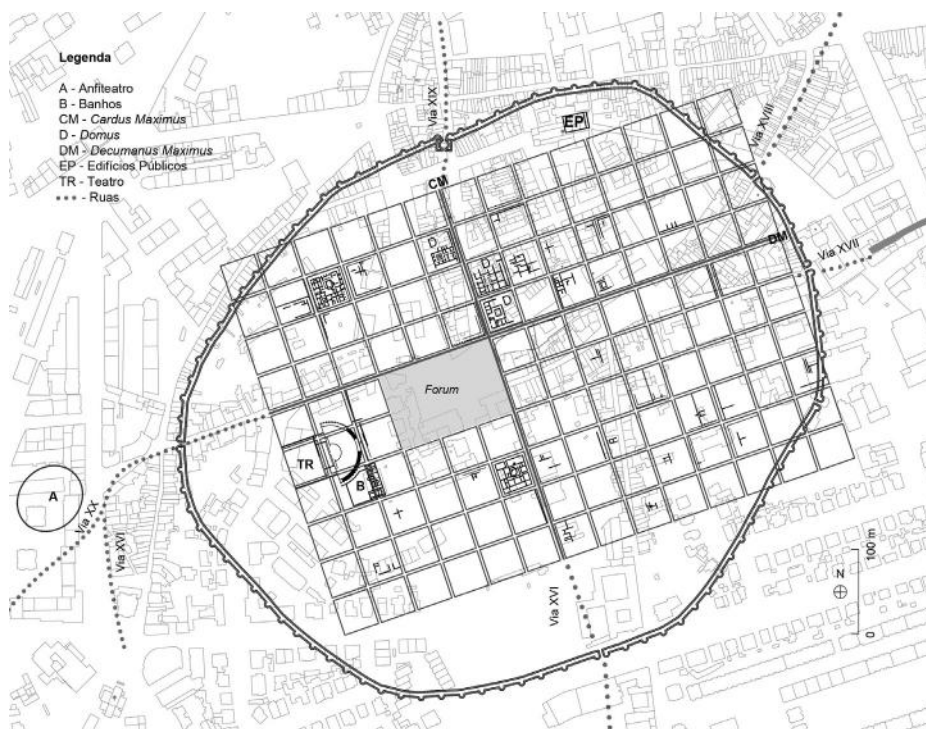


Figura 2 – Plano urbano de *Bracara Augusta* no século IV

Apesar dos complexos processos políticos e sociais que assinalam a instalação dos Suevos na região da *Gallaecia*, que fixam a sua capital em *Bracara*, os dados arqueológicos permitem considerar que a florescente cidade do século IV persistiu nos séculos V e VI, mantendo-se ocupada na sua maior extensão, definida pelo perímetro da muralha baixo imperial, constatando-se, igualmente, a persistência das importações que garantiam o regular abastecimento da cidade e uma intensa atividade artesanal, documentada pela produção de vidro e cerâmica (FONTES *et al.*, 2010). Assim, a cidade manteve-se durante o domínio suevo como um espaço urbano economicamente ativo, no qual residia uma elite que mantinha ainda elevados padrões de consumo. No entanto, é indiscutível que se opera uma mudança nas mentalidades e comportamentos dessa elite, cujo

poder e riqueza deixa de se expressar em investimentos nas suas residências. Paulatinamente, as *domus* do século IV, que ocupavam os quarteirões romanos, sofrem uma irreversível desarticulação e fragmentação, deixando de funcionar como residências unifamiliares, para dar lugar a várias habitações com características distintas, que denunciam novas formas de habitar e importantes mudanças de natureza sociocultural. A alteração da estrutura planimétrica das anteriores *domus* configura um novo modelo residencial, onde o peristilo cede lugar ao pátio distribuidor que dá acesso a um conjunto variado de ‘casas de vizinhos’, que se estruturam organicamente agregando um número variável dos anteriores compartimentos das casas, tendendo a crescer em altura. Para facilitar os acessos ao interior dos novos espaços rasgam-se passagens e, quando necessário, constrói-se sobre os próprios eixos viários, que se estreitam com o avanço irregular das fachadas (MARTINS *et al.*, 2016).

Tendo por base os dados disponíveis é possível considerar que a Braga sueva conheceu algumas alterações topográficas significativas que irão condicionar a futura evolução urbanística da cidade. Na sua origem está o processo de cristianização da área urbana e periurbana, o abandono de anteriores espaços e edifícios públicos, como aconteceu com o teatro e as termas públicas, bem como a paulatina desafetação de alguns eixos viários, de menor utilização após a construção da muralha que são invadidos por novas construções, que vão quebrando a rigorosa ortogonalidade da cidade romana (MARTINS *et al.*, 2016).

Globalmente podemos considerar que a evolução urbanística e arquitetónica de Braga ao longo da Antiguidade Tardia é devedora de um conjunto de dinâmicas socioculturais que entrecruzam a cristianização do espaço e da sociedade e o crescente poder dos bispos, bem como a ocupação orgânica de anteriores áreas públicas e o desenvolvimento de novos hábitos de vida e de habitar. Com efeito, a introdução de elementos urbanos de carácter cristão irá influenciar profundamente a topografia urbana, devendo-se à construção da primeira basílica paleocristã da cidade, erguida intramuros, entre finais do século IV/inícios do V, a criação de uma nova centralidade urbana com forte impacto na futura morfologia medieval. Aproveitando um anterior edifício civil, situado no local onde se

erguerá mais tarde a catedral medieval (FONTES *et al.*, 1997/98), o novo centro religioso da cidade, ao criar um novo polo político e administrativo, na origem do complexo episcopal bracarense, reconfigurou a lógica de circulação na área intramuros, condenando as anteriores áreas da cidade romana, como o *forum*, ou a área do teatro, a tornarem-se espaços periféricos, progressivamente ocupados de forma orgânica. Mas a cristianização do espaço faz-se igualmente sentir na periferia imediata da cidade onde se erguem novos edifícios de culto cristão, balizados cronologicamente entre o século VI e VII, que funcionarão como polos aglutinadores da população. Entre eles destacam-se as basílicas de S. Vicente, S. Pedro de Maximinos e S. Vítor, distanciados da catedral entre 800 a 1200 metros, provavelmente associados ao culto martirial e que darão origem às paróquias medievais da área suburbana (RIBEIRO e MELO, 2014).

As evidências arqueológicas permitem acompanhar as alterações que paulatinamente vão ocorrendo no espaço intramuros, entre os séculos V e VIII, nomeadamente através das remodelações funcionais e estruturais que ocorrem nos edificadros. Assim, sabemos que a partir do século VIII partes significativas da cidade começam a ser abandonadas, uma tendência que se manterá talvez no século IX, quando a cidade parece limitada a um terço da área ocupada no século IV, passando a população a concentrar-se apenas no quadrante NE. Esta área, protegida a norte pela muralha romana, terá tido como polo de atração o complexo episcopal, vindo a ser fortificada na parte sul por uma cerca, muito provavelmente entre os séculos IX e X.

Tendo por base os dados disponíveis julgamos possível considerar que as alterações topográficas que a cidade sofreu posteriormente ao século VII e que a transformam num acanhado núcleo urbano se articulam com a sua progressiva perda de influência, após a sua integração no reino visigodo, na sequência da invasão e saque de Braga, em 585, por Leovigildo (FONTES, 2011). Apesar de ter mantido a sua importância religiosa, como sede metropolitana eclesiástica da *Gallaecia provinciae*, que garantiu a sua continuidade como núcleo urbano, a cidade não teve capacidade para se recompor quando, a partir de 711, se registaram as primeiras incursões muçulmanas e, conseqüentemente, se verifica o abandono de Braga pelas autoridades eclesiásticas, fixando-se o seu bispo em Lugo. A documentação

canónica evidência que em Braga e nos seus arredores se terá mantido uma população residente significativa, em resultado, nomeadamente, das iniciativas de fixação da população dos bispos Odoário (cerca de 750) e Flaviano (cerca de 885) (COSTA, 1997: 45-70). A título de exemplo refra-se, igualmente, a realização de uma cúria régia, manda reunir por Afonso III, rei das Astúrias, cerca de 873.



Figura 3 – Evolução urbana de Braga na Idade Média, com destaque para a área ocupada pela cidade entre os séculos VIII/IX e XII/XIII relativamente à cidade romana e baixo medieval.

Deste modo, entre os séculos VIII-XI, assistimos à constituição do pequeno burgo fortificado alto medieval de Braga, ocupando uma pequena

área, de aproximadamente 7 hectares, correspondente, aproximadamente, ao quadrante nordeste da cidade romana, e delimitado por uma cintura defensiva que reaproveitou a norte a muralha romana, e a sul se faz cercar por uma nova fortificação (Fig. 3).

Consolidação e desenvolvimento do urbanismo medieval: Vicissitudes de uma cidade eclesiástica

A semelhança do que ocorre com o urbanismo medieval europeu, onde, sobretudo a partir do século XI, se assiste ao “renascimento” urbano de muitos núcleos populacionais, também em Braga se verifica a consolidação e desenvolvimento do pequeno burgo fortificado alto medieval, nos finais daquela centúria.

A contribuir para esta situação encontramos a reabilitação política e eclesiástica que a cidade conheceu ao longo dos séculos XI-XIII, nomeadamente a restauração da arquidiocese de Braga, em 1071 e a eleição do bispo, D. Pedro (1070-1091), bem como a doação do couto de Braga e do seu termo, aos arcebispos, em 12 de Abril, de 1112. Esta doação, realizada pelos primeiros soberanos do Condado Portucalense, insere-se na política de reorganização e consolidação do território português no âmbito da denominada “Reconquista Cristã”, quando o referido Condado é doado por Afonso VI, de Leão, à sua filha bastarda D. Teresa e ao franco D. Henrique de Borgonha, que, por sua vez, concedem o senhorio de Braga aos arcebispos (COSTA, 1997: 2020-250).

Estamos, efetivamente, perante um novo período da história urbana de Braga, para o qual contribuem sobremaneira os arcebispos, senhores da cidade, que, através da sua atuação política e urbanística irão promover o robustecimento do pequeno burgo fortificado, que culminará nos finais do século XIV com a configuração de uma nova e maior cidade, protegida por um novo perímetro defensivo (RIBEIRO e FONTES, 2015) (Fig. 3).

Desde logo importa destacar o papel desempenhado do primeiro bispo, D. Pedro (1070-1091), cuja atuação constitui um marco decisivo para a revitalização urbana de Braga. Para além das múltiplas iniciativas

relacionadas com a reorganização da arquidiocese, a sua intervenção no alargamento do património eclesiástico, bem como na construção da catedral, constituem claros indicadores do poder e importância que os arcebispos irão ter nos destinos da cidade, nomeadamente em termos urbanísticos e arquitetónicos (RIBEIRO, 2017).

Na realidade, a construção da catedral, sagrada em 1089, constitui-se no grande marcador arquitetónico, em torno do qual a cidade se irá articular e desenvolver. Construída sobre a primitiva basílica paleocristã, a catedral terá conhecido um projeto inicial de grande envergadura, com três naves, transepto saliente, cabeceira e deambulatório. Nas suas imediações terão sido, igualmente, construídos outros edifícios religiosos, como a escola episcopal, bem como vários anexos que se destinavam ao bispo, ao cabido e a serviços administrativos (COSTA, 1997: 213-223).

Esta política, nomeadamente de alargamento do património eclesiástico e intervenção na construção urbana, com maior ou menor tenacidade, terá continuidade no tempo dos sucessores de D. Pedro. Na realidade, ao longo dos séculos XII, XIII e XIV assiste-se ao aumento do património urbano eclesiástico através de vários legados testamentários e doações feitas aos arcebispos e ao cabido de Braga, mas também através de compras. Muito embora alguns indivíduos da sociedade laica fossem igualmente detentores de propriedade urbana, o facto de os arcebispos serem os Senhores de Braga e de uma parte dos edifícios se encontrar sob a sua dependência, mas também do cabido, e muitos cónegos a título individual, faz dos eclesiásticos um grupo com forte intervenção e influência no urbanismo medieval de Braga. A propriedade urbana, constituída maioritariamente por casas de morada, mas também por fornos, adegas ou lojas localizava-se em diferentes ruas do espaço urbano que, até ao século XII, se confinavam maioritariamente ao espaço amuralhado alto medieval (RIBEIRO, 2018).

Todavia, a partir do século XIII, as fontes escritas permitem documentar o aumento da área urbanizada para norte e nordeste da cidade, através do aparecimento de propriedades urbanas localizadas em artérias localizadas fora da muralha, registando-se, simultaneamente, o alargamento do sistema defensivo, com a incorporação de novas portas

(RIBEIRO e MELO, 2014). Trata-se, efetivamente, de um período de grande crescimento demográfico e urbano, que se irá avolumar até ao século XIV, acompanhado pela construção do castelo medieval, a noroeste da cidade e da nova residência dos arcebispos, a norte, ambos fora da muralha alto medieval (RIBEIRO, 2017a). Este processo culminará precisamente com a ampliação e reforço do sistema defensivo para norte e noroeste, nos finais do século XIV, que passará a incluir uma extensa área onde se situavam precisamente o castelo e o novo paço, duplicando praticamente a área urbana anterior, que passa agora para 15 hectares (Fig. 4). Os dados recuperados pela arqueologia demonstram precisamente que o tramo norte do sistema defensivo alto medieval é desativado nos finais do século XIII, circunstância que culminará com a definição da nova muralha, concluída nos finais do século XIV (RIBEIRO e FONTES, 2015).

Do ponto de vista morfológico, o plano urbano intramuros dos séculos XIV e XV reflete o percurso que a cidade conheceu, nomeadamente a sua génese, sobre um quadrante da urbe romana, mas também o processo de crescimento encetado a partir do século XIII, que passou a integrar anteriores zonas rurais. Deste modo, na área em que a cidade se sobrepõe ao plano romano, e apesar dos processos de reparcelamento aí ocorridos, as ruas e os quarteirões destacam-se pela regularidade, sobretudo na área mais interna do sistema defensivo alto medieval. Na verdade, muito embora as vias de circulação medievais se encontrem descentradas dos antigos eixos viários, apresentando traçados menos regulares, por vezes tortuosos, a lógica da orientação da estrutura viária medieval neste sector mantém-se idêntica à romana. A malha formada neste setor, definida por cinco ruas que correm no sentido norte-sul e uma no sentido este-oeste corresponde precisamente ao medieval 'Bairro das Travessas', documentado nas fontes escritas dos finais do século XIV. Em comparação com a estrutura viária romana verifica-se que o número de eixos orientados norte-sul permanece praticamente idêntico ao dos antigos *cardines* menores da cidade romana, assinalando-se na parte norte apenas mais um eixo viário, relacionado com a abertura de uma nova porta na muralha. No caso do número de eixos viários que corriam no sentido este-oeste assiste-se a uma redução, passando a existir apenas uma artéria com essa orientação, que irá corresponder à medieval

rua das Travessas. No entanto, na generalidade, não existe coincidência exata entre a estrutura viária romana e medieval, verificando-se que apenas a medieval rua Verde se mantém coincidente com um eixo romano (MARTINS e RIBEIRO, 2013). Na realidade, o avanço da construção sobre os eixos de circulação documentada para a Tardo Antiguidade, terá originado o desaparecimento dos eixos E/O romanos e a agregação das áreas dos antigos quarteirões romanos, formando deste modo novos quarteirões medievais maiores, de forma retangular, que se desenvolvem no sentido N/S. De igual modo, a fragmentação dos antigos quarteirões romanos acompanhou o crescimento espontâneo registado desde a Alta Idade Média, originado a sua progressiva subdivisão em pequenas parcelas.

O plano urbano da Braga medieval reflete ainda um outro tipo de morfologia urbana, resultante do processo de crescimento da área urbanizada que passou a integrar anteriores áreas rurais, bem como novos espaços que se desenvolveram nas proximidades da muralha, nomeadamente das portas. Neste caso, o tecido urbano caracteriza-se por eixos viários mais sinuosos e quarteirões claramente irregulares (Fig. 4).

Apesar da densidade viária que a cidade medieval apresenta na área intramuros, aproximadamente 18 arruamentos, a área englobada pela muralha do século XIV localizada a norte, mantém muitas das suas características rurais, sendo constituída maioritariamente por propriedades do cabido que envolviam o paço arquiépiscopal. Contudo, a construção deste paço, uma iniciativa do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), conjuntamente com o castelo, documentado em 1315 (MARQUES, 1983) irão potenciar o desenvolvimento de umas das artérias mais emblemática da cidade medieval. Referimo-nos concretamente à rua do Souto, com orientação E/O, que permitia uma ligação direta entre a residência dos arcebispos e a catedral, que se localiza imediatamente a sul, com o castelo, na extremidade oeste. A rua do Souto, começada a urbanizar no século XIII, constitui precisamente o espaço preferencial para a morada e/ou emprazamento de edifícios por parte dos membros da igreja (RIBEIRO, 2018).



Figura 4 – Plano urbano de Braga nos séculos XIV-XV.

Os principais edifícios da cidade medieval, designadamente a catedral, o castelo ou o paço arquiépiscopal influenciaram largamente as características da morfologia urbana medieval, através da orientação das ruas e do favorecimento do desenvolvimento de novas praças e largos, situação que se acentuará na Idade Moderna.

Relativamente à periferia urbana, importa destacar que a delimitação precisa da cerca medieval, nomeadamente das suas portas, permitiu evidenciar a articulação que as mesmas tinham com os principais eixos de circulação intramuros, mas também com o sistema viário que permitia ligar a cidade aos núcleos urbanos periféricos, nomeadamente os desenvolvidos em torno das antigas basílicas paleocristãs, agora igrejas paroquiais.

Neste caso, destacam-se aproximadamente cinco eixos de circulação, correspondentes grosso modo às antigas vias romanas que, nos finais do século XIV, apresentavam um nível de urbanização bastante significativo (RIBEIRO e MARTINS, 2016). Todavia, a crise demográfica e as invasões castelhanas verificadas em Braga nos finais de trezentos, irão provocar um retrocesso no crescimento periférico, originando, nomeadamente a destruição de muitos dos seus edifícios (RIBEIRO, 2017a).

A cidade medieval, fortemente influenciada pela sua génese urbana e pela sua condição de senhorio eclesiástico, irá meter-se morfológicamente idêntica até aos inícios do século XVI, centúria em que se assiste à convergência de um número significativo de fatores que originaram a renovação urbana e arquitetónica da cidade de Braga.

A renovação e ampliação urbana de Braga na Idade Moderna

Os inícios do século XVI marcam uma nova etapa no desenvolvimento urbano de Braga, colocando-a em alinhamento com as tendências urbanísticas europeias dominantes, que promoveram uma nova conceção de espaço urbano, determinando, nomeadamente, o alargamento e expansão dos núcleos medievais de forma racional e estética.

A concorrer para esta situação encontramos uma conjuntura cultural, mas também política, económica e demográfica bastante favorável e, no caso particular de Braga, a governação do arcebispo D. Diogo de Sousa (1509-1534), que desempenhou um papel preponderante na definição das linhas mestres do crescimento urbano da cidade moderna, mas também, na renovação arquitetónica dos seus edifícios e espaço públicos.

D. Diogo de Sousa, que governou a cidade entre 1509 e 1534, possuía uma sólida formação intelectual, bem como um espírito modernista, enriquecidos pelo contacto pessoal que manteve com as novas tendências humanistas e renascentistas, aquando da sua estadia em Roma (COSTA, 1993; BANDEIRA, 2000a). Possuía, também, enquanto Senhor de Braga, o poder e os meios para tomar decisões de vulto, sustentadas pelo crescimento demográfico e económico que a cidade registava na época.

Em termos demográficos, a população havia praticamente duplicado, possuindo aproximadamente 3.575 habitantes nos inícios do século XVI, comparativamente aos 1.745 rastreados nos finais do século XV (MARQUES, 1983). De igual modo, a situação económica e comercial da cidade era favorável, sendo potenciada pela presença de numerosos profissionais, documentados pelas fontes históricas e iconográficas (AAVV, 1989-91).

D. Diogo de Sousa irá protagonizar um projeto de renovação urbana, através da abertura e/ou regularização de algumas ruas e praças intramuros, mas também mediante mudanças na fisionomia e arquitetura dos edifícios mais emblemáticos da cidade, como a catedral, o paço dos arcebispos e o castelo, concedendo um lugar de destaque aos locais para uso público e à criação de infraestruturas de abastecimento de água, procedendo à construção de chafarizes e fontes que, simultaneamente, embelezaram a cidade (RIBEIRO e MARTINS, 2012).

As alterações realizadas, quer no interior, quer no exterior do espaço urbano, encontram-se bem comprovadas nas fontes histórico-documentais, sendo o *Mapa de Braunio*³ o documento que melhor ilustra as reformas urbanísticas de D. Diogo de Sousa (Fig. 5).

Ao nível do centro urbano o seu projeto assentou na abertura de praças e de ruas, numa tentativa de racionalizar a circulação da cidade, mas também de a dotar de espaços e edifícios modernos, onde se incluem a nova casa da câmara, ou paço concelhio, construído nas imediações da fachada principal da catedral, mas igualmente o edifício para a venda de peixe, localizado na Praça do Pescado, também por ele mandada abrir, ou ainda a alfândega do castelo. A cidade passa assim a dotar-se de estruturas mais faustosas, fruto de uma elaborada forma e decoração escultórica e arquitetónica. O aparecimento de novas ruas e praças determinaram um

3. A obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun e Franz Hogenberg, publicada na cidade alemã de Colónia, entre os anos de 1572 e 1618, integra a gravura intitulada de *nova Bracarum Auguste descriptio* que terá sido produzida no ano de 1594, constituindo a primeira ilustração geral conhecida para a cidade, vulgarmente designada por Mapa de Braunio (Bandeira, 2000b).

tecido urbano mais regular, onde se destacam artérias mais largas e parcelas mais homogêneas, também elas com uma frente maior para a rua e um menor desenvolvimento em profundidade. Paralelamente, as construções adquirem uma nova dimensão arquitetónica, inspiradas nos padrões clássicos, retomados no Renascimento. A título de exemplo, refira-se a atual rua de S. João do Souto, mandada abrir por D. Diogo de Sousa, para permitir a quem entrasse por uma porta da muralha pudesse observar as renovações por ele mandadas realizar na cabeceira da catedral. Para a renovação arquitetónica da cidade, D. Diogo de Sousa atraiu artistas biscoinhos, que introduziram em Braga o estilo renascentista, designadamente, através da decoração gótica tardia / manuelina (RIBEIRO e MELO, 2012).



Figura 5- Mapa de Braunio

De igual modo, alguns dos edifícios que integram a cidade atual conservam ainda as características arquitetónicas e tipológicas dos inícios

da Idade Moderna, designadamente as que foram edificadas nas novas artérias que surgem no exterior da muralha medieval, mas, também, em zonas intramuros.

As reformas urbanistas de D. Diogo de Sousa contemplaram igualmente a expansão física da cidade, dedicando, por isso, particular atenção aos espaços extramuros, criando novos largos e ruas que permitiram o seu desenvolvimento para a periferia. Uma vez que a muralha medieval perdera a sua funcionalidade enquanto sistema defensivo, erguem-se novas construções nas suas imediações. De acordo com as portas da muralha e com as vias intramuros que a elas se ligavam, o arcebispo mandou abrir e embelezar um conjunto de largos, designadamente o Campo de Santa Ana, o Campo dos Remédios, o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha. A importância destes espaços no crescimento periférico da cidade foi de elevada importância, porque ao ligarem-se entre si originaram o aparecimento de novas ruas na periferia imediata da muralha, que assumiram a fisionomia do traçado da cerca defensiva e porque todos os largos referidos mantinham uma estreita relação com as vias suburbanas que desde a época romana ligavam a cidade aos núcleos urbanos periféricos, potenciando o seu desenvolvimento e a sua articulação com o espaço rural (RIBEIRO, 2008).

Em resultado da própria ruralidade que caracterizava a zona envolvente da cidade e da falta de planeamento que regresse a construção nas suas margens, o parcelamento dominante ao longo das vias que ligavam a cidade à periferia caracteriza-se pelo predomínio da parcela gótica, com uma frente pequena para a rua e um amplo desenvolvimento em profundidade para o interior. A acompanhar este tipo de parcela encontramos, sobretudo nas zonas mais distantes do centro urbano, as casas de habitação típicas, formadas, no piso térreo, por uma porta e uma janela e, no piso superior, quando existe, por uma ou duas pequenas janelas de madeira (RIBEIRO, 2008).

Todavia, nas ruas que passaram a circundar o perímetro da cidade medieval as parcelas adquirem, por vezes, maiores dimensões, muito embora, os pequenos lotes surjam mesclados com outros mais regulares e maiores, onde a construção, para além de possuir uma frente mais larga

para a rua, se desenvolve igualmente em profundidade. A existência de mais espaço justifica um conjunto de novos edificadros de tipo burguês, construídos desde o século XVI (RIBEIRO, 2008). Contrariamente ao que se verifica no interior da cidade, o sistema de ruas periféricas origina grandes quarteirões irregulares, que começaram a desaparecer à medida que surgem novas ruas, sobretudo ao longo do século XIX.

A cidade dota-se, deste modo, de espaços e estruturas de continuidade, designadamente de um conjunto de saídas periféricas alternativas, que deram expressão a uma fisionomia perfeitamente radial, massivamente urbanizada durante os séculos seguintes. Na realidade, o crescimento periférico da cidade moderna e a morfologia decorrente da urbanização das vias limítrofes do centro urbano, bem como daquelas que o ligavam à envolvente, merecem particular destaque, por formalizarem e consolidarem definitivamente o plano radiocêntrico que irá pautar o crescimento de Braga até ao século XX. A Planta da cidade, elaborada no século XIX por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, na escala 1:4000 (Fig. 6), apresenta uma imagem muito sugestiva das alterações morfológicas que têm início na Idade Moderna, com as transformações decorrentes da intervenção urbanística de D. Diogo de Sousa.

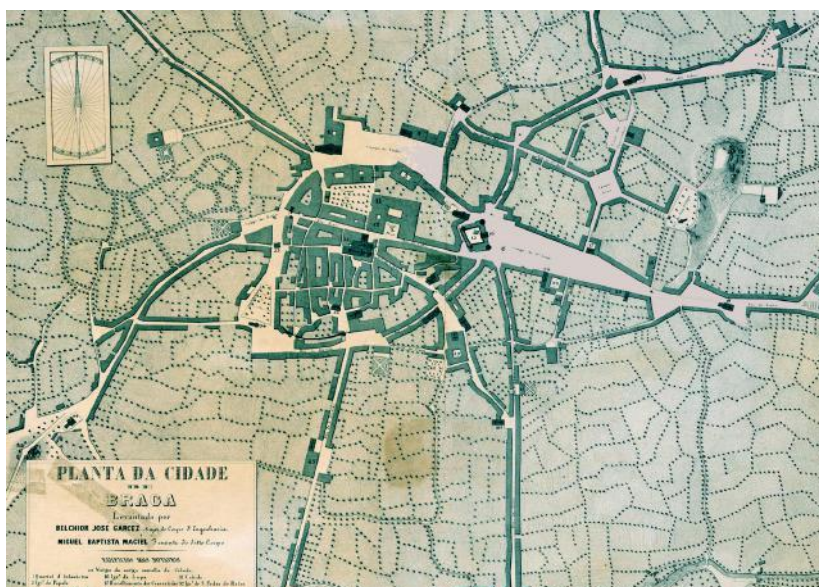


Figura 6 – Planta da cidade de Braga do século XIX

Ao longo dos séculos seguintes vários outros arcebispos irão intervir na cidade moderna de Braga, que irá atingir o seu ponto áureo com a adoção dos modelos da cidade barroca que vão dominar o cenário urbano bracarense a partir do século XVIII, pelas mãos dos arquitetos bracarense André Soares (1720-1769) e Carlos Amarante (1748-1815). Na realidade, o forte aumento demográfico registado na primeira metade do século XVIII impulsionou um grande surto urbanístico. Para além das grandes obras de natureza eclesiástica merecem particular destaque as obras de índole secular. Entre estas, sobressaem a criação de um novo bairro habitacional, o Bairro da Gavieira (do Quinteiro ou do Reduto) e a construção de edifícios destinados à habitação mas, também, as obras que se relacionam com o provimento de água, designadamente a monumentalização do complexo das Sete Fontes, realizado pelo arcebispo D. José de Bragança (RIBEIRO e MARTINS, 2012).

Breves considerações

Os conhecimentos produzidos até ao momento sobre a evolução diacrónica da paisagem urbana de Braga permitem inseri-la na rede de cidades europeias que desde o período romano conheceram uma ocupação continuada até à atualidade, contribuindo deste modo, para o estudo das questões transversais à história urbana, mas também para a análise das características urbanísticas inerentes aos diferentes períodos cronológicos. Simultaneamente, Braga protagoniza um percurso urbano relacionado com processos históricos que pautaram a sua origem e evolução romana, medieval e moderna, igualmente responsáveis por continuidades e descontinuidades ocupacionais que tiveram lugar ao longo da sua história. Apesar das especificidades inerentes a história singular de Braga, os conhecimentos disponíveis permitem traçar as linhas gerais da sua evolução urbana, nomeadamente a sua génese como cidade romana, fundada *ex nihilo*, com plano ortogonal com cerca de 30 hectares, que atingirá cerca

de 48 hectares no século IV, dotada das imprescindíveis infraestruturas e equipamentos públicos que podemos encontrar em qualquer cidade do Império romano ocidental. Um longo processo de sucessivas alterações políticas, socioeconómicas e religiosas determinarão a progressiva mudança do tecido urbano romano e a sua evolução, na Alta Idade Média, para um pequeno burgo fortificado, estabelecido fisicamente sob o quadrante nordeste da anterior cidade romana, polarizado pela primeira basílica paleocristã construída nos inícios do século V. Trata-se de um pequeno núcleo urbano, com aproximadamente 7 hectares, que, entre os séculos IX e XIII, reutiliza o pano norte da muralha romana e se encontra delimitado a sul por um novo perímetro defensivo. A génese da morfologia urbana tardo medieval de Braga encontra-se neste pequeno burgo, que passará a incluir uma extensa área rural a norte, com o alargamento da muralha, que passa a abranger uma área urbana que não ultrapassa os 15 hectares. As transformações registadas na cidade a partir do século XVI foram marcadas pela regularização e abertura de novas praças e ruas no espaço intramuros e na periferia da cidade, circunstâncias que potenciaram o seu crescimento e modernização, originando uma grande cidade comparativamente à medieval e quase igualável à cidade romana.

A abordagem realizada até ao momento sobre as transformações que afetaram o tecido urbano de Braga desde o período romano até à Idade Moderna, assim como dos processos dinâmicos que determinaram a sua reconfiguração urbanística, só têm sido possível através da valorização do potencial oferecido pelos diferentes tipos de fontes disponíveis, nomeadamente da informação fornecida pela arqueologia e pelas fontes documentais, pela cartografia e iconografia histórica, bem como pelo edificado conservado. Todavia, torna-se igualmente fundamental dar continuidade às investigações, quer arqueológicas, quer históricas, visando produzir novos dados, sendo de destacar que Braga dispõe de um importante acervo de fontes documentais que carecem de ser analisadas em profundidade, tendo em vista avançar na produção de cartografia.

Referências

- AAVV *Maça das Ruas de Braga*. 2 volumes. Braga: Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-91.
- BANDEIRA, M. S. M. D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta*, n.º. 103 (116), 2000^a, p. 19-58.
- BANDEIRA, M. S. M. *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000b.
- CARVALHO, H. *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. 2 Volumes, Braga: Universidade do Minho, 2008. (Tese de Doutoramento em Arqueologia, <http://hdl.handle.net/1822/87555>).
- CHOAY, F. *El urbanismo. Utopías y realidades*. Barcelona: Lumen, 1970.
- CLARK, P. (Dir.). *The Oxford Handbook of Cities in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- COSTA, A. J. D. Diogo de Sousa. Novo fundador de Braga e grande Mecenaz da Cultura. *Separata do Livro de Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 Anos de Dedicção da Catedral*, Braga, 1993, p. 15-118.
- COSTA, A. J. *O bispo D. Pedro e a organizaçção da arquidiocese de Braga*. (2^a edição refundida e ampliada). Vol. I. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997.
- FONTES, L.; LEMOS, F. S.; CRUZ, M. "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, s. II, n. 14/15, 1997/98, p. 137 -164 (<http://hdl.handle.net/1822/10299>).
- FONTES, L.; MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C.; CARVALHO, H. A cidade de Braga e o seu território nos séculos V -VII. IN: GARCÍA, A. (Coord.). *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo, s. VI-VIII*. Toledo: Toletum Visigodo, 2010, pp. 255 -262 (<http://hdl.handle.net/1822/13377>).
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F.; CUNHA, A. A muralha romana (Baixo Império) de Bracara Augusta. In: RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; RODÁ DE LLANZA, I. (Ed.). *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, 2007, p. 329 -341.

- MAGALHÃES, F. *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho, 2010. (Tese de mestrado, <http://hdl.handle.net/1822/13619>).
- MARQUES, J. *Braga medieval*. Braga, 1983.
- MARTINS, M. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia - Monografias 5, Braga: UAUM, 1990.
- MARTINS, M. *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitetura pública em Bracara Augusta*. Braga: UAUM / NARQ, 2005. (<http://hdl.handle.net/1822/13410>).
- MARTINS, M. Bracara Augusta: a Roman town in Atlantic area. IN: ABAL CASAL, L. et al. (Ed.). *Early Roman Towns in Hispania Tarraconensis*. Portsmouth: Rhode Island, 2006, p. 213-222.
- MARTINS, M.; FONTES, L.; CUNHA, A. Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (Ed.). *Arqueologia in Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação portuguesa de Arqueólogos, 2013, p. 81-88.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C. Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. IN RIBEIRO, M. C. e MELO, A. (Coord.). *Evolução da Paisagem urbana. Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29 -68 (<http://hdl.handle.net/1822/19522>).
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; MAR, R. A construção do teatro romano de Bracara Augusta. IN: MELO, A. S. e RIBEIRO, M. C. (Coord.). *História da Construção. Arquiteturas e Técnicas Construtivas*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2013, p. 41-76 <http://hdl.handle.net/1822/27274>.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, A. S. (Coord.). *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM, 2013, p. 11-44 (<http://hdl.handle.net/1822/23983>).
- MARTINS, M.; CARVALHO, H. As transformações do território: Bracara Augusta e o seu cadastro, *Revista de Historiografia*, 25, 2016, p. 219-243.

- MARTINS, M.; MAGALHÃES, F.; MARTINÉZ PEÑIN, R.; RIBEIRO, J. The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueología Medieval*, 2016, p. 33-51.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C.; RIBEIRO, J.; MAR, R. Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In *In Roma Nata, per Italiam fusa, in Provincias Manat. La ciudad romana en el noroeste: nuevas perspectivas*. Lugo: Deputación de Lugo, 2017, p. 181-203
- MORAIS, R. *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2, Braga: UAUM/Narq, 2005.
- MORAIS, R. Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*, n. 30, 2001, p. 55 -76.
- RIBEIRO, M. C. *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. 2 Volumes. Braga: Universidade do Minho, 2008. (Tese de Doutoramento em Arqueologia, <http://hdl.handle.net/1822/8113>).
- RIBEIRO, M. C. A (re) construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. IN: CAVERO DOMINGUEZ, G. (Coord.). *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. III. *La Ciudad y su discurso*. León: Universidad de León, Área de Publicaciones, 2017, p. 9-40.
- RIBEIRO, M. C. População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV. IN: *II Congresso Internacional As Cidades na História: Sociedade* (18 a 20 de outubro de 2017). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães (artigo no prelo, submetido em dezembro de 2017a).
- RIBEIRO, M. C. O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga”. IN *II Jornadas Internacionais de Idade Média. Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval* (05 e 07 de outubro de 2017). Castelo de Vide: Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa e pela Câmara Municipal de Castelo de Vide (artigo no prelo, submetido em Janeiro de 2018).
- RIBEIRO, M. C. e FONTES, L. The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries.

IN: MARTÍNEZ PEÑIN, R. (Ed.). *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries*. Braga/ Lleida: Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida, n. 67, 2015, p. 29-45 (<http://hdl.handle.net/1822/39013>).

RIBEIRO, M. C. e MARTINS, M. Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737)". IN: MARTINS, M.; FREITAS, I. e VALDIVIESO, I. (coord.) *Caminhos da Água*, Braga: Ed. CITCEM, 2012 p.179-222 (<http://hdl.handle.net/1822/19871>).

RIBEIRO, M. C. e MARTINS, M. O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. IN: *Os Espaços da Morfologia Urbana. Atas da 5ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM)*. 2016, p. 27-38 (E-book: <http://hdl.handle.net/1822/42510>).

RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. A mobilidade dos artistas Biscainhos nas construções medievais portuguesas. Estudo preliminar. IN: *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População, Cidade Antiga / Cidade Medieval*, Guimarães: Câmara Municipal, 2º vol., 2012, p. 149-176 (<http://hdl.handle.net/1822/26910>).

RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII- XVI): a ação dos mesteres e das instituições religiosas. IN: RIBEIRO, M. C. e MELO, A. S. (Coord). *Evolução da paisagem urbana: Cidade e periferia*. Braga: CITCEM e IEM, 2014, p. 79-115 (<http://hdl.handle.net/1822/32445>).

As cidades na História: percursos críticos

LUCIA ELENA PEREIRA FRANCO BRITO¹

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O objetivo deste artigo é recuperar criticamente experiências urbanas significativas na história ocidental, tomando como referências tanto argumentos de autores hoje considerados clássicos na temática das cidades, como Lewis Mumford, Jean Pierre Vernant, Jacques Le Goff, Georg Simmel e Walter Benjamin, quanto análises relevantes de estudiosos contemporâneos que tratam do mesmo assunto. No centro das atenções estão as relações entre as formas de poder e a constituição das formas urbanas. Por fim, são consideradas as características móveis, transitórias, fugidias a que estão submetidas as experiências individuais e coletivas nas cidades, tal como se apresentam em diferentes contextos atuais, especialmente tendo em vista as noções Benjaminianas de *Erlebnis*, relativa à vivência individual; e *Erfahrung*, referente à experiência transmitida, partilhada, coletiva.

Abstract: The aim of this article is to critically recapture significant urban experiences in western history, taking as references both arguments by authors now considered classics in the cities, such as Lewis Mumford, Jean Pierre Vernant, Jacques Le Goff, Georg Simmel and Walter Benjamin, as well as relevant analyzes of contemporary scholars dealing with the same subject. At the center of attention are the relations between forms of power and the constitution of urban forms. Finally, the mobile, transitory, fugitive characteristics to which individual and collective experiences in cities are subjected, as presented in different current contexts, especially in view of the Benjaminian notions of *Erlebnis*, concerning the individual experience; and *Erfahrung*, concerning the transmitted, shared, collective experience.

Recebido em 19/02/2018 e aceito em 02/05/2018.

1. Este artigo é uma adaptação de parte das reflexões teóricas que constam em minha tese de doutorado, *Pulsões utópicas e distópicas nos imaginários urbanos: a cidade de Frutal (MG) nas trilhas dissonantes da história*. Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2017. E-mail: luciaelenafb@gmail.com.

Do espírito da pólis ao espetáculo do poder

Em estudo clássico sobre a história das cidades, consideradas tanto na dimensão material quanto simbólica, Lewis Mumford retrata aspectos instigantes presentes na constituição e dinâmica urbanas. Para ele, na Antiguidade grega, sobretudo entre os anos 480 e 430 a.C. “a pólis, pela primeira vez, assumiu uma forma ideal, que a distinguiu das aldeias e cidades mais antigas: uma forma ideal não primariamente em pedra, mas em carne e sangue” (MUMFORD, 1998, p.179). Espaço da política por excelência, a originalidade da pólis não residiria, na opinião do autor, na beleza de seus templos e monumentos, nem tampouco na grandiosidade dos feitos gregos que passaram para a história, seja no teatro, nas artes plásticas, na filosofia, na literatura. Pelo contrário, ao suscitar a emergência do cidadão livre, porém comprometido com os rumos da cidade – nos negócios, nos conselhos e tribunais, nas assembleias, na arte e na guerra, no destino, enfim – “a natureza humana subitamente cresceu a uma estatura mais plena” (MUMFORD, 1998, p.185).

Também para Jean-Pierre Vernant, o aparecimento da pólis representa, no mundo grego, um acontecimento decisivo, pois marca o surgimento de um espaço social novo, cujo núcleo vital não mais se estrutura em torno de um palácio real fortificado. “É a própria cidade que se cerca de muralhas, protegendo e delimitando em sua totalidade o grupo humano que a constitui” (VERNANT, 1986, p. 33). No local em que antes se erguia o palácio, antigo espaço privado e privilegiado, ergue-se a acrópole – plano do sagrado. Na esfera profana, contudo, em torno da ágora a comunidade se realiza, ao debater publicamente as questões de interesse geral, os assuntos da vida comum. “Esse quadro urbano define efetivamente um espaço mental; descobre um novo horizonte espiritual. Desde que se centraliza na praça pública, a cidade já é, no sentido pleno do termo, uma *polis*” (VERNANT, 1986, p. 33).

No cenário urbano assim delineado, destaca Vernant, a palavra assume posição proeminente frente aos demais instrumentos de poder. Não se trata de um *dito* ritualístico, mas de palavra viva, que debate, argumenta, diz e contradiz, supondo a existência de um público ao qual se dirige – fator

que remete imediatamente a outro aspecto da pólis assinalado pelo autor: o caráter público conferido às manifestações da vida social. “Pode-se mesmo dizer que a *polis* existe apenas na medida em que se distinguiu um domínio público, nos dois sentidos diferentes, mas solidários do termo: um setor de interesse comum, opondo-se aos assuntos privados; práticas abertas [...] opondo-se a processos secretos” (VERNANT, 1986, p. 35). Abertos e dessacralizados, o conhecimento e o jogo político tornam-se sujeitos a críticas e controvérsias; julgamentos, opiniões e debates apaixonados. O universo espiritual da pólis comporta ainda outro traço: os que tomam parte da cidade, independentemente de suas diferenças, são assemelhados, permutáveis na ação política, na medida em que estabelecem entre si relações de reciprocidade, em lugar de relações de submissão e domínio. “Esta semelhança cria a unidade da *polis*, porque, para os gregos, só os semelhantes podem encontrar-se mutuamente unidos pela *Philia*, associados numa mesma comunidade” (VERNANT, 1986, p. 42).

Na Atenas do século V a. C., engajamento político e expansão do espírito conferiram à pólis cores singulares, consubstanciando o modelo de cidade, a forma ideal apontada por Mumford, que se converteria na *promessa da urbe*, a mobilizar a imaginação ocidental em diferentes momentos da história.

Nunca a vida dos homens das cidades fora tão significativamente animada, tão variada e compensadora [...]. O trabalho e o lazer, a teoria e prática, a vida privada e a vida pública, achavam-se em intercurso rítmico, enquanto que a arte, a ginástica, a música, a conversa, a especulação, a política, o amor, a aventura e mesmo a guerra abriam cada aspecto da existência e o colocavam dentro do âmbito da própria cidade (MUMFORD, 1998, p.189).

Tal conquista histórica foi possível, em parte, porque o cidadão ateniense reservara ao escravo a labuta do esforço físico. Aos olhos contemporâneos, porém, a cidade grega, descrita por Mumford como intensa e vigorosa, pareceria pobre e sem conforto. “Na verdade, a cidade visível, a cidade tangível, era cheia de imperfeições” (MUMFORD, 1998, p. 177). Do alto, a acrópole regular e simétrica, contrastava com o entorno, cuja irregularidade era claramente evidenciada pelos caminhos estreitos,

tortuosos e mal traçados, pela ausência de calçamentos e pelos problemas sanitários: “não existia calçamento para evitar a lama na primavera ou a poeira no verão; na área central, não existiam jardins interiores nem parques arborizados, e apenas os rudimentos de passeios públicos com arcadas” (MUMFORD, 1998, p. 183). O sentido do viver urbano, contudo, transcendia as edificações e a urbanística. A própria cidade formava e transformava os homens, não por intermédio de uma escola especializada, mas pelo conjunto de suas atividades, pela troca de ideias e opiniões, pelo chamado à atuação pública, de maneira que, “por algum tempo, a cidade e o cidadão eram um só” (MUMFORD, 1998, p.187).

Mais de vinte séculos depois dessa experiência histórica de cidadania plena – “por mais duvidosa que a proposição pudesse parecer aos seus escravos ou a suas mulheres” (MUMFORD, 1998, p. 189) – a pólis ainda pulsa fortemente, configurando-se como uma espécie de cânone para a interpretação das cidades na modernidade. Robert Pechman reitera esta visão, ao afirmar que a pólis democrática, enquanto forma do poder, permanece “a referência para tudo que o mundo ocidental projetou como imaginário e representação da ideia de cidade” (2014, p. 94). Atento às tensões entre o indivíduo e a cidade, o autor traz a reflexão para a contemporaneidade, ao questionar o sentido da vida coletiva no tempo presente:

Ainda é possível construir cidades fundadas no espírito público que gere cidadãos-indivíduos, onde, pela ‘política’, o sujeito possa definir o seu destino, seja individual, seja coletivo? Ou já estaríamos no reino de um *après-ville* onde o espírito da pólis não paira mais e a cidade não faz mais que vomitar seus indigestos sujeitos que ousaram não se sujeitar aos desígnios dos novos donos da cidade, que certamente não seriam mais os cidadãos? (PECHMAN, 2014, p. 94).

As indagações de Pechman são instigantes e de grande relevância, porque tornam inevitável o enfrentamento de questões substanciais para quem se aventura a compreender a cidade: o que foi feito do *espírito da pólis* ao longo da história no Ocidente?

Mumford assinala que pouco depois de seu auge, ainda no século IV a.C., na cidade helenística, “sanitária, ordenada, bem organizada,

esteticamente unificada, porém grosseiramente inferior na sua capacidade de promover a atividade criadora [...] os edifícios começaram a desalojar os homens” (MUMFORD, 1998, p. 190). Na mesma proporção em que a vida interior se debilitava, o aspecto exterior se mostrava mais rico, organizado e elevado, esteticamente monumental.

Richard Sennett (2003), em *Carne e Pedra*, ao tentar compreender como as questões do corpo foram expressas na arquitetura e urbanismo afirma:

Imagens ideais do corpo humano levam à repressão mútua e à insensibilidade, em especial aos que possuem corpos diferentes e fora do padrão. Em uma sociedade ou ordem política que enaltece genericamente ‘o corpo’, corre-se o risco de negar as necessidades dos corpos que não se adequam ao paradigma (SENNETT, 2003, p. 22).

Se a cidade habita o corpo tanto quanto o corpo habita a cidade, conforme indica Sennett, impõe-se perguntar: *em uma ordem política que enaltece genericamente a cidade, o que fazer das necessidades das cidades que não se adequam ao paradigma?*

O império romano, fruto de um único centro urbano de poder, foi considerado, por Lewis Mumford, a maior empresa construtora de cidades. A marca de Roma pode ser encontrada “em todas as partes da Europa, da África do Norte e da Ásia Menor, alterando o modo de vida em cidades antigas e estabelecendo seu tipo especial de ordem, a partir do chão, em centenas de novos alicerces” (MUMFORD, 1998, p. 227). Impelidos a expandir as fronteiras imperiais a dimensões universais, os romanos não economizaram em violentas ações de exploração para impor sua *justiça* e *paç*. “Roma foi o grande moinho de salsichas que transformou outras culturas, em toda a sua variedade de forma e conteúdo, em seus próprios elos uniformes” (MUMFORD, 1998, p. 230). Entalhadas segundo o padrão romano, as cidades novas, menores e mais bem administradas, eram mais funcionais que a cidade que as semeava – até para viabilizar que parte de seus excedentes se destinasse ao centro de poder, sem riscos de desvios de qualquer natureza.

Na velha capital, o trabalho de engenharia notabilizava-se no

calçamento das ruas e nos esgotos subterrâneos, na construção de aquedutos e reservatórios, mas a administração urbana se mostrava ineficiente no controle de doenças e na destinação dos dejetos e detritos. E se os contrastes sociais não podiam ser negados – pois enquanto casas suntuosas, rodeadas por belos jardins, abrigavam os orgulhosos patrícios, a grande massa de trabalhadores se amontoava em moradias precárias e insalubres –, as autoridades romanas, no exercício do poder, apostavam nas construções colossais, como estratégia para confirmar a grandeza imperial. Sennett reitera: “A ordem visual e o poder imperialista de Roma estavam indissolúvelmente ligados. O imperador precisava que seu poder fosse *evidenciado* em monumentos e obras públicas” (2003, p. 81. Grifo do autor). Não apenas evidenciado – diria Georges Balandier a Sennett, ao analisar as encenações próprias do político: “o poderio político [...] se quer inscrito duravelmente, *imortalizado* em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua ‘personalidade’ e seu brilho. Ele dirige uma política de lugares e obras monumentais” (BALANDIER, 1982, p. 10. Grifo meu). Portanto, a forma do poder e a forma urbana são correspondentes.

Nos tempos de Adriano, imperador de 117 a 138, as grandes construções deveriam ofuscar a visão e calar as vozes do povo – conduzido pela regra do *olhar e obedecer, olhar e acreditar* (SENNETT, 2003, p. 102). Se em meio às ruas enlameadas e empoeiradas, Atenas forjara homens livres e respeitáveis, se a cidade passara a viver no espírito desembaraçado de seus cidadãos; em Roma, a estrutura luxuosa do espaço público convertera cidadãos em espectadores.

Monumentais na arquitetura, ávidos nas conquistas, os romanos experimentavam a vida como convivas glutões, que se esvaziavam do excesso de alimento somente para continuar se empanturrando. Ao lotar as arenas em busca de prazeres e diversões violentas e pervertidas, Roma destruíra os que *não se adequavam ao paradigma*, mas, ao mesmo tempo, se autodestruía, enquanto mantinha a sensação de estar viva. Os equívocos urbanos e políticos dos romanos, sobretudo o crescimento descontrolado de sua cidade e a cobiça desenfreada, são historicamente lembrados com a mesma força que seus feitos memoráveis. As paixões paradoxais que brotam do solo móvel da cidade talvez expliquem o fato de que “até o

fim, os homens a amaram. Quando [Roma] era apenas uma sombra de sua antiga pujança, [...] eles ainda lembravam a imensa vitalidade e encanto de seus tempos maternais, senão a inocência despreocupada de sua juventude” (MUMFORD, 1998, p. 262).

Cidade terrena, cidade celestial: laços (in)visíveis

Embora as cidades pulsassem na Antiguidade, elas adquiriram, ao longo da história ocidental, novas configurações – objetivas e subjetivas – em decorrência da diversificação de suas formas e funções, do incremento da divisão do trabalho e, especialmente, da complexificação das relações sociais. Ao reunir mercadores e artífices, os burgos foram, na Europa medieval, embriões das cidades, quebrando o isolamento das propriedades rurais e conferindo novos arranjos espaciais às relações humanas. Sennett afirma que, “ao longo dos acidentados cinco séculos que transcorreram do ano 500 a 1000, as grandes cidades romanas perderam seu esplendor” (2003, p. 135), e as pessoas comuns conviveram com a fome e os ataques de grupos guerreiros. Poucos eram os recursos disponíveis para enfrentar esse quadro de perigo constante, descrito pelo autor como uma paisagem de medo e escassez.

Ao interrogar a urbe na longa duração, Jacques Le Goff ressalta que, entre os séculos X e XI, o processo de urbanização tornou-se notável, ocorrendo a partir de dois núcleos de comando: o *castelo*, dominado por um senhor leigo; o *palácio episcopal*, controlado por um representante da igreja – frequentemente o bispo. “Em torno desses postos de comando constituem-se [...] a cidade propriamente dita [...], e os burgos da periferia. [...] a evolução das cidades medievais consistiu na reunião, lenta e numa única instituição, do núcleo primitivo da cidade e de um ou dois burgos importantes” (LE GOFF, 1998, p. 17). Lembrando que Roma não morreu de morte súbita, Mumford (1998) destaca que existiram três modelos básicos de cidade medieval, responsáveis pela produção de uma variedade inexaurível de formas: as que restaram do Império Romano; as que cresciam em fases lentas no entorno de uma ou mais aldeias, sob a proteção de um

castelo ou mosteiro, e aquelas destinadas, de antemão, à colonização. O segundo modelo teria originado a cidade medieval considerada típica. No século XII, a luta pela liberdade – sobretudo econômica, mas não apenas – promoveu o impulso necessário, muitas vezes violento, para retirar o comando das cidades das mãos do senhor, leigo ou religioso, e transferi-lo para a burguesia.

Le Goff destaca que a cidade contemporânea e a medieval apresentam mais semelhanças entre si do que a cidade medieval e a antiga. Não somente porque suas funções sofreram alterações, mas também porque os monumentos urbanos foram ressignificados. Muitos edifícios romanos, como a arena e o banho, tornaram-se mesmo inúteis, tanto do ponto de vista funcional quanto espiritual, porque contraditavam o modo de vida cristão (MUMFORD, 1998). Assim, o templo “ou foi reutilizado como igreja ou então a igreja cristã foi construída sobre o local do templo. [...] Quanto ao anfiteatro, ele foi abandonado já que o cristianismo ocidental não admite mais o circo” (LE GOFF, 1998, p. 9). O estádio perdeu sentido, pois o esporte tomou forma de exercício militar reservado à nobreza. Isso não significa que os encontros e prazeres, principalmente os das festas, estivessem ausentes. Eles ocorriam com mais frequência nas igrejas, tabernas e mesmo nos cemitérios. A praça pública, ainda que paradisíaca, “muda de estatuto. Nada mais de fórum! Não temos mais o lugar central em que os cidadãos se encontram [...] apaga-se este hábito de discutir em conjunto os negócios da cidade ou os negócios privados” (LE GOFF, 1998, p. 10).

Para Mumford (1998), independente da diversidade de origens e das múltiplas formas assumidas, a cidade da Europa medieval era uma estrutura coletiva, cujo sentido vinculava-se ao desenvolvimento de uma vida cristã, consubstanciando uma espécie de laço cívico em torno do invisível. Contudo, num cenário em que os cristãos se opunham a pagãos, e fiéis possuíam natureza distinta dos infiéis; à diferença da Atenas descrita por Vernant (1986), os homens não eram assemelhados entre si, nem tampouco eram intercambiáveis os seus papéis políticos. Dessa forma, restara à doutrina cristã transplantar a utopia urbana para o céu (MUMFORD, 2008 *apud* MARGUTTI, 2010). Na projeção de Agostinho, os cristãos estavam a serviço da *cidade terrena*, mas, ao mesmo tempo, eram considerados cidadãos

do céu, ou seja, integravam a chamada *cidade celestial*. Polemizando com os opositores do cristianismo, na obra intitulada *Cidade de Deus*, o bispo busca fundamentar bíblicamente seus argumentos. Para tanto, reporta ao mito da origem da história humana, quando os irmãos Abel e Caim, movidos por vontades radicalmente distintas – e pela justa determinação de Deus – teriam promovido o aparecimento desses dois tipos diferentes de cidade. Os seguidores de Abel e dos anjos bons comporiam a *cidade de Deus*, enquanto os homens que seguissem Caim, e os demônios, integrariam a *cidade dos homens*. Entrelaçadas na realidade temporal, tais cidades se separariam definitivamente no juízo final. Somente depois da morte, portanto, o cidadão teria acesso a um mundo bom e perfeito, livre da perturbação do pecado, que assola a *cidade dos ímpios e da confusão*. Antes disso, os bons conviveriam com os maus; féis com infieis; vícios com virtudes; êxitos com fracassos.

Distante do céu e da utopia agostiniana, a cidade real – concentrada num espaço pequeno, e entrecortada por ruas estreitas, frequentemente irregulares – convertera-se em lugar de produção e troca, entrecruzando comércio e artesanato. “Nos espaços criados pela economia urbana as pessoas desfrutavam de uma liberdade de ação individual que não poderiam ter em nenhuma outra parte” (SENNETT, 2003, p. 140). Ao mesmo tempo, para viver nas cidades medievais era necessário estar ligado, pertencer a uma associação: um mosteiro, uma paróquia, uma guilda. O grupo era condição de segurança e proteção, ainda que impusesse obrigações e responsabilidades corporativas. Nesse contexto, a livre associação, além de substituir antigos laços de sangue e fidelidade, institui um novo conjunto de relações e deveres (MUMFORD, 1998). Le Goff considera que a história das cidades na Idade Média se divide em antes e depois das ordens mendicantes:

Na Igreja, as novas ordens do século XIII, dominicanos e franciscanos, denominam-se a si mesmas ordens mendicantes. O mendicante é quase que desejado na cidade, ele permite ao burguês trabalhar pela sua salvação oferecendo esmolas. [...] A mendicância tinha, com efeito, um duplo mérito: de um lado, coloca em evidência a miséria do homem, e, de outro, para aqueles que se acham do lado bom da roda da Fortuna, ela dá a oportunidade de trabalhar por sua salvação mediante a esmola [...] (LE GOFF, 1998, p. 51).

Os mendicantes se instalam nas portas da cidade ou mesmo fora dela, no subúrbio, em terrenos que lhes são doados por senhores ou pelos novos ricos. Aos poucos, se fazem conhecidos e poderosos. Sua presença evoca os deveres cristãos que devem ser cumpridos pelos cidadãos. Dessa forma, para Le Goff, “as ordens mendicantes são as cidades. Elas é que primeiro desenvolvem uma primeira imagem daquilo que deve ser a cidade, imagem de paz, de justiça, de segurança” (LE GOFF, 1998, p. 90).

A cidade medieval tentava encontrar segurança se cercando de muralhas, que exerciam proteção material e simbólica, na medida em que preservavam, idealmente, o espaço urbano – livre e civilizado – do contato com a rusticidade do entorno rural. Espaço livre, civilizado e caro: os testamentos revelam os preços elevados de terrenos e imóveis construídos sob a proteção das muralhas (LE GOFF, 1998).

A ameaça de ataques de bandos de camponeses ou de *vadios* tirava o sono dos cidadãos. Por isso as casas eram cuidadosamente trancadas à chave. Se, por um lado, essa recorrente preocupação denuncia o medo de roubo, considerado crime muito grave; por outro, permite perceber a cidade como um lugar de cobiça e competição, em que “cada homem é um demônio para si”, conforme evidencia Sennett, ao citar um clérigo medieval, impressionado com o “desnível moral” dos mercados parisienses no século XIII (SENNETT, 2003, p. 169). Outros medos, contudo, perturbavam o morador da urbe medieval, reforçando o sentimento de insegurança. Assim, não apenas os domicílios urbanos necessitavam de tranças. Também os pobres, doentes e leprosos eram levados aos asilos.

Ao corporificar o exemplo de pobreza e humildade, o mendicante buscava difundir uma espécie de *bem comum* adaptado ao cristianismo: uma “comunidade urbana fraternal” (LE GOFF, 1998, p. 91), em contraposição ao mundo hierarquizado da pirâmide feudal (camponeses, senhores, clero e rei), à prática da usura e da especulação. Espaço de compaixão, a comunidade acolhia a todos que necessitassem, desde que *todos* não incluíssem hereges, judeus, cortesãos – de cujo contágio os cidadãos tentavam se purificar, aplicando torturas, erguendo fogueiras, construindo guetos. Assim, as mazelas da cidade real expunham os paradoxos próprios do mundo burguês, ainda que, nos tempos medievais, tal mundo estivesse apenas a ensaiar seus

primeiros passos.

Para Le Goff (1998), a cidade medieval foi, dentre outras coisas, um campo fecundo em experiências sociais e políticas. Mumford (1998) a compreende como uma criação original, por ter conferido medida singular à liberdade, participação e autonomia, mesmo que sua estrutura social permanecesse hierárquica; e por ter se delineado como um espaço desde o qual irradiavam criatividade e inovação cultural, expressas não somente no desejo de alcançar o céu – consubstanciado pela imaginação na verticalidade de suas edificações –, mas também na conversão ao urbanismo, ocorrida a partir do século XII. Le Goff, igualmente sensível a este aspecto, traduz com maestria: “A Idade Média não sente a beleza da natureza, ela cria a beleza artística urbana” (1998, p. 115). Nessa perspectiva, frequentemente representada como um canteiro de obras, a urbe da Idade Média, apesar de seus demônios subterrâneos, afirmou-se, ativa e otimista, como um lugar de renovação e em constante mutação.

Ao final do medievo, as práticas e os hábitos de mercado, antes restritos à *praça de mercado*, não apenas atingiriam outros cantos da cidade, como se estenderiam, sob riscos calculados, para muito além do entorno de seus muros protetores, das regulamentações corporativas e obrigações cristãs (MUMFORD, 1998). A busca por oportunidades comerciais anulava as distâncias. Na reinvenção de rotas e caminhos, um novo mundo se abria.

As cidades modernas e suas dissonâncias

Conforme o mercado se expandia, material e simbolicamente, as fortificações e muralhas feudais eram extrapoladas, impulsionando, cada vez mais, a transferência de grupos populacionais do campo para o espaço urbano. Aos poucos, a cidade abriu-se para o cenário internacional e se tornou, inclusive, cosmopolita, uma forma propriamente moderna de urbe. Por consequência, os fluxos de pessoas, mercadorias e ideias se acentuaram ainda mais, reconfigurando as relações entre espaço e lugar. As populações medievais demonstravam grande apego às suas cidades, porém esse sentimento entraria em conflito com a necessidade de mobilidade imposta

pela incansável busca do lucro. Analisando as transformações históricas dos séculos XVII e XVIII, Sennett ressalta: “o homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel” (2003, p. 213). Embora a afirmação seja concisa, seus significados são amplos e profundos, principalmente por remeterem à associação entre o que é nomeado como *moderno* e a ideia de *mobilidade*. Tal associação pode, inclusive, ser percebida muito antes dos séculos observados por Richard Sennett. Ao se referir à celebração do homem feita por Pico della Mirandola (1463–1494) em *Discurso sobre a dignidade humana*², Jacy Seixas comenta:

A maravilha aqui celebrada, o homem, configura um *novo homem*, que coloca, de forma ao mesmo tempo determinada e cuidadosa [...] sua saturação dos insondáveis e canônicos mistérios e da imobilidade do mundo medieval. Esse homem ‘admirável’ é aquele que se dá a ver, quer tudo ver e também ser visto, que abandona a contemplação como ética e exterioriza-se no mundo – destino doravante de suas constantes intervenções e experimentos – e, a partir desse movimento de extroversão e atuação *no* e *sobre* o ‘mundo circundante’, elabora, experimenta, imagina e *fabrica* concomitantemente o seu ‘mundo interior’; digamos, valendo-nos de noção a nós contemporânea, a sua subjetividade, o seu Eu. Esse projeto – a modernidade – institui-se a partir de dispositivos múltiplos desde os séculos chamados renascentistas (SEIXAS, 2012, p. 280. Grifos da autora).

Apesar das correlações óbvias e até semelhanças que guardam entre si, os termos *moderno*, *modernidade*, *modernização* e *modernismo* são portadores de especificidades. Todavia, de modo geral, emergem, em diferentes contextos, como uma chancela do novo, do atual, em oposição

2. Apesar da curta existência, o humanista italiano Giovanni Pico produziu uma vasta obra, na qual se pode perceber o entrecruzamento de magia e ciência, fortemente presente nos fervilhantes séculos renascentistas. Sobre a criação do homem, escreveu Pico della Mirandola, em 1480: “Ó suprema liberalidade de Deus pai! Ó suprema e admirável felicidade do homem, ao qual é concedido obter aquilo que deseja, ser aquilo que quer. [...] No homem que nasce o Pai colocou sementes de toda espécie e germes de toda vida. E, conforme cada um as cultivar, elas crescerão e nele darão seus frutos”. Cf. ROHDEN, Valério. **Pico della Mirandola e a natureza humana**. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/38968/24910>. Acesso em: 19 fev. 2018.

ao velho, arcaico, tradicional. A expressão *modernidade* aparece mais tarde do que o processo por ela representado, pois foi concebida no campo da arte, pelo poeta francês Charles Baudelaire, somente em 1863, conforme destaca David Harvey (2012), quando intenciona evidenciar a tensão inerente à modernidade. Na visão do poeta, ela traduziria “o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável” (BAUDELAIRE *apud* HARVEY, 2012, p. 21). Retomando ainda as concepções de Marshall Berman e Carl Schorske, Harvey sintetiza: “a modernidade [...] não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (2012, p. 22).

Disso decorre a fecundidade da afirmação de Sennett: *o homem moderno é, acima de tudo, um ser humano móvel*. Muito mais do que fazer referência a deslocamentos meramente espaciais impostos ao ser humano pelo capitalismo moderno na busca do lucro, a afirmação, em sintonia refinada com a sensível percepção de Baudelaire, sinaliza as próprias condições de construção da subjetividade na modernidade: a mobilidade e a mutabilidade enunciadas desde o século XV. No turbilhão moderno que se lhe abre, o ser humano é movente; o tempo todo, ele se (re)faz. Na medida em que (re) constrói valores, experimenta deslocamentos – em relação a si e ao outro –, vivencia estranhamentos e desdobramentos vários. Assim, não somente as muralhas das cidades se desfazem ou se tornam inoperantes, mas “qualquer forte conexão visceral com o meio ameaça tolher o indivíduo” (SENNETT, 2003, p. 214). Por consequência, há um preço a pagar, adverte Sennett: “o movimento autônomo diminui a experiência sensorial, despertada por lugares ou pessoas que neles se encontrem. [...] Para dispor de si mesmo, você não pode sentir muito [...] deslocar-se ajuda a dessensibilizar o corpo” (2003, p. 214).

As cidades modernas, entregues “às exigências do tráfego e ao movimento acelerado das pessoas” (SENNETT, 2003, p. 214), sucumbiram a esse princípio geral. Ao relacionar o planejamento urbano com as descobertas do médico britânico William Harvey (1578–1657) – responsável por uma verdadeira revolução na ciência por seus estudos

sobre a circulação sanguínea –, Richard Sennett constatou que “palavras como ‘artéria’ e ‘veia’ entraram para o vocabulário urbano no século XVIII, aplicadas por projetistas que tomavam o sistema sanguíneo como modelo para o tráfego” (2003, p. 220-221), concentrando atenção e esforços em elementos urbanísticos que facilitassem a circulação.

Para além da mera antecipação da preocupação com a mobilidade urbana, a ênfase na circulação, “valorizada tanto pela medicina como pela economia, [...] criou uma ética da indiferença. [...] O corpo secular em infundável locomoção corre o risco de [...] perder suas conexões com outras pessoas e com os lugares através dos quais se move” (2003, p. 215. Grifos meus).

Sem negar o turbilhão da modernidade, o projeto iluminista abraçou a ideia de progresso e postulou, como caminhos inequívocos para a emancipação humana, o domínio da natureza pela ciência; formas racionais de organização social e libertação das irracionalidades do mito, da religião e da superstição. “A transitoriedade, o fugidio e o fragmentário [foram vistos] como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado” (HARVEY, 2012, p. 23). A cidade, por sua vez, sob as luzes do movimento, passou a representar o palco para esse novo modo de experimentar a vida – território providencial para fomentar a criatividade, descoberta e excelência individual.

Contrariando o otimismo iluminista, porém, a cidade industrial do século XIX emergiu como um campo de batalha, mutilando e matando trabalhadores. Num cenário entrecruzado por ferrovias, a mina e a fábrica multiplicaram os centros urbanos, sob a batuta dos que defendiam Estados com poderes limitados, desde que os governos fossem zelosos da propriedade privada e da liberdade individual. Enquanto as autoridades políticas asseguravam condições para ganhos irrestritos, o ritmo alucinante do capitalismo se impunha. A imaginação progressista deslumbrava-se com as construções de aço e vidro – ainda que o desaparecimento fosse o seu destino (HUYSEN, 2014). “Vastas estruturas eram erigidas quase da noite para o dia. Os homens construíam aceleradamente e mal tinham tempo para se arrependem de seus erros, antes de derrubarem as estruturas originais e construir de novo, com igual descuido” (MUMFORD, 1998,

p. 486). A implantação do mercado de trabalho aberto e competitivo, ao lado da disputa pela venda de mercadorias, produziu aglomerados urbanos gigantescos, que cresciam indiferentes ao ambiente e às necessidades humanas.

Incansáveis, os idealizadores urbanos tentavam arejar: “foram eles [os utopistas da Ilustração] que lançaram o mito dos espaços verdes (parques, bosques, jardins dentro das ou próximos às cidades) como ‘pulmão’ das cidades” (FREITAG, 2002, p. 3). Entretanto, em meio a destroços e detritos, poluições e insalubridades, os cortiços proliferavam, subordinando a vida cotidiana à lógica corrosiva do capital. O trabalho ocupava cada vez mais as energias do cidadão e o tempo gasto com qualquer forma de alegria passou a ser tratado como desperdício. “A mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias” (MUMFORD, 1998, p. 483). O mais grave é que esse construto social foi considerado inevitável por uma parcela razoável de pessoas, as quais, mergulhadas nas promessas de um progresso mitificado, não conseguiam alcançar os profundos absurdos e horrores a que se condenava a sociedade. Ao lançar todas as apostas na racionalidade burguesa, a *coketown*³ talvez tenha conseguido corporificar, paradoxalmente, a mais crua expressão do colapso da razão. A pergunta de Mumford – “como construir uma cidade coerente, a partir dos esforços de mil competidores individualistas, que não conheciam outra lei que não a sua doce vontade?” (1998, p. 507-508) – permite compreender de que forma o ideário liberal burguês reelabora a noção de política, agora tramada e vivida na cidade moderna, morada do capitalismo e de seus interesses.

Espaço do contraditório, contudo, a urbe industrial provocou reações e protestos. A sujeira acumulada, o ar poluído e a água contaminada disseminavam doenças e elevavam os índices de mortalidade. As extensas jornadas de trabalho, os acidentes constantes nas fábricas insalubres, a

3. Expressão usada pelo escritor inglês Charles Dickens, em *Tempos Difíceis* (1854), quando retrata uma cidade industrial, evidenciando o aspecto cinza dos tijolos, as altas chaminés a lançar fumaça contaminada no ar e as terríveis condições de trabalho com que se deparam os personagens.

exploração até a exaustão física e psíquica dos trabalhadores provocavam indignação, revolta e mobilizações sociais – sem dúvida, um cenário aterrador, na perspectiva de quem temia prejuízos e contabilizava lucros. A universalidade do projeto iluminista não se sustentava frente às contradições sociais, como evidenciavam as barricadas erguidas nas ruas de Paris, mas não apenas, em 1848 e 1871. A cidade torna-se, assim, alvo de propostas de intervenção formuladas pelos estudiosos do planejamento e da gestão das relações humanas. Reformadores e urbanistas, engenheiros e sanitaristas, apoiando suas ideias em argumentos científicos, alargavam as avenidas, abriam parques e praças, ampliavam os serviços públicos urbanos, ao mesmo tempo em que tentavam colocar os trabalhadores em seus *devidos lugares*.

As alterações urbanas na Europa do século XIX foram marcadas por diferentes cadências. Para Renato Ortiz, a Paris de Honoré de Balzac (1799-1850) “é muito distinta da Paris de Baudelaire [1821-1867]. A distância que se interpõe entre elas é preenchida [...] pelo advento da luz elétrica e dos bondes, pela invenção do cinema e dos novos estilos arquitetônicos em ferro e vidro, estações ferroviárias e *grand-magasins*” (2000, p. 13). Ao refletir sobre o teor e profundidade dessas mudanças, ainda se referindo a Paris, o autor lembra que cada parte da cidade era separada da outra, como se integrassem universos distintos e incomunicáveis. Apenas a racionalização do espaço promovida pela intervenção urbana de Haussmann⁴, em meados do século XIX, permitiria que a cidade fosse concebida como um “todo integrado” (ORTIZ, 2000, p. 18), no qual a noção de circulação se sobrepunha à de fixidez e de segmentação espacial. “O ideal urbano de Haussmann era a larga perspectiva através das avenidas. [...] monumentos do poder da burguesia, temporal e espiritual. Elas eram veladas, depois de prontas, e inauguradas como se fossem estátuas” (ROUANET, 1992, p.55).

A modernização em tela pretendeu transformar não apenas o cenário da cidade, mas também as relações entre as pessoas. Na expressão

4. Georges Eugène Haussmann (1809–1891) foi responsável pela reforma urbana de Paris, sob a determinação de Napoleão III, tornando-se, o seu projeto de modernização, um marco na história do urbanismo e do controle político das cidades.

de Sennett: “As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados” (2003, p. 264). Mais uma vez, a forma urbana devia responder às imposições da forma do poder.

Paralelamente ao empenho em reformar o espaço urbano e em disciplinar os comportamentos, individuais e coletivos, o crescimento de algumas cidades europeias tornava-se notável e mesmo assustador. Para os atenienses, a cidade deveria ser alcançada, do alto da acrópole, por um único olhar. Mais que assegurar à sua dimensão uma medida humana, a imagem revela “uma concepção ao mesmo tempo estética e política da unidade urbana. Essa visão sinóptica ou geral, que permitia ao cidadão [...] contemplar toda a sua cidade tão prontamente quanto podia abranger a forma e o caráter de uma única pessoa, era a nota grega essencial” (MUMFORD, 1998, p. 206). No entanto, sob o ritmo alucinante do capital, as cidades do século XIX cresciam, espriavam e se alastravam desmedidamente. O espaço urbano assumia outras formas – ou se deformava, a depender do ponto de vista.

Na medida em que concentrou ainda mais o comércio, a gestão política, a produção de bens materiais e simbólicos, a oferta de serviços – reunindo e polarizando as mais diversas atividades humanas –, a urbe passou a ser percebida como espaço da movimentação, do ir e vir incessante, da pulsação frenética dos desejos e de muitas esperanças, mas também como o espaço da fragmentação e do aviltamento de indivíduos e grupos, das relações provisórias e superficiais, da ambição e do conflito.

Georg Simmel e Walter Benjamin: um convite para (re)pensar as cidades

Impactado pelas alterações ocorridas na Berlim da passagem do século XIX para o XX – as quais converteram uma cidade tradicional em metrópole moderna – Georg Simmel manifestou interesse pela movimentação e aceleração do ritmo de vida; pelo crescimento extraordinário das cidades, com concentração de pessoas e produtos;

pela modernização tecnológica e lazer de massa. Em perspectiva crítica às implicações de todo esse processo no viver cotidiano e, ao mesmo tempo, sensível às novas possibilidades abertas ao cidadão, Simmel retratou a grande cidade como o palco a encenar os dramas da modernidade, local em que culmina o conflito indivíduo-sociedade, provocando transformações na vida do espírito, agora submetido à “intensificação da vida nervosa” (SIMMEL, 2005, p. 577). Atento à sociedade de seu tempo em tudo que lhe era peculiar e se contrapunha aos modelos sociais anteriores, e sem perder de vista o caráter relacional das ações sociais, os conceitos forjados por ele para compreender a metrópole seriam, pois, trilhas para sua substancial análise da modernidade. Para Simmel, seria impossível dissociar a leitura das metrópoles da análise de sua vida do espírito – agora diferente da que ocorria nas cidades da pré-modernidade. Seu olhar sobre a cidade se colocava, assim, na contracorrente dos cientificismos e mecanicismos predominantes no campo da teoria social.

Ao se deter sobre as características da modernidade, Simmel perscrutou a interferência da economia monetária na dissolução dos vínculos pessoais entre o indivíduo e seu círculo social. Na ordem pré-moderna, o indivíduo estaria inserido em grupos de pertencimento, sendo a afetividade um forte componente dos laços sociais: “o homem encontrava-se num estado de pertencimento que o vinculava a uma comunidade ou a uma propriedade da terra [...] sua personalidade estava fundida a círculos de interesse objetivos ou sociais [...]. Esta unidade foi destruída pela época moderna” (SIMMEL, 2013a, p. 51), desde que o dinheiro se colocou entre a posse e o proprietário, na expressão do autor, como uma “camada isolante” (SIMMEL, 2013a, p.53), de forma tal que “o espírito moderno tornou-se mais e mais um espírito contábil” (SIMMEL, 2005, p. 580).

Deixando a personalidade *por conta própria*, a modernidade conferiu ao indivíduo uma liberdade anteriormente impensável: “o dinheiro produz, por um lado, uma antes desconhecida impessoalidade de todo ato econômico e, por outro lado, uma autonomia e independência da pessoa também maiores” (SIMMEL, 2013a, p.52). Mas o mesmo processo que separa e distancia as pessoas, que as libera dos *vínculos restritivos*, produz ligações sociais de novo tipo: “a economia monetária possibilitou inúmeras

associações que demandam de seus membros apenas contribuições em dinheiro, ou orientam-se por um mero interesse monetário” (SIMMEL, 2013a, p. 53).

Sem cor, sem história, sedutor e vulgar, o dinheiro – este deus da modernidade – torna tudo equivalente a qualquer coisa. “O fato de que na circulação do dinheiro uma pessoa tenha exatamente o mesmo valor que outra se baseia simplesmente em que ninguém, a não ser o dinheiro, possui valor” (SIMMEL, 2013b, p.22). Nesse cenário moderno, os indivíduos constroem – e se inserem em – teias sociais instituídas por interesses econômicos, estando fortemente interligados e interdependentes: “o dinheiro atrela inevitavelmente as pessoas, pois agora cada um trabalha para o outro, e somente o trabalho de todos cria a unidade econômica abrangente que completa a contribuição parcial do indivíduo” (SIMMEL, 2013a, p. 55). O viver urbano requer, em decorrência da própria economia monetária, maior habilidade contábil, exatidão, acuidade, ou seja, racionalização para operações matemáticas no dia a dia e desenvolvimento de aptidões intelectuais para lidar com as mudanças rápidas. “Decerto isso contribui para a natureza racional, calculadora da modernidade em relação ao caráter mais impulsivo, impetuoso, emotivo das épocas anteriores” (SIMMEL, 2013a, p. 65).

Por outro lado, produz o embotamento do espírito, a superficialidade. A sensibilidade aturdida e fragilizada seria uma decorrência da abundância de estímulos, da monotonia do excesso, “um fenômeno psíquico de *adaptação*, por meio do qual os nervos, esgotados pela dinâmica da vida moderna e numa tentativa de se acomodar às suas exigências, renunciam a qualquer reação às pressões externas” (BUENO, 2013, p. 157. Grifo do autor). De forma paradoxal, com a percepção comprometida, exausto intelectualmente – porque muito solicitado – o sujeito busca novas e velozes excitações, numa relação circular que, a Simmel, parecia não ter fim.

Arguto observador da sociedade de seu tempo, Simmel buscou alcançar a modernidade, em suas dissonâncias, e o indivíduo, afetado pela economia monetária, pela aceleração do ritmo da vida, pelo lazer de massa, pela abundância de estímulos, a partir da grande cidade, lócus do moderno, por excelência. Para melhor evidenciar suas proposições, estabeleceu

algumas comparações com a vida no campo, nas cidades pequenas ou antigas, onde o ritmo mais lento e a rotina protegeriam o indivíduo da sobrecarga de estímulos. Refletindo sobre essa questão, Silke Kapp afirma que o contraste por ele sublinhado não se baseia em fatores numéricos, mas na *lógica da coesão*:

[...] o contraste entre a metrópole e a cidade pequena ou o campo, tal como comparece no ensaio de Simmel, é um contraste entre relações socioespaciais capitalistas e pré-capitalistas. É a socialização mediada pelo capital que, por volta de 1900, caracteriza as metrópoles, mas ainda não domina o campo ou as cidades pequenas da mesma maneira (KAPP, 2014, p.144).

Entretanto, não se pode perder de vista que, sem desconsiderar a materialidade da cidade, Simmel, ao sublinhar as relações monetárias e o *fetichismo da mercadoria* apontado anteriormente por Marx, empreende uma análise da cultura e da sensibilidade, por isso sua ênfase aos sentidos que os cidadãos conferem à cidade, o destaque para as formas de convivialidade no espaço urbano. O legado de Simmel para os estudos urbanos talvez resulte, portanto, na percepção de que não é possível pensar historicamente as cidades sem que se compreendam as subjetividades de sua época.

Em última instância, reitera-se a visão simmeliana da realidade urbana como produto de relações sociais complexas e transitórias; como locus de uma sociabilidade própria, porém em constante movimento e transformação – espaço *vivo* capaz de produzir e transmitir significados. As formas urbanas, historicamente (re)construídas a partir de relações entre indivíduos e coletividades, não se constituem, portanto, somente num modo de apreensão do mundo. Elas também constroem o mundo e se modificam em conformidade com a dinâmica, sempre tensa, do mundo.

Alguns anos depois de Georg Simmel, Walter Benjamin (1892-1940) também se mostra sensível às mudanças radicais transcorridas na cidade moderna – especialmente na Paris dos séculos XIX e XX. O arguto olhar de Benjamin – entre nostálgico e melancólico – busca recapturar no passado a força da experiência social esfacelada pela modernidade.

Para Sergio Paulo Rouanet, a cidade, em Benjamin, está sob

a atribuição do *flâneur* (1992, p. 50), cuja emergência é possibilitada pela circulação – “princípio estruturante da modernidade” (ORTIZ, 2000, p. 21). Na sociedade firmada no ideário da Revolução Francesa, esse personagem urbano, desenraizado e livre de qualquer estamento, passeia pela cidade, seguindo sua própria consciência. Ao caminhar pelas ruas de Paris, “seus passos lentos contrastam visivelmente com o cidadão comum”⁵, cujos passos rápidos e mecânicos obedecem ao ritmo febril do progresso e da modernização. A rua é, para o cidadão, o caminho que conduz ao trabalho, num tempo infernal de dias sempre-iguais. Os movimentos apressados e repetitivos demonstram que os indivíduos da civilização urbana e industrial

[...] não conhecem mais a experiência autêntica (*Erfahrung*), baseada na memória de uma tradição cultural e histórica, mas somente a vivência imediata (*Erlebnis*) e, particularmente o *Chockerlebnis* [experiência do choque] que neles provoca um comportamento reativo de autômatos ‘que liquidaram completamente sua memória’ (LÖWY, 2005, p. 28).⁶

Para o *flâneur*, ao contrário, a rua se converte em sua própria casa (CHAVES, 2013) e, transitando por ela, ele sorve e experimenta a cidade, convidativa e fascinante em suas passagens e esquinas – fecundas encruzilhadas espaçotemporais. A cidade labiríntica reserva surpresas,

5. Cf. CHAVES, Ernani. Walter Benjamin e a fotografia de cidades. [Palestra em vídeo]. Belém. 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHSqryvgwb8>. Acesso: 19 fev. 2018.

6. A incapacidade do homem moderno de transformar a vivência em experiência é fundamental para a compreensão da crítica à modernidade feita por Benjamin. Paola Berenstein Jacques esclarece a diferença entre as duas noções, conforme os sentidos empregados pelo autor: “*Erlebnis*, a vivência, o acontecimento, uma experiência sensível, momentânea, efêmera, um tipo de experiência vivida, isolada, individual; e *Erfahrung*, a experiência maturada, sedimentada, assimilada, que seria um tipo de experiência transmitida, partilhada, coletiva” (JACQUES, 2013, p. 55). Para Jacques, há ainda um aspecto importante a ser ressaltado no que se refere ao conceito de experiência em Benjamin: “outra pista interessante, que foi lembrada por Jeanne Marie Gagnebin [...], estudiosa de Benjamin, é a etimologia da palavra *Erfahrung*, experiência coletiva, que vem do radical *fabr*, usado no antigo alemão em seu sentido literal de percorrer, atravessar uma região durante uma viagem, ou seja, este tipo de experiência está diretamente ligado à ideia do percurso, da experiência de percorrê-lo e, assim, da errância” (JACQUES, 2013, p. 55).

emergindo até mesmo de seus subterrâneos e dos recônditos de sua história. Diante do olhar perspicaz do *flâneur*, ela se abre e o envolve. Ele a percorre e se deixa percorrer por ela, por suas edificações: galerias, museus, estação ferroviária, pontes, bolsa de valores. Sua sensibilidade se nutre do que se apresenta a seus olhos e, ao mesmo tempo, se embriaga do passado, absorvendo a pulsação da cidade – repleta de objetos esvaziados de significação pela modernidade, mas também habitada por escritores e poetas; trapeiros, jogadores e prostitutas. Ocioso, o *flâneur*, a passos despreocupados e desocupados, interpela a acepção capitalista de trabalho. A seus olhos vivos, contudo, a cidade se torna rica de significados. Sua quase invisibilidade junto aos passantes lhe possibilita atenção aos detalhes (CHAVES, 2013).

Por meio da sua coreografia cadenciada, não somente a cidade se revela, mas também se expressa a crítica de Benjamin – angustiado diante da perda da experiência autêntica, ocorrida na modernidade e, sobretudo, diante do avanço da história rumo à catástrofe. O culto ao progresso é por ele radicalmente desmistificado, tanto na versão civilizacional burguesa, quanto nas visões hegemônicas de esquerda – presas a ideias positivistas ou evolucionistas, que remetem a uma suposta inexorabilidade da história (LÖWY, 2005). Benjamin intensifica a crítica à decadência do *flâneur* (CHAVES, 2013) e a relaciona às mudanças promovidas na cidade pelas mãos da burguesia. “As reformas urbanísticas e a generalização dos meios de transporte fazem com que a cidade possa ser concebida como um sistema integrado [...] Mas para isso a velha Paris teve de ser destruída” (ORTIZ, 2000, p. 18). As ruas se expandem e a mobilidade urbana se aprimora. “O ritmo da história dilata e acelera os passos do transeunte. Entretanto, o que se ganha em locomoção necessariamente não se traduz em liberdade ou emancipação” (ORTIZ, 2000, p. 18).

A cidade moderna do século XX, ao propiciar a seu habitante cada vez mais o contato diário com novos signos e situações, reconhecidamente inviabilizou a transformação da vivência em experiência. Mas se, ao vagar pelas ruas da cidade sorvendo vida, o *flâneur* pulsara como uma figura do contrafluxo, a *flânerie* permanece inspiradora como atividade intelectual. Entendidos como mecanismos de estranhamentos, o passeio e deslocamento

pela cidade – ora “moradia”, ora “paisagem” –, a aproximação e o distanciamento emergem como recursos metodológicos importantes para a apreensão da vida urbana para além da “percepção imediata das coisas” (ORTIZ, 2000, p. 22). A observação de Ortiz torna inevitável a indagação: afinal, qual seria a face da cidade revelada para além de sua percepção imediata? “Nenhum rosto é tão surrealista quanto o rosto verdadeiro de uma cidade”, responde Benjamin, sinalizando para as “encruzilhadas”, as “inconcebíveis analogias e acontecimentos entrecruzados” (BENJAMIN, 1993, p. 27), que fazem cintilar os diversos rostos – *colagens surreais* (CHAVES, 2013) – da cidade verdadeira, em desafio diário às representações hegemônicas tão bem arquitetadas. O olhar do *flâneur*, tal qual a modernidade, é movente. Mais do que meramente descobrir a cidade, seu olhar a (re)encontra e (re)conhece. Rouanet, ao refletir sobre o sentido do (des)compasso dessa figura urbana, em seu itinerário pelas ruas da cidade moderna, afirma que, para Benjamin, “o homem habita um cidade real e é habitado por uma cidade de sonho” (1992, p. 67). Assim, o olhar do *flâneur*, criativo e criador, se movimenta para desvendar, alcançar a cidade, que está sempre a caminho de se tornar outra coisa (CHAVES, 2013). Seus olhos solitários e profundos se movem por entre resíduos e latências; passeiam por entre achados e chamados. Sem dúvida, são olhos que atraem e convidam o historiador a percorrer e repensar as cidades, como nos versos de Baudelaire: “Ao longo dos subúrbios, onde nos pardieiros/ Persianas acobertam beijos sorrateiros [...] Exercerei a sós a minha estranha esgrima,/ Buscando em cada canto os acasos da rima,/ Tropeçando em palavras como nas calçadas,/ Topando imagens desde há muito já sonhadas” (BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN, 1991, p. 68). Na poética deste olhar, fascinado pelas ambivalências que entretecem o viver urbano, reside, muito provavelmente, a vitalidade da perspectiva benjaminiana.

Referências

- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**. Um lírico no algo do capitalismo.

Obras Escolhidas. Vol. III. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Vol. I. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BUENO, Arthur. Simmel e os paradoxos da cultura moderna (Posfácio). In: _____. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013. p. 145-181.

CHAVES, Ernani. Walter Benjamin e a fotografia de cidades. Palestra [Vídeo]. Belém. 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHSqryvgwb8>. Acesso: 19 fev. 2018.

FREITAG, Bárbara. Utopias urbanas. Brasília, 2002. Disponível em: https://teoriado_espacourbano.files.wordpress.com/2013/01/freitag-bc3a1rbara-utopias-urbanas.pdf. Acesso em: 19 fev. 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. A nostalgia das ruínas. In: _____. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014. p. 91-114.

KAPP, Silke. De Simmel ao cotidiano na metrópole pós-urbana. In: PECHMAN, R. M. (Org.). **A pretexto de Simmel: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 139-152. ISBN 9788577852703. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=952%3Ae-book-%E2%80%9Ca-pretexto-de-simmel. Acesso em: 19 fev. 2018.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Conversações com Jean Lebrun. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

JACQUES, Paola Berenstein. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MARGUTTI, Vivian Bernardes. **Peregrinos em busca**: alegoria, utopia e distopia em Paul Auster, Nathaniel Hawthorne e John Bunyan. Tese de Doutorado em Estudos Literários – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social**. Revista de Sociologia. USP, São Paulo, n. 12, mai. 2000. p. 11-28.
- PECHMAN, Robert Moses. Na selva das cidades: um *blasé* e *três voyeurs*– Simmel, Hopper, Hitchcock e Vettriano. In: _____. **A pretexto de Simmel**: cultura e subjetividade na metrópole contemporânea. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 82-120. ISBN 9788577852703. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- ROHDEN, Valério. **Pico della Mirandola e a natureza humana**. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/38968/24910>. Acesso em: 19 fev. 2018.
- ROUANET, Sergio Paulo. **É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?** **Revista USP**. n.15, 1992. p. 48-75.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Linguagens da perplexidade: personas, infinitos desdobramentos (três narrativas, três tempos). In: SEIXAS, J. A.; CERASOLI, J.; NAXARA, M. (Org.). **Tramas do político**. Linguagens, formas, jogos. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 279-300.
- SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2005. p. 577-591.
- SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013a. p. 51-69.
- SIMMEL, Georg. Para a psicologia do dinheiro. In: BUENO, Arthur. (Org.). **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Editora Senac, 2013b. p.11-27.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 5. ed. São Paulo: Difel, 1986.

As Cidades contemporâneas e suas transformações

GERSON CONSTÂNCIA DUARTE¹
Universidade Federal do Espírito Santo

MARIA DA PENHA SMARZARO SIQUEIRA²
Universidade Federal do Espírito Santo

MAURIZETE PIMENTEL LOUREIRO DUARTE³
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O estudo sobre a cidade possibilitou ao homem um conhecimento maior sobre as diferenças e os conflitos que nela e dela emergem, assim como permitiu que a historiografia demonstrasse, através da evolução da economia, da política, da sociedade e de sua cultura, as transformações que impulsionaram o desenvolvimento urbano. No âmbito destas questões traçamos uma análise relativa a conceitos e categorias das cidades, refletindo sobre as origens e as principais transformações do espaço urbano, assim como da sociedade nele inserido. Tal discussão nos permite pensar as cidades em uma ampla diversidade de abordagens que perpassam pela sua função, organização e particularidades, que interagem e refletem impactos sobre as formas de reprodução social. Na complexidade socioespacial das cidades abordamos a questão da violência como um fenômeno social tradicionalmente enraizado no ambiente urbano.

Palavras Chave: Cidades. Transformações. Violência.

Abstract: The study about the city gave the man a better chance to get greater understanding of the differences and conflicts created in it, and that emerge from it, and allowed the historiography to demonstrate, through the evolution of the economy, the politics, the society and its culture, the changes that boosted urban development. About these topics we have drawn an analysis related to the concepts and categories of cities, reflecting on the origins and the main transformations of urban space, as well as the society inserted in it. Such a discussion allows us to think of cities in a wide variety of approaches related to their function, organization and peculiarities, which interact and reflect on forms of social reproduction. In socio complexity socialspacial of cities we address the issue of violence as a social phenomenon traditionally rooted in the urban environment.

Keywords: Cities. Transformations. Violence. Urban Environment.

Recebido em 05/03/2018 e aceito em 28/05/2018.

1. Doutor em História pela UFES/CESNOVA Universidade Nova de Lisboa – UNL. gersoncduarte@hotmail.com.

2. Pós-Doutora em Sociologia Urbana- Universidade Nova de Lisboa-UNL. Doutora em História Econômica Universidade São Paulo-USP/BRASIL. Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES/Brasil. penhasiq@hotmail.com

3. Doutora em História - UFES/CESNOVA Universidade Nova de Lisboa - UNL. maurizeteduarte@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Quando refletimos sobre a cidade e as problemáticas dela decorrente, buscamos um entendimento a respeito das razões e dos fenômenos sofridos pelo espaço urbano e, conseqüentemente, pelo cidadão. Neste caminho, nos deparamos com um universo de informações e entendimentos que envolvem o processo dinamizador das principais transformações ocorridas na cidade. Através de reflexões provenientes do aspecto social, religioso, político-administrativo e, principalmente, econômico, é possível considerar tais fenômenos como elementos inerentes não apenas ao espaço urbano, mas também ao cidadão, ou seja, aquele que vive na cidade, no sentido de que os mesmos são atingidos pelas constantes mudanças que contribuem na constituição de novas relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

Nesse entendimento, este artigo tem como objetivo refletir sobre as transformações sofridas pela cidade a partir de um processo modernizador de urbanização, aprofundando a natureza dos conflitos, compreendidos como já inerentes à origem da cidade e dos seus habitantes. Essa natureza não dissocia campo e cidade, assim como não implica na apropriação de um único elemento responsável pelas principais mudanças das cidades, mas sim de todos eles, de maneiras interligadas e indissociáveis.

As cidades, na contemporaneidade, apresentam uma dinâmica que reconstrói formas de identificação cultural, as quais implicam na construção de novas identidades urbanas que atingem e mudam o cotidiano coletivo, contemplando novos modos de pensar e viver nos centros urbanos. Pensamos essa questão pelo viés da abordagem de Hall (2004), que aponta como característica da cidade contemporânea diferenças que apresentam múltiplas identificações e os contrastes sociais que moldam o sujeito traçando novas identidades sociais.

Partindo do entendimento da complexidade coletiva e social da sociedade moderna, que tomou forma no contexto das mudanças econômicas, sociais e políticas, o indivíduo também modifica sua identidade e a forma de ver o mundo, de acordo com os interesses estruturados na

nova sociedade⁴.

No direcionamento destas questões, iniciamos nosso artigo abordando a cidade em suas origens e transformações, com um olhar sobre a formação, constituição e transformação pela qual a cidade tem sido submetida e pela qual também vem submetendo os que nela estão inseridos. Traçamos uma discussão sobre a cidade e a modernização, contemplando o processo de urbanização e de industrialização como fatores aprofundadores das mudanças e dos conflitos surgidos na cidade, que nos conduzem a uma reflexão mais contemporânea, na qual apontamos como questão a violência no espaço urbano.

Tais abordagens nos permitem pensar a cidade num universo complexo e fragmentado, no qual verificamos um percurso a partir das contradições e das vulnerabilidades sócio urbanas, e como tais elementos se configuram como instrumento maior de fomentação da violência em seu sentido mais abrangente.

Para tanto, desenvolvemos o tema em uma interpretação histórico-sociológica, com uma abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica que contribuiu para uma compreensão mais ampla no campo teórico-conceitual. Buscamos, com nossa reflexão, situar a problemática urbana das cidades brasileiras no sentido das contradições que dão forma aos novos paradigmas sociourbanos na contemporaneidade.

A CIDADE: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES

Em um percurso sócio-histórico sobre as cidades e os fenômenos urbanos, Weber (1999) discute as diversas formas de organização das cidades na diversidade dos tempos históricos e apresenta uma consideração

4. Não temos como propósito neste artigo entrar em uma discussão aprofundada sobre a questão da identidade cultural, sua crise e novas formulações na modernidade e na pós-modernidade. Sobre este tema ver mais cuidadosamente em HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Referenciamos o pensamento do autor como um norte conceitual na abordagem de nosso tema.

em comum sobre elas, caracterizando a cidade na sociedade ocidental como um lugar de mercado.

Entendendo a cidade em um processo histórico, o autor discorre sobre a diversidade das cidades e da organização das sociedades em seus diferentes modos de produção e é a partir desta percepção que afirmamos ser na transição do feudalismo para o sistema de produção capitalista, com uma especialização permanente da produção econômica, que ocorre a troca de bens e serviços por parte de grupos de indivíduos, inclusive da população não urbana, criando, assim, uma correlação no ressurgimento da cidade a partir de uma função econômica.

A evolução do comércio possibilitou aos indivíduos verem a cidade como o local capaz de satisfazer suas necessidades, realizar seus sonhos e possibilitar uma condição de vida melhor. A dinamização dos centros comerciais e a falta de perspectiva gerada no campo resultaram num incessante crescimento demográfico e, conseqüentemente, territorial, produzindo uma sociedade cujas características se baseavam no individualismo e na competitividade. Na abrangência destas e no âmbito da abordagem de Weber (1999), observamos a preocupação com a importância da cultura ocidental e seus significados na emergência do capitalismo.

Para Weber (1999), importa considerar que o entendimento sobre a cidade, de forma solta e fragmentada, não possibilitava uma investigação concreta sobre os motivos, características e fatos que classificavam o espaço territorial como cidade. Para ele, outros conceitos além do econômico devem ser considerados, a exemplo do aspecto político.

O conjunto de transformações que ocorreram a partir dos movimentos que marcam a transição da sociedade feudal para um mundo moderno até a Revolução Industrial coroou as cidades como lugar da produção e reprodução socioeconômica e cultural, associando e consolidando historicamente a cidade a estes processos de mudanças e como lugar da pré-condição capitalista.

Neste percurso, os centros urbanos se entrelaçam com o florescimento e a prosperidade da burguesia mercantil dando lugar ao desenvolvimento das atividades industriais e à expansão das novas relações sociais. Assim, entendemos que o caráter mercantil e, posteriormente o

industrial fortalece a tradicional característica da cidade como lugar de trocas.

As mudanças pelas quais passaram as cidades estabeleceram diferenças em cada época histórica em função das formas de vida econômica, social, e de forma de poder, além disso a compreensão de conceitos clássicos se faz importante para um melhor entendimento destas questões, uma vez que cada tempo histórico, pelo qual passou a cidade, forneceu uma contribuição particular para o desenvolvimento das civilizações. É neste sentido que verificamos que tais diferenças foram capazes de gerar conflitos, lutas e contradições que perduram na contemporaneidade.

Para Lefebvre (1991), as cidades ocidentais são constituídas a partir de várias aldeias ou tribos que se estabelecem num determinado espaço físico, sendo que, a partir da necessidade de separação entre a cidade e o campo, dá-se a divisão entre a organização do trabalho baseado nos instrumentos e na habilidade. O autor (1991, p. 29) destaca que “o campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que estas representações se afastem de atividades reais”.

Porém, mesmo fazendo menção a essa divisão do trabalho que surge, conforme destaca o autor, a partir da separação conceitual do campo em relação à cidade, é importante destacar que tanto Lefebvre (1999), quanto Castells (2009) defendem a ideia da insociabilidade do campo/cidade, já que para o surgimento da segunda se fez necessário a geração do excedente de produção proveniente da primeira, o campo. Dessa forma, verificamos, a partir de Lefebvre (1999, p. 111) que a cidade está integrada num processo dialético no qual “constrói, destaca e liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos”.

A vinculação da cidade com as demais estruturas da sociedade fica demonstrada, através das articulações urbanas diretamente ligadas à estrutura sociopolítica e econômica que determina as relações sociais da cidade. Cada tempo traz novos conteúdos nas cidades, novas estruturas sociais, novos elementos dinâmicos e novas contradições no interior da

reprodução social (MUNFORD, 2004).

No traçado histórico das sociedades ocidentais, a cidade medieval se estrutura em uma dinâmica no sentido contrário àquele que conduz à urbanização, volta-se para sua região e, durante um tempo de longa duração, prevalecerá um isolamento que promove uma estagnação espacial e rompe com o dinamismo urbano.

A estruturação do sistema produtivo feudal criou e fortaleceu as condições necessárias à reprodução da economia agrária com novos grupos sociais organizados em função de um novo sistema de articulação socioeconômica. Esvaziou o urbano e a função econômica e política das cidades, ganhando expressão maior a hegemonia da cultura cristã, sua prática e suas representações.

O caráter agrário da sociedade vai modificar as características urbanas da Europa e, nesta “[...] sociedade rural, que forma a base da organização política feudal, as cidades têm um lugar marginal: não funcionam mais como centros administrativos, e em mínima parte como centros de produção e de troca” (BENEVOLO, 1999, p. 252).

O movimento que vai dinamizar o renascimento das cidades e originar outras é a retomada do comércio e a produção artesanal, principalmente a partir do século XI. A cidade recupera sua característica de mercado e a renovação do fenômeno urbano se dá pelo viés das atividades mercantis. A cidade desponta como um lugar de liberdade em meio ao mundo rural, do qual ela ainda depende para a reprodução das atividades comerciais que se expandem nas feiras, simbolizando o mercado. Le Goff (1998) reforça este caráter quando ressalta que a cidade, além de um aglomerado, é um centro econômico e o coração é o mercado. O comércio, aliado ao ofício artesanal, restabeleceu o sentido das cidades, em que a mentalidade predominante é a mercantil. Aí se situam as bases da cidade mercantil moderna, com caráter distinto do campo que se fortalece com a expansão comercial regional e inter-regional, incorporando as mudanças e inovações que foram ocorrendo ao longo do tempo.

Nesse contexto, ressaltamos as intercomunicações entre as cidades, em uma rede urbana que já expressava princípios de uma divisão interurbana de trabalho, possibilitada pela comunicação viária, fluvial e marítima, que

se expandia ao lado das relações comerciais e bancárias tomando vulto no sentido das novas dimensões do mercado. A infraestrutura e as novas relações mercantis se consolidaram apoiadas no poder centralizador do Estado Moderno (LEFEBVRE, 1991).

Entendemos que as mudanças políticas e ideológicas que permearam a sociedade moderna tiveram, no conjunto do movimento renascentista, enquanto um fenômeno urbano (RISÉRIO, 2012), ou seja, renascimento comercial, urbano e cultural e na criação dos Estados Nacionais, um impulso que favoreceu o desenvolvimento das cidades e da urbanização em uma organização mais livre, relevando os valores burgueses que ascendiam em uma nova mentalidade diversa àquela que predominava em tempos anteriores. Esse movimento caracteriza um fenômeno urbano, no qual a cidade agrega uma representação maior como lugar do mercado, da riqueza, da arte e da cultura.

As cidades europeias modernas expressavam as mudanças estruturais que estavam ocorrendo na sociedade ocidental como um meio que viabilizava e dava sustentação às transformações, na medida em que se constituíam em ponto de concentração populacional, do trabalho, da circulação de mercadorias, do consumo, da prosperidade burguesa e do poder. As particularidades destes segmentos no conjunto das mudanças que se processavam vão promover também a difusão de um conjunto de novos valores, atitudes e comportamentos que fortalecem o sentido do urbano alicerçando as bases da nova cidade, a cidade industrial capitalista (CASTELLS, 1984).

A partir do final do século XVIII e, principalmente, do início do século XIX, a indústria reorganiza a paisagem urbana, consolidando os novos paradigmas da urbanização contemporânea. No movimento das novas tendências, ressaltamos o pensamento de Castells (1984, p. 95) que historicamente sinaliza que “O essencial é por mais uma vez em relevo o papel da cidade, papel que muda, enquanto expressão espacial de novas formas de relações sociais”.

Na contextualização sócio-histórica da cidade, autores como Castells (2009), Rolnik (2004) e Baptista (1999) nos levam à compreensão da redefinição da cidade no contexto urbano industrial, como uma nova

dinâmica e uma nova estrutura social, que assume uma estrutura de poder que vincule o crescimento urbano ao impacto da industrialização. Fica, assim, a compreensão de que as transformações surgidas a partir desse fenômeno não proporcionaram o equilíbrio e o sentimento de tranquilidade. Ao contrário, o desenvolvimento industrial trouxe consigo uma inquietude constante, um conflito permanente ao qual contribuiu para o processo de expansão urbana.

Em relação às cidades capitalistas e suas estruturas econômicas, é preciso fazer menção aos meios de consumo e aos meios de circulação material, sendo que estes últimos não podem especificá-la, fazendo-se necessária uma determinação do vínculo que liga esses diferentes modos de socialização, não somente da demanda, como também da circulação com o espaço. Com esse apontamento, Lojkin (1981, p. 123) discorre que,

A aglomeração dos meios de produção e de troca não é característica específica da cidade capitalista na medida em que o burgo medieval já reunia – em escala mais restrita, é claro – atividades produtoras e mercantis. O que, a nosso ver, vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos “meios de consumo coletivos” que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais – chegou-se a falar de uma “civilização urbana” –; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico.

Nesse momento, destacamos que o autor verifica a importância dos instrumentos de produção nas transformações ocorridas na cidade capitalista, sendo este um forte elemento para a aglomeração urbana, que, conseqüentemente, faz-se indispensável à urbanização, para as condições gerais de produção de bens e serviços.

A formação das cidades sempre constituiu um tema de muitas análises e controvérsias desenvolvidas por pensadores que desafiaram a difícil tarefa de se debruçar sobre a discussão em relação à constituição do espaço territorial e de suas vicissitudes. Assim, não é possível a determinação de uma noção exclusivista sobre os principais elementos que constituíram

a formação e a transformação das cidades em todos os tempos, mas sim, utilizar dessas valiosas contribuições desenvolvidas pelos pesquisadores para construir conceitos que permitam reconhecer novos instrumentos pertinentes à cidade e a seus respectivos fenômenos.

A CIDADE E A MODERNIZAÇÃO

Quando procuramos compreender as cidades e os problemas nos quais elas estão inseridas, buscamos verificar os fenômenos sofridos pelo espaço urbano e, conseqüentemente, pelo cidadão. Neste caminho, nos deparamos com um amplo universo que envolve o processo dinamizador de tais fenômenos, num movimento no qual se inserem e se entrelaçam as relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

É no sentido de percorrer a naturalidade com que os antagonismos se fazem figuras marcantes e presentes nos momentos e nos processos junto os quais a cidade está inserida, que lançamos um olhar sobre a relação industrialização/urbanização que para Lefebvre (1999, p. 9) são “[...]fenômenos ao mesmo tempo inseparáveis e conflitantes”. O autor declara que, historicamente, sempre se fizeram presentes os choques entre a realidade urbana e a industrial, cuja complexidade ao longo do tempo revelou-se cada vez mais difícil de ser apreendida.

As formas tomadas pela cidade nos processos de transformações sofridas devem considerar aspectos como os interesses das classes sociais, a divisão social do trabalho, o nível de desenvolvimento cultural da sociedade, a capacidade econômica da região e sua significação, além dos objetivos políticos do Estado. Nesse sentido Pechman (1991, p. 128) diz que:

[...] a reconstrução da história do debate sobre a cidade entre o fim do século XVIII e início do século XIX possibilita a verificação do processo de construção das categorias urbanas, de elaboração da cidade como objeto da questão social e também da construção de novos sujeitos históricos totalmente vinculados à cidade e a uma nova realidade urbana.

O modelo de industrialização introduzido nas cidades refletiu o novo modo e a nova forma de ser do cidadão, não sendo responsável pela sua origem, mas sim a causa de sua mudança. Existe a necessidade de criar uma relação histórica entre o espaço e a sociedade, permitindo que as novas formas assumidas pelo espaço territorial correspondam a uma nova forma de ser e de viver do cidadão, sendo que nessa sociedade se desenvolve e é desenvolvida a estrutura na qual se dá o fenômeno urbano.

Nos tempos modernos a Revolução Industrial propiciou às cidades uma nova função. O processo de industrialização é considerado um poderoso instrumento no processo de urbanização, no sentido de que é responsável, dentre outros fatores, pela concentração de populações nas cidades, o que de acordo com Luz (2003) determina a implantação de novas estruturas socioeconômicas entre indivíduos, associada a uma nova realidade de organização e estruturação do espaço, influenciada pelas economias de urbanização, assim denominadas porque só podem ser encontradas em áreas urbanas.

É nesse contexto de industrialização e modernização que inserimos o fenômeno da violência urbana, resultado de um processo proveniente da condição de vida e do convívio estabelecido no espaço urbano. Quando discorreremos sobre o processo de formação e de mudanças ocorridas nesse espaço, buscamos também uma tentativa de compreender o fenômeno social de transgressão e ou de agressão, estimulado por um sistema social que não proporciona condições básicas de garantia de sobrevivência.

Vários autores abordam a questão da violência como uma realidade presente nas sociedades em tempos históricos distintos e com distintas organizações sociais, em diversas perspectivas. Benevolo (1999) e Mumfort (2004) pontuam esse fenômeno historicamente simbolizado em tensões, que a partir do crescimento da cidade se intensificam e ganham novas configurações, promovendo conflitos que são gerados diante das novas necessidades de sobrevivência na diversidade do meio urbano. Le Goff (1988) traz uma reflexão sobre a cidade medieval, visualizando a questão da violência, retratando as cidades, que atrás de suas muralhas se armavam de uma grande força de segurança voltada à proteção e à manutenção da tranquilidade dos seus habitantes contra ataques externos. Ainda na reflexão

de Le Goff (1988, p. 71-72), podemos observar que a própria organização da cidade medieval expressava a insegurança que reinava à época.

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nelas por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. [...] Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, e o roubo é severamente reprimido. Muros e homens armados velam pela cidade.

No ambiente sócio-histórico das cidades são delineadas suas particularidades e suas contradições tanto na prosperidade, na beleza, na cultura, nos valores, no trabalho, no sistema sociopolítico, no poder, nas mudanças e nas desigualdades. É na imbricação da produção e reprodução das contradições que a cidade é o lugar das desigualdades, abrigando com maior intensidade a insegurança e a violência, que traçam novos contornos e se intensificam de acordo com as mutações que ocorrem em determinados contextos históricos.

No entendimento histórico esboçado na longa duração, as transformações estruturais que ocorreram na sociedade ocidental, traçadas no decorrer dos movimentos que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, redesenharam um novo ideário de vida urbana e de renovação nas relações sociais. Essas transformações no âmbito da sociedade urbana moderna tomaram vulto em novas perspectivas sociais, econômicas e políticas, aprofundando as contradições e os conflitos na lógica da modernidade e no âmbito de um novo paradigma sociocultural, como elos norteadores em direção à cidade industrial capitalista.

Neste contexto, os desafios são outros, as funções da cidade, os princípios de civilidade e de urbanização vão consolidar um novo perfil urbano nas cidades. Ao mesmo tempo, na sociedade industrial capitalista as contradições se intensificam, coroando a cidade como o espaço maior dos conflitos, marcando um distanciamento entre o ideário de civilidade e a violência nas relações cotidianas.

É no sentido das transformações sofridas pelas cidades que as relações sociais se tornam mais complexas, multiplicando-se e se

intensificando através das próprias contradições urbanas, nas quais, de acordo com Lefebvre (1991, p.79):

[...] ao mesmo tempo, lugar de encontros, convergências das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi, lugar do desejo, do desequilíbrio permanente, sede da dissolução, das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível.

Nessa ótica, o autor analisa o urbano como elemento inerente ao conflito, concebido em sua dualidade e nas suas contradições. Analisar a cidade em sua metamorfose constante é também pensar nos fenômenos que se sobrepõem ao cidadão, porém, em sua inquietude constante, provocando o novo, traçando novos limites, construindo e reconstruindo novas estruturas de poder e de dominação.

É a partir desse momento que destacamos tais diferenças e contradições como elementos produzidos e inerentes ao espaço urbano, tendo o Brasil como modelo para análise a partir do processo de modernização implementado nas principais cidades brasileiras, quando percebemos a intensificação das tensões em suas diversas modalidades aliadas à acentuada e permanente diferenciação social entre os indivíduos. Os contrastes de origem social, econômica e cultural expressam os problemas relacionados à violência em suas múltiplas representações e sentidos, no difícil convívio dos cidadãos, principalmente frente às dificuldades de inserção e permanência no cotidiano urbano.

Todo esse processo de mudança é marcado pelo forte ritmo que “a era da modernidade põe em movimento (HALL, 2004, p. 16). A partir do pensamento de Hall (2004) sobre o impacto dessas relações e interconexões entre as várias sociedades mundiais, compreendemos que esse dinamismo vivenciado pela sociedade contemporânea tem levado a “um lado sombrio da modernidade do século atual” (GUIDDENS, 1991, p. 19). O autor ainda destaca que:

O mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma

ordem social mais feliz mais segura. A perda da crença no “progresso”, é claro, é um dos fatores que fundamentam a dissolução das “narrativas” da história.

Neste sentido, pontuamos nossa reflexão referenciando os novos polos que passaram a representar o cidadão a partir dos marcos iniciais do século XX, com a relevância da população livre, com a marca de ex-escravo e o difícil convívio sociourbano, em uma sociedade cuja mentalidade predominante ainda era a escravocrata, que reforçava a prática social excludente e segregativa. A urbanização e a modernização redesenhavam o novo perfil socioespacial das cidades, excluindo o indesejável que esbarrava nos propósitos do projeto em direção ao progresso e à civilidade urbana, nos princípios predominantes da época.

As cidades, compostas de segmentos sociais distintos e desiguais, refletem de forma permanente os mais variados problemas que ao longo do processo de modernização/urbanização se agravaram, relacionados principalmente àqueles relativos à desigualdade, à pobreza, à segregação e à violência.

O pobre, o ex-escravo e o imigrante pobre representavam o indesejável aos padrões sociais do novo e do moderno, estabelecidos nas cidades. Koltai (2000, p. 24) destaca que “o estrangeiro surge, então, como a figura ideal para fixar esse objeto não-identificado. Essa é a origem da xenofobia ordinária, em que o outrora se transforma em alhures e o estranho em estrangeiro”. Dessa forma, verificamos a presença constante, nas cidades, a exemplo das brasileiras, de um processo de dominação, estabelecido por padrões compreendidos por “civilizatórios” e, conseqüentemente, pelo preço estabelecido no seu entendimento.

As mudanças geradas pelo processo de modernização levaram a muitos conflitos em âmbitos diversos, sejam sociais, econômicos ou políticos. No Brasil, é importante lembrar que referenciando as cidades, a noção higienista aliada ao ideário da modernização urbana que se desenvolve nas principais cidades a partir do início do século XX, levou a uma prática que excluía o não adequado em prol daquilo que se acreditava ser o padrão condizente com um modelo que representasse o moderno no país.

Assim, verificamos que as cidades sofreram com tais noções,

com destaque para aquelas economicamente mais importantes, nas quais o ideário da política modernizadora higienista, prevaleceu com a prática de higienização e saneamento das cidades, cuja expulsão dos moradores pobres dos principais centros econômicos urbanos representou um marco, com a derrubada das moradias inadequadas e o deslocamento dos mesmos para áreas periféricas e precárias nas proximidades dos centros urbanos. Processo aliado a um sistema de vacinação que deveria proteger as áreas privilegiadas das cidades daquela classe que representava o perigo e os males da insalubridade e dos contágios dela proveniente (REIS FILHO, 2000).

Dessa forma, várias manifestações, conflitos e perseguições junto aos menos favorecidos economicamente foram estabelecidas, gerando uma violência praticada principalmente pelo poder público, articulada aos interesses econômicos e sociais estabelecidos na época.

A fragilidade e a ação das Instituições Públicas, contribuindo para o mau funcionamento do controle social, político e jurídico, aprofundam as desigualdades econômicas e incentivam o surgimento de delitos que se foram ampliando para além da diversidade dos comportamentos criminosos, não apenas ligados a assaltos, assassinatos, tráfico de drogas, mas, principalmente, ao desrespeito à noção de cidadania, já compreendido e aceito como elemento comum à cultura dos países latino-americanos. Dessa forma, podemos compreender que a violência praticada no universo urbano brasileiro, seja aquela tradicionalmente colocada em prática pelos agentes do Estado, principalmente quanto às camadas mais pobres, ficou compreendida como algo comum, correlacionando pobreza, periferia e violência.

A VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO

A partir dos conflitos e das diferenças inerentes à ordem natural das cidades é que destacamos o fenômeno da violência urbana como elemento presente na vida do cidadão, assim também como suas origens. Porém, o que torna o tópico instrumento de relevância na discussão em

questão é a forma com que tal violência é representada e, principalmente, compreendida.

A forma de crescimento, desenvolvimento e modernização às quais as principais cidades foram submetidas no século XX e que ainda vêm sendo neste início do século XXI proporcionadas por um processo de globalização, principalmente da economia, levam a um amplo intercâmbio de culturas, ideias, valores, etnias e representações, que se tornam mais vulneráveis, permitindo uma possibilidade maior de proporcionar manifestações de ódio, de exclusão e de barbárie.

A discussão sobre a violência no espaço urbano como um viés de análise no contexto das transformações às quais as cidades vêm sendo submetidas ao longo dos tempos é tão significativa que “este fenômeno na contemporaneidade transformou-se em uma das questões sociais mais relevantes no Brasil” (MATTOS, 2011).

Verificamos que a dinâmica das relações, o impacto da interconexão entre as várias culturas e modos de vida e a constante exclusão do acesso de grande parte da sociedade a bens e serviços básicos para sobrevivência, como a moradia, têm aprofundado o problema. Nesse sentido, Saul (1999, apud MATTOS, 2011, p. 63) lembra a importância do fenômeno da violência urbana e destaca que:

A importância dos fatores culturais para a compreensão do fenômeno da violência urbana também é discutida por Saul (1999) em seus comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea, a partir da identificação das tensões relacionadas às “[...] práticas culturais e às práticas caracterizadas por autoridades legais e políticas como crime” (SAUL, 1999, p. 118) em que muitas vezes a delinquência e a violência tornam-se elementos de uma subcultura.

São nos espaços segregados, nos quais o Estado se faz mais ausente, que verificamos a instalação mais comum da prática de crimes, a exemplo do tráfico de drogas e de assassinatos. Isso nos leva a assimilar este fato com a fragilidade do aparato público na oferta de infraestrutura urbana de equipamentos e serviços básicos como iluminação pública, calçamento,

transporte, lazer, segurança pública, entre vários outros serviços nessas mesmas áreas.

Não podemos deixar de mencionar que o entendimento conceitual da pobreza perpassa pela interação das relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades. Neste caso não tratamos da violência associada à pobreza urbana e como sua consequência, mas situamos a complexidade da violência enquanto fenômeno social.

Nessa perspectiva, verificamos que o processo de desenvolvimento na lógica da modernização econômica tem como característica básica um sentimento paradoxal, que expõem a contradição e o conflito e é, a partir desses elementos intrínsecos a esse processo, que observamos, entre tantos significados, alguns aspectos que nos permitem compreender a composição da cidade, na qual as novas relações sociais são constituídas através das orientações políticas e econômicas que vão sendo delineadas, colocando o fenômeno da violência urbana no cerne das questões sociais.

Pontuamos aqui, essa problemática no universo das cidades como espaço historicamente privilegiado para a representação de conflitos. Misse (2011, p. 32) aponta como tese equivocada sobre a criminalidade urbana no Brasil, que “a pobreza é a causa da criminalidade, ou do aumento da violência urbana”. O autor entende que esta tese faz parte do imaginário de grande parte da sociedade, entretanto alerta para os perigos de tomá-la sob a lógica preconceituosa, apontando esse grupo social como “classes perigosas”. Assim, Misse desmonta o discurso utilizado pelas Instituições Públicas a exemplo do sistema policial e judicial que denomina de hipócritas, e que tem como prática prender pobres, enquanto que criminosos que não se enquadram nesse perfil social são deixados de “fora” (MISSE, 2011).

A violência incorporada ao cotidiano das cidades se situa na própria dinâmica das relações sociais que tomam forma e se desenvolvem no espaço urbano, num processo de desenvolvimento desigual em contraste com os princípios de igualdade e justiça social.

As mudanças que percorrem os processos de crescimento das cidades, da urbanização e das configurações socioeconômicas contribuíram para a concentração de grandes aglomerados nas cidades brasileiras, que em um curto espaço de tempo, principalmente a partir das últimas décadas

do século XX, avolumaram-se de forma acelerada num amplo processo de expansão nas e das periferias urbanas.

Este processo colaborou para uma maior expressão e visibilidade dos conflitos e da violência na diversidade de suas representações e modalidades no universo do crime. No entendimento de nosso debate, Belluzo & Carvalho (2007, p. 36) referenciam que:

O caráter de ameaça representado pela violência e o de problema social, pela pobreza, ainda que em medida diversa e específica, os fazem temas de constante preocupação para a formulação das ações públicas. [...] Tanto no caso da violência quanto da pobreza, entende-se que cada sociedade estaria às voltas com sua própria violência e pobreza, segundo seus próprios critérios e tratando seus problemas com maior ou menor êxito, sem, no entanto, desconsiderar premissas teóricas que ampliam a compreensão desses fenômenos.

Várias causas devem ser destacadas como elementos geradores da violência urbana, dentre elas, consideramos os novos paradigmas socioculturais predominantes na sociedade, mediados principalmente a partir do final do século XX, desde as mudanças nas relações familiares aos novos padrões de sociabilidade urbana, de consumo e de valores. As mudanças no modo de ser e de viver do cidadão, nos novos formatos de organização familiar, na normalização das relações de gêneros, na intensa participação da mulher cada vez maior no mercado de trabalho, em conjunto aos novos valores e ideologias sociais, refletem numa explosão de formas de expressar a convivência e a aceitação de tais transformações.

Nesse momento, fazemos uso de um entendimento de Roudinesco (2003, p. 98) que destaca:

Finalmente, para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas mesmo que se manifestem de forma inédita [...].

Assim, a autora destaca a naturalidade das desordens, mesmo

quando novas, inéditas, sendo tais elementos comuns em todos os tempos, dentro de um contexto próprio da época, sem anacronismos. Porém, a violência urbana resulta da falta de planejamento e estrutura para que o convívio com tais processos geradores de desordem possam ser assimilados e reordenados.

Seria esta, talvez, a condição para tornar o convívio social no espaço urbano um processo denominado em alguns momentos como “civilizado”, ou não degradante. Não é a prática da segregação social, ou da ação controladora e punitiva dos agentes públicos junto à classe social menos abastarda que vai inibir o problema, e sim colocar em prática uma política de desenvolvimento aliada a ações públicas na condição de assegurar os direitos básicos que condizem com a noção de cidadania.

Não é a omissão ou o isolacionismo mediante a uma reflexão crítica sobre o mundo, que nos torna mais ou menos “civilizados”, afinal, conforme Todorov (2010, p. 46),

[...] ter uma cultura é uma condição necessária para o processo de civilização: sem um mínimo de domínio de determinado código cultural, o indivíduo é condenado ao isolamento e ao silêncio, portanto, à ruptura com o resto da humanidade.

O entendimento de superioridade de uma determinada “cultura” ou de uma “condição” em relação a outras é que nos aproxima de um processo de ignorância, selvageria e exclusão.

A violência que eclode como fenômeno urbano, inscrita nas formas de comportamento e do convívio na cidade, é resultado também de um processo imposto pela modernização e pela urbanização, que rompe vínculos de sociabilidade, desconsiderando as diferenças e as identidades presentes num mesmo espaço físico urbano.

As diferenças históricas, culturais e econômicas acentuadas em países como o Brasil fazem com que haja uma expansão e até um incentivo a um comportamento criminoso, no qual os delitos, independentes da gravidade ou da forma, tornam-se comuns ao cotidiano e à vida social, tornando-se também banal ao modo de viver do cidadão. Segundo Costa

(2003, p. 44) “esta banalização da violência é, talvez, um dos seus aliados mais fortes de sua perpetuação”.

As Instituições tornam-se frágeis por partir, delas mesmas, o desrespeito e a violência à noção de cidadania. Um exemplo maior é a ação do Estado, através do aparato policial, que insiste em manter a visão da origem de todos os males, no local da pobreza, no pobre e em suas vulnerabilidades. Esse processo é histórico, e se agravou ao longo dos tempos, reafirmando a ideia de que os pobres, principalmente os negros, e as tentativas de convivência cotidiana destas camadas nas cidades eram consideradas os “entraves” para a modernização necessária para o país.

Esse entendimento que associa crime à pobreza ainda resiste, e resiste principalmente no modo como as instituições e seus órgãos de reprodução de ideologias tratam o problema da violência. Sobre esse assunto, Misse (2011, p. 34) apresenta várias críticas sobre tal associação e destaca que, apesar do crime não ser um privilégio de classe, ele é efetivamente associado às condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos “marginalizados das principais cidades brasileiras, que a sociedade verifica como fonte principal de geração da violência atualmente existente”.

A violência que toma forma no cotidiano das favelas, subúrbios e periferias não é a mesma que ocorre nas áreas nobres dos principais centros urbanos do país, porém, provém da mesma incapacidade do Estado em seu enfrentamento e nas tentativas de conter sua prática.

Entendemos que tal incapacidade, apesar do discurso das políticas públicas de segurança relativas à preocupação com a gravidade da situação de violência, reforça um quadro conveniente à manutenção de um processo de criminalização que interessa a vários agentes envolvidos com as múltiplas matrizes do crime. Na prática, o enfrentamento e o combate à violência, retoma as velhas práticas, ineficientes e arcaicas, desconsiderando e ou ignorando a violência urbana que, no auge de suas potencialidades, estabeleceu nas cidades um tempo de total insegurança, incertezas e descrença nos princípios de civilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com um olhar voltado para uma compreensão mais abrangente das cidades em seu traçado histórico, observamos que os processos de transformação da sociedade nos remetem a uma reflexão, na qual consideramos os fenômenos produzidos e reproduzidos no espaço urbano interpretações históricas e significados conceituais. A cidade, espelho de mutações sociais, econômicas, políticas e culturais, destrói, constrói e reconstrói modelos e paradigmas urbanos num traçado complexo, atendendo às novas necessidades e exigências da sociedade no contexto da diversidade urbana. A cidade enquanto fenômeno social, com uma dinâmica socioeconômica e cultural contínua, permanece em constante mutação num mundo urbano de contradições e conflitos, abraça a modernidade e as mudanças dela provenientes, consolidando novas relações sociais, novos comportamentos e novas mentalidades.

A racionalização da vida social moderna e a consolidação da sociedade contemporânea capitalista trouxeram novos desafios para as cidades, onde os reflexos das mudanças promoveram não somente a concentração de poder e riqueza, mas também outros fatores que, aliados ao “fenômeno urbano”, vislumbraram as formas de viver e conviver nas cidades.

No contexto da problemática urbana, abordamos a questão da violência como um fenômeno que não pode ser associado simplesmente a um modelo de modernização implementado nas cidades, mas como um fenômeno complexo que pode ser abordado em uma pluralidade de interpretações, em diversas representações e perspectivas em contextos históricos distintos.

Independente da época, é nas cidades que o conflito e a diferença sempre se fazem presentes, já que é este o espaço de desmistificação da sobreposição de classes e etnias sobre outras, porém, podendo também ser o local do fortalecimento de tais distinções.

Entendemos a violência urbana como um fenômeno que se inscreve no processo de crescimento, mudanças, modernização e urbanização das cidades, num amplo leque de significados no contexto socioeconômico e político das cidades. No Brasil, essas questões são marcantes na sociedade e as cidades refletem as tensões sociourbanas que se expressam na violência

e assombram o cotidiano urbano. Processo que se agrava também como resultado de uma ineficaz ação do Estado na promoção de condições dignas de convívio no espaço urbano, levando a uma melhor relação social.

Dessa forma, a violência urbana torna-se comum ao modo de ser e de viver do cidadão e transforma as cidades em palco constante de práticas violentas que nos remetem a um passado que está perpetuado em nossa cultura de dominação. Falamos da desigualdade, da estratificação social e da segregação. A violência urbana contínua e banalizada produz insegurança, desproteção e fragilidade na sociedade que, diante do seu processo de reprodução, fecha-se no medo e na descredibilidade da lei.

Referências

- BAPTISTA, L. (1999), *A cidade e habitação social*. O Estado Novo e o programa das casas econômicas em Lisboa. Lisboa: Celta.
- BELLUZZO, L. & CARVALHO, S. N. de. *Violência e pobreza como temas para a produção de estatísticas públicas: desafios à reflexão teórico-metodológica*. São Paulo em Perspectiva, pp. 29-38, jul./dez. 2007. Disponível em www.produtos.seade.gov.br. Acesso em 03 de novembro de 2014.
- BENEVOLO, L. *História das cidades*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CASTELLS, M. *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença. 1984.
- CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA FREIRE, Jurandir. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KOLTAI, C. *Política e Psicanálise*. O Estrangeiro. São Paulo: Escuta, 2000.
- LE GOFF, J. *Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1988.
- _____. *O Homem Medieval*. Lisboa: Estampa, 1988.

- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUZ, A. B. O urbano-rural. *Revista Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, mar. 2003. Disponível em www.unirb.edu.br. Acesso em 08 de agosto de 2014.
- MATOS, Rossana. *Expansão urbana, segregação e violência*. Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2011.
- MISSE, M. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MUMFORT, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PECHMAN, R. M. A Invenção do Urbano: A construção da ordem na cidade. In: R. Piquet & A. C. Ribeiro (orgs.). *Brasil, território da desigualdade. Descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1889-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira: A grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000.
- RISÉRIO, A. *A cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- ROLNIK, R. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROUDINESCO, E. *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SAUL, Renato P. Comentários sobre violência, cultura, economia e política da sociedade contemporânea. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- TODOROV, T. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque das civilizações. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: DF, v.2, Ed. da UnB, 1999.

Cidades e oligarquias: o caso de Vitória/ES na Primeira República

GILTON LUÍS FERREIRA¹

Universidade Federal do Espírito Santo

LEANDRO DO CARMO QUINTÃO²

Instituto Federal do Espírito Santo

TÂNIA MARIA DE ARAÚJO³

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O artigo confronta dois conceitos distintos com origem em realidades semelhantes. “Antiurbanismo oligárquico”, de Renato Lessa (2003), que relaciona a modernização urbana do Rio de Janeiro, no início do século XX, ao ódio que as oligarquias tinham à desordem intrínseca da cidade e, por isso, adotam uma postura antiurbana em sua reforma. E “urbanismo oligárquico”, defendido pelos autores, por meio do caso da modernização da cidade de Vitória/ES, no mesmo período, onde as oligarquias trabalharam com a lógica de afirmação regional da cidade, reinventaram o espaço público, a forma de sua apropriação e os hábitos da vida coletiva. Tudo isso amparado por uma poderosa teia jurídica que reforçava e legitimava as contradições sociais.

Palavras-chave: modernização urbana, antiurbanismo oligárquico, urbanismo oligárquico

AbstractThe article confronts two distinct concepts originating in similar realities. “Oligarchic anti-urbanism”, by Renato Lessa (2003), which relates the urban modernization of Rio de Janeiro at the beginning of the twentieth century to the hatred of the oligarchies for the intrinsic disorder of the city and, therefore, adopt an anti-urban stance in its reform. And “oligarchic urbanism”, defended by the authors, through the case of the modernization of the city of Vitória / ES, in the same period, where the oligarchies worked with the logic of regional affirmation of the city, reinvented the public space, the form of its appropriation and the habits of collective life. All this was supported by a powerful legal web that reinforced and legitimized social contradictions.

Keywords: urban modernization, oligarchic anti-urbanism, oligarchic urbanism

Recdbido em 26/03/2018 e aceito em 17/04/2018.

1. Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor do Mestrado Profissional em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (PPGES/UFES) e das Faculdades Integradas de Aracruz/ES (FAACZ).

2. Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

3. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

A Primeira República é comumente associada ao domínio político das oligarquias, diversos estudos tratam dessa temática e o leque de possibilidades analíticas neste campo é deveras amplo, permitindo aos pesquisadores oportunidades de adentrar diversos assuntos que tangenciam a referida temática.

Esse leque varia comumente no espaço e no tempo. Primeiramente por ser impensável tratar todos os anos da Primeira República de maneira uniforme, indo, por exemplo, ao encontro de perspectivas obsoletas que vislumbravam um domínio monótono de elites políticas regionais, ou mesmo no plano nacional. Acreditar em uma espécie de “rotinização” política, arquitetada sobre o pacto de Campos Sales, conforme assevera Lessa (1999, p.154), não faz mais sentido, assertiva já devidamente demonstrada por alguns estudiosos.⁴

A dimensão espacial se traduz em outra forma de desvendar o heterogêneo leque analítico acerca das oligarquias. Elites políticas regionais possuem dinâmica, *modus operandi* e vicissitudes específicas, o que inviabiliza a construção de generalizações que tentem açambarcar *in totum* os grupos político-partidários, que de algum modo protagonizaram relações sociopolíticas em regiões específicas. A análise de Edgar Carone (1975, p.270-275) classificando oligarquias regionais conforme as condições econômicas dos estados é um exemplo nesse sentido. Na contramão, diversos estudos regionais emergem como resposta às demandas criadas por essas mesmas generalizações.⁵ Eles analisam especificidades locais que não comprovam antigas análises constituídas para referendar determinados grupos protagonistas no cenário político, social e econômico do país, durante aquele momento.

Outra variação possível diz respeito a temáticas que transcendem a Primeira República. Em termos ilustrativos, estudar aspectos econômicos, as relações internacionais, rupturas e transformações sociais podem atender

4. Claudia Viscardi (2001, p. 31-34) demonstra que Campos Sales não estabilizou a política na Primeira República, pois, entre outras razões, a política dos estados estabelecida por ele não foi capaz renovar o executivo federal.

5. Um rico balanço historiográfico acerca dos inúmeros estudos de oligarquias regionais pode ser encontrado em FERREIRA & PINTO, 2017, p.423-442.

aos anseios por diversificação analítica, e atender determinadas questões que por ventura não tenham sido satisfatoriamente respondidas. Até mesmo constituir novos questionamentos.

Estudar as cidades na Primeira República é um arquétipo típico das demandas que transcendem o período, mas que, por outro lado, ajudam a elucidar diversos fatos, episódios e perguntas levantadas. A rigor, não se trata de nenhuma novidade correlacionar a história urbana brasileira ao crepúsculo do século XIX e limiar do seguinte. Isso ocorre, pois as principais cidades do Brasil e do mundo se tornaram alvo de significativas intervenções no período conhecido como *Belle Époque*.

Por conseguinte, inúmeros estudiosos já se debruçaram sobre a questão urbana na Primeira República, pois vale lembrar que a capital federal e diversas cidades espalhadas pelo país foram modificadas seguindo um fenômeno mundial que pautou sua lógica no higienismo, embelezamento e racionalização do espaço urbano, trazendo a tiracolo a exclusão de uma parcela da população que não estava “adequada” à nova urbe. No entanto, muitos autores ainda irão fazê-lo, uma vez se tratar, o caso do Rio de Janeiro, do ato fundador da modernização urbana brasileira.

Na esteira do referido fenômeno, a cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, também sofreu as consequências da modernização urbana em processo idêntico, com mesma lógica e valores, tendo a Primeira República como plano temporal. Precisamente, falamos das principais intervenções urbanas ocorridas sobretudo nos três principais governos: de Moniz Freire (1892-1896 e 1900-1904), de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e de Florentino Avidos (1924-1928).

Levando-se em consideração tais subsídios, cabe-nos questionar como se constituiu a relação entre as oligarquias dominantes e a cidade de Vitória na Primeira República, partindo da análise de Renato Lessa

6. Uma boa noção de *Belle Époque* pode ser encontrada na obra de Fransérgio Follis (2004, p. 15). De acordo com o autor trata-se de um período de “[...] grande entusiasmo advindo do triunfo da sociedade capitalista nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, momento em que se notabilizaram as conquistas materiais e tecnológicas, ampliaram-se as redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional vastas áreas do globo antes isoladas. Época marcada pela crença de que o progresso material possibilitaria equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade?”.

(2003) sobre a relação entre as oligarquias e a questão do urbanismo. Para o cientista político, as oligarquias da Primeira República são oligarquias do antiurbanismo, por nutrirem um ódio à desordem intrínseca da cidade, por considera-la a negação do quietismo agrário. Por isso, optam por uma modernização antiurbana, que retira — ou pelo menos tenta retirar — o livre trânsito da cidade, proibindo os mais distintos tipos sociais de ali usufruírem os espaços de convivência e sociabilidade. Um ordenamento urbano que mais parece um “deserto oligárquico”, nas palavras do mencionado autor.

Diferentemente de Renato Lessa (2003, p.95), defendemos a hipótese de que na modernização da capital capixaba prevaleceu a ideia da urbanização oligárquica. Essa ideia se diferencia daquela defendida pelo mencionado autor na medida em que, no nosso objeto de análise, percebemos a valorização do espaço urbano em prol de uma lógica de afirmação regional, tornando a cidade de Vitória protagonista no que concerne às ações do Estado. Alguns pontos são característicos desse processo, comungando com o contexto nacional e internacional relativos ao desejo de embelezamento, racionalização e higienização do espaço urbano: ênfase na modernização portuária, retificação das principais vias; a expulsão dos antigos moradores para os arrabaldes distantes do centro; a constituição de códigos de conduta para traçar um novo ordenamento da vida e da cidade que se desejava moderna; dentre outros pontos.

Para melhor compreendermos a lógica do urbanismo oligárquico, cabe-nos por hora adentrar a um pequeno histórico das reformas urbanas empreendidas na capital capixaba.

A lógica das reformas urbanas: a capital capixaba em perspectiva

As reformas urbanas empreendidas na capital capixaba, durante a Primeira República, mereceram estudos anteriores. A rigor, uma dissertação, uma tese e um livro são três obras que muito bem analisam a metamorfose urbana sofrida por Vitória e seus desdobramentos naquele período. E é sobre os três que pautaremos a nossa construção argumentativa.

Palacios (2007) retrata a modernização urbana pelo viés de seu ônus mais impactante, isto é, o acirramento da exclusão social mediante

o reordenamento espacial. Por sua vez, Rostoldo (2014) identifica no Estado o agente protagonista das reformas urbanas empreendidas na capital do Espírito Santo, conquanto também o espaço fosse influenciado por interesses privados e pela sociedade. Ferreira (2016) demonstra que as intervenções urbanísticas na cidade de Vitória, na virada do século XIX para o XX, operaram a sua reinvenção, ou seja, transformaram as ruas ao mesmo tempo que reordenaram a vida coletiva, com os códigos de postura formando uma invisível, silenciosa e poderosa teia jurídica a legitimar as contradições presentes na reinvenção daquela cidade.

De fato, podemos identificar três paradigmas que serviram de pano de fundo na reconfiguração de uma capital para o Espírito Santo, todos eles relacionados ao contexto nacional e internacional, que nos auxiliam na discussão central deste estudo, ou seja, acerca da relação da oligarquia local com o urbanismo produzido na cidade de Vitória, no período em tela. O primeiro modelo trata da possibilidade da construção de uma nova *urbe* que tomasse para si a função de sede administrativa do estado; o segundo diz respeito à expansão da capital para um arrabalde a leste da sede, distante, embora dentro da mesma ilha; enquanto o terceiro afeta diretamente o antigo núcleo urbano, mediante remodelação do espaço público.

Nova capital

A ideia da transferência da sede administrativa de Vitória para outra região estava presente no anteprojeto constitucional de 1891 e foi debatido na constituinte de 1892. Embora tenha se revelado, em termos práticos, nada mais que uma conjectura, lembramos que o contexto nacional era totalmente favorável à mudança das sedes das capitais. Não por acaso, 14 dos 20 estados estabeleceram esse artigo em suas respectivas cartas (CONSTITUIÇÃO, 1895, *passim*).

Não é difícil perceber o peso da União no processo de influência direta nas respectivas cartas de suas unidades federativas. Isto porque, a carta magna federal, promulgada em 1891, continha já no artigo 3º, a perspectiva de uma futura capital, ideia oriunda do Segundo Reinado, sendo o Visconde de Porto Seguro um de seus principais porta-vozes.

Art. 3º Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, que será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal. (BRASIL, 1988)

Corroborando com a tese, duas novas sedes administrativas foram construídas, antes que o governo federal colocasse em prática o plano mudancista: Belo Horizonte, em 1897, e Goiânia, em 1933.

No caso específico da capital capixaba, a questão se limitou ao debate entre alguns deputados no Congresso Legislativo Estadual, no início de 1892. Tal divergência girava em torno da suposta localização da nova capital, no interior do estado, pois um dos deputados queria já deixar delimitado na carta constitucional a localização exata da possível nova sede, seguindo o modelo da Carta federal, que assim havia tratado o tema (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 29 abr. 1892, p.2).

Art. 21. – Si algum dia o bem do Estado exigir a deslocação do centro político, dever-se-ha procurar, no interior, situação própria para sede da nova capital, em clima ameno e condições vantajosas para atrahir população e desenvolver as edificações, de modo que á salubridade se reunam predicados de belleza. Os poderes públicos velarão pela regularidade e typo das construções, pelo arruamento e demais exigencias plasticas. (ESPÍRITO SANTO, 1893)

Ao fim e ao cabo, a emenda ficou intocada, de acordo com o anteprojeto produzido pelo oligarca Moniz Freire, isto é, cabendo ao Poder Legislativo estadual definir a mudança da sede política, sem pré-definir local específico para a suposta nova sede (ESPÍRITO SANTO, 1951, p.47). Apesar do debate, contudo, a lei permaneceu inaplicada e a capital continuou sendo a cidade de Vitória.

Novo Arrabalde

Continuando Vitória a sediar a capital do estado, a ação da oligarquia

dominante foi reforçar a centralidade política da cidade, tornando letra morta a proposta mudancista. Embora ela não tenha sido retirada da Constituição Estadual ao longo da Primeira República, nenhuma medida foi tomada em prol desse pensamento. Era preciso reforçar a centralidade econômica do Porto de Vitória, na opinião do grupo político dominante no estado, oriundo do Partido Republicano Construtor, cujo líder era o oligarca Moniz Freire, principal porta-voz dessa ideia (QUINTÃO, 2016, p.259). Desse modo, não é difícil supor que prevalecesse o interesse em fomentar o protagonismo econômico da capital, caminhando a braços dados com sua centralidade política.

O resultado dessa espécie de “consenso” foi o planejamento da expansão urbana de Vitória para além das barreiras naturais que sempre a protegeram dos invasores no período colonial, sobretudo na direção do Oceano. Assim sendo, um ousado plano foi desenvolvido por Saturnino de Brito a pedido de Moniz Freire, então presidente do estado, para uma futura expansão da capital, em tamanho seis vezes superior ao velho sítio. Era a Vitória do futuro, a ser transformada em praça comercial nos moldes das principais cidades europeias, convicção propalada pelo oligarca em sua última mensagem de governo (ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 35).

Non há país nenhum no mundo, de importância política ou comercial, que não tenha as suas grandes praças, e quanto mais notáveis são estas, mais elevada é a categoria da nação; as primeiras nações do globo são a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Alemanha, que possuem cidades como Paris, Londres, New York, Berlim, além de outras que figuram em primeira linha logo após estas. Em contraposição não se pode citar o exemplo de nenhum grande povo, antigo ou moderno, onde não exista ou tenha existido algum desses grandes empórios de trabalho, de riqueza e de população [...].

Acreditava-se que a cidade portuária de Vitória, ao centralizar as exportações e importações do Espírito Santo, estaria fadada ao crescimento urbano contíguo ao crescimento das movimentações em seu porto. Os desdobramentos, por sua vez, produziram resultados muito aquém do esperado. É bem verdade que ao longo do quadriênio de Moniz Freire (1892-1896), Vitória consolidou sua condição enquanto sede política e viu

crescer sua movimentação portuária, mas nada que traçasse ou notabilizasse qualquer expectativa de expansão urbana para a área projetada. Nem mesmo o hospital custeado pelo governo estadual chegou a ser construído na região. Algumas tentativas foram realizadas no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e de Florentino Avidos (1924-1928) (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 187), mas nada que se comparasse ao anseio do oligarca *construtor*: sextuplicar a área da cidade!

Em última análise, a ampliação da *urbe* traduzia muito mais expectativa do oligarca do que um esgotamento do estoque de áreas edificáveis do antigo núcleo da capital, o que nos permite concluir que houve ali uma tentativa prematura de expansão (FERREIRA, 2016, p. 158). Embora a região tenha sido lentamente ocupada ao longo da Primeira República, seria na antiga área urbana que as principais transformações de fato ocorreriam àquele momento.

Nova cidade

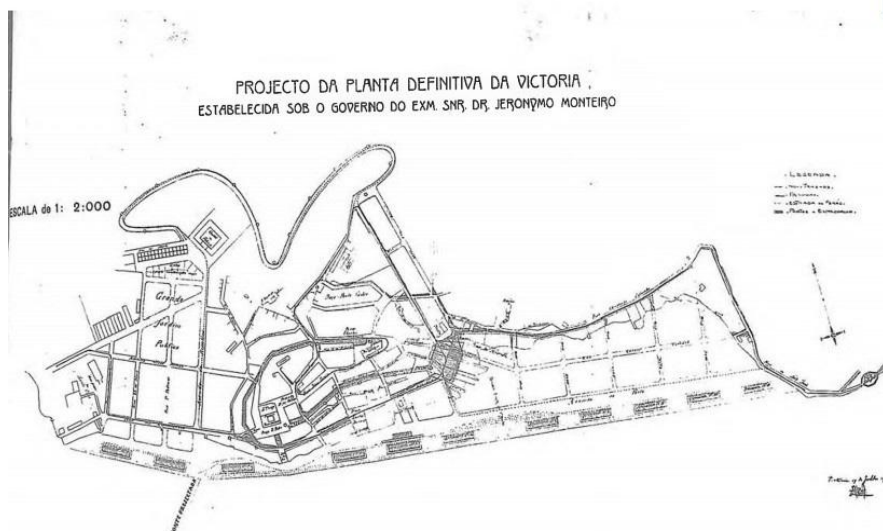
Tendo a reforma urbana do Rio de Janeiro como paradigma, Vitória também sofrerá um processo similar de alargamento de ruas do antigo centro, mesclando aterros com saneamento, higienização e ações de melhoramentos e embelezamento, conforme expressão à época. Similar à capital federal, Vitória terá reafirmada sua condição de centro político, embora a Constituição Estadual, assim como a Federal, possuísse um dispositivo que flertasse com a possibilidade de mudança da sede político-administrativa.

É bem verdade que uma comparação entre as transformações de ambas as cidades pode parecer desproporcional, tendo em vista suas dimensões, mas a fé exacerbada no progresso, a reestruturação das formas de produção e comércio mundiais, a conjuntura política e social do Brasil, bem como o papel do Estado nesse processo são similitudes que devem ser levadas em consideração.

Nesse sentido, o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) será responsável por implementar uma lógica mais condizente com a realidade de um estado que mal conseguia se sustentar financeiramente. Isto porque, a velha

Vitória passava a ser o alvo-mor de uma reforma urbana sem precedentes no Espírito Santo. Um plano é desenhado (Imagem 1): edifícios públicos, hospital, cadeia, transporte, saneamento, quase tudo sobre aterros, como o que geraria depois o mangal do Campinho⁷ (Imagem 2).

Imagem 1 – Plano para alargamento de rua, apresentado por Jerônimo Monteiro, na Mensagem de 1913



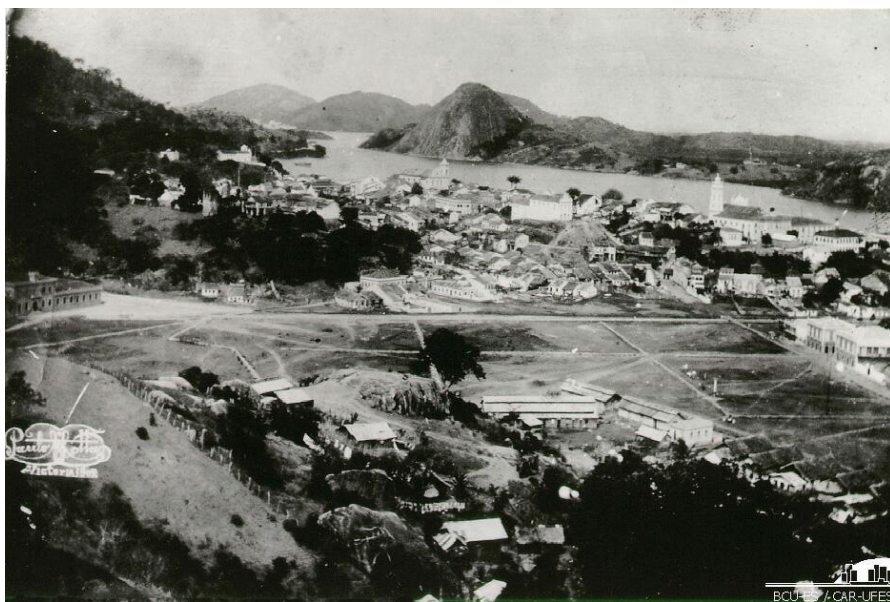
Fonte: Espírito Santo, 1913.

As diversas demolições, realizadas para viabilizar o plano, causaram inclusive uma crise habitacional, tendo em vista que a cidade voltara a crescer demograficamente na década de 1910, o que não era acompanhado pelo aumento suficiente de moradias (PALACIOS, 2007, p. 164). Nem mesmo a tentativa de promover a expansão urbana para o Novo Arrabalde surtiu o efeito esperado, aliás, não surtiu efeito algum, à exceção de pouquíssimos

7. Atualmente o local abriga o Parque Moscoso.

lotes vendidos (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 186-189).

Imagem 2 – Mangal do Campinho, Vitória, em 1909



Fonte: BCU-UFES

Somente após um hiato de três governantes que um novo administrador, Florentino Avidos (1924-1928), vai retomar a lógica da modernização urbana e da expansão da cidade para o Novo Arrabalde. Embora sob um contexto financeiramente melhor do que seu antecessor, a lógica era a mesma: preparar Vitória não só para o futuro, mas de igual maneira para o presente, sendo já realidade a transformação do Porto de Vitória no principal terminal marítimo do estado, com a construção dos dois principais troncos ferroviários, um em direção a Minas Gerais e outro no sentido sul do Espírito Santo⁸. Não por acaso, isto reafirma e sustenta as ideias de Moniz Freire, a respeito de Vitória vir a ser uma praça comercial de grande porte (ROSTOLDO, 2014, p.139).

8. Trata-se das estradas de ferro Sul do Espírito Santo, vendida à *Leopoldina Railway* em 1907, e da Vitória a Minas, de capital privado (SIQUEIRA, 1995, p.94).

Em paralelo, desde o governo de Jerônimo Monteiro, ocorria – com algumas interrupções de 1914 a 1924 – a reforma no Porto de Vitória, que deixava de ser paulatinamente um mero trapiche para se tornar um pequeno complexo portuário. A cidade foi se transformando lentamente, com diversos aterros sobre o mar e novas edificações, tendo marco simbólico a ligação da ilha ao continente pelo lado sul, através das “Cinco Pontes”⁹. Assim sendo, a continuidade do plano de governo do antecessor nos permite concordar com Maria da Penha Siqueira ao afirmar que um preparou a cidade para o outro (SIQUEIRA, 1995, p.79).

Partindo dessa análise, cabe-nos indagar sobre a lógica do urbanismo oligárquico em Vitória. Ela realmente existia? E se existia, assemelhava-se às oligarquias do anti-urbanismo presentes no Rio de Janeiro, na visão de Lessa (2003)? Como podemos definir o trato dessas oligarquias com a questão urbana na cidade de Vitória?

A oligarquia do urbanismo na Vitória da Primeira República

A compreensão do termo *urbanismo oligárquico* demanda delimitarmos o que compreendemos como oligarquias na Primeira República. Para tanto, partimos da definição adotada por alguns autores renomados, entre eles Carone (1975, p.269): “governo de poucas pessoas”. Mas partir desse pressuposto não significa adotá-lo por completo, por mais que nos ajude a compreender a lógica aqui proposta, uma vez que o urbanismo oligárquico pressupõe uma espécie de exclusão, ou melhor, de privilégio para aqueles grupos políticos que direcionaram os rumos traçados para a cidade, nos períodos em que assumiram o controle do Estado. Vale também uma definição mais completa do termo *oligarquia*, a qual nos permitirá elucidar melhor a ideia aqui proposta. Para tanto, o conceito apresentado por Couto (2010, p. 14) é esclarecedor.

Oligarquia é um regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir

9. Hoje Ponte Florentino Avidos, uma das que ligam Vitória ao município de Vila Velha.

continuamente de forma não subordinada aos princípios de legitimidade vigentes, pois não são controláveis pelos demais membros da coletividade organizada, podendo assim dirigi-la de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização.

Ao retratarmos o Espírito Santo da Primeira República, devemos ter em mente que dois grandes grupos políticos estiveram à frente do Estado em caráter oligárquico. Uma oligarquia liderada por um político carismático, de forte cunho personalista e a outra, de cunho mais próximo ao poder familiar (QUINTÃO, 2016, *passim*). Ambos em formato de partidos políticos antagônicos, mas não distantes ideologicamente, os quais apresentavam as características excludentes apresentadas acima por Couto (2010).

É bem verdade que divergiam politicamente no momento em que rivalizavam, entre os anos de 1908 e 1916, recorte temporal que marca a transição da hegemonia política no Espírito Santo entre as facções. Contudo, no campo das ideias a atuação era semelhante, não apenas no sentido da práxis oligárquica, mas também na perspectiva de direcionamento dos interesses do Estado, orientado por certa lógica econômica que transpassou ambos os grupos, pautado em uma estratégia de afirmação regional caracterizada pelo incremento produtivo do estado, mediante imigração, fomento às vias de comunicação, comunicação comercial com Minas Gerais e centralização das exportações por um único porto, sediado em Vitória.¹⁰ Tratava-se do incremento da vocação agroexportadora, ainda que houvesse algumas nuances, como o grau de prioridade dado por um governante a uma região em detrimento de outra. A cargo de exemplo, Jerônimo Monteiro, assim como seu antecessor, empreendeu planos para reforçar a centralidade política de Vitória, no entanto, mais do que o antecessor, realizou ações na

10. Ao longo do século XIX diversos governantes da província do Espírito Santo, influenciados pela elite política local, constituíram paulatinamente um projeto de afirmação regional baseado no estreitamento das relações comerciais com a hinterlândia mineira, o incremento populacional do interior da então província e a centralização das exportações e importações no porto de Vitória, o melhor porto natural do Espírito Santo. Projeto definido por Santos (2005) como “Pensamento Político capixaba”.

região sul do estado, como um esforço de industrialização, criando naquela zona um distrito industrial (BITTENCOURT, 2012, p.69-80).

Tal lógica, a orientar a política de fomento econômico do estado, trouxe como resultado, ao final da Primeira República, a consolidação do Porto de Vitória como o principal terminal exportador-importador do Espírito Santo, e a consolidação do modelo agroexportador cafeeiro, que perduraria por algumas décadas. A esse respeito, os dados são esclarecedores. Em 1900, o estado exportou 394.153 sacas de café de 60 kg, passando para 968.195 sacas, em 1915, e 1.345.665 sacas, em 1930¹¹. Em relação ao peso do Porto de Vitória na economia estadual, em 1920, 58% da exportação era por lá realizada, saltando para 66% em 1926 e para 82% em 1930¹², tendo sido de fundamental importância nesse processo o papel das ferrovias Vitória a Minas e *Leopoldina Railway*, ao trazer para a capital a produção do interior do estado e do leste de Minas Gerais (SIQUEIRA, 1995, p. 94; QUINTÃO, 2010, passim).

A reboque desse processo, a questão urbana é destaque na lógica oligárquica. Por um lado, é necessário reconhecer que dentre todos os presidentes de estado da Primeira República, Moniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos¹³ foram os que investiram com tamanha intensidade. Por outro, sequer colocaram qualquer empecilho, tampouco estabeleceram políticas em contrário.

Finalmente, as oligarquias dominantes no Espírito Santo da Primeira República estabeleceram um projeto urbano que veio ao encontro dos anseios agroexportadores. Para tanto, embelezar a capital, como vitrine do progresso, saneá-la com drenagens e aterros e retificar as suas ruas ia muito além de um “modismo”. Ordenar a cidade para os novos tempos, em compasso com a crença de que ela se transformaria em grande praça

11. Dados retirados de ESPÍRITO SANTO (1919 e 1932) apud SIQUEIRA (1995, p. 155).

12. Os dados foram retirados de ESPÍRITO SANTO (1932 apud SIQUEIRA, 1995, p. 95).

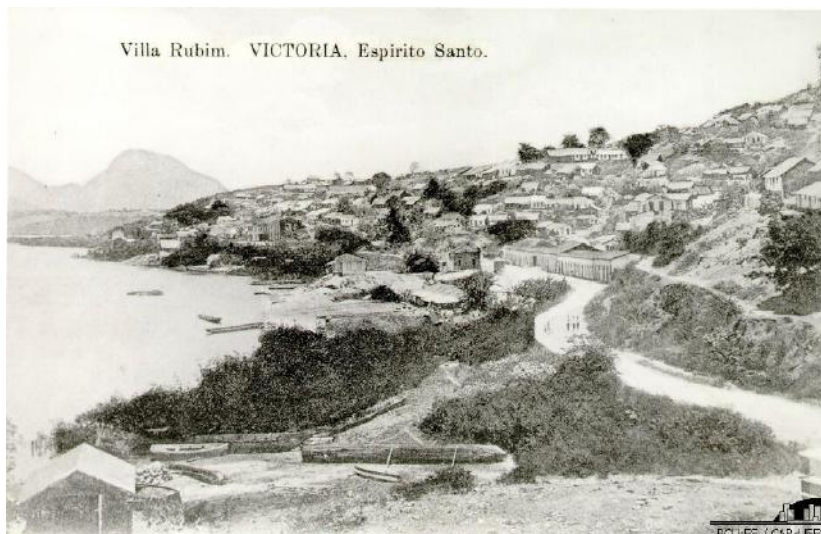
13. Nas mensagens presidenciais de Henrique Coutinho, Marcondes de Souza, Bernardino Monteiro e Nestor Gomes, há poucas páginas sobre melhoramentos da capital ou do seu porto. O que, juntamente com a análise dos seus respectivos orçamentos, nos permite constatar a dificuldade financeira do estado, sendo mais grave no mandato dos dois primeiros governantes.

comercial reproduz e engendra desdobramentos que afirmam Vitória como cidade mais importante do estado. Sob esse aspecto, o ódio à desordem não pode ser interpretado como motivação principal, muito menos afirmar uma postura antiurbana das oligarquias, como o faz Lessa (2003). Pelo contrário, esses grupos devem ser percebidos como oligarquias que estabeleceram um paradigma de vida e cidade, referenciadas naquilo que vinha acontecendo no Brasil e no Exterior.

Um bom entendimento da lógica estabelecida pelo urbanismo oligárquico pode ser encontrado em Palacios (2007, *passim*). A historiadora investiga a ação do Estado na transformação urbana de Vitória levando em consideração a expansão da cidade e apresenta ações do governo na ocupação de áreas periféricas. Ao remodelar a cidade criaram segregação espacial, impuseram normas de conduta, retiraram indivíduos de condição social e comportamento indesejáveis do centro reformado e, até mesmo, iniciaram um processo de desapropriações desmedido, ou seja, sem preocupação com os custos sociais que isso traria à cidade. A autora relata ainda uma crise habitacional na cidade, produto da diferença entre as demolições promovidas e a capacidade de erigir novas moradias, a ponto de levar o governo estadual a se preocupar com a construção de casas populares.

Neste sentido, nos arrabaldes mais distantes da cidade de Vitória foram construídas algumas modestas casas que, apesar da baixa resolutividade ao problema habitacional, afastava alguns tipos sociais da área central da cidade e garantia abertura de uma nova fronteira à expansão urbana desejada (PALACIOS, 2007, p. 166). Isso não quer dizer que houvesse uma política habitacional de expansão ordenada das periferias. A Vila Rubim, por exemplo, localizada a oeste do antigo núcleo, permaneceu, por muitos anos alcunhada como “cidade de palha”, em virtude das precárias condições dos casebres ali construídos (Imagem 3).

Imagem 3 – A “cidade de Palha”. A vila Rubim, Vitória, em 1908



Fonte: BCU - UFES

Mesmo que algumas poucas tentativas possam ter existido para amenizar a crise habitacional é importante reiterar a enorme discrepância na atenção dada, pelo poder público ao centro e aos bairros periféricos, o que pode ser comprovado pelas inúmeras petições apresentadas à municipalidade no período em tela, muito bem retratado em Rostoldo (2014). Fundamental atentar também para o real sentido da lógica modernizadora, que tratava de enobrecer urbanisticamente as áreas centrais da cidade, agora ocupada pelos setores mais abastados, em detrimento da população que ali residia originariamente. Em outros termos, o que vimos foi uma modernização que dedicava os benefícios da urbanização a uma pequena parcela da sociedade, enquanto aos demais a ocupação da não-cidade em áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e dignidade, se colocava como única alternativa.

Neste processo de transformação da cidade, vários artifícios foram utilizados, por meio da legislação urbanística para alterar a forma da cidade, bem como as práticas sociais e as representações do novo espaço urbano. Os códigos de posturas, editados nos anos de 1890, 1901 e 1925, são instrumentos reveladores das transformações desejadas para as formas

espaciais da cidade, como também para as novas práticas sociais que se desejava ver acontecer na vida urbana. Ambicionavam controlar a construção da cidade e, da mesma forma, disciplinar os costumes dos cidadãos, ou seja, para uma cidade reinventada tornava-se imperativo também reinventar os hábitos citadinos. Reflexo de uma sociedade cada vez mais complexa, os códigos de posturas apresentavam, em suas sequentes edições, uma interferência na cidade e na vida dos cidadãos de forma sempre crescente, tendo em vista o aumento de seus títulos e artigos.¹⁴

Uma grande preocupação no código de 1890 era a questão sanitária, dada as frequentes epidemias. No entanto, duas proibições expressam o forte caráter oligárquico do urbanismo capixaba: o artigo 130, que vedava a construção de casas de palha na cidade reinventada, tolerada apenas na Vila Rubim, região periférica que, como já observado, ficou conhecida como “cidade de palha”; e o artigo 179, que enunciava, explicitamente, que era proibido transitar vagabundos após as dez horas da noite, mas não explicitava quais os critérios utilizados para um cidadão ser enquadrado em tal “categoria social”. Emprestando para a análise urbana o conceito político do termo, percebe-se que o urbanismo oligárquico não facultava a todos o direito à cidade.

O Código de 1901, no Capítulo XXV, reitera a prerrogativa da municipalidade nomear os lugares públicos, até então de livre expressão da população. Segundo Souza Pinto (2015), o processo de fabricação dos lugares informa que nomeá-los é uma forma de legitimar um lugar no mundo, nele pregando memórias e significados ali construídos. Muitas mudanças de nomes ocorreram nos espaços públicos de Vitória, na trajetória da cidade colonial para a cidade modernizada: de Ladeira do Pelourinho para Escadaria Maria Ortiz; Rua do Ouvidor para Rua Duque de Caxias; Rua do Comércio para Avenida Florentino Avidos; etc. Ou seja, conforme observa Ferreira (2016, p. 248), esta é uma lógica que carrega consigo uma completa inversão de valores, “[...] em vez de fabricar lugares de memória coletiva, com relevância e significação para a localidade e sua gente, o legislador fez somente reproduzir no espaço físico as distinções hierárquicas da vida

14. Análise minuciosa dos referidos códigos de posturas encontra-se em FERREIRA, 2016, p. 219-257.

social”.

Já o artigo 450, do código de 1925, declarava que mendigos julgados válidos, vadios, menores abandonados, órfãos ou não, que por negligência, vício, enfermidade ou invalidez dos pais, tutores ou parentes, fossem encontrados habitualmente na via pública seriam detidos e apresentados à autoridade policial ou judiciária, para lhes dar o conveniente destino de acordo com a lei. Ou seja, assim como ocorria nas diversas capitais nesse mesmo período, a pobreza em Vitória não era tratada como uma questão social, mas como um caso de polícia. Uma lógica conectada com o movimento higienista presente no Brasil no final do século XIX e limiar do século XX, período em que pobreza e negritude eram associadas à degradação moral e vistas como epidêmicas, passivas de dispositivos disciplinadores e moralizantes.

A ação estatal é claramente orientada por uma visão de classe. É ela quem informa onde devem habitar ricos e pobres na cidade modernizada. Assim, deveria ser corrigido o “erro” cometido pela sociedade escravista imperial que não distinguia muito bem os “espaços” e os territórios de cada grupo social (NÓBREGA JÚNIOR, 2007, p. 23).

Os Códigos de Posturas tentavam dar conta, de acordo com a ideologia vigente, do complexo universo em que se transformava o espaço público da capital capixaba. Uma norma que ambicionava garantir a transformação das ruas e o ordenamento da vida na cidade de Vitória: ordenar o território, impor novas práticas sociais, organizar o trânsito, mudar as condições sanitárias, padronizar a largura das ruas e calçadas, afastar os tipos sociais indesejáveis, definir tipologias e materiais construtivos para o uso nas edificações, racionalizar o espaço público retirando não somente as curvas das ruas, mas a sua maior virtude, as diferenças, a diversidade e as manifestações culturais que nelas haviam sido impregnadas ao longo da sua trajetória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de conhecimento geral, principalmente daqueles que trabalham com o tema, que na virada do século XIX para o XX as cidades do mundo ocidental estiveram sob a égide do fenômeno da modernização urbana. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, foi a que inaugurou o fenômeno iniciando um movimento que se espalharia por diversas outras cidades. É preciso reiterar que o processo vivido pela cidade de Vitória apresentou bastante similaridades com a experiência do Rio de Janeiro. O que muda, portanto, não é a lógica operada, mas as interpretações sobre o fenômeno.

Renato Lessa, quando trata da reforma urbana carioca do início do século XX, interpreta aquela realidade gerida por uma oligarquia avessa às grandes multidões, querendo, portanto, sua retirada dos espaços modificados constituintes da nova cidade, como o que viria a ser a nova Avenida Central. Segundo o autor, o ódio à desordem se materializou numa concentração de esforços para se redesenhar o espaço público, afastando os pobres e desocupados, realizando limpeza étnica e embelezamento. À cidade impunha-se novo ordenamento, pois era identificada como espaço de anarquia, de identidade política difusa e que não admitia controle. Seria, portanto, imposta uma lógica antiurbana marcada por um deserto oligárquico, sem os denominados repúblicos.

Ao contrário da leitura realizada por Lessa, inferimos que em Vitória, ao longo da Primeira República, esteve no poder não uma oligarquia do antiurbanismo, mas um grupo dominante realizando aquilo que chamamos de urbanismo oligárquico. Sob essa lógica, há uma perspectiva de fortalecimento da cidade e não sua ojeriza, como nos faz crer o citado autor baseando-se no suposto sentimento de aversão do presidente da República, Campos Sales, em relação ao Rio de Janeiro. Tomando a suposição como verdade, é preciso ressaltar que nem todo oligarca apresentava tal sentimento com relação a sua cidade, que por mais peculiar que tivesse sido a sua modernização, muito se aproximava dos propósitos da *urbe* carioca.

Em nosso entendimento, a expressão “antiurbanismo oligárquico” é uma expressão que não explica a realidade que Lessa (2003) tentou interpretar, tomando como fator determinante a ojeriza da oligarquia pelo dinamismo da cidade. Ao contrário, mesmo com peculiaridades locais, houve fortes características comuns na evolução do fenômeno nas mais

variadas cidades. Como dito inicialmente, nossa leitura coaduna com a visão de autores que ressaltam essas características: o acirramento da exclusão social mediante o reordenamento espacial realizado; que identificam o Estado como agente protagonista das reformas urbanas de cunho classista; e que demonstram que as intervenções transformaram as ruas e reordenaram a vida coletiva. Em maior ou menor escala, os processos eram dotados de idêntica lógica e valores.

O mantra da modernização atendia aos apelos de uma indústria que crescia em progressão geométrica e se globalizava, reivindicando a criação de mercados sempre novos até as últimas fronteiras do globo. Era imperativo remodelar as cidades com novos padrões urbanos e de vida em sociedade. A ideologia do progresso convencia porque era sinônimo de modernidade, promessa de prosperidade econômica e atendimento das duras necessidades vivenciadas, o que legitimava os interesses das elites. Tudo isso, entretanto, com um alto custo social, segregando e, até mesmo, alijando do convívio na cidade segundo a cor, estereótipo ou relevância na hierarquia social.

Defendemos, então, a utilização do termo “urbanismo oligárquico” para conceituar a operacionalização do processo de modernização urbana, quando da análise do caso da cidade de Vitória. Ele se refere às práticas desenvolvidas pelas elites políticas quando concorriam para ordenar a cidade, tendo em vista sua relevância para o projeto de afirmação regional que encontrava-se estruturado no incremento comercial do estado do Espírito Santo, por meio do seu único porto. Ações como higienização, embelezamento da cidade e a racionalização do espaço urbano também se fizeram presentes, da mesma forma que em outras cidades do Brasil e do exterior, o que demonstra não se tratar de um evento localizado. O que se apresentou, na realidade, foi um fenômeno universal que buscava responder, naquele momento histórico, uma nova e diferente demanda provocada pela reorganização da economia e mentalidade mundiais.

Imposto por uma elite dominante política e economicamente, o urbanismo oligárquico viabiliza-se em Vitória por meio de um grupo condutor que, mesmo alternando-se no poder, não deixava de privilegiar a si próprios e aos seus iguais, alijando os segmentos populares dos benefícios da urbanização. Espelho das transformações ocorridas internacionalmente

e no próprio país, firmou-se de forma compulsória, por meio de uma poderosa teia jurídica, tentando sempre denotar uma certa ideia de mudança e progresso.

Referências

Fontes primárias

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>> Acesso: 22 de março de 2018.

CONSTITUIÇÃO Federal e as constituições dos Estados da República do Brasil. Precedida aquela de uma parte histórica e acompanhada de alguns decretos posteriores, A. Pelotas e Porto Alegre: Echenique e Irmão editores/ Livraria Universal, 1895.

ESPÍRITO SANTO. *Constituição Política do Estado Federado do Espírito Santo promulgada aos 2 de maio de 1892*. Victoria: Typographia do “Estado do Espírito-Santo”, 1893.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Moniz Freire). *Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, Presidente do Estado do Espírito Santo, ao passar o Governo ao Exmo. Sr. Dr. Graciano dos Santos Neves, em 23 de maio de 1896*. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1896.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Constituições do Estado do Espírito Santo*. Vitória: s/n, 1951 (Série “Publicações do Arquivo do Estado do Espírito Santo”, v. 4).

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1892, n. 2719, 2720.

Acervo fotográfico

BCU-UFES – Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

CAR-UFES – Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo.

Bibliografia de apoio

- BITTENCOURT, Gabriel. As tentativas industrializantes do Espírito Santo na Primeira República -1889-1930. In: SILVA, Igor Vitorino da; QUINTÃO, Leandro do Carmo. *O Espírito Santo da Primeira República*. Vitória: Flor e Cultura, 2012.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *O Novo Arrabalde*. Vitória: Prefeitura Municipal, 1996.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: 1. Instituições e classes sociais*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. *Oligarquia e processos de oligarquização: um problema institucional das organizações*. Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<http://cepesp.fgv.br/pt-br/node/206>>. Acesso em: 07 jan. 2011.
- FERREIRA, Gilton Luis. *A reinvenção da cidade: a transformação das ruas e o reordenamento da vida na cidade de Vitória/ES -1889-1928*. 2016. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. *Revista Tempo*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v.23, n.3 set/dez.2017.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- LESSA, Renato. As cidades e as oligarquias do antiurbanismo da elite política da Primeira República brasileira. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p.86-95, set/nov. 2003.
- NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz. *O Programa Criança Petrobrás na Maré em oito escolas públicas do maior conjunto de favelas do Brasil*. 2007. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

- PALACIOS, Wanessa Doellinger Costa. *A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização na Primeira República (1889-1930)*. 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e a interiorização da capital*. Vitória: Secult, 2010.
- QUINTÃO, Leandro do Carmo. *Oligarquia e elites políticas no Espírito Santo: a configuração da liderança de Moniz Freire*. 2016. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- ROSTOLDO, Jadir Peçanha. *A cidade republicana na belle époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.
- SANTOS, Estilque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, n.17, p. 47-68, 2005.
- SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *O desenvolvimento do Porto de Vitória – 1870/1940*. Vitória: CODESA/UFES, 1995.
- SOUZA PINTO, Danilo César. Etnografia de espaços estatais: os nomes das ruas da cidade de São Paulo. *Ponto Urbe* [Online], n.16, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo%20Pc/Downloads/pontourbe-2702-16-document-sans-titre.pdf>. Acesso em: 11 de mar. 2018.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política docafé com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

Vitória do Futuro (1996-2010): marco e difusor do planejamento estratégico de cidades no estado do Espírito Santo, Brasil.

GIOVANILTON ANDRÉ CARRETTA FERREIRA¹
Universidade Vila Velha

GLAUCO BIENENSTEIN²
Universidade Federal Fluminense

PABLO LIRA³
Universidade Vila Velha

Resumo: Dentro de um contexto mais amplo de reflexão sobre as transformações geradas ou intensificadas pelo processo de globalização, com a organização do território e as suas formas de planejamento e gestão de cidades, o presente artigo apresenta a seguinte questão-problema: em que medida este “novo” ideário advindo da intensificação das políticas neoliberais no Brasil, foi incorporado ao planejamento e a gestão da cidade de Vitória, na década de 1990? Busca-se demonstrar algumas das transformações ocorridas no planejamento urbano brasileiro, por meio da análise da pioneira experiência de planejamento estratégico de Vitória, no Estado do Espírito Santo, na última década do século XX.

Palavras chave: Globalização, Plano Estratégico e Vitória.

Abstract: Within a context of reflection on how transformations generated or intensified by the globalization process, with the organization of the territory and its forms of city planning and management, this article presents the following problem question: to what extent this “new” ideology stemming from the intensification of neoliberal policies in Brazil, was incorporated into the planning and management of the city of Vitória in the 1990s? It is tried to demonstrate some of the transformations occurred in the Brazilian urban planning, through the analysis of the pionering experience of strategic planning of Vitória, in the State of Espírito Santo, in the last decade of the twentieth century.

Keywords: Globalization, Strategic Plan and Vitória

Recebido em 07/05/2018 e aceito em 28/05/2018.

1. Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor do Mestrado Arquitetura e Cidade e da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV). E-mail giovanilton2002@hotmail.com.

2. Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense PPAGU/UFF. E-mail glauco01@gmail.com

3. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Professor do Mestrado em Segurança Pública e da Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha (UVV). E-mail pabloslira@gmail.com.

Apresentação

Independente das diversas correntes ideológicas existentes dentro dos estudos urbanos torna-se uma espécie de consenso o fato de que as cidades e as metrópoles no mundo contemporâneo têm sofrido desde as últimas décadas do século XX profundas transformações. Conforme tem sido indicado pela bibliografia (FIORI, 1997; SANTOS, 2002; SANTOS, 2003), são as relações entre o poder político e o poder econômico, impulsionadas pelos avanços das novas tecnologias da informação, comunicação e transporte, que constituem o núcleo gerador da energia que move e afirma o que tem sido denominado de globalização no mundo contemporâneo. Esta associação cria uma marca distintiva do atual movimento de internacionalização capitalista, onde podemos destacar dois aspectos fundamentais para o planejamento e a gestão das cidades neste processo: a globalização das finanças viabilizadas pelas políticas liberais de desregulação dos mercados – e, dentro desta nova lógica de acumulação, uma competição desenfreada e insana entre os lugares, em especial as metrópoles, com a adoção de políticas urbanas fortemente orientadas pelo mercado.

O resultado deste novo padrão mundializado de gestão e realização da riqueza capitalista tem acarretado numa profunda transformação na estrutura, morfologia, gestão e funcionamento urbano que, ao que tudo indica, não tem resolvido os problemas deixados pelo padrão intervencionista, que marcou os “trinta anos gloriosos” de crescimento da economia mundial no regime fordista (HOBSBAWM, 1995), assim como tem adicionado novos e complexos desafios que surgem com as transformações em curso.

Dentro deste contexto mais amplo, de reflexão sobre as transformações geradas ou intensificadas pelo supracitado processo de globalização, com a organização do território e as suas formas de planejamento e gestão de cidades, o presente artigo apresenta a seguinte questão-problema: em que medida este “novo” ideário advindo da intensificação das políticas neoliberais no país, foi incorporado ao planejamento e a gestão da cidade de Vitória, na década de 1990?

Busca-se demonstrar algumas das transformações ocorridas no planejamento urbano brasileiro, por meio da análise da experiência de

planejamento estratégico de Vitória, no Estado do Espírito Santo, na última década do século XX. Da mesma forma, contribuir para uma reflexão sobre uma prática comum na história do planejamento urbano brasileiro de se inspirar em propostas de modelos formulados pelos países desenvolvidos, todavia com ajustamentos do modelo importado às novas situações encontradas, com a ocorrência de adaptações em cada lugar, que dão novo sentido ao instrumento e a prática do planejamento urbano.

Conforme indicado, para a reflexão pretendida adota-se a experiência pioneira no estado do Espírito Santo, de planejamento estratégico, da cidade de Vitória, intitulada Vitória do Futuro – Plano Estratégico da Cidade 1996-2010. A experiência capixaba iniciada pela capital Vitória, posteriormente passa a ser referência para outros municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória e do interior do estado, alcançando o âmbito estadual a partir do ano de 2003.

Breves notas sobre o Plano Estratégico Liberal Competitivo

O planejamento estratégico aplicado às cidades apresenta sua origem conceitual e dos seus instrumentos analíticos e metodológicos, em grande parte, no meio empresarial. Surge no panorama dos estudos de planejamento urbano com maior ênfase, na década de 1980. Entretanto, já na década de 1970, alguns estudiosos, como Hall (1988, p. 407), rastreavam as suas primeiras aparições, num momento em que o planejamento deixa de controlar o crescimento urbano, passando a encorajá-lo através de todos os meios possíveis e imagináveis. A causa raiz dessa transformação foi de ordem econômica. Essa motivação central se une a uma série de outras mudanças nos marcos geopolíticos, nas estruturas sociais, tecnológicas e nos aparatos administrativos e passa a exercer uma forte pressão por mudanças nos instrumentos tradicionais de planejamento, bem como, nas administrações locais em geral.

No âmbito nacional, o fim do “milagre econômico” brasileiro e as mudanças destacadas em nível global abrem o espectro da chamada crise do Estado brasileiro, em meio ao processo de redemocratização do país e da elaboração da nova Constituição Federal. Conforme aponta Fiori

(1993, p. 66), o Estado foi “transformado em Pilatos da História”, levando a uma rápida associação entre redemocratização com “minimalização do setor público e desregulação da economia”, durante esse período político transitório. Os reflexos das transformações socioeconômicas em nível mundial e da falência do Estado no país intensificam o quadro de exclusão social e crises urbanas que consolidam, conforme aponta Oliveira (2003), um “Estado de Exceção”, sustentado por 3 aspectos principais: a desestruturação do mercado de trabalho, a financeirização das economias/orçamentos públicos que retira a autonomia do Estado e a “administração da exceção”, através da soberania do mercado.

Em relação às políticas urbanas, com a crise econômica da “década perdida”, o crescimento medíocre dos anos de 1990 e o estímulo a um “pensamento único localista”, não foram poucos os casos em que as cidades tentaram alavancar processos locais e regionais de desenvolvimento sob a perspectiva do “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2005) como alternativa de atração de investimentos e tendo o plano estratégico como principal instrumento de atuação dentro desta vertente.

Adotam-se como referências de análise sobre o planejamento estratégico de cidades as bases conceituais e pressupostos defendidos e divulgados pela Escola Catalã, em função de esta ter tido maior influência sobre a América Latina e, em especial, sobre o Brasil e também por manter uma relação direta com o modelo de planejamento adotado na cidade de Vitória.

Na concepção da Escola Catalã o planejamento estratégico de cidades pode ser definido como:

...o planejamento estratégico é um processo criativo que assenta suas bases em uma ação integrada a longo prazo, estabelece um sistema contínuo de tomada de decisões que comporta riscos, identifica direções de ações específicas, formula indicadores sobre os resultados e envolve os agentes sociais e econômicos locais ao longo de todo o processo (GÜELL, 1997, p. 54).

Um plano estratégico deve construir e/ou modificar a imagem que a cidade tem de si mesma e a que se tem dela no exterior. Na medida que é uma resposta a uma sensação de crise, que é resultado da vontade de entrar em novos espaços econômicos e culturais globais e que pretende integrar uma população que se sente, muitas vezes, excluída ou pouco

considerada... o plano estratégico questiona o governo local, suas competências e sua organização, seus mecanismos de relação com as outras administrações e com seus cidadãos, sua imagem e sua presença internacionais (BORJA, 1996, p. 86).

Apesar da generalidade das definições, percebe-se que grande parte dos conceitos é procedente do planejamento empresarial, pois para esses autores, há um nítido paralelismo entre o sistema empresa e o sistema cidade. Dessa forma, associa-se fortemente a ideia de gerenciamento do desenvolvimento da cidade ao diagnóstico, suas potencialidades e ameaças, buscando-se direcionar todos os esforços no sentido de abranger um amplo leque de fatores que motivem o desenvolvimento da cidade.

No que se refere às principais características do planejamento estratégico, elas vão ao encontro dos aspectos abordados pelo que Harvey (2005) denomina de “empreendedorismo urbano”, como questão central no processo de desenvolvimento urbano das cidades. Nesta perspectiva a escala global é a referência espacial para a tomada de decisões, pois são as questões de competitividade do ambiente externo que direcionam e orientam as ações do ambiente interno, em um processo de “relativização dos chamados problemas urbanos” (LIMA JÚNIOR, 2003, p. 2).

O planejamento estratégico de cidades e o conjunto de políticas competitivas que ele estimula e do qual é parte fundamental apontam, segundo as principais referências adotadas, para duas questões centrais: a imposição de uma nova questão/agenda urbana, colocada agora em termos de competitividade e produtividade (VAINER, 2000) e a despolitização da polis, que segundo Bordieu, citado por Lima Júnior (2003, p. 3) trata-se de “uma ação política que visa a despolitização”, ou seja, a redução do espaço da política na cidade.

Para Vainer (2000), em sua incisiva crítica ao planejamento estratégico de cidades inspirado na Escola Catalã, a estruturação do discurso desta nova questão urbana assenta-se basicamente sobre a paradoxal articulação de três analogias constitutivas: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa, a cidade é uma pátria.

Nesta espécie de “mercadotecnia” da cidade percebe-se certa uniformidade no discurso e nos planos, pois como as cidades passam a seguir uma espécie de “receituário neoliberal”, procuram vender os mesmos

produtos, basicamente aos mesmos investidores internacionais. Da mesma forma, as necessidades parecem que não variam muito de um lugar para outro.

Produtividade, competitividade, subordinação da cidade à lógica do mercado, tornam-se um consenso geral e uma espécie de pré-condições para que as cidades conquistem avanços e benefícios no mundo capitalista. As parcerias público-privadas asseguram que os interesses do mercado estarão adequadamente presentes no processo de planejamento da cidade. Como vemos, há um nítido projeto de superação da separação rígida entre o setor público e o privado, que, na verdade, acaba por redefinir o conjunto da cidade e do poder local.

A cidade-empresa estimula e propõe, ao mesmo tempo, a despolitização da cidade, transformando-a no lugar das formas de gestão. Entretanto, apesar dessa despolitização, a construção política do projeto ideológico não está ausente nesse modelo. Enquanto instrumento fortemente ideológico, o plano estratégico necessita ser legitimado, a partir de um consenso geral, uma unificação em torno do seu projeto.

Esse processo de despolitização da polis se consolida, segundo Lima Júnior (2003, p. 4), através de três pontos principais: 1) pela instrumentalização da participação política, que se dá pela construção de consensos entorno de uma espécie de “patriotismo da cidade”; 2) pela consolidação de uma liderança forte que personifica os interesses da cidade juntamente com um grupo político (em geral formado por personalidades técnicas e acadêmicas reconhecidas pela sociedade) que lhe acompanha; 3) pela participação privilegiada do empresariado no processo de tomada de decisões.

Do ponto de vista prático operacional esse “novo” planejamento urbano não tem mais a intenção de regular e/ou propor intervenções que substituam as livres forças do mercado; ao contrário, ele principalmente flexibiliza/desregula, acompanha e impulsiona incontestavelmente o mercado.

O plano estratégico é uma peça flexível, discursiva e ideológica onde nem tudo está previsto ou claramente dito, ao contrário, apresenta um conjunto de possibilidades e localidades disponíveis para fins que se venham discutir e negociar posteriormente, entre os atores estratégicos. Torna-se

comum no planejamento estratégico de cidades as “transformações por projetos”. Ou seja, nesta concepção, o projeto precede o plano e os sentidos descendentes e ascendentes (nacional, regional, metropolitano e local) das escalas de atuação do planejamento são cada vez mais aleatórios (PORTAS, 1993).

Intensifica-se, assim, um “urbanismo de resultados”, “Grandes Projetos Urbanos” ou mesmo “Projetos Industriais e Infraestruturais de Grande Porte” que apresentam uma relação estreita com o plano estratégico, pois garante a visibilidade e o marketing urbano necessário para a sua legitimação (COMPANS, 1996), bem como a garantia da reprodução do capital. A qualidade do meio ambiente urbano, da arquitetura e do urbanismo, ou mesmo a grandiosidade e/ou os valores destes projetos adquirem grande importância, para se criar uma imagem “de marca” ou de “sucesso” para a gestão da cidade.

O caráter simultaneamente empresarial e acadêmico, intelectual e prático deste planejamento que produz mudanças na estruturação do território, confere ao mesmo tempo uma forma singular de compreensão de processos maiores e da construção do mundo contemporâneo (LIMA JÚNIOR, 2003). Ao contribuir para a reelaboração da questão urbana dentro dos marcos de uma competitividade e produtividade sistêmica que direcionam para a constituição de um espaço global, o instrumento do planejamento estratégico apresenta como um de seus objetivos principais a consolidação de um discurso e uma ideologia hegemônica, em torno desta nova condição urbana que é estrategicamente elaborada e que envolve duas dimensões principais. Uma dimensão simbólica, de fazer ver o mundo deste modo particular e agir segundo este modo de ver, juntamente com uma dimensão material expressa em ações/projetos e investimentos estratégicos, direcionados para um grupo seletivo de atores e que precisam ser consumados e legitimados dialeticamente com outros instrumentos de gestão e produção da cidade.

O surgimento de novas lideranças na política capixaba

A forte imersão do estado do Espírito Santo no circuito da

globalização econômica e a adoção do planejamento estratégico como um dos principais instrumentos de gestão das cidades, tendo a capital Vitória como pioneira neste processo, apresenta na sua dimensão política, importantes elementos explicativos dessa lógica.

A conjuntura política que marca o processo de redemocratização do país e de reforma do Estado, ao longo dos anos de 1980 e 1990, apresenta como desdobramento, no Espírito Santo, uma grave contradição no cenário político-administrativo. Por um lado, o governo estadual viu ocorrer, nas duas últimas décadas do século XX, um agravamento da crise vivida em nível nacional, que no estado foi marcado pelo imobilismo da máquina governamental, traduzido por uma grave crise de governabilidade que expôs a natureza do descaso ético das elites políticas capixabas, no que tange ao trato da coisa pública. Por outro lado, na capital do estado, Vitória, ao contrário do que vinha ocorrendo no Espírito Santo, houve uma substancial mudança no perfil das lideranças políticas. Desde as eleições municipais de 1988, as coalizões que passam a assumir o poder na capital foram constituídas por forças políticas que expressavam maior identidade e articulação com os segmentos sociais emergentes, em razão das transformações ocorridas no país, em especial, a redemocratização. Todos os prefeitos eleitos na capital, na década de 1990, pertenciam a uma nova geração de lideranças políticas emergentes na Grande Vitória.

Dentre os vários movimentos de contestação ao regime militar que emergem na virada dos anos 1970 para a década de 1980, algumas importantes lideranças políticas do estado do Espírito Santo foram formadas no movimento estudantil, de fins da década de 1970, durante o processo de reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Espírito Santo, que esteve fechado por dez anos. Para parte dessa geração, especificamente do grupo político que apresenta como principal liderança o atual governador do Espírito Santo Paulo César Hartung Gomes, os laços de identidade deste grupo e o seu empenho na manutenção do poder, em um cenário político marcado por rupturas do sistema representativo e inconsistência ideológica, se cristalizaram, “transformando o grupo em uma instituição, um partido ad hoc” (MARTIN, 2008, p. 10).

A maior influência deste grupo durante o período do movimento

estudantil foi exercida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que em meados da década de 1970, começou a organizar o movimento a partir de uma tendência chamada “Unidade”, com ramificações nacionais e organizada pelas chamadas “células do Partidão” (MARTIN, 2008). A articulação da militância no mencionado partido e o movimento estudantil criou neste grupo um sentido político inicialmente ligado à luta pela redemocratização no país, fato histórico que alimenta o passado do grupo o qual vivenciou essa experiência e que vem sendo realimentado, em sua representação ao longo da história política.

Desta forma, segundo Martin (2008), o conceito de “capital político” se encaixa perfeitamente na realidade de tal grupo, visto que, ao pertencerem a uma geração que cumpriu uma missão política e simultaneamente foi adquirindo experiência ao inserir seus militantes em cargos e mandatos estratégicos nas instituições públicas, foram contribuindo para a ascensão dos seus dirigentes. Ocorre então, um reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos capazes.

O grupo político em questão ligado ao PCB tem o seu início na vida partidária marcado pela ideologia do partido comunista, claramente definida e organizada dentro da submissão e da disciplina hierárquica partidária. Posteriormente, o grupo caminha para a dominação do comitê estadual e para a troca por um partido institucionalmente viável, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A partir daí, segundo Martin (2008), a trajetória do grupo reproduz a fragilidade do sistema partidário brasileiro, marcado pela carência de uma orientação ideológica mais consistente e, por extensão, por uma ação mais clara dos partidos.

Dentro deste quadro, pode ser destacada, como uma forte característica deste grupo político, a herança do eurocomunismo na sua formação e desenvolvimento, a luta por posições evitando o embate e calcada no convencimento e nas amplas negociações. “A articulação realizada nos bastidores, muitas das vezes não percebida pelos eleitores, faz parte da engenharia política” do grupo (MARTIN, 2008, p. 175).

Salvo a conjuntura política deste período transitório no país, essa característica parece ser uma herança forte deste grupo político, que,

apesar da reconhecida capacidade gerencial e mobilizatória em torno dos seus projetos, bem como os altos índices de aprovação nas passagens pelo Executivo, não apresentam, como uma marca distintiva do grupo, a democratização na tomada de decisões importantes.

Outro aspecto identificado por Martin (2008), que marca a trajetória deste grupo político é a forte dose de pragmatismo político. Se, por um lado, tal característica levou o grupo a tomar decisões corretas, como nos casos dos convites prematuros para concorrer às eleições no Executivo municipal por outro, colocou, em alguns momentos, questionamentos vinculados às suas convicções políticas originárias, abrindo canais de discussão com instituições de tendências políticas opostas, inclusive apoiando candidatos conservadores. Tais contradições expõem, assim, as formas de atuação e suas conseqüentes alianças em torno dos projetos de poder na política brasileira, bem como as transformações políticas e ideológicas pelas quais esse grupo, liderado por Paulo Hartung, passa ao longo desta trajetória, a fim de consolidar a sua hegemonia na política capixaba (MOREIRA, 2008).

A eleição de Paulo Hartung, no ano de 1992, para o cargo de prefeito da capital do estado do Espírito Santo, naquele momento já vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB), ocorreu no contexto das investigações das denúncias contra o presidente Fernando Collor de Mello e a consolidação do processo de impeachment. Marca este período o crescente desgaste dos partidos tradicionais de grande porte como o PMDB e o PFL, em virtude do insucesso nos governos anteriores. O PSDB, uma das mais novas siglas, apesar de já haver nascido de lideranças consagradas, ainda se fortalecia. Os partidos PT e PDT também passavam por uma fase de fortalecimento.

Em Vitória, a gestão do petista Vitor Buaiz (1989-1992) à frente da Prefeitura da capital deu início a um processo de mudanças positivas na condução da gestão municipal, que passa a ser uma referência administrativa para os demais municípios do estado. Segundo pesquisa do Instituto Vox Populi ao fim desta gestão, Vitor Buaiz tinha 88% de aprovação da população de Vitória e era considerado o principal cabo eleitoral para o pleito de 1992 (MARTIN, 2008).

Nesse quadro, a chegada do grupo político de Paulo Hartung ao comando da Prefeitura de Vitória teve como um dos elementos cruciais as

divergências internas no Partido dos trabalhadores. O candidato definido pelo partido, João Coser, não contava com o apoio do Prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, para a sucessão de seu mandato. Vitor e Coser pertenciam a tendências distintas no PT. Mediante tal conflito, Vitor Buaiz optou pela neutralidade na campanha. Hartung soube se aproveitar das divergências no PT e fez uma campanha sem nenhuma crítica à gestão de Vitor Buaiz; muito pelo contrário, relembrava à população que havia apoiado o prefeito petista, participado da sua administração e que iria prosseguir com o trabalho por ele iniciado. Na reta final da campanha, com o crescimento do candidato considerado mais conservador Luiz Buaiz, do PFL, o Prefeito Vitor Buaiz deu sinais claros de apoio à candidatura Paulo Hartung (MARTIN, 2008).

As experiências bem-sucedidas de modernização da gestão municipal de Vitória nesse período levaram tanto Vitor Buaiz (1989-1992) quanto Paulo Hartung (1993-1996) ao Executivo estadual respectivamente nas eleições dos anos de 1994 e 2002.

Os novos modelos de planejamento e gestão urbanos em Vitória: Vitor Buaiz (um novo tempo) a Paulo Hartung e Luiz Paulo (a visão estratégica)

Dentre as atividades de planejamento urbano de maior destaque por parte da administração municipal de Vitória, na década de 1990, destacam-se a elaboração e a implantação do documento intitulado “Vitória do Futuro - Plano Estratégico da Cidade 1996-2010 - Agenda 21 Local”, bem como o “Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda”, comumente conhecido como “Projeto Terra”, oficializado em 1997 .

O Vitória do Futuro 1996 – 2010 (adota-se a partir daqui a sigla “VF-1996”), faz parte de um processo de mudanças institucionais que vinha se verificando na administração pública municipal de Vitória, desde o ano de 1989, com a chegada ao poder do PT, por meio da eleição de Vitor Buaiz e consolidado na gestão de seu sucessor Paulo Hartung (PSDB), a partir de 1993.

O governo Vitor Buaiz (1989-1992) inicia sua gestão na Prefeitura de Vitória tendo como princípio a democratização da gestão municipal. Eleito no período da constituinte de 1988, esse governo incorporou em seu projeto político alguns ideais progressistas defendidos pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Inaugura, assim, uma nova fase na gestão pública de Vitória, substituindo práticas clientelistas por práticas que visavam favorecer a organização social e a gestão democrática da cidade.

Ancorado no tripé participação popular, democratização do acesso aos serviços públicos e preservação do meio ambiente, o governo Vitor Buaiz definiu a região de São Pedro (área caracterizada por ocupações precárias e irregulares) como uma de suas prioridades políticas. Há uma ruptura com a política tradicional até então praticada na cidade, promovendo mudanças no enfrentamento da pobreza e das condições de habitabilidade.

A democratização do processo de tomada de decisão sobre as políticas municipais foi promovida em toda a cidade com a descentralização administrativa, que subdividiu Vitória em sete regiões. Essa primeira administração da cidade de Vitória ocorrida após a redemocratização do país, segundo Klug (2005), apresenta dois marcos importantes: o fortalecimento da política ambiental (ecologista/conservacionista) e a tentativa de instituir a gestão democrática como forma de planejar, produzir, operar e governar a cidade. Data deste período a criação de diversos Conselhos Gestores paritários e deliberativos. Além disso, houve o fortalecimento do Conselho Popular de Vitória (CPV) e a abertura de canais de participação como o Orçamento Participativo (OP).

A administração subsequente de Paulo Hartung (PSDB), de 1993-1996, apesar de pertencer a um partido político de oposição ao anterior, deu prosseguimento aos programas e instrumentos iniciados pelo seu antecessor, dentre eles o Projeto São Pedro, o Orçamento Participativo e os Conselhos Gestores. Todavia, é importante destacar que, apesar do discurso da continuidade e da manutenção de várias iniciativas, o novo governo introduz alterações profundas no modelo de gestão pública de Vitória.

Apoiando-se nos preceitos de empreendedorismo urbano e nos novos mandamentos da gestão pública trazidos pelas experiências das cidades americanas, divulgadas no livro *Reinventing Government. How Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*, de Ted Gaebler

e David Osborne, lançado em 1992, essas ideias vieram a se tornar uma espécie de cartilha do novo governo municipal. Este ideário do governo empreendedor se tornou bastante conhecido em Vitória, tendo sido inclusive realizadas palestras com um dos autores Ted Gaebler na cidade, em 1994 e, posteriormente, em 1997 (BANCK, 1998).

Os atores políticos de Vitória passavam a estar conectados às “novas” teorias de reinvenção do governo e, durante a gestão Paulo Hartung, várias medidas foram adotadas com o objetivo de introduzir o espírito empreendedor no gerenciamento da coisa pública. Com essa nova postura assumida pela prefeitura municipal há um deslocamento da ênfase de suas práticas de uma perspectiva da gestão democrática da cidade e dos princípios da reforma urbana, difundidos pelo governo Vitor Buaiz, para uma gestão estratégica da administração pública. Este redirecionamento apresenta como finalidade a eficiência e a competitividade na cidade, através do empreendedorismo urbano, porém, sem que se perdesse o discurso da participação. Segundo Klug (2005), foi essa polissemia que tornou possível incorporar ao projeto político da administração Paulo Hartung instrumentos de gestão democrática da cidade, a partir de uma releitura, agora sob a égide da gestão estratégica.

Concomitantemente a essa nova postura, assumida pela administração municipal, uma série de ações da municipalidade ganha expressão local, nacional e até mesmo internacional no ano de 1996, conjuntamente à boa avaliação apresentada pela administração municipal. Essa conjuntura acabou por criar o clima de otimismo que precedeu a realização do primeiro Plano Estratégico da Cidade, distinto ao de outras experiências de cidades brasileiras e internacionais.

É dentro desse contexto favorável que a proposta de realização de um plano de desenvolvimento de longo prazo para a cidade de Vitória foi oficializada, durante um seminário interno da PMV, no final de 1995, pelo então secretário municipal de planejamento, Luiz Paulo Vellozo Lucas. Foi então contratado como consultor geral para o trabalho Júlio Olímpio Fusaro Mourão, do BNDES. Juntos, Luiz Paulo e Júlio Mourão haviam participado da elaboração do plano estratégico do BNDES para o período 1983-1990, iniciativa pioneira no setor governamental brasileiro, que obteve grande repercussão, sobretudo, pela previsão de “cenários brasileiros”.

Nos anos de 1990, prefeituras de algumas cidades brasileiras e latino-americanas já vinham importando e aplicando o planejamento estratégico de cidades, inspiradas principalmente pelo modelo espanhol e na iniciativa pioneira da cidade do Rio de Janeiro, durante o primeiro governo de César Maia (1993-1996). Não fugindo a esta regra o VF-1996 contou no seu seminário de abertura com uma conferência do responsável pelo Plano Estratégico de Barcelona, Manuel de Fòrn y Foxá, relatando a experiência da cidade catalã. Conforme aponta Rabelo (2003), o planejamento estratégico utilizado pela cidade de Madrid na Espanha teve também forte influência na experiência de Vitória, pois trabalhava com cenários prospectivos, cuja metodologia para a construção de tais cenários era bastante conhecida pelo consultor geral do projeto e o então secretário municipal responsável pelo trabalho, Luiz Paulo Vellozo Lucas.

O “Vitória do Futuro”: marco e difusor do planejamento estratégico no Espírito Santo

Conforme apresentado, diferente do que aponta a literatura referente ao planejamento estratégico liberal competitivo de cidades, em Vitória, este instrumento não foi utilizado em um momento de tomada de consciência de crise da cidade pelas suas lideranças e/ou pela sociedade civil. Ao contrário, a experiência do VF-1996 parece “coroar” uma sequência de administrações bem-sucedidas na capital do estado, enaltecer e dar visibilidade ao trabalho no Executivo de uma liderança política que despontava no cenário estadual, o então prefeito Paulo Hartung e o grupo político que o acompanhava. Da mesma forma, o plano estratégico VF-1996 funcionou como uma importante ferramenta de marketing eleitoral para a sucessão de Hartung na Prefeitura, não somente alavancando a eleição do então secretário municipal e coordenador do VF Luiz Paulo, bem como consolidando o modelo de planejamento e gestão estratégica na administração de Vitória.

O período de elaboração do plano, pouco mais de seis meses (29 de fevereiro a 08 de setembro de 1996), “coincide” com o período pré-eleitoral para a sucessão do prefeito Paulo Hartung. Esta articulação do

processo de planejamento como instrumento de marketing eleitoral fica explícita quando é considerado o tempo “recorde”, como aponta o próprio documento final do VF-1996, se comparado a experiências semelhantes como Barcelona que dedicou três anos à definição do seu planejamento estratégico. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro elaborou o seu plano entre 1993-1995. No mesmo ano de 1996, a discussão da agenda 21 local da cidade de São Paulo já havia completado dois anos (RABELO, 2003).

Com relação ao processo de elaboração do plano, a metodologia adotada e o projeto de cidade, proposto no seu documento final, seguem à lógica do receituário do planejamento estratégico espanhol, sinalizando uma “nova” visão sobre a cidade e um “novo” modelo de planejamento e gestão urbanos, agora denominado estratégico, que passa a ser defendido e incorporado na gestão municipal.

A estrutura para a execução, sustentação administrativa e metodológica do plano ficou a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), empresa pública criada em 1980, para assessorar e promover projetos de desenvolvimento urbano na referida cidade.

O principal canal de interlocução com a sociedade civil foi o Conselho Municipal do VF-1996, formado por 350 lideranças de diversos segmentos sociais do município, definidos por meio de um banco de dados da própria Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) existente (RABELO, 2003) e através de critérios políticos, que indicavam quais os atores representativos que deveriam compô-lo (KLUG, 2005).

O VF-1996 contou ainda com um Consórcio Patrocinador para a sua viabilização. Participaram deste consórcio 10 grupos empresariais: Companhia Vale do Rio Doce, Aracruz Celulose, Sindiex, Xerox do Brasil, Escelsa, Sinep, Telest, Sindicom, Sebrae e Setepes. A iniciativa demonstrou a forte aproximação e influência deste segmento empresarial na experiência de planejamento estratégico de Vitória.

Após sete meses de pesquisa, reuniões e debates o documento final do VF-1996 conteve 68 estratégias e 130 projetos aprovados pelo Conselho Municipal, com o plano apresentando os seguintes capítulos: Diagnóstico, metodologia, cenários, estratégias e projetos, a relação dos participantes do VF-1996 e as redações premiadas no concurso promovido junto às crianças e adolescentes da rede municipal de ensino.

Segundo Ferreira (2005), em relação ao processo participativo, a experiência do VF-1996 explicita a fragilidade recorrente nos processos de planejamento estratégico em relação a participação da sociedade civil. Apesar da visibilidade que o projeto atingiu e da participação da sociedade ter sido exaltada como um elemento essencial, não houve um envolvimento massivo da população, como fica evidenciado nas entrevistas realizadas junto aos participantes do processo.

Com uma participação média de 500 pessoas, as reuniões plenárias serviram muito mais como espaço para apresentar e legitimar o que já havia sido previamente definido pelo grupo prospectivo, do que um espaço aberto para o debate. Ou seja, a abordagem de temas relativamente complexos para uma audiência considerável, disposta em espaços que não facilitavam intervenções ou debates (uma parte da plateia, inclusive, assistia em telões) em um processo que se propunha participativo. Além disso, não havia nestas plenárias nenhum espaço de contato do Conselho Municipal com os especialistas e os seus respectivos estudos, pois os estudos, nestas plenárias, eram apresentados de forma resumida pelo consultor geral. As principais manifestações dos representantes da sociedade nesse espaço ocorriam por meio das pesquisas preliminares que buscavam levantar a opinião individual dos conselheiros (FERREIRA, 2005).

Assim, a participação do Conselho Municipal no VF-1996 ocorreu por uma necessidade de legitimação do processo, bem como para a construção de um consenso em torno de um projeto de cidade pré-estabelecido. Tal participação ficou restringida e comprometida, assim como o processo de legitimação parece ter se resumido a uma simples tomada de conhecimento por parte do Conselho, com pouca ou quase nenhuma possibilidade de interferência.

Segundo Rabelo (2003), as sugestões que procuravam ampliar os espaços de participação, nos seminários temáticos, foram impossibilitadas pelos limites de prazo e compromisso com patrocinadores.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, apesar do discurso a participação social ocorreu em um nível simbólico, somente para legitimar o consenso em torno do projeto de cidade dos promotores do planejamento estratégico. Confirma-se, assim, que este “novo” modelo de planejamento se depara aqui com “velhas” práticas que colocam obstáculos no sentido

de incentivar, viabilizar e qualificar (no sentido de capacitar e dar voz aos envolvidos) a participação nos processos de planejamento de cidades.

Com relação ao conteúdo do plano propriamente dito, há uma forte imersão ao ideário competitivo e localista que imperou no discurso das cidades brasileiras nos anos de 1990.

A construção do plano, assim como suas propostas, deu ênfase à construção do imaginário de competitividade interurbana e de uma imagem dinâmica e positiva para Vitória, como resultante do processo político-administrativo implantado na cidade, a partir do governo Paulo Hartung e de que a cidade naquele momento precisava de um modelo de planejamento condizente com as demandas do mundo globalizado.

A intenção do documento é destacar Vitória como uma cidade portuária e de serviços especializados. Além disso, a competitividade entre as cidades é assumida como um desafio imposto pelo ambiente internacional. A síntese do diagnóstico apresentada, apesar de ressaltar algumas das principais potencialidades do município, que são a logística portuária, a força do setor terciário na economia local, bem como o seu potencial turístico, não aprofunda as deficiências e os desafios que a cidade deve superar para potencializar essas vocações. Ou seja, o que se verifica é que muito mais do que “diagnosticar”, no real sentido da palavra, houve uma explícita tentativa de apresentar a viabilidade econômica e turística de Vitória frente às cidades identificadas como concorrentes. Estes temas ligados à competitividade, como a logística portuária, a manutenção do aeroporto em Vitória e transporte/trânsito obtiveram maior destaque nas discussões.

No âmbito regional, apesar de o diagnóstico destacar o caráter concentrador que a Região Metropolitana da Grande Vitória, e, principalmente, a cidade de Vitória, apresenta no estado, bem como as ameaças e as desvantagens da cidade, tendo em vista o fato de a mesma já sofrer os reflexos socioespaciais de tal concentração de atividades e pessoas, é curioso observar que o foco do VF-1996 não se detém, em nenhum momento, no impulso à possibilidade de interação e solidariedade metropolitana, especialmente quando se observa a questão relativa ao uso e ocupação do solo e aos aspectos urbanísticos.

O documento final destaca apenas aspectos gerais e descritivos

sobre a conformação da cidade, bem como as atividades econômicas a serem nela desenvolvidas e/ou ampliadas. Todavia, de acordo com um dos especialistas vinculados à elaboração do plano, uma das questões principais identificadas referia-se à dinâmica de migração intraurbana e que explicitava o processo de elitização que estava ocorrendo na capital. Apesar da importância que o tema da habitação e todas as suas implicações assumem na cidade, o estudo contratado para o tema, foi excluído do documento final (FERREIRA, 2005).

Demonstra assim, conforme aponta Lima Júnior (2003), o fato de que a segregação socioespacial como reflexo da falência do convívio na cidade expresso nas noções de “cidade dual”, “cidade partida”, etc, na visão do planejamento estratégico, deixa de ser um problema urbano em si, um ponto fraco, podendo até mesmo ser visto como um ponto forte, como fica evidenciado em passagem do próprio plano VF-1996: “Vitória apresentar-se-á como centro de intercâmbio, com o exterior, concentrando os serviços nobres de apoio a esta atividade, com excelente infra-estrutura de comunicação e lugar de moradia da população de renda mais elevada da RM” (VITÓRIA, 1996 apud LIMA JÚNIOR, 2003, p. 3).

Situações como estas nos remetem à constatação de Vainer (2000), de que as propostas constantes de todos os planos estratégicos, sejam quais forem as cidades, são tão similares. Os “produtos” são os mesmos, para os mesmos “compradores”, que, invariavelmente, possuem as mesmas exigências. Entres estes compradores destacam-se os investidores, visitantes e usuários solventes .

As representações no campo simbólico existentes neste modelo de planejamento assumido pela cidade de Vitória ficam explícitas na construção de cenários ou análise prospectiva, tidos como a principal inovação no VF-1996, que compõe uma das principais partes do documento final e que objetivou detectar as chaves para o futuro da cidade, os atores principais e suas estratégias.

Com a ideia de agregar valores comunicativos à metodologia, o cenário inercial foi denominado “O Caminhar do Caranguejo” e o cenário desejável “O Salto do Marlim Azul”. Essa atitude, de acordo com o plano, visa facilitar a identificação e a empatia com os participantes. Vale ressaltar que o cenário desejado ilustrado pelo salto do Marlim Azul

acabou se transformando numa espécie de slogan da administração que o implementou.

Conforme destaca Rabelo (2003), se por um lado, para muitos dos participantes do processo, a representação do Marlim Azul significou, no plano simbólico, a identificação – didática – dos pontos positivos do plano, por outro, a adoção do caranguejo como símbolo de algo lento, do caminhar para o lado ou para trás, por extensão, não condizente com os objetivos do novo plano e da nova forma de planejar, representou para os especialistas ligados ao meio ambiente, um aspecto negativo, uma vez que o executivo municipal, à época, realizava intervenções de recuperação dos manguezais da capital.

Tal percepção se dá, como afirma Klug (2005), pelo fato de o caranguejo estar muito presente no manguezal de Vitória, sendo fonte de renda da população de baixa renda da cidade, ao passo que o marlim azul é pescado em competições nacionais e internacionais de pesca esportiva, praticadas em lanchas por pessoas de alto poder aquisitivo. Neste contexto, a associação que se faz ao caranguejo é a do retrocesso, de uma visão pessimista; em contrapartida, o marlim azul está associado a uma visão otimista da Vitória do Futuro. Algo contraditório também, nestes cenários, foi a utilização da imagem de um animal em vias de extinção, no manguezal da cidade, em uma agenda ambiental, representando o não desejável (KLUG, 2005).

Cabe também ressaltar, que a forma de contraste como foi utilizada (extremo pessimismo e otimismo) criam situações muito divergentes e que dificilmente serão concretizadas. Acaba perdendo o seu valor de referencial possível a ser alcançado, assim como um formato viável de cidade desejada. Trabalha-se com algo do tipo “ou o céu, ou o inferno”, uma espécie de “apocalipse” da cidade na situação negativa e uma “ilha da fantasia” na situação positiva (FERREIRA, 2005).

De acordo com o plano, a partir da definição dos cenários foi possível identificar os temas críticos para alcançar o modelo de cidade desejado, bem como definir as estratégias e projetos que pretendem/preteriam efetivar a Vitória do Futuro. Pela própria escolha das temáticas e a ênfase que é dada nas 68 estratégias e 130 projetos, foi reafirmada a intenção de tornar Vitória uma cidade competitiva a nível nacional e internacional, atraindo

investidores, visitantes e moradores de alto poder aquisitivo.

Considerações finais

Conforme demonstrado, o plano VF-1996 enquadra-se no receituário proposto pelos idealizadores do planejamento estratégico, inspirado em conceitos e técnicas oriundos do meio empresarial. Há uma nítida priorização das estratégias visando o desenvolvimento econômico da cidade. Este desenvolvimento está direcionado para uma inserção competitiva de Vitória na economia globalizada, para o crescimento da produtividade urbana, para a revalorização da liberdade do mercado, conformando assim, um rol de estratégias ligadas ao empreendedorismo urbano, a partir de um governo dito e alardeado como “moderno”, que procurou seguir supostos padrões de eficiência e de qualidade denominada “total” na gestão pública. Segundo Ferreira (2016), percebe-se que a intenção de se construir um novo imaginário urbano e estabelecer uma imagem positiva e, posteriormente, vendável da cidade se fortaleceu com o Vitória do Futuro .

Um das iniciativas pioneiras no Brasil, a construção do Plano Estratégico de Vitória, em 1996, pelo ineditismo do processo na cidade, apresenta grande relevância para os estudos urbanos. Apesar das críticas que podem existir sobre a experiência, consolida na administração municipal, uma prática mais permanente de pensar a cidade, a longo prazo. As duas gestões que sucederam a elaboração do VF-1996, foram norteadas por este planejamento de longo prazo. O plano contribui também para a reafirmação, consolidação e continuidade de ações em andamento na cidade, consideradas relevantes, como foi o caso do Projeto Terra.

Todavia, tais aspectos expõem uma espécie de “hibridismo” existente nestes “novos” modelos de planejamento e gestão urbanos, identificados na experiência da capital capixaba, podendo “camuflar” e/ou “escamotear” “um discurso reformista-redistributivista que procura ‘humanizar’ as intenções competitivas e anti-solidárias do planejamento global da cidade” (FERREIRA, 2005, p. 325), bem como uma hegemonia dessa visão estratégica, que se impôs na capital, passando posteriormente a

influenciar outros municípios do estado.

O relativo sucesso alcançado pelas gestões municipais em Vitória, não consegue, contudo, superar antigos obstáculos, que vão muito além dos esforços da escala local de atuação. Apesar dos avanços, o que se confirma na prática é que as estratégias e ações do VF-1996 visando dinamizar o desenvolvimento econômico local em Vitória têm reafirmado problemas estruturais, tais como a concentração da riqueza e a ampliação da segregação socioespacial na cidade, ou do seu entorno, mesmo com a intensificação de investimentos em infraestrutura urbana e social em áreas da cidade tradicionalmente relegadas pelo setor público. Ou seja, o VF-1996 seguiu a visão extremamente localista e competitiva difundida no país pelo modelo, não tendo como premissa uma visão de complementaridade e solidariedade metropolitana.

Contribuiu, também, para o relativo sucesso e para a difusão do planejamento estratégico no Espírito Santo a notória disparidade entre a situação da administração da capital e a acentuação da crise vivida pelo governo do estado, a partir do agravamento da crise nacional, nas duas últimas décadas do século XX.

Cabe ainda ressaltar que, em alguns outros municípios do ES, a motivação principal para este tipo de processo de planejamento foi a experiência pioneira de Vitória e o bom resultado alcançado pelo Plano como instrumento de marketing político. Essa lógica acabou sendo replicada nos processos eleitorais de municípios capixaba de forma mecânica, no intuito de criar um fato político e difundir as estratégias eleitorais.

De acordo com Klug (2005), internamente, a agenda da competitividade tornou-se a agenda da sustentabilidade (difundida pelo viés de uma Agenda 21), resultando numa fragilidade do discurso socioambiental, e que acabou por gerar muitas divergências entre especialistas e consultores.

Outro aspecto relevante neste processo de disseminação e consolidação do ideário do planejamento estratégico no Espírito Santo foi a chegada dos dois prefeitos da capital, Vitor Buaziz e Paulo Hartung, ao cargo de governador do estado, respectivamente, nos anos de 1995 e 2003/2008/2015. No entanto, o insucesso da gestão petista de Vitor Buaziz, no governo do estado, aliado à intensificação da situação de crise enfrentada pelos diversos estados da federação durante a década de 1990,

criou uma situação caótica e de descrédito com relação à gestão pública estadual e ao denominado “modo petista de governar”, abrindo espaço para a hegemonia do grupo político de Paulo Hartung, precursor no estado do Espírito Santo desta visão identificada como estratégica, tendo o VF-1996 como experiência pioneira e difusora no estado.

Referências

- BANCK, Geert. A cidade que desejamos depois do ano 2000: participação política e construção do imaginário urbano em Vitória. In: BANCK, Geert. Dilemas e símbolos: estudo sobre a cultura política do Espírito Santo. Cadernos de História nº 13. Vitória: IHGES, 1998, cap. 10, p. 229-260.
- BORJA, Jordi. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão Européia e Latino-Americana. In: FISHER, Tânia (ORG.). Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- COMPANS, Rose. A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e “urbanismo de resultados”. In: VI Encontro Nacional da ANPUR. Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro. Brasília. ANPUR, 1996. p. 1721 – 1733.
- FERREIRA, G.A.C. Vitória do futuro, Vitória para todos? Uma análise dos “novos” modelos de planejamento e gestão urbanos em Vitória/ES – Estudos de caso: Plano Estratégico de Vitória e Projeto Terra. 2005. 280 fl. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre, 2005.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. da C e FIORI, J. L. (org.). Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GÜELL, José M. F. Planificación estratégica de ciudades. Barcelona: Gustavo Gili, S.A., 1997.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã. São Paulo. Perspectiva, 1988.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HOBSBAWN. Eric. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: companhia das letras, 1995.

- KLUG, Leticia Beccalli. A Vitória do Futuro: a construção do discurso da sustentabilidade urbana na cidade de Vitória-ES. 2005. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFR: 2005.
- LIMA JUNIOR, Pedro Novais. 2003. 279 fl. Tese de doutorado Uma estratégia chamada ‘planejamento estratégico’: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano. - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.
- MARTIN, Margô Devos. A Trajetória de uma geração política no Espírito Santo: Da Universidade ao Poder – 1982 a 1992. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- MOREIRA, Renato Heitor Santoro. O movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo: a trajetória de um grupo ao poder (1976 – 1981). 2008. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a Exceção ou o Estado de Exceção? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 5, n.1, 2003.
- PORTAS, Nuno. Tendências do urbanismo na Europa. Planos Territorial e Local. In: Oculum Ensaios: Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura. FAU/PUCAMP, nº 3, mar. 1993, p. 04 - 13.
- RABELO, Desirée Cipriano. Comunicação e mobilização social: a Agenda 21 local de Vitória (ES). Vitória/ES: EDUFES / FACITEC, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). A Globalização e as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER Carlos; MARICATO Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Artigos

Relações Internacionais Continentais: a América do Sul e a diplomacia brasileira (1933-1942)

MICAEL ALVINO DA SILVA¹

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Resumo: Logo após o processo de independência, os Estados Unidos lançaram mão do termo Hemisfério Ocidental para definir as futuras relações entre os Estados das Américas. A divisão geopolítica, que se traduzia na interpretação de que o continente era formado pelos Estados Unidos e pelo Hemisfério, permaneceu válida até o início da década de 1930 quando uma dúvida pairou sobre a diplomacia americana. De forma inédita, a Administração de Franklin Delano Roosevelt reconhecia a existência de diferenças no interior do Hemisfério, destacando-se a sub-região América do Sul. Coincidente com a preferência regional brasileira, o contexto mundial levou a diplomacia americana a delegar ao Brasil a atuação política na região. O objetivo deste artigo é analisar como a América do Sul destacou-se nas relações continentais e como a diplomacia brasileira explorou a condição de liderança sub-regional tutelada pelos Estados Unidos de 1933 a 1942.

Palavras-chave: Relações internacionais continentais, América do Sul, diplomacia brasileira.

Abstract: Soon after the independence process, the United States used the term Western Hemisphere to define future relations among the States of the Americas. The geopolitical division, which translated into the interpretation that the continent was formed by the United States and the Hemisphere, remained valid until the early 1930s when a doubt lingered on American diplomacy. The Franklin Delano Roosevelt Administration acknowledged the existence of differences within the Hemisphere, especially in the sub-region of South America. Coincident with the Brazilian regional preference, the world context led US diplomacy to delegate to Brazil the in the region. The objective of this article is to analyze how South America stood out in the continental relations and how Brazilian diplomacy explored the condition of sub-regional leadership protected by the United States from 1933 to 1942.

Key words: Continental international relations, South America, Brazilian diplomacy.

Recebido em 13/09/2017 e aceito em 22/01/2018.

1. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Introdução

A América do Sul é uma divisão geopolítica constante das diretrizes da política externa do Brasil. Os processos de integração regional contemporâneos, especialmente o Mercosul², derivam da aproximação sul-americana iniciada após o término da Segunda Guerra Mundial. Antes das iniciativas como o Mercosul e aquelas inscritas no século XXI, as estratégias de aproximação brasileira dos vizinhos mais próximos foram diversas. Particularmente, nos limites deste artigo importa-nos as lições aprendidas pela diplomacia brasileira entre 1933 e 1942. Durante aquele período, nas relações internacionais americanas a América do Sul assumiu lugar de destaque e, em seu interior, o Brasil assumiu lugar de destaque na política subcontinental.

O objetivo deste artigo é analisar em perspectiva histórica como a América do Sul tornou-se em evidência e como a diplomacia brasileira atuou nas relações internacionais continentais. Trata-se de explorar um tema presente na história das relações internacionais brasileiras e continentais; e na política externa do Brasil contemporâneo. A relevância do recorte geopolítico para a política externa justifica a compreensão e as lições que podemos extrair de um período em que a diplomacia do Brasil acreditava ter ocupado o lugar que lhe era devido na política internacional americana. Para sustentar nossa análise, baseamo-nos nos principais eventos continentais do período: as Conferências Internacionais Americanas (Sétima em Montevideu, 1933; e Oitava em Lima, 1938; e as Reuniões de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores (Primeira no Panamá, 1939; Segunda em Havana, 1941; e Terceira no Rio de Janeiro, 1942).³

2. Mercosul é um bloco regional criado em 1993 do qual Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai são sócios fundadores.

3. As fontes primárias utilizadas no artigo foram consultadas no acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty e no acervo do National Archives and Records Administration, em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em Washington para tese de doutorado do autor. As referências mencionadas em nota de rodapé serão identificadas pela sigla AHI e NARA, respectivamente.

Relações Internacionais Continentais: do Hemisfério Ocidental à América do Sul

Desde o final do século XVIII e início do século XIX, os movimentos de independência do Novo Mundo anunciavam que certas mudanças ocorreriam nas relações internacionais. Pioneiro daquele processo, os Estados Unidos lançaram mão do conceito de Hemisfério Ocidental para explicar um tipo de relacionamento internacional entre os Estados no espaço das Américas. Tendo como base sua experiência com a América Central e Caribe, o conceito é atribuído a Thomas Jefferson, segundo o qual os povos das ex-colônias inglesa, espanhola e portuguesa mantinham entre si um relacionamento especial, mútuo, prioritário e solidário.⁴

Desde então, Hemisfério Ocidental, ou simplesmente *hemisfério* é a forma mais comum que jornalistas, acadêmicos e políticos americanos utilizam para se referir ao conjunto do Novo Mundo independente. Em *The Western Hemisphere Idea*, Arthur Whitaker (1954, p. 323), ao revisar o epistolário de Jefferson, destacou que a concepção inicial de solidariedade foi melhor esclarecida quando o então ex-presidente, em 1813, afirmou “que a América *tem* (não é [verbo ser] mas *tem* [verbo ter]) um hemisfério para si”.⁵

Considerando-a como área de influência geograficamente pertencente aos Estados Unidos, a categoria geopolítica de Hemisfério Ocidental tornou-se diretriz para a política externa americana para o espaço das Américas desde o século XIX até a década de 1930. Naquela década, o mundo, em geral, e os Estados Unidos, em particular, vivenciaram mudanças significativas na condução da alta política nacional. Vale ressaltar que as mudanças permitiram a chegada de grupos distintos à política nacional e foram essencialmente parte das respostas à crise internacional

4. Jefferson defendia explicitamente afastar os interesses europeus das Américas. Em certa ocasião escreveu: “We consider their [Mexican and Cuban] interests and ours as the same, and that the object of both must be to exclude all European influence from this hemisphere” (apud WHITAKER, 1954, p. 28).

5. Texto original: “that America has (not is but has) a hemesphire of its own” (grifos do autor).

do capitalismo.⁶

No caso americano, foi a primeira vez que de fato os Estados Unidos tiveram algo em comum com os demais Estados americanos: a cultura da adversidade econômica. Este argumento foi desenvolvido em *FDR's Good Neighbor Policy* por Frederick Pike (1995), para o qual o fator adversidade levou os Estados Unidos à eleição de Franklin Delano Roosevelt e à política da Boa Vizinhança. O autor evidenciou tanto esta tendência que situou-a temporalmente como tendo seu início em 1933, quando Washington resignificou e forjou a solidariedade hemisférica como ferramenta para pressionar diplomática e economicamente os demais Estados americanos a apoiar seu esforço de guerra em prol dos Aliados. O término da Boa Vizinhança foi proposto para o ano de 1943, quando a recuperação da economia americana pôs fim do “status de pobreza” dos Estados Unidos (PIKE, 1995, p. 14).

Quando analisamos os documentos da diplomacia americana e brasileira, concordamos com o argumento temporal de Frederick Pike e identificamos que os Estados americanos, pelo menos alguns, experimentaram um novo momento das relações internacionais americanas. Entre os anos de 1933 e 1942,⁷ a nosso ver, a diplomacia americana passou a lidar com uma dúvida, a qual chamamos de *crise de interpretação* das relações interamericanas. No epicentro da crise estava o conceito de Hemisfério Ocidental: todos os demais Estados americanos seriam semelhantes o bastante para conformarem o Hemisfério? Mais do que isso, a sub-região América do Sul era mais desenvolvida e, portanto, demandaria atenção diferenciada da parte dos Estados Unidos?

A mencionada crise de interpretação no interior do Governo Roosevelt tratava-se de uma demanda mais ampla por qualificar e compreender o sul das Américas. Refletindo demandas de diversos setores

6. Sobre a crise ver a análise de Eric Hobsbawm (1995).

7. Frederick Pike menciona que o término da Boa Vizinhança foi em 1943. Nos limites desta análise, nos limitamos ao ano de 1942 por conta de ser o último evento hemisférico antes da Nona Conferência (Bogotá, 1948). Em nossa tese de doutorado, analisamos todo o período compreendido entre 1933 e 1954.

da sociedade, a subdivisão no interior do hemisfério passou a ser quase que de interesse nacional nos anos 1930, quando incentivados por empresários e pelo governo, estudiosos de matizes diversos produziram conhecimentos sobre a América do Sul. Os países ao sul do Panamá representaram nos anos 1920-1930 uma incógnita a ser desvendada, ao mesmo tempo em que uma invasão militar, uma anexação territorial ou um governo colonial direto não eram alternativas viáveis (PRATT, 1992; KAPLAN; PEASE, 1998; SALVATORE, 2006).

O interesse pela nova interpretação americana e a possibilidade de esclarecimento incentivou, por exemplo, os acadêmicos dos *Latin American Studies*, que já militavam isoladamente desde o final do século XIX. Era o caso do historiador Herbert Eugene Bolton, que desde a década de 1890 defendia um conceito plural de América que consistia na reafirmação da ideia de solidariedade e unidade continental.⁸ A proposta de Bolton para a compreensão das Américas chamava a atenção para as nações sul-americanas *desenvolvidas* (o correto seria *com potencial de desenvolvimento*) em contrastantes com aqueles que para se desenvolver precisariam da ajuda econômica dos Estados Unidos (América Central e Caribe). Portanto, a formulação estava não somente de acordo com as incertezas do Departamento de Estado como também encontrou terreno fértil nas mentes daqueles que na próxima década fariam parte da administração de Franklin Delano Roosevelt (MAGNAGHI, 1998).

A necessidade surgia do desconhecimento da real situação de países como o Brasil, Argentina e Chile e abalava o entendimento vigente desde Jefferson. Aquele entendimento havia, de acordo com Lars Schoultz (2000), fundado um *mind set* segundo o qual compreendia-se as relações

8. Em seu artigo *The Epic of Greater America* (1933), defendeu amplamente a utilização da história comparada como metodologia de análise do que denominou “História da América do Polo Norte ao Polo Sul, desde Colombo até a hoje”, afirmando que desde o período das independências, “havia uma enfática solidariedade hemisférica”. Sugeriu quatro unidades básicas para a interpretação histórica desta solidariedade: o passado colonial comum, as independências das metrópoles europeias, a imigração europeia e a forma republicana de governo (BOLTON, 1933, p. 473). Para críticas à interpretação de Bolton ver: Arthur Whitaker (1954) e Lewis Hanke (1965).

continentais desde um sistema binário: de um lado os anglo-norte-americanos (superiores) versus latino-americanos (inferiores), de outro. Mais de um século deste entendimento e na década de 1930 a dúvida posta à diplomacia americana girava em torno de como compreender as relações hemisféricas em um momento no qual a política internacional caminhava para anos de incerteza. Nossa hipótese é a de que o Departamento de Estado optou por subdividir o Hemisfério em dois grupos tal qual havia preconizado o historiador Herbert Bolton: um composto por países mais próximos aos Estados Unidos (América Central, Caribe e norte da América do Sul); e outro composto pelos países sul-americanos mais distantes e pouco conhecidos (Brasil, Argentina, Chile – principalmente) nos quais pudesse haver, nas palavras de Roosevelt, a semente do desenvolvimento (SCHOULTZ, 2000, p. 235).

Para nossa análise importa destacar que a mudança de compreensão conceitual alterou o tom das relações internacionais hemisféricas. Durante o governo Roosevelt, o recorte América do Sul recebeu uma projeção até então inédita. Parece-nos que os Estados Unidos caminhavam para a revisão de que “tinham” um Hemisfério para “faziam parte” de um Hemisfério. Esta hipótese é válida apenas para o recorte temporal que coincide com a política da Boa Vizinhaça, já que depois da Segunda Guerra houve uma volta à compreensão original de Jefferson, tema o qual não é objeto de análise neste texto.

Tal qual havia proposto Frederick Pike (1995), concordamos que de 1933 a 1943 havia predisposição dos Estados Unidos para uma relação mais solidária com os Estados Americanos. Além disso, as fontes diplomáticas consultadas indicam coincidência entre o recorte indicado e o auge da América do Sul como sub-região com características e dinâmica política específicas. Desse modo, os Estados Unidos sob Roosevelt e sob a crise de interpretação sobre o que existia ao sul do Rio Grande assumiram a possibilidade da existência de uma América do Sul desenvolvida. O então presidente americano incluiu a região em suas orientações aos delegados à Sétima Conferência Internacional Americana (1933): “Parece boa psicologia reforçar as excelentes bases que estão sendo construídas para um futuro

melhor das relações comerciais com a América do Sul.”” Para além do apelo à psicologia ao invés da economia, importa-nos o recorte espacial contido na expressão já que o “futuro melhor” era com a América do Sul desenvolvida e não com o Hemisfério todo.

Se para a política externa dos Estados Unidos a América do Sul era a novidade, para o Brasil trata-se do recorte geopolítico que há muito lhe interessava. Com motivações distintas, na historiografia das relações internacionais deste a o Itamaraty e a academia brasileira, o conceito de América do Sul é considerado uma *força profunda* para as relações internacionais do Brasil (LAFER, 2001). São exemplos de abordagens desde o Itamaraty os trabalhos de Luís Claudio Villafañe Santos, *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro* (2014) e de Antônio José Ferreira Simões, *Eu sou da América do Sul* (2012). Desde a academia, dentre outras produções destacam-se as de Amado Luiz Cervo (2001; 2008; CERVO; BUENO, 2012) e de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2010).

Em síntese, esta historiografia realça a preferência da diplomacia brasileira pelo espaço da América do Sul em detrimento de um espaço mais amplo como aquele compreendido pelo conjunto das Américas ou pela América Latina. No entendimento de Moniz Bandeira (2010, p. 137), trata-se de uma assertiva histórica já que desde o século XIX, “o conceito de América do Sul e não o conceito de América Latina, muito genérico, e sem consistência com seus reais interesses econômicos, políticos e geopolíticos, foi que sempre pautou, objetivamente, a política exterior do Brasil”.

Naquela região de sua preferência, o Brasil também contava com um histórico de busca por influência regional. A este respeito, na historiografia das relações internacionais do Brasil encontram-se diversas referências à disputa com a Argentina em relação à influência regional (CERVO; BUENO, 2012; BANDEIRA, 2010). Outras análises destacam as posições distintas de ambos os Estados em relação aos Estados Unidos.

9. Telegram 78, 19/11/1933, Record group 43, entry 204, box 1, NARA. Texto original: “It seems good psychology to reinforce the excellent groundwork are building up for future better commercial relations with South America. [...] urge too strongly my personal belief that the psychology will have very stimulating effect”.

Enquanto a Argentina mantém relações mais estreitas com a Europa, o Brasil desde o início do século XX iniciou um processo de aproximação com os americanos (PECEQUILO, 2011; BANDEIRA, 2007). A posição de ambos teve reflexos na nova interpretação americana e na América do Sul onde o Brasil teve a preferência dos americanos até o ponto de ser considerado uma espécie de aliado “especial” (MACCANN JUNIOR, 1995; MOURA, 2002; SEINTENFUS, 2003).

O Brasil e a América do Sul

Ao reconhecer que havia a América do Sul e que nela o Brasil era seu principal aliado, os Estados Unidos delegaram a resolução dos problemas políticos da América do Sul ao Brasil. Esta foi a hipótese central que construímos após a análise da documentação produzida pela diplomacia brasileira e americana. Para analisarmos casos concretos, a partir desta diretriz, o Brasil atuou na Sétima Conferência (1933) para evitar os temas relacionados aos conflitos do Chaco (guerra entre Paraguai e Bolívia) e Letícia (litígio territorial entre Colômbia e Peru); na Oitava Conferência fez a articulação política para evitar a ausência do Equador (por conta de litígio territorial com o Peru); e nas Reuniões Consulta aos Ministros das Relações Exteriores (1939, 1940 e 1942) na articulação para aprovação das propostas de interesse dos Estados Unidos – os quais julgava coincidente com seus próprios interesses.

A guerra do Chaco e o litígio de Letícia não fizeram parte da agenda da Sétima Conferência Internacional Americana. A recém empossada administração de Franklin Delano Roosevelt seguiu o entendimento segundo o qual não deveriam interferir e sequer incluir os temas na agenda continental. O principal argumento era o de que a dinâmica de uma conferência internacional exigia preparo com relativa antecedência – os temas da agenda eram discutidos entre o Secretário de Estado e os Embaixadores das Repúblicas Americanas em Washington ao longo de cinco anos. Além disso, o regionalismo continental tinha como finalidade máxima a melhoria do comércio e não o desenvolvimento de mecanismos

políticos supra estatais. Apoiada por alguns Estados da América Central, a Argentina liderava o entendimento oposto: os assuntos eram de tal gravidade que urgiam debate na Conferência de Montevideú. O Brasil se opunha à posição argentina e alinhava-se à posição americana. A oposição argentina, o alinhamento brasileiro e a tentativa brasileira de angariar o apoio dos argentinos mostrou-se como um padrão de relações interamericanas no período analisado.¹⁰

O caso dos conflitos mencionados gerou debates suficientes para nos auxiliar na compreensão de como a América do Sul assumiu um lugar diferente do que ocupava até então nas relações internacionais americanas. Na instrução aos Delegados Americanos, o Departamento de Estado recomendou que “a questão do Chaco é um assunto puramente sul-americano”.¹¹ O então Secretário de Estado, Cordell Hull, sobre ambos os conflitos declarou: “não estou procurando de forma alguma lidar com o assunto ou assumir qualquer responsabilidade a esse respeito”.¹² Em outra passagem, considerou os temas como “controvérsias pendentes da América do Sul”.¹³ A instrução e as declarações sobre os sérios problemas enfrentados fazia-se acompanhar de um entendimento de que ambos os temas não deveriam fazer parte do âmbito intercontinental.

A postura americana condicionava os debates ao âmbito da Liga das

10. Como observou Cordell Hull, apesar de haver discordâncias, no relacionamento brasileiro-argentino não haviam problemas graves a ponto de causar rompimentos “entre os sul-americanos”. Telegram 16, 02/12/1938, Record group 43, entry 251, NARA.

11. Instructions to the Delegates to the Seventh International Conference of American States, Montevideo, Uruguay, Record group 43, entry 204, box 1, NARA. Texto original: “The Chaco question is a purely South American.”

12. Telegram 56, 14/12/1933, Record group 43, entry 204, NARA. Texto original: “I am not endeavoring in any way to handle the matter or assume any responsibility in that respect.” Apesar desta afirmação, No entanto, secretamente, no dia seguinte a abertura dos trabalhos em Montevideú, Hull encontrou-se com o representante paraguaio e propôs uma solução unilateral. Não encontramos a proposta em si, mas a sua existência e a negativa do Paraguai em aceitar o acordo foram registrados em telegrama enviado ao Departamento de Estado. Telegram 30, secret, 04/12/1933, Record group 43, entry 204, NARA.

13. Telegram 44, 10/12/1933, Record group 43, entry 204, NARA.

Nações¹⁴. Fora daquele organismo multilateral, os Estados Unidos apoiavam o Brasil na condução de Comissões para estabelecer a paz entre os Estados envolvidos.¹⁵ Na historiografia, ambos os casos são tidos como exemplo de atuação do Brasil, destacando-se que a diplomacia brasileira teve “intensa atuação e influência” em seu desfecho (SANTOS, 2014, p. 90).

Às vésperas da Oitava Conferência Internacional Americana, em 1938, outra movimentação política pode ser considerada como reforço ao argumento de que os americanos delegaram a América do Sul à atuação da diplomacia brasileira. O Peru, sede do evento, tinha uma pendência territorial com o Equador, o qual ameaçou não participar do evento. Temendo que sinalizar fraqueza em um momento que considerava crucial para a política internacional, O Secretário de Estado, Cordell Hull, pediu ao Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, que envidasse esforços no sentido de evitar a ausência do Equador.¹⁶ Em resposta, a diplomacia brasileira colocou seus bons ofícios em favor da cooperação na América do Sul e a favor de evitar a ausência do Equador por meio de alguma proposta aceitável. O Itamaraty trabalhou com três possibilidades – as quais chamou de planos A, B e C. O plano A consistia em convencer o presidente da Colômbia a conversar pessoalmente com o presidente do Equador (ambos eram mais próximos), e sugerir um compromisso das repúblicas americanas – a ser assinado na Oitava Conferência – em prol da resolução do conflito; O plano B – levado a termo com sucesso – seria uma segunda investida, da parte de outro presidente próximo – Venezuela – sobre o mesmo assunto. Se não funcionasse, o plano C previa que a diplomacia brasileira tentaria que o próprio Peru fizesse um convite ao Equador.¹⁷

Ainda naquele ano de 1938, o contexto condicionou o debate

14. A Liga das Nações foi a organização multilateral que precedeu a Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre seus objetivos, deveria atuar a fim de garantir a paz nas relações internacionais.

15. Existem pastas específicas sobre a atuação brasileira na Liga das Nações e nas comissões para a paz em ambos os casos. Para um resumo, ver: Memorando de Mendonza, janeiro de 1933, lata 1417, maço 32812, AHI.

16. Telegrama s/n, do Departamento de Estado (Cordell Hull) para a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, 14/11/1938, lata 667, maço 9898-9903, AHI.

17. Telegrama s/n, 24/11/1938, lata 667, maço 9900, AHI.

político às questões referentes à preparação para a guerra que se anunciava na Europa. Se nos tempos de Jefferson, a ameaça europeia vinha principalmente da Espanha e da Santa Aliança, nos tempos de Roosevelt o problema estava nas potências que compunham o Eixo Roma-Tóquio-Berlim. A convicção de que a segurança nacional dependia da segurança continental, elegeu a defesa continental como sinônimo de solidariedade. Na oportunidade, a solidariedade continental conheceu oficialmente a versão rooseveltina: “Existe hoje uma solidariedade continental entre as vinte e uma repúblicas americanas e Canadá, que está mais definida e unânime do que nunca antes tinha sido.”¹⁸

O mencionado pedido direto do Secretário de Estado dos Estados Unidos ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil é um dos exemplos de prestígio do Brasil que estava absolutamente em alta. Poder-se-ia argumentar que a diplomacia brasileira estivesse supervalorizando sua importância, não fossem os fortes indícios presentes nos acervos tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos. A correspondência brasileiro-americana indica que o Ministro Osvaldo Aranha mantinha contato permanente e direto com o Secretário de Estado, Cordell Hull, e seu imediato o Subsecretário Sumner Welles. Em seu discurso de encerramento dos trabalhos em Lima (Oitava Conferência, 1938), Hull, em sessão plenária, reconheceu a relevância do Chefe da Delegação do Brasil na condução dos trabalhos no evento (BRASIL, 1940, p. 136).

As demonstrações do prestígio brasileiro tiveram destaque ainda maior quando da efetivação do mecanismo de consulta mútua, aprovado na Oitava Conferência com a finalidade de dar celeridade às decisões continentais em caso de guerra na Europa. Durante o brevíssimo período de dois anos e quatro meses (setembro de 1939 a janeiro de 1942), o recém aprovado mecanismo foi posto em marcha no sistema interamericano por

18. Radio Bulletin 267, White House Press Conference, 15/11/1938, Record group 43, entry 252, box 1, NARA. Texto original: “There existed today a continental solidarity among the twenty-one American republics and Canada which was more definite and unanimous than had ever before been the case in the one hundred and twenty years since the Latin American republics were struggling for independence.”

conta de três ocasiões: deflagração do conflito – setembro de 1939; invasão da França pela Alemanha – julho de 1940; e ataque aos Estados Unidos pelo Japão – dezembro de 1941. Respectivamente, os eventos justificaram-se pela decisão de neutralidade conjunta (I Reunião, Panamá); pela criação de uma comissão para administrar territórios americanos de países invadidos pelo nazismo (II Reunião, Havana); e pela recomendação de rompimento de relações políticas, comerciais e diplomáticas com os países do Eixo (III Reunião, Rio de Janeiro).

Em torno da I Reunião, parece-nos importante destacar as várias consultas que os Estados Unidos faziam ao Brasil e a insistência para que o ministro Osvaldo Aranha se fizesse presente no evento. Para concluir a proposta de agenda da I Reunião, via Embaixada Americana no Rio de Janeiro, o Secretário de Estado fez várias consultas ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil e até mesmo chegou a pedir-lhe opinião sobre certos temas.¹⁹ Quando os demais Estados americanos foram consultados, o título do Telegrama Circular às representações diplomáticas nas repúblicas americanas foi: *The Secretary of State to Chiefs of Diplomatic Missions in the American Republics except Brazil*. O Brasil ficou de fora porque o Ministro brasileiro não somente já tinha conhecimento prévio do conteúdo com exclusividade, como também havia emitido um parecer.²⁰

A atitude americana em relação ao Brasil era semelhante em Washington, sendo que o então Embaixador Carlos Martins era frequentemente consultado pelo Subsecretário de Estado Sumner Welles, que adotava a mencionada prática de confidenciar-lhe as matérias antes de leva-las ao conhecimento dos outros países americanos. Para ficar em um exemplo, transcrevemos um trecho bastante comum nos telegramas enviados pelo embaixador Martins:

Mostrou-me confidencialmente, o sub-Secretário de Estado as linhas gerais do próximo convênio, antes de revelá-las oficialmente a qualquer outro governo. De-sejava Sua Excelência saber a opinião do Brasil não só

19. Telegram 168, 04/09/1939, Record group 43, entry 267, box 1, NARA.

20. Telegram s/n, 06/09/1939, Record group 43, entry 267, box 1, NARA.

como gesto de solidariedade e cooperação inicial, mas para coordenar, desde logo, ambas as atitudes políticas.²¹

Para além dos protocolares discursos de agradecimentos e reconhecimentos, a I Reunião levou o Departamento de Estado a externar ainda mais seu prestígio pelo Itamaraty. O ministro Osvaldo Aranha comunicou o Departamento de Estado que não poderia fazer-se presente no evento do Panamá por motivos políticos internos.²² A Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro foi instruída a reforçar e atuar em favor da presença do brasileiro, considerada seria “imprescindível” dado seu “prestígio internacional”.²³ Ao Embaixador do Brasil em Washington, Sumner Welles apelou para o desejo de Franklin Delano Roosevelt:

Em ulterior entrevista, o sub-Secretário de Estado, manifestou-me o desejo do presidente Roosevelt de que Vossa Excelência participasse em pessoa da importante reunião consultiva. Punha o Governo americano à disposição de Vossa Excelência um navio de Guerra, então em Trinidad, para transporta-lo do avião da Panair à cidade do Panamá.²⁴

Apesar do gesto diplomático e do interesse do Departamento de Estado, o ministro brasileiro de fato não pôde comparecer à reunião e foi representado pelo Embaixador Martins. Igualmente prestigiado, o embaixador brasileiro foi convidado a viajar com a Delegação dos Estados Unidos de Washington ao Panamá, ao que declinou por considerar inconveniente, principalmente para evitar “associações indevidas”.²⁵ Ao final dos trabalhos no Panamá, a Delegação do Brasil reconheceu que “o sucesso da proposta do mar continental foi devido inteiramente à colaboração

21. Ofício 507, reservado, relatório da Delegação do Brasil junto à I Reunião, 20/10/1939, lata 1040, maço 18175-18180, AHI.

22. Telegram 303, 05/09/1939, Record group 43, entry 267, box 1, NARA.

23. Telegram 170, 06/09/1939, Record group 43, entry 267, box 1, NARA.

24. Ofício 507, reservado, relatório da Delegação do Brasil junto à I Reunião, 20/10/1939, lata 1040, maço 18175-18180, AHI.

25. Ofício 507, *op. cit.*

estreita do Brasil e dos Estados Unidos”.²⁶ Já os americanos, nas palavras de Sumner Welles, foram gratos especialmente ao Ministro Osvaldo Aranha por “suas frequentes conversas por telefone com os ministros das Relações Exteriores da Argentina e do Uruguai [as quais] foram muito úteis”.²⁷ Com relação aos trabalhos da Delegação brasileira, especialmente de Carlos Martins, Sumner Welles escreveu:

O completo êxito desta conferência deve-se em sua maior parte, à sua própria visão e esforços. Queira dizer-lhe (ao ministro) que a declaração lida ontem pelo Chefe da Delegação Brasileira constitui um dos documentos mais eloquentes de que já tive conhecimento, exercendo profunda influência sobre a Conferência.²⁸

Para além do prestígio junto aos americanos, um caso que nos pareceu emblemático de atuação da diplomacia brasileira foi o da proposta para o delicado problema das colônias dos países ocupados pelos nazistas. O tema foi pautado para a II Reunião de Consulta, imediatamente após a invasão da França pelos alemães. Além da colônia francesa, havia o risco de a colônia inglesa cair sob domínio alemão. Consequentemente, as Américas poderiam ser arrastadas para a guerra se os alemães decidissem utilizar as colônias como base para ataque aos Estados Unidos, como acreditavam parte dos estrategistas do governo americano.

26. Ofício 507, *op. cit.*

27. Telegram 38, 03/10/1939, Record group 43, entry 267, NARA. Texto original: “Aranha’s personal efforts and his frequent conversations on the telephone with the ministers of foreign affairs of both Argentina and of Uruguay were likewise most hopeful.” Em outro documento: “Por favor, expresse a Aranha, mais uma vez, o meu profundo apreço à magnífica colaboração prestada pela Delegação Brasileira e, em particular, por ele. O sucesso completo desta reunião é em grande parte devido à sua própria visão e seus próprios esforços”. Telegram 4, 03/10/1939, Record group 43, entry 267, NARA. Texto original: “Please express to Aranha once more my profound appreciation of the magnificent cooperation afforded by the Brazilian delegation and, particularly, by himself. The complete success of this meeting is in the great part due to his own vision and to his own efforts”.

28. Telegrama s/n, 03/10/1939, lata 1040, maço 18175-18180, AHI.

O tema da administração das colônias ocupadas gerou debates que variavam de intervenção à independência. A Argentina colocava-se como defensora da tendência independentista, o que era inadmissível para a diplomacia americana. A solução intermediária foi apresentada pelo Brasil e consistia na criação de uma comissão para a administração das colônias, que foi ao final dos trabalhos, aprovada em sessão plenária.²⁹ O Itamaraty lembrou que a proposta (a mais importante do evento), foi um exemplo de sua “atuação máxima em nível hemisférico” (BRASIL, 1944).

É importante destacar que a “atuação máxima” do Brasil em julho de 1940 não foi autônoma. Capacitados na mediação e com condições de diálogo com os argentinos, os brasileiros reuniam condições para uma demanda feita pelo Subsecretário de Estado dos Estados Unidos. Sumner Welles, em meados de junho, convidou o Embaixador Carlos Martins para uma reunião na qual encomendou uma proposta à diplomacia do Brasil. Martins relatou que, de acordo com Welles, “seria de todo vantajoso para o Brasil que apresentássemos [na] Reunião [em] Havana [uma] proposta de mandato coletivo sobre possessões europeias continente americano”.³⁰

As reuniões dos Chanceleres Americanos para deliberar sobre os problemas que afetavam os Estados americanos durante a Segunda Guerra Mundial foi encerrada com a terceira edição, que ocorreu no Rio de Janeiro. Na ocasião, houve o rompimento daqueles Estados, exceto Argentina e Chile, com as potências que compunham o Eixo. A atuação do Brasil está amplamente documentada no acervo Arquivo Histórico do Itamaraty e, certamente por ter sido a sede, há um volume enorme de documentos referentes à atuação brasileira. Vale ressaltar que a diplomacia brasileira seguiu a forma de atuação já registrada: atuou na mediação junto aos países da América do Sul para tentar garantir a aprovação do rompimento diplomático e comercial com o Eixo por unanimidade. Nesta empreitada, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil não lograram êxito.

Se a principal aposta dos Estados Unidos no Brasil era no sentido

29. Telegram 1, 20/07/1940, Record group 43, entry 281, box 1, NARA.

30. Boletim telegráfico 1, confidencial, do MRE para a Delegação brasileira junto à II Reunião, 18/06/1940, lata 703, maço 10262 e 10263, AHL.

de que auxiliasse na aprovação de suas demandas na América do Sul, faltou aos diplomatas brasileiros esta compreensão, bem como a compreensão de que no período posterior a 1942 sua importância política naquele espaço seria dispensável. Àqueles que acreditavam ter ocupado seu devido lugar de destaque na política sub-regional, o período pós-guerra foi dramático ao considerar o Brasil tão importante quanto qualquer outro Estado da América Latina. Este é um tema que merece análise à parte.

Considerações finais

A subdivisão do Hemisfério Ocidental e o consequente reconhecimento da existência de um espaço diferenciado por parte dos Estados Unidos, levou a América do Sul a ocupar um lugar de evidência no espaço político internacional das Américas. A *crise de interpretação* sobre o que havia ao sul do Rio Grande foi um processo exclusivo do período compreendido entre 1933 e 1942. Os reflexos da crise econômica internacional e a Segunda Guerra Mundial possibilitaram uma revisão temporária do conceito clássico de Thomas Jefferson: pareceu que os Estados Unidos avançavam do “temos um hemisfério” para o “fazemos parte de um hemisfério”. Esta última condição tornaria as relações internacionais americanas mais equilibradas, o que pôde ser constatado na busca pela unanimidade para a aprovação das propostas continentais.

O Brasil, para o qual a América do Sul é uma constante da política externa, foi considerado como aliado, por vezes preferencial, na tarefa de obter a unanimidade dos Estados sul-americanos, onde a penetração norte-americana ainda era incompleta. Enquanto para os Estados Unidos a condição brasileira era estratégica principalmente para obter aprovação de suas propostas no campo da defesa continental, a diplomacia brasileira acreditou ter atingido o lugar que lhe era devido na política internacional regional. Para a diplomacia brasileira esta condição seria permanente e sua atuação foi no sentido de consolidar-se como mediadora dos conflitos na América do Sul.

Por fim, urge destacarmos dois possíveis aprendizados que a

diplomacia brasileira poderia tirar do momento histórico analisado, considerando que a América do Sul ainda segue como diretriz de sua política externa. O primeiro é o aprendizado da análise internacional pautada em fatos concretos e dados reais. O argumento da solidariedade americana e o interesse dos Estados Unidos não foram suficientes para a manutenção da dinâmica geopolítica da América do Sul distinta dos demais Estados americanos. O segundo aprendizado baseia-se no fato de que o status de liderança sub-regional só será efetivo quando da possibilidade da integração social constar de um projeto ousado, elaborado e de longo prazo. A liderança mediante interesse dos Estados Unidos mostrou-se vulnerável ao interesse da superpotência americana.

Referências:

- BANDEIRA, L. A. M. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América Sul. Brasília, FUNAG, 2010.
- BANDEIRA, L. A. M. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BOLTON, H. E. The Epic of Greater America. *American Historical Review*, Vol. 38, No. 3, p. 448-474, Apr., 1933.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Relatório Ano de 1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- CERVO, A. L. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, A. L. Relações Internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: Funag, 2001.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. Brasília: EDUNB, 2012.
- HANKE, L. Do the Americas Have a Common History? A critique of the Bolton Theory. New York: Alfred A. Knopf, 1965.
- KAPLAN, A.; PEASE, D. Cultures of United States Imperialism. Durham: Duke University Press, 1998.
- LAFER, C. A identidade nacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

- MACCANN JUNIOR, F. *A aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1995.
- MAGNAGHI, R. M. Herbert E. Bolton and the historiography of the Americas. London, Westport: Greenwood Press, 1998.
- MOURA, G. *Relações exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Brasília: FUNAG, 2012.
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2011.
- PIKE, F. B. *FDR's Good Neighbor Policy*. Texas: University of Texas Press, 1995.
- PRATT, M. L. *Olhos do Império: Relato de Viagem e Transculturação*. São Paulo: Edusc, 1992.
- SALVATORE, R. D. *Imágenes de um Império. Estados Unidos y las Formas de Representación de América Latina*. Buenos Aires: Editorial Sudamerica, 2006.
- SANTOS, L. C. V. G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.
- SCHOULTZ, L. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.
- SIMÕES, A. J. F. *Eu sou da América do Sul*. Brasília: FUNAG, 2012.
- WHITAKER, A. *The Western Hemisphere Idea: its rise and decline*. Ithaca: Cornell University Press, 1954

A Comarca de Ilhéus na ótica do Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa (1797 – 1823)

ANA PAULA DOS SANTOS LIMA¹

Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este artigo alude à Comarca de Ilhéus oitocentista, ao analisar a vida e as obras de um homem de ciência, o Juiz Conservador Baltasar da Silva Lisboa, que, vivendo entre a passagem do século XVIII para o XIX, descreve o meio natural e social de Ilhéus em relatos de notório interesse histórico. O estudo das memórias de Ilhéus escritas por Baltasar da Silva Lisboa alarga a compreensão sobre o negócio baseado nos cortes de madeiras na Comarca de Ilhéus e confirma o pressuposto de que a dinâmica econômica da região sul da Bahia foi intensa muito antes da primeira colheita dos frutos de ouro, o cacau. As noções do mundo expressas em suas memórias são expressões da perspectiva iluminista no Brasil. Para desenvolver a argumentação nos pautamos por pesquisa, transcrição, análise documental e diálogo com bibliografias pertinentes ao tema.

Palavras-chave: Baltasar Lisboa – Juiz Conservador - Comarca de Ilhéus.

Abstract: This article refers to the County of Ilhéus in the eighteenth century, which analyzes the life and work of a man of science, the Conservative Judge Baltasar da Silva Lisboa, who, living between the passage from the eighteenth to the nineteenth century, describes the natural and social life of Ilhéus in reports of great historical interest. The study of the memories from Ilhéus written by Baltasar da Silva Lisboa increase the understanding about the business related to the cut of wood in the region of Ilhéus and confirms the assumption that the economic dynamics of the southern region of Bahia was very intense long before the first harvest of the fruits of gold, the cocoa. The notions of the world expressed in his memoirs are expressions of the enlightenment perspective in Brazil. In order to develop the argument we are guided by research, transcriptions, documentary analysis and dialogues with bibliographies pertinent to the theme.

Keywords: Baltasar Lisboa – Judge-Conservator – Ilhéus - Forests.

Recebido em 03/07/2017 e aceito em 19/03/2018.

1. Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: anaplyma@gmail.com

Considerações iniciais: Um perfil de Baltasar da Silva Lisboa...

Baltasar da Silva Lisboa nasceu na Bahia a 6 de janeiro de 1761 e faleceu no Rio de Janeiro a 14 de agosto de 1840. Era filho do lisboeta Henrique da Silva Lisboa e de Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia. Casou-se com Joana Evangelista de Souza, presumidamente sem deixar descendentes. Teve três irmãos: Daniel Nunes da Silva Lisboa, cônego prebendado na Sé Metropolitana e diretor das religiosas do Convento da Lapa; Paulino da Silva Lisboa, que foi recebedor tesoureiro da Mesa da Inspeção da Bahia e José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, seu irmão mais velho.

Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo um dos literatos fundadores. Participou também de outras importantes instituições científicas como a Academia Real das Ciências de Lisboa, do Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Foi também agraciado com a comenda da Ordem de Cristo. Constam igualmente da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro dois *Elogios históricos* de fins necrológicos, feitos respectivamente por Bento da Silva Lisboa e Pedro de Alcântara Bellegarde.

Sua atuação profissional se deu enquanto funcionário da Coroa Portuguesa no Brasil, prestando inicialmente serviço no Rio de Janeiro e posteriormente na Bahia. Vale salientar que este homem de ciência integrou a chamada *geração de 1790*, caracterizada por Neder (1992, p. 01) como sendo composta por luso-brasileiros imbuídos pelos ideais iluministas disseminados e apreendidos, sobretudo, na reformada Universidade de Coimbra e que deixaram raízes profundas na cultura jurídica brasileira. Maxwell (1999, p. 191) assinala que “a perspicácia da geração de 1790 emprestou racionalidade à análise dos problemas coloniais e, com fé otimista, projetou um grandioso conceito de império luso-brasileiro”, assim elucidando Dias (1968, p. 169), essa *geração de 1790* desenvolveu estudos sobre o território do Brasil procurando adequar à realidade colonial conhecimentos adquiridos na Europa em estudos de História Natural.

Em todo o território brasileiro existiam homens de ciência que

atuavam em nome da Coroa Portuguesa e que, imbuídos de uma perspectiva iluminista, produziram saber, valorizando estudos sobre a natureza e os povos do Brasil e que se constituíram nos aspectos fundamentais da ilustração luso-brasileira. Alguns desses homens de ciência atuaram na Bahia. Além do próprio Baltasar da Silva Lisboa, passaram igualmente por terras baianas: Alexandre Rodrigues Ferreira, Joaquim de Amorim e Castro, José da Silva Lisboa, José de Sá Bethencourt Accioli e Luís Antônio de Oliveira Mendes.

A divulgação dessas pesquisas se deu principalmente através de memórias enviadas à Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição que representava, juntamente com a Universidade de Coimbra, as aspirações científicas de Portugal no contexto iluminista. As memórias se constituíram num gênero de escrita acadêmica caracterizadas por serem relatórios minuciosos sobre assuntos diversos que interessavam ao conhecimento científico.

Formado na Universidade de Coimbra em 1783, portanto, após a reforma curricular dessa instituição, ocorrida em 1772, Baltasar da Silva Lisboa obteve uma formação voltada para o desenvolvimento de habilidades de interesse da Coroa de Portugal, como por exemplo, a de naturalista através da formação em Filosofia Natural, que desde essa citada reforma se tornou na base curricular desta universidade. Assim, todos os estudantes da reformada Universidade de Coimbra recebiam instrução de Filosofia Natural que incluía também a História Natural. Em sintonia com a sua época, depois de formado, tornou-se funcionário da Coroa Portuguesa na colônia, começando pelo Rio de Janeiro onde ocupou o cargo de Juiz de Fora. Posteriormente foi nomeado Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus, permanecendo neste último cargo até à sua aposentadoria.

No cargo de Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus, que ocupou por cerca de vinte anos, escreveu suas *Memórias* de Ilhéus, nomeadamente: *Ensaio da física vegetal dos bosques de Ilhéus* (entre 1801 e 1803); *Memória sobre a Comarca de Ilhéus* (1802); *Memória acerca da abertura de uma estrada* (1808); *Memória topográfica e econômica da Comarca dos Ilhéus* (1823); *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria* (1823.b); *Memória sobre os cortes das árvores do Brasil* (s.d.); *Princípios da física vegetal para servir de preliminar*

ao estudo dos cortes de madeiras (s.d.).

No prefácio de seu relatório intitulado *Riqueza do Brasil em madeiras de construção*, publicado em 1823, esse homem de ciência se auto-descreveu como um funcionário dedicado ao serviço público. Sua opção de carreira teria sido a de prosseguir com pesquisas no âmbito da História Natural. Referiu-se, de forma particular, ao período em que atuou como Juiz Conservador das matas de Ilhéus e enfatizou o seu esforço de produzir saber. Expressou que, mesmo debilitado devido a enfermidades e avançada idade, ainda assim conseguiu escrever os *Annaes do Rio de Janeiro*.

Essas anotações autobiográficas foram feitas depois de se aposentar do cargo de Juiz Conservador das matas de Ilhéus e de ter passado por vexames políticos no período da Independência do Brasil, sobretudo pela acusação de apoiar a Revolução do Porto de 1820. Baltasar Lisboa, provavelmente, notava que o seu nome era inconveniente naquela conjuntura, e sendo assim, resolveu por meio da publicação de extratos de investigações que fez no período de sua atuação profissional, ir dizendo aos envolvidos na “causa brasílica” que também ele estava disposto a ajudar e a ser útil naquela nova nação, ainda que talvez pouco acreditasse nessa novidade. A memória acerca da abertura de uma estrada que trata sobre os cortes de madeiras na Comarca de Ilhéus foi uma das mais longas memórias escritas por esse homem de ciência enquanto ocupava o cargo de Juiz Conservador das Matas.

A abertura de estradas e a Comarca de Ilhéus nos novos tempos do Brasil

A memória acerca da abertura de uma estrada pela costa, desde a Vila de Valença da Bahia até ao Rio Doce, apresentada ao príncipe regente D. João por Baltasar da Silva Lisboa é datada de 1808, ano notável para a história do Brasil, pois devido ao bloqueio continental decretado por Napoleão Bonaparte, onde os países europeus estavam proibidos de fazer comércio com as ilhas britânicas, aliada à condição de subserviência de Portugal para com a Inglaterra por conta das suas dívidas, a solução mais plausível

para contornar esta situação constrangedora para a Coroa Portuguesa foi aceitar a oferta inglesa de transferir a família real de Portugal para o Brasil. Assim, a colônia passou a ser a principal sede do Império Português. Esse acontecimento mudou completamente o curso da história brasileira, pois a condição colonial, a partir desse momento, foi profundamente alterada. Para o conforto da Corte Portuguesa no Brasil foi necessário executar várias medidas, tais como a abertura de portos, a inauguração do Banco do Brasil, a assinatura de um alvará de liberdade industrial e conseqüentemente o fim do pacto colonial.

Nessa conjuntura Baltasar da Silva Lisboa escreveu um relatório entusiasmado, tendo em vista o desenvolvimento do Brasil por via da comunicação entre longínquos povos e lugares. A abertura de estradas, segundo ele, consolidaria a civilização no Brasil. Suas pressuposições demonstram o ânimo dos nascidos em terras brasileiras para com os novos rumos políticos da colônia. Depois de dez anos atuando no interior da colônia, na Comarca de Ilhéus, como Ouvidor e Juiz Conservador, Baltasar da Silva Lisboa percebeu os bons ventos que corriam na América Portuguesa e imediatamente procurou mostrar sua contribuição para o desenvolvimento econômico do Brasil, apontando promissores investimentos na Comarca de Ilhéus, sobretudo com o negócio das madeiras de construção.

No contexto dos conflitos militares que se seguiram à Revolução Francesa, Portugal, como as demais nações da Europa, preocupava-se com o suprimento de madeira para a construção naval, despertando assim o interesse pelas matas do Brasil e aumentando a preocupação do governo português relativamente ao controle da exploração das madeiras de lei (KIRSCHNER, 2003: p. 47). A madeira era um instrumento de guerra, matéria-prima indispensável para a construção de navios, meio de transporte que beneficiou de um largo conjunto de aparatos proporcionados pela revolução tecnológica ocorrida na Idade Moderna.

No Nordeste e em outras partes do Brasil se registrava a extração de madeiras que eram depois utilizadas em construções bélicas. Na Marinha e no Exército português o conhecimento sobre as madeiras era de suma importância. O desenvolvimento da indústria madeireira estimulou igualmente empreendimentos de ordem pública e privada. Em meados do

século XVIII começou a ser organizada uma indústria de construção naval em Salvador nos âmbitos estatal e privado. Navios de guerra e mercantes construídos no nordeste constituíam, no final do século referido, a maior parte da frota com bandeira portuguesa. Conforme salienta Dean (1996, p. 151), a madeira para esses navios era obtida em Pernambuco, Alagoas, Ilhéus e Porto Seguro.

A produção madeireira em Ilhéus configurou-se um ramo da economia colonial articulado a outros setores, como a agricultura de exportação e a de abastecimento interno, a mineração e a pecuária (DIAS, 2010, p. 204). Além das atividades primárias, como a extração e o falquejo, incluía-se o beneficiamento de peças até sua forma final para o uso na construção naval. Fabricavam-se peças para embarcações de médio e grande porte, a serem montadas nas ribeiras de Salvador e de Lisboa (DIAS, 2010, p. 197). Diante desse cenário econômico, Baltasar da Silva Lisboa apontava a abertura de estradas como crucial canal de facilitação para o comércio das madeiras.

A abertura de estradas entre as vilas da Comarca de Ilhéus teria sido decretada pela portaria de quatro de março de 1808, obedecendo a Carta Régia de vinte e quatro de fevereiro do mesmo ano, dirigida ao excelentíssimo Conde da Ponte, então governador da Bahia, e esse empreendimento, segundo a justificativa oficial, teve como objetivo facilitar o acesso à capital, “tornando fáceis as comunicações entre longínquos e diferentes climas e povos” e representava o “selo da civilização e do progresso no Brasil” (LISBOA, 1808). As estradas baianas sofreram um notável empreendimento que na conjuntura de 1808 visava ampliar caminhos para os arrastos das madeiras, intensificando assim o comércio dessa importante matéria prima utilizada em diversas construções e como fonte de combustível.

Na memória referente à abertura de uma estrada são descritos aspectos físicos, geográficos e humanos das cerca de vinte vilas alcançadas pelo projeto de estrada. As observações feitas por Baltasar Lisboa estavam centradas nos aspectos econômicos e arquitetônicos das localidades, cujo projeto abarcava “todos os lugares da costa e terra firme por duzentas léguas desde a vila de Valença até o Rio Doce” (LISBOA, 1808). Neste percurso, foram colocadas mais de quarenta pontes de madeiras, além de barcas e canoas em diversos rios para permitir o trânsito dos viajantes.

Considerando o atual recorte geográfico do território baiano, essa estrada, provavelmente, teria começado no atual município de Valença, percorrendo todo o litoral sul da Bahia até ao município de Mucuri.

A principal ação estatal para atender à emergente necessidade de conservar as florestas, ricas em madeiras de construção, foi a criação do cargo de Juiz Conservador, instituído pela primeira vez no Brasil no ano de 1797 nas comarcas de Ilhéus e Alagoas. Foram nomeados, respectivamente, Baltasar da Silva Lisboa e José de Mendonça de Matos Moreira. Isso se deu, conforme argumento oficial, por já ser visível a diminuição da vegetação a ponto dos “paus de construção de que tanto abundavam”, encontrarem-se já “em distância considerável dos Portos de embarque” (LISBOA, 1834, p. 158).

Assim, a Coroa instituiu que a partir de 1797, data oficial de um “Regimento” para os cortes de madeiras em Ilhéus, se tornavam propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos à borda da costa ou de rios que desaguassem no mar, e por onde embarcações poderiam conduzir as madeiras cortadas. Proprietários particulares de espaços com essas características que já os houvessem recebido em sesmarias seriam notificados pelo Juiz Conservador a conservarem as matas, principalmente aquelas destinadas às madeiras de construção. O não cumprimento de tais medidas por parte dos donos dessas porções de terras estava sujeito a penas (LIMA, 2014, p. 79).

A abertura de estradas, portanto, tinha como principal objetivo facilitar o arrasto das madeiras e evitar o desperdício, aproveitando inclusive o excedente para a construção de pequenas embarcações. É perceptível nas considerações feitas por Baltasar da Silva Lisboa o seu empenho em atingir o objetivo estatal na construção de estradas e na criação de condições para a ampliação do comércio das madeiras, o que fez aliado a sugestões balizadas em observações naturalistas.

Cabe atentar o sentido de colaboração entre intelectuais ilustrados e o poder político, sugerido por Brigola (2003: 94) que conseguiu “aglutinar em torno de objetivos muito concretos duas linguagens em mútua complementaridade: a da estratégia política global, fundamentada na utilidade social dos novos conhecimentos, e a do discurso científico,

interior à própria comunidade de sábios”, sendo uma relação-colaborativa interessada e pragmática.

A abordagem sobre os índios na Memória Topográfica da Comarca de Ilhéus

“A sua posição é entre dois outeiros (...) que vão do pontal chamado *Amorim*, até a ponta da terra conhecida com o apelido de *Pernambuco* (...). É fundada a vila em uma baixa de engraçada varjaria à borda do mar, rodeada de coqueirais, que forma uma vista sumamente agradável” (LISBOA, 1823). Assim inicia Baltasar da Silva Lisboa a sua descrição da Comarca de Ilhéus, exaltando a sua exuberância natural e descrevendo um cenário que ainda hoje é possível se notar: os outeiros no pontal de Ilhéus!

Nesta memória referiu-se a vários assuntos, desde a fundação da cidade até questões da conservatória das matas sob sua gestão. Fez uma narrativa da história da Capitania de Ilhéus, informando que a mesma foi doada a Jorge de Figueiredo, a qual passou para o seu filho Jerônimo Figueiredo, porém vendo este impossibilitado de sustentar e manter a capitania “por estar quase assolada pelos índios, que tinham passado ao furor de queimarem engenhos, e casas dos povoadores”, e uma vez autorizado pela Coroa, a vendeu a Lucas Giraldes (LISBOA, 1823).

Conforme a narrativa do Juiz Conservador, a impossibilidade de manter a capitania se deu pela política de hostilidade dos colonizadores em relação aos índios. “Não procuraram manter uma paz entre os índios ao contrário quiseram somente haver sem trabalho o ouro, cativando os índios maltratando-os por todas as maneiras (...) o que se devia então esperar? (...) O que naturalmente aconteceu, excitou-se o ódio dos índios pelos europeus” (LISBOA, 1823). O impasse entre índios e colonos, conforme refere Baltasar da Silva Lisboa “reduziram a vila e povoações a desertos e em teatros de miséria, carnagem e selvageria” (LISBOA, 1823). Anotou o Juiz Conservador que devido ao caos provocado, sobretudo pela guerra com os nativos, Lucas Giraldes acabou por penhorá-la e foi sucedido por Dona Helena de Castro, que por sua vez foi sucedida por Dona Ana Maria de Athaide. Finalmente, D. Antônio José de Castro teria sido o último

donatário e posteriormente foi incorporada na Real Coroa em 19 de julho de 1761. E desta forma Ilhéus se tornou uma comarca separada da Bahia (Salvador) sendo por Ouvidor o Desembargador Miguel Ares Lobo.

Conforme o discurso de Baltasar da Silva Lisboa, a crise econômica na qual mergulhou a capitania, ao ponto de ser extinta, não se devia apenas aos embates dos colonos com os indígenas, mas também “a ignorância dos princípios da verdadeira fonte das riquezas” (LISBOA, 1823), que segundo o próprio era a agricultura. Na *Memória da viagem à vila de Coja*, escrita em 1782, Baltasar da Silva Lisboa considerou que a exploração das minas e o desenvolvimento da agricultura em Coja serviriam ao bem público e nesta perspectiva criticou a maneira como se praticava a agricultura nesta vila, pois considerava haver um subaproveitamento da terra e uma falta de conhecimento dos povos sobre métodos eficazes.

Em sua crítica sobre a agricultura na Comarca de Ilhéus, Baltasar Lisboa aponta semelhantes problemas e sobre isso Nunes (2011) refere-se a uma visão preestabelecida sobre os lugares, um discurso comum aos autores das *Memórias Econômicas da Real Academia das Ciências de Lisboa*. Seria “o mito da decadência agrícola, inerente à valorização da doutrina e das técnicas decorrentes de certa visão da Fisiocracia setecentista” (NUNES, 2011, p. 326). Era um regime de verdade, uma arma ideológica, para justificar e otimizar as “Luzes” europeias.

Se por um lado, Baltasar da Silva Lisboa, em seu discurso, engajava-se em aplicar técnicas condizentes à cultura da terra de Ilhéus, por outro incorria no risco de construir uma percepção da realidade da terra a partir de uma decadência agrícola que supostamente existiria em qualquer parte, pautada na concepção da verdade universal, típica do iluminismo (LIMA, 2013, p. 65). Equivale inferir que a extinção da Capitania de Ilhéus não se deu somente por uma crise local, mas também pela exaustão do sistema de capitanias hereditárias implantado pela Coroa no Brasil e dentre os motivos da decadência estavam os citados por Baltasar Lisboa como, por exemplo, as guerras entre colonos e indígenas.

Baltasar da Silva Lisboa desenvolveu suas observações na Comarca de Ilhéus considerando pressupostos da História Natural. As instruções de viagens elaboradas por Domingos Vandelli e direcionadas a esses homens

de ciência sublinhavam que “o ideal de naturalista seria, então, um sujeito que possuía talentos, habilidades e conhecimentos muito diversos, numa abordagem essencialmente enciclopédica” (PATACA, 2006, p. 12). Desta forma, os estudantes na Universidade de Coimbra eram instruídos a serem minuciosos em seus relatos.

O Juiz Conservador das matas da Comarca de Ilhéus discursava acreditando ser um agente da ilustração no Brasil, cujo dever consistia em “iluminar” os povos. Observava a flora, a fauna e os povos, comparando aos europeus. Falava a partir de uma posição cultural assumida como superior – a racionalidade ocidental (PÁDUA, 2004, p. 65). Porém, por outro lado, considerava o modelo de civilização europeu questionável, pois avaliou, por exemplo, que o Império Brasileiro teria uma elegância natural ausente na prostrada Europa, tomada por violentas agitações. De forma semelhante, José Bonifácio referiu-se ao Brasil como uma “Nova Lusitânia” e afirmou a “fundação da monarquia brasílica” como um novo evento que “fará uma época na história futura do universo” (PÁDUA, 2004, p. 143). Então, o discurso destes homens de ciência valorizava a realidade do Brasil e enaltecia as peculiaridades brasílicas, porém, todo este julgamento se dava a partir de uma visão europeia.

Em suas observações e anotações dos aspectos de ordem moral, cultural e física dos índios, Baltasar da Silva Lisboa destacou as práticas alternativas para tratamento de doenças, tal como esta:

São atacados assim os habitantes da lagoa, e rio como os das povoações circunvizinhas, e os da vila, de sezões; a vista moribunda, que em algumas ocasiões aqueles infelizes mostram, imprimindo no ânimo, dos que de novo entram a visitá-los, todo o horror da sua situação, é a mais persuasiva, e eloquente, para despersuadir-lhes todo o projeto de se conservar em lugares tão doentios. Tem origem aquelas sezões, e febres intermitentes da estagnação das águas; pois que os rios nas enchentes delas, trasbordando suas margens, alagam as varjarias, onde apodrecendo, enchem o ar de um gás mefítico, capaz de produzir espantosíssimos efeitos. O remédio geralmente aplicado àquelas febres, são sangrias e frangos que os levam á hydropezia, em que mormente acabam, enquanto outros mais sábios, seguindo a natureza, se aproveitam dos saudáveis amargos, extraídos da casca de varias árvores [...] (LISBOA, 1823).

De um modo geral, os homens de ciência da *geração de 1790*, tendiam a reconhecer as peculiaridades dos saberes indígenas para somente então escreverem os resultados de suas observações em forma de memórias. Em sintonia com os desenvolvimentos científicos do seu contexto, Baltasar da Silva Lisboa mencionou várias superstições aplicadas nas curas de doenças e explicou que a maior parte dos moradores da comarca não tinham “meios de consultar os médicos da cidade: eles chamam as experiências e superstições em seu socorro” (LISBOA, 1823). Suas descrições sobre as práticas alternativas realizadas pelos indígenas para tratamento de doenças apresentam como finalidade analisar a eficácia dessas práticas numa perspectiva científica, valorizando uma explicação baseada na realidade da Comarca de Ilhéus.

Thomas (1988) observou que o uso de ervas para fins medicinais era uma prática generalizada no mundo popular e “isso gerou um amplo saber acerca das propriedades benéficas das plantas, transmitindo oralmente, ou por escrito, nos herbários que alcançaram grande circulação com o nascimento da imprensa e continuaram a ser publicados por todo o século XVIII e ainda no seguinte” (THOMAS, 1988, p.86). E completa que os primeiros progressos da História Natural têm uma íntima relação com a sabedoria popular.

Ao se referir aos índios do Brasil, Baltasar Lisboa mesclou a realidade com a teoria. Sua descrição sobre os índios da Comarca de Ilhéus se confunde com o “bom selvagem” idealizado por Rousseau,

[...] outros finalmente de diverso parecer pretenderam, que o homem chegava ao mais alto grau de sua dignidade e excelência; não chegando a tocar o estado de civilização, afirmando, que na simpleza da vida selvagem possuíam uma elevação da alma, e sentimentos de independência, calor de afetos, que inutilmente se poderia encontrar nos membros da sociedade civil, concluindo, que o estado do homem era tanto mais perfeito, quanto participava menos da civilização, sistemas inteiramente errôneos, absurdos, mutilantes, e antirreligiosos, com que pretenderam enganar os ignorantes. Não se pôde duvidar, que, assim aqueles índios, como todos os do Brasil, a quem tenho observado, e visitado suas povoações, e com eles concorrido, vivem entre si [...] indiferentes comumente a todo o motivo de interesses, ou de reconhecimento (LISBOA, 1823).

Baltasar Lisboa concordou com a opinião do filósofo iluminista de que os índios são dóceis e que viviam num estado natural, mas relativizou tal ideia dizendo que apenas algumas tribos eram assim, e que a selvageria não era para ser apreciada e desejada, como sugeriu o filósofo, mas ao contrário, que era necessário civilizar os índios e salvar suas almas. Baltasar Lisboa não valorizava a vida selvagem ao ponto de aceitar plenamente essa condição, pelo contrário, em seus relatórios demonstrou intuito de possibilitar a educação dos índios, ensinando-lhes a prática da agricultura, encaminhando-os assim ao “estado de civilização”, multiplicando cada vez mais as suas necessidades e induzindo à comunicação e, conseqüentemente, à troca de saberes “industriosos” (LISBOA, 1823).

Na memória acerca da abertura de uma estrada, Baltasar Lisboa expressou que a felicidade dos povos foi o fim sobre o qual se debruçaram suas pesquisas e para alcançá-la era necessário o desenvolvimento da civilização através do domínio da natureza pelo uso da razão, critério típico de um iluminista. Num direcionamento notadamente iluminista considerou: “[...] que esclarecendo o entendimento dos povos, os conduz pelo progresso da civilização, a sua perfectibilidade e felicidade” (LISBOA, 1808), ou seja, a educação dos povos, baseando-se nos princípios racionais do Iluminismo, permitiria aos homens interferirem na natureza com inteligência. Portanto, Rousseau foi uma importante base teórica para Baltasar Lisboa, contudo, há discordância em relação a aspectos fundamentais da teoria rousseauiana, sobretudo referente à noção de perfectibilidade, os resultados do aperfeiçoamento das técnicas no decorrer da história humana.

Rousseau encarou o “progresso” com desconfiança, pessimismo e motivação para as desigualdades que seriam nefastas para o convívio entre os homens. Já Baltasar Lisboa apresentou uma postura otimista ao considerar que a perfectibilidade possibilitou o melhor estado do homem, ou seja, a civilização. Também Baltasar Lisboa no conjunto de seus escritos não apresentou discordâncias com a forma de governo absolutista, assim como fez Rousseau.

A escravidão é outro elemento de destaque na memória topográfica. Para Baltasar da Silva Lisboa a instituição escravagista era um obstáculo ao progresso da civilização e uma vergonha para a humanidade. Criticou a ação

dos jesuítas na Comarca de Ilhéus, comentando que estes eram senhores no poder temporal e espiritual, “com o sistema que sempre tiveram de conservar (os índios) debaixo de sua doutrina, somente úteis aos interesses do Colégio, e que por outra parte os dirigia a mantê-los na cegueira, ignorância e escravidão” (LISBOA, 1823), corporificando uma posição anti-jesuítica comum aos bacharéis formados na reformada Universidade de Coimbra.

A escravidão, em sua opinião, “estremecia a humanidade” (LISBOA, 1823) e a subjugação dos índios teria sido um desvario da colonização portuguesa. Asseverava que os índios deveriam receber educação nas artes e ciências. Sua postura era de envolvimento e troca de saberes com os povos indígenas.

Da Cruz (2004) considerou que no “universo mental iluminista, a educação era vista como uma força transformadora de poderes quase mágicos”. A educação era uma condição necessária para se atingir o patamar da modernidade. Em coerência com seu tempo, Baltasar da Silva Lisboa demonstrou partilhar dessa perspectiva considerando que a educação dos índios deveria começar por lhes oferecer a oportunidade de conhecerem as ciências naturais. Nesse sentido, criticou fervorosamente as instâncias administrativas da região que, segundo ele, não tinham compromisso com o “progresso”, mas apenas com a perpetuação do poder. Considerava que não era somente a posição de violência e resistência dos índios que retardava os “progressos da indústria e da lavoura” (LISBOA, 1823), mas também a “ignorância e despreocupação” das autoridades com esta problemática.

Conforme salienta Monteiro (1994), os portugueses, em suas relações com os índios, buscaram impor diversas formas de organização do trabalho e, em equivalência, defrontaram-se com atitudes inconstantes que oscilaram entre a colaboração e a resistência. No entanto, das diversas formas de exploração, nenhuma delas resultou satisfatória, e igualmente todas tiveram um resultado negativo sobre as sociedades indígenas, contribuindo para a desorganização social e o declínio demográfico.

A defesa da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre esteve presente nos debates realizados pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827 e da qual Baltasar Lisboa era sócio. Após a Lei

de 7 de outubro de 1831, que estabeleceu o fim da escravidão indígena, essa sociedade realizou vários debates referentes à questão da escravidão indígena e negra (GILENO, 2004, p. 02). Nesses debates na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Baltasar Lisboa provavelmente urdiu seus argumentos sobre este assunto, ao lado de outros homens de ciência como Januário da Cunha Barbosa que, à semelhança de Baltasar Lisboa, teria expressado que a inviabilidade dos padrões civilizatórios do Ocidente industrializado nos trópicos americanos encontraria respaldo tanto na escravidão indígena quanto no tráfico de negros cativos.

As experiências botânicas na Comarca de Ilhéus

É importante destacar as variadas experiências botânicas de Baltasar Lisboa na Comarca de Ilhéus. Em 1800, por exemplo, ele informou ao Secretário Ultramarino a descoberta de uma espécie de quina, “desde o braço do terreno de Camamú até o Rio de Contas”. Expressou que seria “de uma vantagem incalculável ao Reino”, se fosse a mesma quina que produzia na “medicina as mesmas utilidades a bem da humanidade” (LISBOA, 1800). A quina era destacada nos estudos de ervas medicinais, pois se constatou a sua eficácia em conter febres intermitentes e o restauro da força do doente, sendo assim um dos fármacos mais eficientes contra a malária.

Ao tratar sobre a botânica e a política imperial, Dean (1989, p.14) destacou a utilidade da quina para as conquistas imperialistas desde o século XVI, dizendo que sem a quina, teria sido completamente impraticável manter exércitos europeus em campanha em lugares sujeitos à malária. O referido autor faz uma comparação histórica para demonstrar a importância desta erva dizendo que para conceber a importância deste avanço, poderíamos imaginar como teria sido diferente a história do Brasil se os seus seis ou sete milhões de habitantes indígenas dispusessem, no começo do século XVI, de remédios contra o sarampo e a varíola.

Baltasar Lisboa descreveu a quina por ele descoberta em Ilhéus, e expressou que não havia dúvida de que a espécie em questão era um fármaco:

Quina é árvore, de 50 palmos, com 2 a 3 de grossura; floresce em Setembro em ramalhetes solitários pelas pontas dos galhos; serve a casca, que seca e se enrosca com a Canela, para as febres remittentes e intermitentes; a madeira compacta e lisa serve para obras de adorno das Salas. Quando a Corte estava em Lisboa, me foi ordenada a remessa de alguns caixões dessa Quina; e experimentada em Hospitais, se julgou pelos Facultativos aplicável às febres contra a qual se empregava a Quina do Perú, e que ficando muito barata, parece conveniente não se deixar destruir pelo ferro e fogo na rotação dos terrenos que a cria e produz (LISBOA, 1823. b, p. 255).

Referente à descrição da quina feita por Baltasar Lisboa, D. José de Portugal, então Governador da Bahia, considerou que a árvore encontrada tinha “bastante semelhança, e analogia” com a quina, mas concluiu que não seria a mesma espécie. Para chegar a essa conclusão o Governador consultou boticários, segundo ele, “dos mais peritos”, tal como Domingos José Correa (PORTUGAL, 1800). Conforme assinala Britto (2003), há registro de que esse boticário solicitou em 1797 a sua admissão ao Hospital Real da Santa Casa de Misericórdia dos Galés da Ribeira e das Armadas Reais (Hospital da Marinha) e em troca “mandaria para o gabinete amostras das suas produções pertencentes aos reinos mineral, animal e vegetal, que receberia como procurador o padre Ignácio Joaquim de Almeida Brandão”, tendo a sua solicitação atendida.

O governador D. Fernando José de Portugal remeteu ofício de 13 de junho de 1800 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no qual se referia a Domingos José Correa como “químico farmacêutico aprovado pelo Régio Tribunal da Junta do Protomedicato, boticário e visitador de todas as boticas da cidade da Bahia e seus recôncavos” (PORTUGAL, 1800). Este boticário emitiu parecer da amostra remetida por Baltasar Lisboa de que seria “qualquer casca amargosa de que talvez se possa tirar vantagem na medicina” (PORTUGAL, 1800). Cabe atentar que sendo ou não a quina, as observações e as descrições naturalistas produzidas por Baltasar da Silva Lisboa em Ilhéus foram consideradas e debatidas nos espaços privilegiados do saber luso-brasileiro.

Além de saber escrever com maestria, desenhar bem também era uma importante atribuição no rol de capacidades do naturalista. “Nas instruções

de Vandelli (1779), foi manifesto o ideal de elaboração dos desenhos, que deveriam ser confeccionados por profissionais naturalistas-desenhadores que possuíssem dupla habilidade: do desenho e do conhecimento em história natural” (PATACA, 2006, p. 138). As palavras e as imagens são símbolos, atuavam como convenção e para tanto deviam obedecer a uma regra de representação. Somadas às regras de taxonomia e descrição, seus relatórios e memórias deveriam ser acompanhados de desenhos técnicos.

O naturalista era treinado para compor esse material que preservava a qualidade dos indícios colhidos em suas observações. Palavras e imagens objetivavam perpetuar experiências e divulgar resultados (RAMINELLI, 2008, p. 214). Os naturalistas setecentistas desenhavam para divulgar o saber e para poder possibilitar a comparação entre o conhecimento de outros cientistas e curiosos.

Na prática naturalista os desenhos constituíam fonte valiosa de informações. “A planta era desidratada e levada para o reino juntamente com desenhos que preservavam graficamente a textura, cores e formas anatômicas internas e externas das espécies. Por meio de imagens registrava-se tudo o que não podia ser transportado” (RAMINELLI, 2008, p. 214). Era habitual em viagens filosóficas a presença de um desenhista, mas, na ausência de alguém qualificado, Baltasar da Silva Lisboa chegou a desempenhar os dois papéis: de descrever e desenhar.

Através de documentos oficiais também é sabido que Baltasar da Silva Lisboa fez experiências com o *Morus popyfero* em Ilhéus e obteve êxito,

[...] Posso certificar a Vossa Excelência que sendo-me entregue 5 arbustos de 2 palmos e meio de altura da dita planta, todas em um caixote, as fiz transplantar e logo morreram 2 e as 3 que ficaram em um terreno no quintal da casa da minha residência, que fiz preparar, se deram tão bem, que já estão da altura de braça e meia (LISBOA, 1802).

O *Morus popyfero* interessava à Coroa Portuguesa por sua utilidade no fabrico do papel. Outra experiência realizada consistiu na utilização de sementes da *Teca* sobre a qual afirmou: “jamais pude conseguir, que rebentassem as ditas sementes, e se reproduzissem, para se o obterem as

preciosas árvores de construção, que me foram recomendadas” (LISBOA, 1802.b). Observar, descrever e colecionar, foi isto o que fez Baltasar da Silva Lisboa em Ilhéus, inserindo-se no esforço de realizar um amplo registro da natureza através do levantamento de plantas, animais e minerais do Novo Mundo, utilizando-se dos pressupostos da História Natural.

A História Natural se ocupava “da história de tudo aquilo que foi naturalmente criado por Deus, então animais, plantas, minerais e homens eram os objetos de descrição e, especificamente no século XVIII, também de classificação dos naturalistas” (CASTAÑEDA, 1995, p. 33). O filósofo Michel Foucault (1999) em sua reconhecida análise sobre o discurso científico, sobretudo em *As palavras e as coisas*, asseverou que a História Natural consiste numa linguagem, cujo desdobramento proporcional é, de pleno direito, uma articulação que resulta na colocação em série linear de elementos numa forma de representação segundo um modo que supostamente seria evidente e universal. Para ele, a linguagem naturalista é uma observação que se antecipa à possibilidade de nomear as coisas, é sobretudo a possibilidade de ver o que se poderá dizer a partir da representação dos elementos que poderão ser nomeados.

Sobre as classificações baseadas na História Natural, Hankins (2002) também considerou que os investigadores desse campo de saber, na intenção de “decifrar a diversidade de formas naturais, tinham primeiro de reduzi-las a algum tipo de ordem ou classificação” (HANKINS, 2002, p.145). Deste modo, podemos dizer que o “objetivo dos naturalistas do século XVIII era encontrar um natural que identificasse plantas e animais pelas suas essências, ou seja, por aquilo que fazia deles o que eram” (HANKINS, 2002, p. 145). Porém, destacou o autor, que apesar desse tipo de classificação ajudar a distinguir formas diferentes, não conseguiria descrever integralmente nenhuma forma.

Os escritos botânicos de Baltasar da Silva Lisboa fundamentavam-se num “regime de verdade” que estava baseado na História Natural. Seus relatórios evidenciam essa linguagem a que Michel Foucault (1999) se refere. Uma articulação de palavras que resulta na colocação em série linear de elementos numa representação. A História Natural antecipa o nome, ou seja, Baltasar da Silva Lisboa e os outros homens de ciência da sua geração

escreviam o que observavam. A descrição antecipava a nomeação, e esta maneira de escrever ou fazer ciência em sua concepção era uma verdade manifesta e universal. Realizou pesquisas sobre a natureza e as populações do Brasil e participou de uma ampla rede de circulação de informações entre a Europa e as Américas. Sua prática científica voltou-se para a realidade do Brasil, mas tinha a Europa como importante e imprescindível referência.

Considerações finais: As memórias de Baltasar Lisboa são expressão do Iluminismo no Brasil...

As memórias de Baltasar da Silva Lisboa integram a vastidão de pesquisas de ilustrados luso-brasileiros sobre o novo mundo e é parte dos aspectos do Iluminismo no Brasil. Na Comarca de Ilhéus, esse homem de ciência atendeu às exigências da Coroa, percorrendo de ponta a ponta essa referida comarca, apresentando minuciosamente características dos povos, da flora, da fauna e da geografia com os critérios naturalistas. Enquanto Juiz Conservador das matas da Comarca de Ilhéus num período de notórias transformações na colônia, sobretudo, a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil empreendeu o processo de abertura de estradas para facilitar a comunicação entre os povos e principalmente facilitar o comércio das madeiras. Observava as práticas indígenas numa perspectiva da História Natural valorizando uma explicação localizada na Comarca de Ilhéus. As considerações escritas em suas memórias estavam em sintonia com as concepções científicas em voga na época e manteve uma perspectiva crítica sobre aquilo que lia validando a necessidade de se observar a realidade no Brasil. As suas memórias de Ilhéus são relatos sistemáticos estruturados com base nos pressupostos da História Natural que contribuiu na ampla valorização da razão iluminista e circulação de informação na era moderna.

Referências:

Fontes:

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. LISBOA, Baltasar.

“Descrição dos territórios de Coja. Viagem de estudo mandada fazer pelo Bispo de Coimbra” (1782). COD. 596.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. LISBOA, Baltasar. “Ensaio da física dos bosques dos Ilheus”. Entre 1801 e 1803. COD. 4561.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. LISBOA, Baltasar. “Memória acerca da Abertura de uma Estrada pela costa desde a V. de Valença até o Rio Doce apresentada ao P. Regente” – 1808. Maço 512 58, doc.52.

ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. LISBOA, Baltasar. “Memória Topografica e econômica da Comarca dos Ilhéus” – 1823. Manuscritos 1764. Série Azul.

PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO. OFÍCIO do Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe comunica ter descoberto uma espécie de *quina* desde o braço do termo do Camamú até o rio de Contas, 1800 – Vol. 36 doc. 20. 458.

PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO. OFÍCIO do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual se refere à descoberta de uma arvore na comarca dos Ilhéus, que se supusera ser a quina, mas que os boticários mais peritos afirmavam não ser, 1800 – Vol.36 doc 20.517.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. OFÍCIO do Juiz Conservador das Matas Baltasar da Silva Lisboa, no qual informa sobre a cultura do *Morus Popyfero* e o resultado das experiências a que procedera. Valença, 16 de fevereiro de 1802. Cx. 119 doc. 23.586-23.594.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. OFÍCIO do Juiz Conservador das Matas Baltasar da Silva Lisboa para o governador interino da Bahia, no qual informa que nada conseguira das sementeiras de teca com o maior cuidado e interesse. Baía, 23 de janeiro de 1802. b. Cx. 119 doc. 23.567.

LISBOA, Baltasar. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial, 1834 – 1835.

LISBOA, Baltasar. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria 1823.b. RIHGB – Bahia. N.52-1926.

Obras completas:

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Usos & abusos da história oral. Orgs. Janáína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 5ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BRIGOLA, João Carlos. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, FCG/FCT, 2003.

DA CRUZ, Ana Lúcia. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas contadas*. Tese de Doutorado - UFP Curitiba, 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Marcelo Henrique. CARRARA, Ângelo. *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.

_____. *Farinha, madeiras e cabotagem: a capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: Editus, 2011.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HANKINS, Thomas. *Ciência e Iluminismo*. Porto: Porto Editora, 2002.

LIMA, A. P. dos Santos. *Memórias de Baltasar da Silva Lisboa: a singular floresta e os povos de Ilhéus*. 297f. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia/Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Feira de Santana, 2013.

MONTEIRO, Jonh. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

NUNES, Maria de Fátima. *Imprensa periódica científica (1772 – 1852)*. Lisboa: Estar Editora, 2011.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*, Tese (Doutorado em Geociências) - Campinas, SP. [s.n.], 2006.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governos a distância*. São Paulo, Alameda, 2008.
- ROUSSEAU, J.J. *A origem da desigualdade entre os homens*. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Cia das letras, 1988.
- VOVELLE, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

Capítulos de obras:

- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Artigos

- CASTAÑEDA, Luzia Aurelia. História Natural e as ideias de geração e herança no século XVIII: Buffon e Bonnet. *MANGUINHOS*, Vol II, JUL- OUT, 1995.
- DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, primeiro trimestre: 105-70, 1968.
- DIAS, Marcelo Henrique. A floresta mercantil: exploração madeireira na Capitania de Ilhéus no século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 193-214 – 2010.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais do setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.
- GILENO, C. H. A Escravidão Indígena no Pensamento do Cônego. *Achegas.net*, Rio de Janeiro, v. 19, 2004.
- KIRSCHNER, Tereza. Entre o rei e a lei: natureza, legislação ilustrada e

conflitos no final do período colonial. *Textos de História*. Vol. 11. N. 1/ 2, 2003.

LIMA, A. P. dos Santos. O delineamento da política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus (1797 – 1808). *Temporalidades*. v. 6, n. 2 (maio/ago. 2014) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014.

NEDER, Gizlene. *Coimbra e os Juristas brasileiros*, 1992. Disponível em: www.historia.uff/artigos/neder_coimbra.pdf. Consulta em Setembro de 2014.

Trabalho completo publicado em Anais:

BRITTO, Antonio Carlos. História da Medicina: Breves notícias compiladas de manuscritos originais e inéditos em derredor do “Hospital da (de) Marinha da Bahia” no século XIX. VIII Congresso Brasileiro de História da Medicina, de 13 a 15 de novembro de 2003, na Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus. Disponível em: http://www.fameb.ufba.br/historia_med/hist_med_art14.htm. Consulta em junho 2012.

DEAN, Warren. *A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial*. Conferência feita no Instituto de Estudos Avançados da USP – 21 de junho de 1989. Disponível em www.ica.usp.br/publicacoes/textos/deanbotanicaimperial.pdf. Consulta em abril de 2015.

Os índios do Planalto Paulistano sob a perspectiva das autoridades de São Paulo (1828-1834)¹

LARISSA BIATO DE AZEVEDO²

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP

Resumo: É conhecido o fato de que a Constituição de 1824 não tratou sobre as populações indígenas do Brasil. Enquanto não se definia jurídica e amplamente sobre o assunto, coube aos governos provinciais discutir sobre as demandas relacionadas aos indígenas. Este artigo explora de que forma os membros do Conselho de Presidência e do Conselho Geral da província de São Paulo lidaram com as contendas entre índios e brancos que ocorreram no Planalto Paulistano e como puderam elaborar projetos que indiretamente envolviam os índios dessa mesma região. Indica-se que as estruturas institucionais criadas entre a segunda e a terceira década do século XIX viabilizaram, em São Paulo, diferentes abordagens sobre as populações nativas, delineando as dimensões da política indigenista nesse período e o lugar dos indígenas no pacto político do Império.

Palavras-chave: Conselhos Provinciais de São Paulo. Política indigenista. Brasil Império.

Abstract: We know that in 1824 the Constitution did not mention the indigenous populations of Brazil. Until the legally and extensively definition on this issue, it was assigned to the provincial governments discuss about the Indians. This paper explores how members of the Presidential Council and of the General Council of the province of Sao Paulo dealt with the interethnic disputes that took place on the Planalto Paulistano and how they discussed on projects that indirectly involved the Indians of this region. It is pointed out that the institutional structures created between the second and third decades of the nineteenth century made possible different approaches to native populations in São Paulo, outlining the dimensions of indigenist policy in this period and the place of the Indians in the political pact of the Empire.

Keywords: São Paulo provincial councils. Indigenist policy. Brazil Empire.

Recebido em 15/01/2018 e aceito em 20/02/2018.

1. Este artigo é um resumo revisado de parte da minha dissertação de mestrado, intitulada *Concepções sobre a questão indígena: província de São Paulo, 1822-1834*, que foi defendida em novembro de 2015 e contou com o financiamento da FAPESP.

2. Mestre em História e Cultura Política pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/campus de Franca. E-mail: larissabiato@gmail.com..

Introdução

A despeito do que os deputados constituintes haviam discutido e projetado em 1823, a Carta outorgada em 1824 não mencionou as populações indígenas do Brasil e, até a promulgação do Regimento das Missões, em 1845, não se aprovou nenhum conjunto de leis que contemplasse os índios de todo o Império. Esses fatores motivaram a interpretação de que nesse período houve um “vazio de legislação”, no qual a política indigenista teria sido “flutuante, pontual, e, como era de se esperar, em larga medida subsidiária de uma política de terras” (CUNHA, 1992, p. 138). No entanto, trabalhos recentes têm questionado tal perspectiva ao analisar o trato dos índios durante a primeira metade do Oitocentos (MACHADO, 2015; SPOSITO, 2012; SAMPAIO, 2009), indicando a necessidade de se observar, a partir das províncias, os distintos direcionamentos da política e da legislação indigenista no início do século XIX.

A indefinição legislativa sobre os povos indígenas do Brasil situa-se em meio ao cenário político pós-Independência, quando a própria concepção de Estado estava em construção (SLEMIAN, 2009). Nesse sentido, a questão indígena esteve tão juridicamente indefinida quanto estiveram outros temas de suma importância para os coevos, como a delimitação das fronteiras do Império ou a composição da mão de obra; aliás, conforme demonstrado por Sposito (2012), foi justamente a relação entre tais assuntos, que inevitavelmente se interligavam, o que teria dificultado a construção de um consenso sobre os indígenas durante os debates parlamentares das primeiras décadas do século XIX.

Considerando a temática em relação às demais pautas do Brasil recém-independente e às institucionais criadas nessa época, a proposta deste artigo é explorar a política indigenista empreendida pelos membros de dois órgãos provinciais atuantes em São Paulo, a saber, os Conselhos de Presidência (CP) e os Conselhos Gerais (CG). Serão destacadas as ações dos conselheiros paulistas diante das contendas entre brancos e indígenas e na elaboração dos projetos que mencionavam a presença de populações nativas da região central dessa província, atuações que sugerem o lugar que

os contemporâneos conferiram aos indígenas nos primeiros anos de Brasil Império.

Os conselhos provinciais em questão foram criados logo após a Independência, como um dos elementos basilares do Estado Imperial brasileiro (SLEMIAN, 2009). Conforme a Lei de 20 de outubro de 1823, aprovada pela Assembleia Constituinte antes de sua dissolução, o Conselho de Presidência (também chamado de Conselho do Governo) deveria ser criado em todas as províncias do Brasil; tal órgão deveria ser composto por um presidente, nomeado pelo Imperador, e um Conselho de seis membros eleitos, os quais tinham por atribuição examinar e deliberar sobre a construção de estradas, a formação de censos estatísticos, o tratamento dos escravos, a catequese dos índios, entre outros temas relacionados à ordem socioeconômica das províncias (BRASIL, 1887, p. 10-15). Já em 1824 a Constituição outorgada determinou a criação dos Conselhos Gerais de Província, os quais deveriam ser compostos por vinte e um membros nas localidades mais populosas e teriam por função elaborar e discutir propostas de lei relativas às demandas provinciais. Encaminhadas para a Assembleia Geral ou ao Imperador, as propostas do CG poderiam vir a ser aprovadas na forma de decreto ou lei (BRASIL, 1886, p. 16-18; BRASIL, 1878, p. 10).

Apesar do caráter provisório da lei que o criou, o CP funcionou concomitantemente ao CG até 1834, quando ambos foram extintos (BRASIL, 1866, p. 15-22; BRASIL, 1866, p. 53-56). Para evitar a confusão entre um e outro conselho, e considerando que houve uma troca de documentos entre os mesmos, vale ressaltar que havia diferenças entre as funções dessas instituições provinciais: enquanto o CP consistia em uma instância administrativa e deliberativa, através do qual o presidente da província e os membros eleitos discutiam demandas e a execução das leis, o CG teve caráter fundamentalmente consultivo e propositivo (FERNANDES, 2014; LEME, 2008, p. 200). Assim, entre o chamado Primeiro Reinado e o início

das Regências coexistiram nas províncias³ dois organismos de governo distintos, relativamente autônomos em relação à Corte e que viabilizaram, em São Paulo, decisões e projetos sobre as populações indígenas.

Índios e conflitos no Planalto Paulistano

Na província de São Paulo, o CP iniciou suas atividades em outubro de 1824 e o CG em dezembro de 1828. A temática indígena foi abordada de maneira regular em ambos, ao longo de todo o período de funcionamento desses órgãos, através de relatórios, ofícios, pareceres, orçamentos e propostas de leis. De maneira semelhante ao que ocorreu em relação a outros assuntos provinciais (LEME, 2008), os conselheiros paulistas de uma e outra instância trataram da questão indígena coadunados com os propósitos constitucionais. Em que pese as diferentes funções e reconhecimento de um e outro conselho pelo Executivo e pelo Legislativo do Império, a documentação sobre os índios não revelou tensões em relação à postura dessas instâncias – diferentemente da posição do CG paulista sobre a autonomia financeira da província (LEME, 2008) –, nem grandes conflitos entre os membros do CP e do CG de São Paulo. Dito de outro modo, o trânsito dos paulistas no parlamento e no próprio governo provincial, onde muitos atuaram tanto do CP quanto do CG (OLIVEIRA, 2013), contribuiu para o afinamento entre esses órgãos e para a obtenção de apoio no âmbito do governo central quanto à questão indígena. O contrário ocorreu na província do Pará, por exemplo, onde a distância com a Corte e conflitos políticos internos dificultaram a aprovação das propostas elaboradas pelo CG paraense sobre os nativos, muito embora esse assunto fosse pertinente nessa localidade, onde a população e a mão de obra indígena ainda eram

3. Até o momento há estudos sobre o funcionamento dos conselhos provinciais de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Pará, Bahia e Maranhão (CASTRO, 1984; CIRINO, 2015; LEME, 2006 e 2008; MACHADO, 2015; OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2007 e 2013; SALES, 2005; SILVA, 2013). Salienta-se que esses órgãos não foram instalados na Corte e que a criação e o funcionamento dos mesmos variaram de província para província (FERNANDES, 2014).

expressivas no início do século XIX (MACHADO, 2015).

A atuação do governo provincial de São Paulo em relação à questão indígena, sobretudo dos membros do CG, foi contundente na ocasião da revogação das guerras justas contra os índios “bugres” determinadas pela Carta Régia de 5 de novembro de 1808. A proposta para a revogação dessa Carta joanina partiu de uma representação apresentada no CG paulista em dezembro de 1829 (CGPSP – ALESP, Projeto de Representação..., FCG-CP 29.002, 1829). Enviada ao Senado já no início de 1830, a revogação das guerras justas foi aprovada após cerca de um ano de discussões – nas quais se incluiu a abolição das guerras justas contra os índios “botocudos” de Minas Gerais e se fez poucas emendas (SENADO, Annaes..., 1914; BRASIL, 1875, p. 165). O bem-sucedido encaminhamento e desfecho dessa representação não foi exceção, pois ocorreu em outras ocasiões em que o CG de São Paulo tratou sobre os indígenas: por exemplo, quando propôs criar algum tipo de “comércio” com os índios das “vilas do Sul” (CGPSP – APESP, Proposta da Comissão..., C05650, 1829; BRASIL, 1876, p. 80); e, como veremos adiante, na ocasião da “extinção das aldeias” do Planalto Paulistano. Assim, no que tange aos indígenas, pode-se dizer que houve concordância de posicionamentos entre os membros do CG paulista e, no âmbito parlamentar, reconhecimento das propostas elaboradas por esse órgão provincial.

Durante o funcionamento do CP e do CG da província de São Paulo, a postura geral dos conselheiros em relação à população nativa esteve no sentido de incentivar o processo de “civilização” dos índios considerados “selvagens”. Tratava-se de “promover a catequese e a instrução civil” dos indígenas que se espalhavam ao redor dos povoados ao sul da província – Itapetininga, Castro, Itapeva da Faxina – e administrar o chamado “Aldeamento de Guarapuava”, no qual havia uma expedição civil-militar desde 1809 com o fito de “civilizar índios barbaros que infestam aquelle territorio” (CARTA RÉGIA, 1809, p. 71-72).

Por outro lado, apesar da atenção conferida aos povoados do Sul e aos índios que dificultavam a consolidação dessas fronteiras, a presença de indígenas em outras localidades de São Paulo e em outros *níveis* de civilidade também fez parte do expediente dos conselhos provinciais paulistas. Ao

contrário do que se afirmou sobre o “esvaziamento” das aldeias próximas à capital da província e sobre o “contínuo desinteresse” das autoridades por esses territórios (SPOSITO, 2012, p. 128-176), observaremos a seguir que as terras dessas aldeias não apenas estiveram em disputa, como os conflitos entre populações e a aprovação de projetos são relevantes para compreender de que maneira se lidou com os índios entre a segunda e a terceira década do Oitocentos.

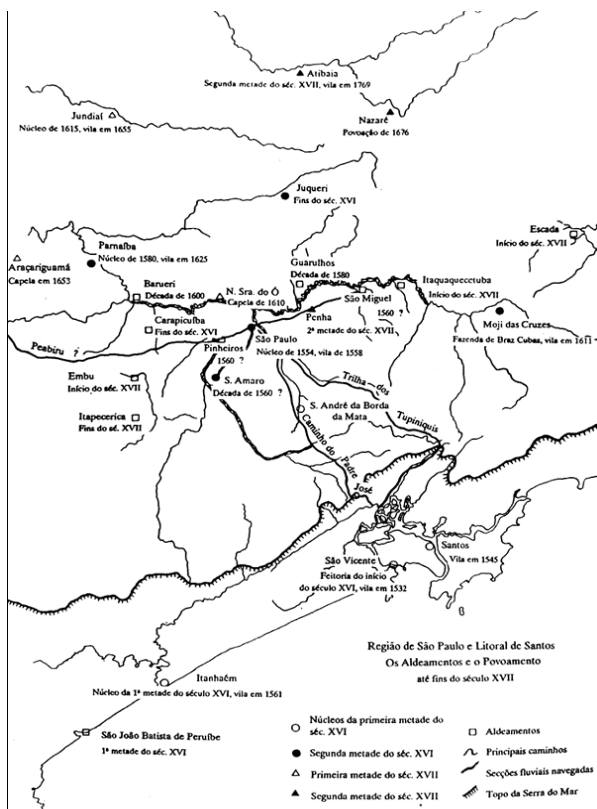
As três contendas que descreveremos ocorreram no chamado “Planalto Paulistano” (PETRONE, 1995), região de antiga colonização e próxima à cidade de São Paulo. Esses casos puderam ser encontrados e analisados devido ao cruzamento dos documentos elaborados ou recebidos nos dois conselhos provinciais, CP e CG paulista, com os ofícios de algumas vilas e freguesias da região do Planalto. Ainda que fragmentada e pouco explorada pela historiografia, tal documentação indica como índios e brancos se relacionaram nesses territórios durante o período de 1828 a 1833 e quais foram as perspectivas das autoridades locais e provinciais de São Paulo sobre os nativos.

Aqueles que percorrem a atual região metropolitana de São Paulo talvez desconheçam que existiram povos indígenas nesses territórios até meados do século XIX, quando passaram a conviver cada vez mais com as populações brancas (PETRONE, 1995, p. 193-199). O primeiro episódio conflituoso ocorreu na aldeia de Barueri⁴, que então estava vinculada administrativamente à vila de Santana do Parnaíba. Nas primeiras décadas do Oitocentos, Barueri já não tinha a população indígena que, entre os séculos XVI e XVIII, o tornou o maior aldeamento do Planalto Paulistano; em todo caso, ainda era possível encontrar ali um considerável número de

4. Embora no trabalho de Petrone Pasquale (1995) utilize-se o termo “aldeamento”, a palavra “aldeia” é mais frequente na documentação aqui explorada, razão pela qual a adotamos ao longo do texto.

famílias indígenas por volta de 1830 (PETRONE, 1995; MÜLLER, 1836).⁵ Foi justamente algumas dessas famílias que puderam nos informar sobre um ataque violento a essa aldeia em 1829.

Mapa 1 - “Aldeamentos e povoados de São Paulo entre os séculos XVI e XVII”.



Fonte: Petrone (1995, p. 125).

5. Segundo Petrone (1995), a “decadência” da aldeia de Barueri começou em fins do século XVIII. Ainda assim, os maços de população e as pesquisas estatísticas apresentadas pelo autor mostram que, em relação à população de outros núcleos, o número de indígenas que residiam nessa aldeia era bastante expressivo no início do século XIX – dados que também foram apontados em 1836 pelo estudo de Pedro Müller (1836, p. 159).

O registro desse ataque foi feito pelo fiscal de quarteirão Joaquim Joseph de Oliveira, o qual informou que, no dia 12 de agosto de 1829, o capitão Francisco de Castro do Canto e Mello, os irmãos Joaquim Theodoro Leite Penteadado, Joseph Ignácio Leite Penteadado, Bernardo Leite Penteadado e mais alguns escravos armados,

[...] sem respeito ás leis Divinas e Humanas, despotica, e arbitrariamente perpetrarão toda a casta de delictos e insultos, espancando e ferindo a Pedro Joseph com espadas e arma de fogo, que disparou o primeiro supplicado [o capitão Canto e Mello] em Benedicto da Silva de que ficou chumbeado nas costas, e os mais todos espancados correndo com elles supplicantes de seus asylos, para onde ainda não entrarão até hoje, pegarão fogo nos rossados, gritarão, estrondarão tudo até às 7 horas da noite, e não satisfeitos ainda voltarão no outro dia, picarão cercas, e para desbaratar tudo estavam deliberados a pôr fogo nas cazas, factos estes de que se procedeo o Autto de corpo de delicto n'esta Villa, mas como os Supplicantes por essa desigualdade de fortuna não podem ventilar seos direitos pelos meios ordinarios, se achão até agora vagando incertos sem seo abrigo [...] (CGPSP - ALESP, Solicitação de providências..., FCGP-CP 29.009, 1829).

Nesse relato, assinado “a rogo” dos requerentes “por estes não saberem nem ler nem escrever”, o fiscal pedia que fossem tomadas providências para que os “supplicantes possam seguros ser restituídos ás suas moradas” (CGPSP - ALESP, Solicitação de providências..., FCGP-CP 29.009, 1829). A partir desse requerimento, as autoridades da vila de Santana do Parnaíba encaminharam o caso para a Câmara Municipal de São Paulo, que, por sua vez, enviou a questão para o CG paulista, órgão a que os vereadores estavam subordinados (CGPSP - ALESP, Solicitação de providências..., FCGP-CP29.009, 1829).

De setembro a dezembro de 1829 as autoridades de Santana do Parnaíba, os vereadores e os membros dos conselhos provinciais de São Paulo trocaram variados documentos sobre o assunto. O CG paulista tomou conhecimento do atentado à Barueri em novembro de 1829; por meio de uma comissão permanente, deliberou-se que cabia ao CP buscar “esclarecimentos” sobre o conflito (CGPSP - O Farol Paulistano, n. 281 e n. 283, 1829). Com efeito, um ofício do juiz ordinário da vila de Parnaíba, José

Manoel Corrêa, foi encaminhado do CP para o CG, informando que uma devassa sobre o atentado na aldeia de Barueri havia sido iniciada, mas, “por falta de prova não houve pronuncia [...] e julgo nada ter que proceder contra os Supplicados” (CGPSP - ALESP, Pareceres da Comissão Permanente..., FCGP-CP29.022, 1829). Tal conclusão foi acatada em ambos os conselhos provinciais, entretanto, o CG anexou à documentação uma emenda que solicitava ao juiz Corrêa a confirmação de que ele havia inquirido todas as testemunhas envolvidas no caso (CGPSP - ALESP, Pareceres da Comissão Permanente..., FCGP-CP29.022, 1829).

A partir de dezembro de 1829 essa troca de informações entre as autoridades aparentemente cessou. A ausência de documentos deixa em aberto o que se fez daquele atentado: não se sabe o juiz ordinário respondeu àquela solicitação do CG e se todas as testemunhas foram ouvidas ou não; se a devassa concluiu que o Capitão Canto e Mello e os irmãos Penteado deveriam ser, de fato, “absolvidos” por falta de provas, tal como exposto pelo juiz Corrêa (CGPSP - ALESP, Pareceres da Comissão Permanente..., FCGP-CP29.022, 1829). O pedido de restituição das casas dos indígenas de Barueri tampouco foi objeto de discussão nas sessões dos conselhos provinciais. Por outro lado, é bastante provável que esse episódio não tenha sido solucionado em fins de 1829, pois tanto os autores da invasão à aldeia de Barueri, quanto os índios, voltaram a fazer parte do expediente dos governos provinciais posteriormente.

Em agosto de 1830, D. Inácia Manoela de Toledo, então proprietária da Fazenda Tamboré, solicitou aos membros do CP de São Paulo providências quanto à presença de “alguns intrusos Indios de Barueri” em suas terras, presença que, segundo ela, fora aprovada “ilegalmente” pelo juiz de paz da vila de Santana do Parnaíba (DIPHCS - Boletim, v. 15, 1830, p. 63-65). De acordo com o parecer do conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, responsável por analisar a questão, o juiz de paz da vila de Santana do Parnaíba havia iniciado um processo de reconciliação entre o capitão Francisco de Castro do Canto e Mello, os filhos de D. Inácia e os índios da aldeia de Barueri; porém, como nenhum dos envolvidos compareceu às audiências de reconciliação, em maio de 1830 o juiz decidiu “empessar os Indios de seus arranchamentos, e mandou intimar todo esse procedimento

aos filhos da Supplicante” (DIPHCS - Boletim, v. 15, 1830, p. 63-65).

A solicitação de D. Inácia oferece informações que relacionam essa invasão da Fazenda Tamboré ao ataque à aldeia de Barueri ocorrido em 1829. Embora o parecer de Gurgel não faça essa relação, pode-se dizer que os vestígios indicados por ele evidenciam uma disputa entre brancos e indígenas pela posse de territórios, pois os acusados pelo atentado à aldeia e envolvidos no processo de reconciliação eram o cunhado (capitão Canto e Mello) e os filhos de D. Inácia (membros da família Penteado e herdeiros da Fazenda Tamboré); o local onde ocorreria o atentado de 1829 e a invasão da fazenda em 1830 era o mesmo, possivelmente nos limites imprecisos que separavam as terras de D. Inácia e os terrenos da aldeia de Barueri; por fim, é provável que os indígenas “invadiram” a Fazenda Tamboré na tentativa de reaver os terrenos onde estavam suas casas antes do atentado promovido pelo capitão Canto e Mello – daí a decisão do juiz de Santana do Parnaíba de empossar os índios “de seus arranchamentos” (DIPHCS - Boletim, v. 15, 1830, p. 63-65. Grifo nosso).

O parecer do conselheiro Gurgel considerou os documentos e argumentos apresentados por D. Inácia, segundo a qual decisão do juiz de paz da vila de Santana do Parnaíba era “ilegal” já que o processo de reconciliação não havia terminado; avaliou ainda as respostas “imprecisas” do juiz, que “não soube ou não quis” justificar sua decisão aos membros do CP, e chegou à conclusão de que cabia ao juiz em questão proceder pela retirada dos indígenas das terras da Fazenda Tamboré enquanto as audiências de reconciliação não se realizassem (DIPHCS - Boletim, v. 15, 1830, p. 63-65). Os membros do CP de São Paulo aprovaram esse parecer e não discutiram mais o caso nas sessões posteriores. Entretanto, uma certidão de testemunhas datada em maio de 1831 sugere que a disputa territorial entre os índios da aldeia de Barueri e a família de D. Inácia pode ter continuado entre as pautas das autoridades locais e provinciais.

Essa certidão, assinada por mais de trinta moradores da vila de Santana do Parnaíba, foi encaminhada à Câmara de São Paulo para dar prosseguimento à devassa iniciada em 1829 (CGPSP - ALESP, Certidão de testemunhas..., FCG-CP31.103, 1831). Tal documento, todavia, não traz novas informações sobre o atentado em Barueri. As ordens que motivaram

a elaboração e/ou o envio dessa certidão, datada de dois anos após as primeiras discussões a respeito do conflito, bem como outros ofícios relacionados, não foram por nós encontrados. São incertos os caminhos trilhados pelos indígenas de Barueri durante e após as disputas aqui exploradas; por outro lado, é provável que na segunda metade do século XIX eles já não estivessem nos territórios que passaram a ser propriedade legal de D. Inácia e seus filhos .

As contendas entre brancos e indígenas nos arredores da cidade de São Paulo tiveram como palco outras aldeias nessa mesma época. Na freguesia de M'boy, povoado que teve sua origem no aldeamento de Embu , ocorreu um conflito envolvendo moradores, autoridades locais e indígenas. O caso teve início em outubro de 1831, quando o alferes Antônio Camargo e Oliveira solicitou à Câmara Municipal de São Paulo que investigasse a criação de uma rua dentro dos limites de suas terras; segundo ele, 14 índios, o fiscal e o juiz de paz da freguesia de M'Boy teriam retirado, sem o seu consentimento, o cercado de sua propriedade para criar uma rua, justificando que a nova via serviria ao bem público. A Câmara, por meio de uma Junta Fiscal, averiguou essa passagem e concluiu que a mesma não tinha utilidade (CMSP, Resposta ao Despacho..., 1831-1832).

Um processo criminal contra os indígenas envolvidos no caso foi então aberto pelo juiz suplente da freguesia de M'Boy, que ouviu testemunhas e ordenou a prisão dos índios. Entretanto, Manoel da Luz Góes, juiz de paz efetivo, voltou ao seu posto em abril de 1832; sabendo do encaminhamento do caso, pediu aos vereadores que tal processo fosse suspenso, reiterou a utilidade pública da nova rua e afirmou que os “miseráveis índios” haviam sido vítimas de um ato “forjado” pelo alferes Oliveira e pelo juiz de paz suplente (CMSP, Resposta ao Despacho..., 1831-1832).

Enquanto se discutia a legalidade ou não do processo, dois dentre os índios acusados foram presos. Algo inaceitável para o alferes Oliveira, que desejava a condenação de todos os indígenas envolvidos na abertura da rua; foi nesse sentido que ele recorreu aos vereadores da cidade de São Paulo, justificando que os índios em questão ofereciam perigo à população da freguesia e apontando que os mesmos ainda não haviam sido presos porque o juiz Góes e o vigário da freguesia de M'Boy estavam “acolhendo” aqueles

indivíduos em suas casas (CMSP, Resposta ao Despacho..., 1831-1832).

Essa contenda chegou ao conhecimento do CP de São Paulo em fevereiro de 1833. Na ocasião, o conselheiro Francisco Alvares Ferreira do Amaral foi designado para analisar a questão e, ao ponderar sobre os documentos, concluiu que a sentença do juiz suplente era justa, pois o juiz de paz efetivo, Góes, não apresentou argumentos que justificassem a suspensão do processo criminal e/ou o seu apoio aos índios acusados. Assim, Amaral recomendou a continuidade do processo contra os índios, o que foi acatado pelos demais conselheiros – com o adendo de que o juiz Góes fosse reprimido por sua postura impropriedade durante esse episódio (DIPHCS - Boletim, v. 16, 1833, p. 119-122).

A prisão dos demais indígenas acusados por esse processo criminal não foi mais abordada pelo CP paulista ou pela Câmara Municipal de São Paulo posteriormente. Semelhante ao silêncio que sucedeu a análise de outro caso ocorrido no Planalto Paulistano por volta de 1833. De acordo com um requerimento apresentado ao CP de São Paulo nesse ano, alguns índios da aldeia de Pinheiros queixavam-se das “vexações” e “arbitrariedades” do inspetor de quarteirão Mariano Gomes de Andrade. Segundo o conselheiro Francisco Alvarez do Amaral, responsável por avaliar a documentação enviada, tal requerimento “não tinha lugar”, pois o inspetor na verdade teria “beneficiado” tais indígenas (DIPHCS - Boletim, v. 16, 1833, p. 210-212). Todavia, esse conselheiro não detalhou quais seriam as “vexações” a que os índios de Pinheiros se referiram, nem qual teria sido a justificativa das autoridades locais para encaminharem tal documentação e muito menos como chegou à conclusão de que o inspetor teria beneficiado os nativos.

Novos usos para os territórios e os bens das aldeias

Ao mesmo tempo em que lidavam com as demandas enviadas por meio de ofícios e requerimentos locais, como visto acima, os membros dos conselhos provinciais de São Paulo discutiam pautas e elaboravam propostas de leis sobre os assuntos mais “pertinentes” à província – as quais eram consonantes com as pautas políticas do Império –, como a construção de

estradas, a definição das receitas e despesas, a formação de tropas militares, a “conquista” dos territórios sulistas, entre outras. Coincidentemente, no mesmo período em que recebiam informações sobre as contendas no Planalto Paulistano, debateu-se, tanto no CP quanto no CG paulista, sobre as aldeias dessa região da província.

Em junho de 1828 um dos principais temas debatidos no CP de São Paulo foi a chegada de um grupo de imigrantes alemães na província. Tratava-se definir um local para estabelecê-los e Antônio Bernardo Bueno da Veiga, membro do CP e do CG paulista, propôs que os alemães fossem enviados para a região sul da província; em oposição a essa proposta, o conselheiro José de Arouche de Toledo Rendon sugeriu que os alemães ocupassem as aldeias do Planalto Paulistano. Veiga tratou de rebater o posicionamento de Rendon colocando em questão a “ameaça” política que os alemães poderiam representar ao residirem tão próximos à sede do governo provincial e a dificuldade de ocupar as aldeias do Planalto devido à população, indígena e branca, que ali vivia há tempos (CPPSP - O Farol Paulistano, n. 140 e 144, 1828). No Planalto, como mencionado, formaram-se os primeiros núcleos de povoamento de São Paulo, a partir dos aldeamentos jesuíticos (PETRONE, 1995), e, para Veiga, seria absurdo retirar os habitantes “nacionais” para receber os imigrantes.

Apesar dessa consideração, reorganizar os espaços parecia necessário às autoridades provinciais naquele momento. O que se sobressaiu na discussão sobre o tema não foi o destino das populações indígenas existentes do Planalto Paulistano, mas a definição de qual região da província seria a mais beneficiada, em relação à consolidação e ao alargamento de fronteiras, pela presença dos alemães. Em resposta à Rendon, o conselheiro Veiga insistiu que nas “vilas do Sul” os novos colonos contribuiriam para o povoamento dos “sertões” – o que incluía a continuidade da política de domesticação dos indígenas “selvagens” que então “dificultavam” a conquista desses territórios (CPPSP - O Farol Paulistano, n. 140, 1828). Rendon, por seu lado, apontou que os alemães ficariam “isolados” no sul da província e sustentou sua proposta sobre o Planalto, defendendo que a colônia alemã poderia ser criada nos terrenos das aldeias que “não tivessem legítimos senhores” (CPPSP - O Farol Paulistano, n. 144, 1828). Isto é, nas terras em

que a propriedade estivesse legalmente indefinida ou fragilmente comprovada. Apresentada na sessão em que se votou as propostas, essa posição de Rendon conseguiu o apoio dos demais membros do CP paulista, que por fim decidiram pelo estabelecimento dos novos imigrantes nos arredores da cidade de São Paulo (CPPSP - O Farol Paulistano, n. 144, 1828).

Enquanto isso, no CG da província de São Paulo foi colocada em votação uma proposta de lei que objetivava modificar a administração religiosa de alguns povoados do Planalto. Curiosamente, o autor desse documento foi o conselheiro Veiga; com o argumento de que os indígenas daquela região já estariam “civilizados”; de que a presença de párocos para a catequese era custosa e desnecessária; e de que a população branca vinha crescendo, Veiga propôs a “supressão de algumas aldeias e a criação de outras”, no sentido de extinguir as capelas curadas dos povoados menores e realocar os párocos para os povoados mais numerosos, criando, se necessário, novas freguesias (CGPSP - APESP, Proposta de supressão..., C05682, 1828). Segundo o projeto, a aldeia de São Miguel, por exemplo, passaria a fazer parte da freguesia da Penha, mantendo apenas uma paróquia; já as aldeias de Itapecerica e M’Boy seriam unificadas, manteriam apenas um pároco e transformar-se-iam em uma nova freguesia (CGPSP - APESP, Proposta de supressão..., C05682, 1828).

Desta vez, o conselheiro Veiga conseguiu apoio dos demais membros do CG para aprovar sua proposta no âmbito desse órgão; embora tenha sofrido várias mudanças quanto à realocação dos párocos (CGPSP - APESP, Pareceres sobre a extinção..., FCGP-ES31.006, 1831), o documento foi encaminhado à Corte, sendo sancionado em março de 1832 (BRASIL, 1874, p. 82-83). A principal determinação do decreto estabelecia que as aldeias de Pinheiros, M’Boy, São Miguel, Itaquaquecetuba, Escada e Itapecerica deixariam de ter paróquias, devendo a população desses locais ser atendida pelos religiosos de outros povoados (BRASIL, 1874, p. 82-83).

Certamente o projeto de Veiga foi ao encontro dos interesses provinciais tanto quanto do governo central ao tratar de uma mudança administrativa importante para atualizar os povoados dos arredores da cidade de São Paulo, até então uma região rural. Entretanto, talvez as modificações advindas com o decreto de 1832 tenham sido recebidas com cautela por

alguns membros do governo provincial, pois José Manoel da Silva, do CP paulista, solicitou ainda em 1832 que o pároco de Itapecerica fosse mantido, uma vez que a aldeia, além da “vantajosa posição em que se acha com o grande e fértil sertão que se dirige té o mar”, possuía uma “interessante e numerosa povoação”, a qual não deveria ficar desprovida de uma autoridade religiosa (DIPHCS - Boletim, v. 16, 1832, p. 71).

Na verdade, tais decisões sobre o destino dos territórios do Planalto Paulistano são episódios do mesmo projeto de “colonização e civilização”, que então parecia direcionar-se apenas às “vilas do Sul” da província. À primeira vista, podemos pensar que as aldeias do Planalto deixaram de ter importância à medida em que os índios e terras ao sul de São Paulo se tornavam recorrentes na documentação do governo provincial das primeiras décadas do século XIX (SPOSITO, 2009, p.128-138). No entanto, provavelmente coexistiram os projetos para a exploração dos territórios sulistas e as decisões no sentido de reestruturar os povoados do Planalto, sendo válido situar os discursos coevos sobre as aldeias dessa região.

Em fins do século XVIII as medidas para o aumento da população branca e os discursos sobre a necessidade do “melhoramento” econômico da capitania paulista tornaram-se frequentes (MEDICCI, 2005), favorecendo as mudanças na composição social e no status administrativo dos núcleos indígenas do Planalto Paulistano (PETRONE, 1995). Certamente contribuiu para isso a crítica à administração das aldeias indígenas durante a vigência do Diretório dos Índios, cujos erros de execução teriam promovido o “atraso” dos índios e dos povoados de acordo com a Memória que José Arouche de Toledo Rendon escreveu em 1798 (RENDON, 1978).

Se esses encaminhamentos sugerem a perda gradual da importância das aldeias – sendo a “extinção” das paróquias pelo decreto de 1832 uma entre outras consequências – e tendência à integração dos índios, ainda assim a leitura de diferentes documentos do período não indica que, ao longo do século XIX, os indígenas simplesmente “misturaram-se à população em geral” (SPOSITO, 2009, p. 128) das novas vilas e freguesias, tal como queriam os contemporâneos. Corroboram essa perspectiva as contendas descritas acima, nas quais os conflitos e a forma com que os envolvidos foram identificados pelas autoridades mostram a presença de índios inde-

pendentemente da reorganização administrativa dos povoados.

A modificação administrativa e territorial das aldeias do Planalto Paulistano trouxe novas demandas aos conselheiros provinciais de São Paulo. Com efeito, a partir do decreto sancionado em março de 1832 passou-se a discutir com mais frequência sobre a ocupação de terrenos, o controle da venda de foros e o uso dos “bens jesuíticos” dessas aldeias. Ainda em novembro de 1832, o CP paulista solicitou ao pároco da aldeia de São Miguel, agora vinculada à administração da freguesia da Penha, que enviasse informações sobre a população indígena que ali vivia e sobre todos os aforamentos dos terrenos feitos até então (DIPHCS - Boletim, v. 16, 1832, p. 82). Após receber e examinar os dados enviados pelo pároco, os conselheiros provavelmente consideraram-nos insuficientes, uma vez que voltaram a solicitar, agora ao juiz de paz da freguesia da Penha, que investigasse “quaes pessoas, que a titulo de foro ou outro qualquer, occupão as terras pertencentes aos Indios, remetendo depois hua relação nominal dellas, com declaração da extensão do terreno, e foros que pagão” (DIPHCS - Boletim, v. 16, 1833, p. 113). Pouco tempo depois, em maio de 1833, os membros do CP paulista tomaram conta das informações enviadas por aquele juiz e, além de indicarem que a arrecadação de foros em São Miguel deveria ser melhor fiscalizada, decidiram que os foros dos terrenos de outras “aldeas extinctas” deveriam ser registrados pelas autoridades locais (DIPHCS - Boletim, v. 16, 1833, p. 156).

Nessa troca de documentos, os dados sobre as populações indígenas não foram detalhados. A presença de nativos na região parecia relevante aos conselheiros apenas se isso interferisse na venda de foros e na ocupação dos terrenos. O controle desses territórios também foi destacado no CG paulista. Nesse órgão discutiu-se sobre a definição dos limites entre municípios, freguesias e capelas curadas da província na mesma época (CGPSP - ALESP, Proposta para a demarcação..., FCGP-PP30-016, 1832). Certamente aumentou-se a atenção quanto ao registro da venda de foros, sobretudo aqueles que diziam respeito aos terrenos das “aldeias extinctas”, porque a questão importava à administração fiscal dos novos povoados e à constituição das receitas do governo provincial paulista.

A importância desse aspecto aparece de forma mais clara numa

decisão sobre o destino das terras e dos “bens jesuíticos” das antigas aldeias do Planalto Paulistano. Em 1834, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, membro do CG da província de São Paulo, elaborou um pedido ao CP paulista para que fosse feito um novo registro fiscal tanto para os terrenos dessas aldeias quanto para os objetos religiosos das mesmas. O requerimento, aprovado pelos demais conselheiros, ponderava que

Constando ao Conselho Geral desta Província que os terrenos nacionais se achão abandonados; sem divisas, nem padrões, e invadidos por intrusos, o que também acontece com os terrenos das Aldeas abandonadas pelos Índios, como sejam Pinheiros, Baruary, MBoy, Uraray, e outras; e sendo igualmente manifesto, que as alfaías, jóias, e mais preciosidades pertencentes às Igrejas dos extinctos Jesuitas, e aldeas de tem pela mór parte extraviado, além disso reclamando hoje mais que nunca o estado de nossas rendas a venda, ou aforamento dos proprios nacionaes, e precisando também muitas parochias pobres de alfaías, e vazos sagrados [...] (CGPSP - APESP, Deliberação sobre os terrenos e bens..., C05682, 1834).

Solicitava-se então que o CP de São Paulo realizasse “hum novo tombamento dos referidos proprios Nacionaes, e terrenos das Aldeas extintas, assim como hum inventario de todos os vazos sagrados, alfaías, ouro, prata, e mais preciosidades das Capellas das Aldeas, das Igrejas dos Jesuitas, e d’outras que hajão de pertencer á Nação” (CGPSP - APESP, Deliberação sobre os terrenos e bens..., C05682, 1834). Tal como os terrenos, considerava-se que os bens de valor existentes nas capelas de algumas aldeias – em especial os que se encontravam nas capelas “extintas” pelo decreto de 1832 –, eram propriedade da Fazenda Nacional. Portanto, cabia aos membros do CP cuidar da administração e do uso desses bens em favor das contas provinciais, bem como enviar alguns desses bens para as paróquias dos povoados pobres.

Quanto à menção de que as aldeias foram “abandonadas” pelos nativos, é possível que essa tenha sido uma estratégia das autoridades do CG de São Paulo no sentido de adquirir o controle e a utilização dos bens jesuíticos e reforçar a integração dos índios – ou de “dissolução” dos mesmos (MOREIRA, 2011), postura recorrente em várias províncias ao longo

do século XIX (MACHADO, 2015; SPOSITO, 2012). Ao mesmo tempo, o diagnóstico do “abandono” pode mostrar que, à luz de novas informações a que não tivemos acesso, os membros do CG tenham concluído que a população indígena de alguns desses locais vinha se tornando cada vez menos expressiva se comparada à população branca – corroborando ainda um plausível deslocamento mais intenso dos índios de determinadas aldeias para os povoados que tivessem párocos.

Considerações

As contendas aqui exploradas trazem indícios de que certamente houve tensão na convivência de brancos e indígenas no Planalto Paulistano nas primeiras décadas do século XIX. Mesmo em uma região povoada há três séculos a ocorrência de conflitos foi uma realidade no expediente de autoridades locais e provinciais. Embora uma disputa territorial tenha se mostrado nos episódios ocorridos em Barueri, no caso dos índios condenados na freguesia de M’Boy não ficou claro quais as razões do conflito e qual o papel dos nativos: seria também uma disputa por terras ou seria, além disso, uma contenda por cargos e poderes locais? Teriam os índios de qualquer maneira sido vítimas ou teriam atuado em prejuízo do alferes Oliveira? Outras perguntas poderiam ser feitas quanto ao requerimento dos índios da aldeia de Pinheiros; para esse caso, porém, não encontramos qualquer vestígio além do parecer apresentado no CP paulista.

Cabe destacar as diferentes ações empreendidas pelas autoridades locais e provinciais de São Paulo em relação aos indígenas que participaram dessas contendas. Em seus pareceres, os conselheiros os trataram indistintamente, sem conferir destaque à categoria “índio” e aos requerimentos destes. Já nos documentos das autoridades da vila Santana do Parnaíba, da freguesia de M’Boy e da aldeia de Pinheiros, em alguns momentos parece ter havido atenção quanto às demandas dos índios. De certa forma, no âmbito dos conselhos provinciais esses nativos tiveram tratamento muito semelhante ao que os demais cidadãos livres e pobres do Império tiveram; provavelmente porque, em comparação aos “selvagens” do sul da provín-

cia, os índios das aldeias do Planalto possuíam algum nível de civilização aos olhos dos conselheiros. Perspectiva da qual os oficiais das vilas e freguesias compartilhavam apenas indiretamente, pois, mesmo civilizados, os nativos que viviam nesses locais foram tidos por eles como mais “miseráveis” do que outros moradores. Assim, dependendo da localidade em que atuavam e das experiências de seus cargos, as autoridades poderiam delinear distintas concepções e dispensar distintos tratamentos aos indígenas.

Nas ações de umas e de outras autoridades convém notar ainda o uso da categoria índio, o que afinal nos fez tomar conhecimento da documentação aqui analisada. A existência dessa identificação entre as autoridades é relevante, porque envolve a indefinição do estatuto jurídico dos índios no início do Oitocentos e a complexidade do lugar conferido às populações nativas na construção do Estado Imperial brasileiro, bem como das dimensões que esse tema assumiu em cada província. Na província do Pará, por exemplo, a persistência da identificação dos índios nos projetos das autoridades provinciais parece ter sido motivada, segundo Machado (2015, p. 443), pela tendência a utilizar os nativos como principal mão de obra. Já na vila de Itaguaí, no Rio de Janeiro, o título de “cidadãos” que os moradores indígenas desse local obtiveram em 1824 substituiu a classificação “índios” na perspectiva das autoridades locais, impedindo o direito desses nativos às suas terras (Moreira, 2011).

No caso de São Paulo, o uso do termo “índio” nesses documentos sugere que, entre as autoridades, reconhecia-se tanto a presença de populações indígenas no Planalto quanto a sua “civilização”, isto é, sua integração ao mundo dos ocidentais – diferentemente de quando se tratava dos indígenas dos povoados do sul da província, adjetivados como “bugres” “selvagens”, “bárbaros” ou “bravos” no mesmo período. Sob essa perspectiva, estando “civilizados”, aqueles “índios” não precisavam da tutela de épocas anteriores, mas a sua identificação dentre os demais homens livres e pobres dos povoados de São Paulo também não lhes conferiu uma atenção maior, nem tratamento ou direitos específicos.

Dessa forma, as discussões sobre os territórios e os bens as aldeias, concomitantes às notícias sobre as contendas ocorridas nessa região, articulam-se com esses eventos na medida em que demonstram esse lugar que os

membros do CP e do CG de São Paulo atribuíram aos índios dos arredores da capital. Suas decisões foram resultado de um esforço para atualizar o papel dos antigos povoados enquanto consolidava-se o diagnóstico de que a população indígena do Planalto não era expressiva e de que não eram necessários párocos para nativos já “civilizados”. Pôde-se então julgar que os índios dessa região e os conflitos nos quais eles se envolveram eram aspectos menores quando se tratou da criação da colônia alemã e da modificação administrativa dos povoados.

Por fim, há nuances da convivência entre índios e brancos no Planalto Paulistano em dados curiosos – e a serem aprofundados. Nesse sentido, consta uma notícia sobre uniões matrimoniais entre indígenas e imigrantes alemães nessa época: é o que informou o diretor da Colônia Alemã de Santo Amaro, através de uma carta publicada no *O Farol Paulistano* em 1830. De acordo com ele, os colonos “[...] ainda não tiverão uma desordem com os Brasileiros, em que fosse auctores; ainda não deixarão de pagar o que devião. Vivem na maior harmonia, tendo-se ligado até em matrimonio com indígenas” (*O Farol Paulistano*, n. 308, 1830). O que não significa ausência de conflitos.

Referências:

Abreviaturas

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CGPSP – Conselho Geral da Província de São Paulo

CMSP – Câmara Municipal de São Paulo

CPPSP – Conselho de Presidência da Província de São Paulo

DIPHCSPP - Documentos Interessantes Para a História e os Costumes de São Paulo (“Atas do Conselho de Presidência da Província de São Paulo”, v. 86; continuação em *Boletim*, v. 15 e 16)

Fontes do Arquivo Público do Estado de São Paulo

PROPOSTA de Antônio Bernardo Bueno da Veiga sobre a supressão de algumas aldeias. Documentos avulsos. Caixas C05682 (Conselho Ge-

- ral) e C06150 (Conselho de Presidência), 04 de dezembro de 1828.
- PROPOSTA da Comissão encarregada sobre o estabelecimento de comércio com os índios. Documentos Avulsos. Caixa C05650 (Conselho Geral). 11 de dezembro de 1829.
- RESPOSTA às Portarias dirigidas a Freguesia de M'boy contra o Alferes Antônio de Camargo. Câmara Municipal de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital (Escritos - Ofícios Diversos), maio de 1830.
- RESPOSTA ao Despacho sobre o Requerimento de Antônio de Camargo e Oliveira sobre a acusação de não cumprimento, por parte do Juiz de Paz suplente, da sentença de prisão de 14 índios condenados na Vila de M'Boi (Requerimentos em anexo). Câmara Municipal de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Repositório Digital (Escritos - Ofícios Diversos), out. 1831/abr. 1832.
- PEDIDO para o registro dos bens jesuíticos das aldeias da província. Documentos avulsos. Caixas C05682/5683 (Conselho Geral). 03 de fevereiro de 1834.

Fontes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

- PROJETO de Representação do Conselho Geral para ser revogada a Carta Régia de 05 de novembro de 1808 a respeito da escravização dos Índios. FCGP-RR 29.002, 11 de dez. de 1829.
- PARECERES sobre a extinção de paróquias coladas em aldeias de índios e criação de outras. Documentos do Conselho Geral da Província de São Paulo. FCGP-ES 31.006, 1831.
- SOLICITAÇÃO de providências sobre a invasão de moradia e espancamento de moradores da vila. Documentos do Conselho Geral da Província de São Paulo. FCGP-CP 29.009, set./nov. de 1829.
- APRESENTAÇÃO de queixa contra o capitão Francisco de Castro do Canto e Melo, acusado de espancamento de moradores. Documentos do Conselho Geral da Província de São Paulo. FCGP-CP 29.022, dez. 1829.
- CERTIDÃO de testemunhas do atentado na Aldeia de Baruary e ofício do juiz ordinário da vila de Santana do Parnaíba. Documentos do Con-

selho Geral da Província de São Paulo. FCGP-CP 31.103, mai. 1831.
PROPOSTA sobre a demarcação de divisas. Documentos do Conselho
Geral da Província de São Paulo. FCGP-PP 30-016, jan. 1832.

Anais e Legislação

BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823. Dá nova forma aos Governos das
Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho.
Coleção de Leis do Império do Brasil: Índice das Leis da Assembleia
Geral Constituinte e Legislativa – 1823. Rio de Janeiro, 1887 p. 10-
15. (Coleção das Leis do Império – 1821-1830). Biblioteca Digital da
Câmara dos Deputados.

BRASIL. Constituição (1824). Coleção de Leis do Império do Brasil: Cons-
tituição Política do Império do Brasil – 1824. Rio de Janeiro, 1886 p.
16-18. (Coleção das Leis do Império – 1821-1830). Biblioteca Digital
da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Lei de 27 de agosto de 1828. Coleção de Leis do Império do
Brasil: Atos do Poder Legislativo – 1828. Rio de Janeiro, 1878 p. 10.
(Coleção das Leis do Império – 1821-1830). Biblioteca Digital da Câ-
mara dos Deputados.

BRASIL. Decreto de 7 de dezembro de 1830. Habilita diversas villas da
Província de São Paulo para estabelecer commercio com os índios.
Coleção de leis do Império do Brasil: Atos do Poder Legislativo –
1830. Rio de Janeiro, 1876, p. 80. (Coleção das Leis do Império –
1821-1830). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Lei de 27 de outubro de 1831. Revoga as Cartas Régias que man-
daram fazer guerra, e pôr em servidão os índios. Coleção de leis do
Império do Brasil: Atos do Poder Legislativo – 1831. Rio de Janeiro,
1875, p. 165. (Coleção das Leis do Império – 1831-1840). Biblioteca
Digital da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Decreto de 21 de março de 1832. Manda executar provisoria-
mente a Resolução do Conselho Geral da província de S. Paulo, su-
pprimindo as parochias creadas nas aldêas dos Pinheiros, Boy, S. Mi-
guel, Itaquacetuba, Escada e Itapecerica. Coleção de leis do Império
do Brasil: Atos do Poder Executivo – 1832. Rio de Janeiro, 1874, p.

82. (Coleção das Leis do Império – 1831-1840). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Coleção das Leis do Império do Brasil: Atos do Poder Legislativo – 1834. Rio de Janeiro, 1866 p. 15-22. (Coleção das Leis do Império – 1831-1840). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

BRASIL. Lei n. 40 de 3 de outubro de 1834. Dá Regimento aos presidentes de província e extingue o Conselho de Presidência. Coleção das Leis do Império do Brasil: Atos do Poder Legislativo – 1834. Rio de Janeiro, 1866, p. 53-56. (Coleção das Leis do Império – 1831-1840). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

CARTA RÉGIA de 1º de Abril de 1809 - Approva o plano de povoar os Campos de Guarapuava e de civilisar os índios barbaros que infestam aquelle territorio. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). Legislação indigenista no século XIX: uma compilação (1808-1889). São Paulo: USP: Comissão Pró-Índio, 1992b.

SENADO. Annaes do Senado do Imperio do Brazil. Tomos Primeiro e Terceiro de 1830 e Tomos Primeiro e Segundo de 1831. Rio de Janeiro, 1914.

Fontes do periódico O Farol Paulistano (1827-1831)

PARECER de Antônio Bernardo Bueno da Veiga sobre o estabelecimento de colônias alemãs em terras de indígenas. Conselho de Presidência da Província de São Paulo – 78ª Sessão Extraordinária de 18 de agosto de 1828. O Farol Paulistano, n. 140, 20 ago. 1828.

DISCUSSÃO sobre a criação de uma colônia para os alemães. Parecer de Antônio Bernardo Bueno da Veiga e voto de José Arouche de Toledo Rendon. Conselho de Presidência da Província de São Paulo – 78ª Sessão Extraordinária de 18 de agosto de 1828. O Farol Paulistano, n. 144, 03 set. 1828. (Continuação)

QUEIXA do fiscal da cidade de São Paulo contra o Capitão Francisco de Castro do Canto e Mello, e outros. Conselho Geral da Província de

São Paulo – Sessão Ordinária de 04 de dezembro de 1829. O Farol Paulistano, n. 281, 10 dez. 1829;

PARECERES da Comissão Permanente do Conselho Geral: pede esclarecimentos do Governo sobre o atentado cometido por Francisco de Castro do Canto e Mello, e outros. Conselho Geral da Província de São Paulo – Sessão Ordinária em 10 de dezembro de 1829. O Farol Paulistano, n. 283, 15 dez. 1829.

CORRESPONDÊNCIA do diretor da colônia alemã de Santo Amaro sobre o estado em que vivem os estrangeiros. O Farol Paulistano, n. 308, 16 fev. 1830. (Correspondências)

Obras de Apoio

CASTRO, Renato Berbert de. História do Conselho Geral da Província da Bahia - 1824-1834. Salvador: Assembleia Legislativa, 1984.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: O Conselho Presidial do Maranhão na construção do Império (1825-1831). 169f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. _____ (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.

FERNANDES, Renata Silva. O governo das províncias do Império do Brasil: Conselhos de Governo e os Conselhos Gerais de Província nos debates parlamentares (1823-1834). 272f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

KÓK, Glória. A presença indígena nas capelas da capitania de São Vicente (Século XVII). Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 5, n. 2 (Edição Especial), p. 45-73. Out. 2011.

LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.28, n. 55, p.197-215, 2008.

_____. São Paulo no Primeiro Império: poderes locais e governo central.

- In: OLIVEIRA, O. H. de Salles; PRADO, M. L. C.; JANOTTI, M. L. de Monaco (Org.). *A História na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. *O Conselho Geral da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31)*. Almanack, Guarulhos, n. 10, p. 409-464, ago. 2015.
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a “decadência” e o “florescimento”*: a capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782-1822). Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Indianidade, territorialidade e cidadania no período pós-independência - Vila de Itaguaí, 1822-1836*. Diálogos Latinoamericanos, n. 18, p. 1-17, 2011.
- MÜLLER, Daniel Pedro. [1836] *Appendice á tabella nº 5 (Continuação) – População da província – discriminação por classes*. In: _____. *Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. São Paulo, Governo do Estado, 1978. (Fac-símile).
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- OLIVEIRA, Nora de Cássia Gomes. *Os ilustres, prudentes e zelosos cidadãos baianos e a construção do Estado Nacional (1824-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2007.
- _____. *O Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia – 1828-1834*. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Natal, jul.2013.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- SAMPAIO, Patrícia de Melo. *Política indigenista no Brasil Imperial*. In: GRINBERG, Keila; SALES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial (1808-*

1831). v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

- RENDON, José Arouche de Toledo. [1823] Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798 – opinião do autor sobre sua civilização. In: _____. Obras. São Paulo: Governo do Estado, 1978. (Coleção Paulística, v.3).
- SALES, Zeli Efigenia Santos de. O Conselho Geral da Província e a política de instrução pública em Minas Gerais (1825-1835). 139 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SILVA, Sandra Oenning da. Estado Monárquico (des) centralizado: a dinâmica política em torna da formação dos conselhos provinciais de Santa Catarina (1824/1834). 173f. Dissertação (mestrado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. Os descaminhos da Imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos. Almanack Brasiliense, São Paulo, n. 02, p. 91-100, nov. 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/viewFile/11621/13390>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- SLEMIAN, Andréa. Sob o Império das Leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Hicitec/Fapesp, 2009.
- SPOSITO, Fernanda. Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.
- VERAZANI, Katiane Soares. Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri – Sécs. XVI-XIX. 121f. Dissertação (mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2009.

A imprensa como partido político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo.

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME¹

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Resumo: Este trabalho objetiva apontar algumas discussões metodológicas fundamentais para o uso da imprensa como objeto de pesquisa em História, bem como apresentar estudos já feitos e novas análises sobre a atuação política e ideológica do jornal O Estado de S. Paulo (Estadão) ao longo da república brasileira. Para tanto, pensamos metodologicamente a imprensa como “aparelho privado de hegemonia”, nos termos propostos por Antônio Gramsci e observamos que o Estadão conjuga a defesa da ideologia neoliberal, da meritocracia, possui fortes ligações com o empresariado paulista, posiciona-se de maneira contrária às greves e movimentos sociais, ao mesmo em tempo que se posta como defensor dos direitos individuais do cidadão.

Palavras-chave: Imprensa; Política; Estadão.

Abstract: This paper aims to point out some fundamental methodological discussions to use the press as a research subject in History, as well as to present studies already made and new analyzes on the political and ideological performance of the newspaper O Estado de S. Paulo (Estadão) throughout the republic Brazilian. In order to reach this target, we think methodologically the press as a “Hegemonic private apparatus”, according to the terms proposed by Antônio Gramsci, and observe that the Estadão supports the defense of neoliberal ideology, meritocracy, has strong links with São Paulo business community and opposes strikes and social movements, in the same time it stands as a defender of individual rights of citizens.

Keywords: Press; Politics; Estadão.

Recebido em 24/10/2017 e aceito em 15/02/2018.

1. Professor da Faculdade de História (FaHist) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Introdução

Consolidam-se, na historiografia contemporânea, novas pesquisas que têm a política como objeto de análise, porém não como um retorno da narrativa do acontecimento em sentido tradicional, pois como diz Rémond “não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto” (RÉMOND, 2003, p. 58). Uma vez que a renovação metodológica das novas pesquisas em História Política tem apontado que o político dialoga com vários aspectos da vida coletiva e não se constitui em um ator separado, este artigo² faz uma revisão bibliográfica, acrescida de análises sobre momentos pontuais, acerca das narrativas político-ideológicas do jornal *O Estado de S. Paulo (OESP ou Estadão)*, desde a sua fundação em 1875 até a reeleição de Lula da Silva em 2006. O Estadão possui a histórica tradição de se posicionar abertamente, via editorial, a favor de um candidato presidencial. O fechamento de nosso recorte se justifica ante o limite de páginas deste artigo e, principalmente, pelo fato de que o posicionamento do jornal na eleição e reeleição de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, seu governo, o processo de golpe parlamentar e a sustentação que o *Estadão* dá ao governo de Michel Temer, serão os temas de pesquisa mais aprofundada em tese de doutorado³.

A imprensa como objeto de pesquisa historiográfica dialoga com as renovações em estudos da chamada “Nova História Política”, que buscam ampliar as fontes e os métodos de análise. Sabemos que nem sempre a exatidão e a independência dominam os conteúdos dos jornais e seus editoriais, porém é preciso reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações”

2. O texto é uma versão com discussão e recortes ampliados da comunicação oral apresentada no VIII Congresso Internacional de História realizado em outubro de 2017 na Universidade Estadual de Maringá – UEM.

3. Doutorado em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM sob orientação do professor Dr. João Fábio Bertanha.

(BECKER, 2003, p. 196-197). No mesmo sentido, escreve a historiadora Tania Regina de Luca, ao defender as pesquisas nos periódicos, que “as renovações no estudo da História Política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder” (LUCA, 2011, p. 128).

Assim, ao ter a mídia como objeto de pesquisa histórica, é necessário analisar: qual a influência da imprensa sobre a formação da opinião pública; se políticos e empresários influenciam e são influenciados pela mídia; qual a contribuição da imprensa para criar um clima favorável ou de crise a um determinado governo ou política pública; quem financia a imprensa; seus vínculos políticos e empresariais (JEANNENEY, 2003). Em tais pesquisas, o olhar do historiador, além de saber como os fatos ocorreram, analisa como esses fatos foram percebidos, noticiados, ressignificados e narrados pela imprensa. Partimos da premissa de que uma política pública que conte com apoio da imprensa tem mais chances de se sustentar do que uma política pública que receba oposição ostensiva dos meios de comunicação.

Imprensa e política no Brasil

A grande imprensa, que define-se como filiada aos ideais liberais e republicanos, teria, com base na liberdade de expressão, a responsabilidade social de atuar na fiscalização dos poderes, como um “quarto poder”. Para isso, a imprensa se coloca como alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos ao agir com imparcialidade na observação e denúncia de irregularidades em nome dos interesses de toda a coletividade.

Entretanto pesquisas que têm a imprensa como objeto de análise apontam para as seguintes contradições e limites dos ideais propagados pela grande mídia: a atuação como máquinas de produção do consenso do pensamento único às ideias neoliberais e bloqueio de outras formas de pensamento contrárias à teoria liberal; a liberdade de expressão é, na verdade, a liberdade do proprietário do veículo de imprensa ao definir o que será publicado; a fiscalização dos poderes é seletiva; como uma empresa privada que visa ao lucro, depende da venda do produto e do patrocínio

de anunciantes, a imprensa não está alheia aos conflitos sociais, políticos e econômicos; a alegada imparcialidade em nome dos interesses de toda a coletividade se constitui em disfarce para o caráter ideológico nas narrativas publicadas pela imprensa.

Embora a imprensa possa não ter vínculos com partidos políticos, as pesquisas apontam para a manutenção de vínculos de classe. A grande imprensa brasileira, a partir de meados dos anos 1980, agiu partidariamente na produção de um consenso ideológico neoliberal, enquanto parecia neutra, objetiva e independente aos olhos do leitor. Para ficarmos em alguns exemplos clássicos, conforme sistematizou a pesquisadora Carla Luciana Silva (2014): para Nelson Werneck Sodré a imprensa é burguesa, pois, desde o início do século XX, direciona-se ao leitor da nova pequena burguesia com o objetivo de formar aliança/consenso ideológico com a grande burguesia. Em sentido próximo, Maria Helena Capelato chama a atenção para a ação pedagógica da grande imprensa, direcionada às classes trabalhadoras na construção de uma visão de mundo ordeira, cívica, patriótica e anticomunista e, em Francisco Fonseca, a imprensa é militante na missão de forjar o consenso aos ideais ultraliberais.

Francisco Fonseca tem um dos trabalhos de referência para os estudos da grande imprensa no Brasil. Ao desnudar a fabricação do consenso forjado em torno da Agenda Ultraliberal entre 1985-1992 nos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Globo*, o autor discute importantes metodologias para pesquisas que tenham a imprensa diária como objeto: a imprensa usa uma linguagem simples, vulgar, dicotômica, em nome de valores supostamente universais e naturais; não há vozes alternativas; os adversários são desqualificados, estigmatizados e hostilizados como atrasados inimigos; e pratica a omissão de fatos que desabonam sua narrativa.

É nos editoriais que os jornais apresentam a posição oficial de seus proprietários. Neles podemos perceber a forma de defesa ou crítica a determinadas ideias, políticos e partidos, o que serve de baliza para o trabalho dos demais jornalistas da empresa. Como aponta Fonseca (2005), comumente os editoriais usam o fugidio conceito de “opinião pública” para legitimar a própria opinião da empresa jornalística ou, no máximo, da classe

média/alta que busca representar e dirigir. Embora justifique suas posições em nome de uma democracia liberal, na prática, não há pluralismo de ideias e debates na grande imprensa brasileira. Arraigados ao conservadorismo e à reação, em nome de uma suposta liberdade de expressão, atuam de forma antiliberal e antidemocrática na defesa da sociedade capitalista, na qual a iniciativa privada é vista de forma positiva e os culpados pela crise sempre são o intervencionismo estatal, os movimentos sociais de trabalhadores, as greves e os partidos de esquerda.

As mídias de informação atuam em dois campos que se complementam: o econômico, pois se trata de uma empresa que fabrica um produto a ser comercializado e que visa ao lucro; e o simbólico, uma vez que seu produto busca participar da construção da opinião pública. O jornal é sempre um mediador que faz a triagem dos acontecimentos antes de publicá-lo na forma de notícia ou opinião, ou seja, o jornal tem a dupla função de formar e informar. Conforme a historiadora Tania de Luca, “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2011, p. 139). Da mesma forma que se atenta para os destaques de capa ou topo de página das matérias e opiniões publicadas, é preciso atentar para o que não é publicado ou o é sem destaque. No caso dos jornais, seu público leitor é mais elitizado, os chamados formadores de opinião que, a partir da leitura do periódico, atuarão socialmente na propagação da narrativa por eles consumida diariamente.

Assim, é importante buscar quais grupos sociais, políticos e econômicos são destacados nas páginas dos jornais, aí incluídos o seu caráter publicitário; como os espaços editoriais são utilizados para defender um projeto político e econômico de redução do Estado; quais propostas a imprensa aponta para a economia brasileira; se tais propostas foram importantes para a adesão da imprensa no apoio ou crítica a determinado governo ou partido; qual o peso que a imprensa dá para a cobertura política, a corrupção, os embates partidários no Congresso, as propostas econômicas e sociais dos governos, dentre outros temas.

Os conceitos explicativos elaborados por Antonio Gramsci são fundamentais pontos de partida para pensar a imprensa, como meio

eficiente para “organizar e difundir determinado tipo de cultura” (2001, p. 32). Posto que Gramsci entendia a cultura e a ideologia como permeadas por relações de poder, a dominação de uma classe sobre a outra necessitava de uma liderança ideológica e cultural, que construiria a hegemonia via consenso na sociedade civil em disputa. A imprensa é pensada aqui como instrumento da luta de classes no embate ideológico, pois busca influenciar na grande e na pequena política, apontar o rumo, organizar seus leitores de classe média numa educação continuada, visto que a reprodução do capital necessita de defensores. Assim, partimos da hipótese de que a imprensa age como “aparelho privado de hegemonia” ou um “partido”, uma “trincheira” ideológica na “guerra de posições” cujos jornalistas/editores atuam como “intelectuais orgânicos” a serviço dos seus patrões na busca pelo “consenso” da narrativa pretendida pela empresa jornalística para consolidar-se como “hegemônica”.

O jornal O Estado de S. Paulo

Em 1875, ainda no tempo do Brasil Império, um grupo de cafeicultores ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) funda na cidade de São Paulo o jornal *A Província de São Paulo*, o qual “resultava de uma aliança entre elites rurais e burguesia ascendente. Amparado em sólidos capitais, conjugou ideologia elitista das classes dirigentes com um veio de defesa do cidadão” (ELEUTÉRIO, 2015, p. 88). O jornal inovou nos anúncios publicitários e na venda avulsa pelas ruas da cidade. Segundo Nelson Sodré, “a população achou aquilo um despautério, houve repulsa à iniciativa que levaria à ‘mercantilização da imprensa’” (SODRÉ, 2011, p. 337).

A partir de 1885, o jornal assume posição em defesa da República e pela abolição da escravidão. Embora a “história oficial” do jornal tente consolidar a tese de que já nascera abolicionista, a pesquisa de Juremir Machado da Silva (2017) mostra que até 1884 havia anúncios de leilões de escravos e de escravos fugidos. Em 1890, no período republicano, muda o nome para *O Estado de São Paulo*. Nos primeiros anos da República, a

imprensa alinhada admite a hipótese de uma grande conjuração monarquista em Canudos e a série de reportagens de Euclides da Cunha⁴, elogiosas ao exército e silenciosa sobre as atrocidades, teve grande repercussão e aumentou a tiragem do jornal. A partir de 1902, Júlio de Mesquita se torna proprietário único do jornal que havia ingressado em 1885 como redator.

Durante o período conhecido como República Velha, o *Estadão* compôs, no campo oposicionista, a chamada “república oligárquica”. Embora Júlio de Mesquita tenha sido integrante da comissão executiva do PRP, sendo deputado estadual, federal e senador, o *Estadão* apoiou parte das pautas do movimento tenentista, Mesquita foi preso e o jornal não circulou por duas semanas. Os dois últimos presidentes do período eram chamados pelo jornal de “tiranos, déspotas e ditadores” (PILAGALLO, 2012, p. 81). Neste período, os leitores do jornal eram associados à elite econômica e aos profissionais liberais que simpatizavam com a oligarquia dissidente. *OESP* divulgava a ideologia positivista da “ordem e progresso”: valorizava a ciência, estimulava o patriotismo, a instrução cívica para o trabalho e a disciplina das classes populares.

Os grandes veículos de imprensa emprestaram apoio à Aliança Liberal em 1930, entre eles o *OESP*. Embora o jornal mantivesse linha editorial liberal, sua “fidelidade fluía ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sociopolíticas mais profundas” (LUCA, 2015, p. 162). Enquanto se diziam contrários à luta armada, a família Mesquita admitia uma “revolução” como forma alternativa, que não deveria intervir na estrutura econômica e social, caso não vencessem as eleições de 1929. De início, o jornal tentou contemporizar as disputas em torno do nome do interventor para o estado de São Paulo. A pioneira pesquisa de Maria Helen Capelato e Maria Lígia Prado (1980) demonstra que, após 1930, o jornal passou a apontar o

4. É apenas no livro “Os Sertões”, publicado em 1902, cinco anos após o fim da Guerra de Canudos, que Euclides da Cunha muda o tom sobre o tema. Oscar Pilagallo (2012) aponta que já em 1899, Euclides da Cunha se mostrava insatisfeito com os rumos da República, o que o levou a se desligar do exército, aderir às ideias do socialismo marxista e fundar em São José do Rio Preto o jornal *O Proletário*.

comunismo como a grande ameaça à estrutura social do país. As páginas do matutino paulista alertavam contra os perigos do flerte com a “subversão bolchevique” de alguns tenentes ligados ao governo Vargas.

“O ‘sentimento regionalista’ e o receio de mudança das estruturas do país fizeram com que os liberais de *OESP* atuassem como um dos principais articuladores do movimento de 1932” (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 46) e a família Mesquita se envolveu ativamente nas articulações que resultavam na revolta. A sede do jornal se transformou em base revolucionária de onde eram feitos recrutamentos e distribuídas armas, enquanto o jornal foi usado como veículo de propaganda. Membros da família Mesquita se envolveram diretamente no front de combate. Ao fim, foram presos, exilaram-se em Portugal e o jornal ficou sob intervenção federal por pouco mais de um ano, até o clima político ficar mais ameno com a Constituição de 1934.

Até 1935, a retórica do Estadão era a defesa da Constituição. Capelato e Prado mostram que, após a Intentona Comunista o “perigo vermelho”, há a flexibilização da ideologia liberal da família Mesquita, que passa a fazer graduais concessões ao intervencionismo federal. A família apoiou a Lei de Segurança Nacional sob o argumento de que “não há liberdades absolutas. Todas estão sujeitas a restrições ditadas pela utilidade geral e pelas conveniências do Estado”⁵. O jornal seguiu apoiando a escalda autoritária de Vargas, pois, na visão no periódico, o combate ao comunismo é mais importante que a defesa da ideologia liberal ou dos princípios constitucionais.

Sob a Ditadura do Estado Novo varguista, em março de 1940, a sede do jornal é invadida por militares, é expropriada e permanece sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A família Mesquita se exila e só retoma o controle do jornal com o fim do Estado Novo em 1945. *OESP* foi vítima de suas próprias contradições liberais ante o temor comunista, assim o golpe os atinge com grande eficiência. A intervenção de Vargas no *Estadão* deixou marcas profundas no jornal que, nos anos seguintes, se opõe a tudo que lembre as políticas “populistas”

5. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26-03-1935 – p.03.

de Vargas, aos políticos do PTB e aliados. Ainda conforme a bibliografia existente, *O Estado de S. Paulo* aderiu ao grupo que tentou impedir a posse de Getúlio Vargas como presidente eleito em 1951.

Dois dias antes do suicídio de Getúlio Vargas, o *Estadão* pedia em editorial “a renúncia do presidente” apoiada pelas “corporações mais respeitadas, as vozes mais autorizadas, a opinião pública do país. Tudo que há de sadio e desinteressado nesse País é pela renúncia”⁶. Interessante notar que, nas reportagens sobre o momento político do país, o jornal geralmente se refere a Vargas como “ex-ditador” e não como presidente. No dia 24 de agosto, o *Estadão*, em editorial e em diversas reportagens, repercute os protestos contra o presidente como unanimidade do povo brasileiro e incita as Forças Armadas a deporem Vargas. O mais interessante é a edição do dia seguinte ser publicada sem nenhuma comoção sobre o suicídio de Vargas, chamada de capa ou grandes repercussões. Há sim, editorial que enfatiza já estar formado o novo governo liderado pelo vice Café Filho e que seria obrigação de todos os partidos e brasileiros que “raciocinam, que amam a sua terra e que detestam a exploração do homem pelo homem”⁷ o apoio ao novo presidente.

Na véspera da eleição presidencial de 1955, o editorial do *Estadão* é nítido exemplo de posicionamento como “partido”. O candidato Juarez Távora, da UDN seria “de todos, o único que inspira confiança [...] homem em que se pode confiar e que nunca nos poderá surpreender com alianças inqualificáveis como a que alguns candidatos celebraram com os comunistas”. Embora Távora tenha em sua aliança eleitoral a presença do PSB, o jornal finaliza seu editorial dizendo que “o eleitor precisa votar no general Juarez Távora”⁸. Não satisfeito em vangloriar o candidato udenista, o *Estadão* também usa seu espaço editorial para desqualificar os adversários. A chapa JK e Jango (PSD-PTB) é descrita pelo jornal como “capazes de toda sorte e conluios [...] mancomunados com os comunistas [...] dar-lhes o Brasil é preparar futura guerra civil por ódios de classe para cuja difusão tem

6. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 22-08-1954 – p.03.

7. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 25-08-1954 – p.03.

8. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1955 – p.03.

vocação especial o ex-ministro do Trabalho”. Ao ex-governador paulista Adhemar de Barros (PSP) faltar-lhe-iam os “predicados de administrador, senso das realidades e amor às coisas lícitas. De justiça, nenhuma noção adquiriu até hoje”⁹.

Ressentido pela derrota eleitoral, dias depois e ainda em clima de decepção, o jornal comentou o chamado “golpe preventivo”, liderado pelo Marechal Henrique Teixeira Lott que assegurou, meses depois, a posse dos eleitos Juscelino Kubistchek e João Goulart. No jornal pró-udenista, o ato foi considerado um “indiscutível atentado à Constituição” e , ao Parlamento, “faltou também a necessária coragem” para resistir¹⁰. Quando na eleição seguinte, em 1960, o jornal caracterizava a herança dos cinco anos de governo JK como “a leviandade, a inconsistência, a falta de senso moral”¹¹.

O *Estadão* avaliou a campanha de Jânio Quadros (PTN), apoiado pela UDN como “harmoniosa e ascendente”, enquanto a de Teixeira Lott (PSD) apoiado pelo PTB como “inglória propaganda comunonacionalista”¹². Quanto à disputa pela vice, o jornal se precipita ao comemorar os resultados parciais que apontariam a derrota de Jango (PTB): “o proletariado manifestou nas urnas o seu repúdio pelo sr. Jango Goulart” que receberia “o merecido castigo pelas desilusões resultantes de suas falsas promessas aos trabalhadores”. A família Mesquita não perdoa o Varguismo e completa que a esperada vitória de Milton Campos (UDN) para vice “tem significado simbólico de uma inapelável condenação: a de Jango Goulart como herdeiro do ideário estadonovista”¹³.

A eleição de Jânio Quadros representaria “vitória da democracia” e a “derrota do nacionalismo”¹⁴. Quando ficou certa a vitória de Jango à vice-presidência, muito devido à grande votação nos estados do norte e nordeste, o *Estadão* publicitou todo o seu desprezo à população dos rincões

9. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1955 – p.03.

10. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 13-11-1955 – p.04

11. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1960 – p.03.

12. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-10-1960 – p.03.

13. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 05-10-1960 – p.03.

14. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06-10-1960 – p.03.

brasileiros e a desqualificou “pelo caráter social das populações que lhe conferiam, a vitória” e por serem, segundo o jornal, “os menos indicados para refletirem o seu prestígio político”¹⁵.

Aprensivo, no dia seguinte à surpreendente renúncia de Jânio Quadros, o jornal já expressa sua decepção com a constitucionalidade da posse de seu desafeto João Goulart. Para evitar isso, escreve confiar que as Forças Armadas “saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas [...] se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional”¹⁶.

Ante o impasse criado sobre a constitucional posse de Jango na presidência, o *Estadão* faz incrível malabarismo para justificar a mudança da Constituição a fim de impedir a posse do vice-presidente. Após pedir a “desistência espontânea” do sucessor, o *Estadão* diz que é dever do Congresso “lançar mão do recurso constitucional de uma reforma imediata da nossa Carta Magna” para aprovar uma emenda que “retirasse ao vice-presidente da República o direito de suceder ao presidente”, de forma que “ficaria assim a salvo a Constituição e o regime”. Ou seja, no entender da família Mesquita, vale mudar a Constituição para impedir a posse de seu desafeto político¹⁷.

Ao perceber que, no plebiscito de 1963, o povo brasileiro daria ampla vitória ao presidencialismo como sistema de governo e, conseqüentemente, devolveria os poderes constitucionais ao presidente Goulart, o *OESP* não deixa de deslegitimar o pleito. Segundo o jornal, haveria ambiente de indiferença popular e várias denúncias de fraude eleitoral não dariam ao resultado “expressão da vontade popular”, principalmente pelo “deficiente grau de instrução e politização das populações do interior do Brasil”¹⁸. Confirmada a derrota do parlamentarismo, como de costume, o jornal exagera ao dizer que o Brasil passará a viver “dentro de uma ditadura [...]”

15. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 11-10-1960 – p.03.

16. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26-08-1961 – p.03.

17. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 29-08-1961 – p.03.

18. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 05-01-1963 – p.03.

estamos em pleno regime do ‘Estado Novo’”¹⁹.

O jornalista Carlos Chagas, testemunha daqueles anos, aponta Júlio de Mesquita Filho como um dos artífices do golpe de 1964, “metido até o pescoço na conspiração” (CHAGAS, 2014, p. 43), junto com Roberto Marinho do jornal *O Globo*, onde o jornalista trabalhava. Oscar Pilagallo (2012) reconstrói detalhadamente o golpismo da família Mesquita. Desde 1961, o jornal já conspirava e manipulava o noticiário. Em 1962, Júlio de Mesquita Filho entregou ao general Orlando Geisel um documento com normas a serem seguidas pelos militares após derrubarem Jango. No ano seguinte, escreveu uma carta ao general Emílio Médici intitulada “roteiro da revolução”. Além disso, procurou o jurista Vicente Rao para preparar um esboço de primeiro Ato Institucional para o governo provisório. “O papel de Mesquita em 1964 tinha o peso do jornal que ele dirigia. Esbanjando saúde financeira e prestígio editorial, O Estado vivia seu auge [...] não havia polo de influência mais forte” (PILAGALLO, 2012, p.163).

Sobre a atuação do *Estadão* no movimento que golpeou a democracia e depôs o presidente João Goulart em 1964, aponta a pesquisa de Maria Aparecida de Aquino:

Acompanhando-se os editoriais de *OESP* no período que antecede imediatamente ao golpe de 1964, observa-se o tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart [...] conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído [...] *OESP* não somente apóia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional. (AQUINO, 1999, p. 42).

Segundo interpretação da mesma pesquisadora, a linha editorial liberal e de intervenção política do jornal é “teoricamente justificável nos moldes do liberalismo lockeano”, nos quais o poder do governante “é outorgado pelos membros da sociedade, podendo ser revogado pela insurreição destes, caso as autoridades cometam o abuso do mando”

19. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 08-01-1963 – p.03.

(AQUINO, 1999, p. 39). Assim, no contexto de Guerra Fria, o jornal entendia que as propostas de Reformas de Base do presidente João Goulart, bem como suas aproximações com setores da esquerda política e sindical, representavam abuso de poder e usurpação dos direitos naturais dos indivíduos e justificariam a rebelião armada contra o governante.

Como demonstramos em outra pesquisa (GUILHERME, 2017), na publicação de um caderno especial dos 40 anos do Golpe, uma longa e interessante entrevista com Ruy Mesquita, “um dos articuladores do movimento de 1964” nos permite observar bem a atuação dos proprietários jornal. A família Mesquita teria sido procurada em março de 1964 por dois oficiais do Exército. Segundo o proprietário do jornal, eles queriam “nos articular para enfrentar o golpe que certamente ia ser desferido pelo Jango” e a casa dos Mesquita “era centro da conspiração”. A articulação seria “um movimento defensivo contra uma ameaça concreta ao regime democrático”, e alega que “se cometeram um crime contra a ordem estabelecida”, foi em “legítima defesa”. O que o diretor do *Estadão* diz que pretendia ao participar daquele movimento golpista civil-militar não era uma revolução, mas a execução do programa pretensamente defendido pelo marechal Castelo Branco de “limpeza do cenário político, com cassações”, mantendo o calendário eleitoral. “Tudo isso seria alterado pelo AI-2”, quando o jornal teria rompido com o governo e o “movimento acabou se transformando em 20 anos de ditadura”²⁰.

Lendo os editoriais do *Estadão*, é possível confirmar a tese de Maria de Aquino sobre o tom alarmista do jornal em relação a Jango. Porém nossa hipótese é que o tom exagerado não tem como alvo apenas o governo João Goulart, mas sua simbólica ou real associação ao getulismo e ao trabalhismo pretensamente representados pelo presidente. No editorial que comemora o “significado maior de uma vitória”, está clara a tese do *Estadão*:

“o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava.

20. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 31-03-2004 – p. H9.

Só os espíritos ingênuos ou apressados podem admitir que o 29 de outubro de 1945 assinalou a queda real da ditadura implantada no país por Getúlio Vargas. Esse ocaso do totalitarismo estadonovista foi apenas aparente [...] Tão lamentável estado de coisas veio a prolongar-se até 1961. Nessa data, regia, porém, a democracia brasileira, num movimento empolgante de toda a nacionalidade infelizmente sustado em plena ascensão pela covarde renúncia do sr. Jânio Quadros [...] o poder caiu nas mãos do discípulo dileto do ditador morto [...] [agora] sorriu a democracia, terminando o embate com o esmagamento completo, e desta vez definitivo do Estado Novo”²¹.

No vácuo de poder estabelecido após a derrubada de João Goulart, enquanto as forças civis no Congresso e militares disputavam quem comandaria o país, os editoriais do *OESP* mostravam a preocupação sobre os “rumos da Revolução”. Na visão do jornal, caso as “velhas raposas” do Congresso conseguissem o controle do novo governo a se formar, este seria posto, em 1965, “a serviço da candidatura de quem? Do sr. Juscelino Kubistchek. Voltaríamos assim à estaca zero”, o que comprova nossa hipótese acima. No mesmo texto, o jornal comemora o fato de os setores militares terem lançado a “candidatura” do general Castelo Branco²².

Dois temas são recorrentes nos editoriais dos primeiros dias pós-Golpe. Primeiro, de forma explícita ou subliminar, o jornal propaga a narrativa de que toda a população brasileira e a opinião pública aplaudem o movimento que depôs Jango. Segundo, o *OESP* incita “que o futuro governo leve às últimas consequências a operação de limpeza reclamada pela opinião pública brasileira em todos os setores do Estado, sobretudo nas duas Casas do Congresso”²³. Em linguagem beligerante, o jornal se comporta ideologicamente ao propagar a “necessidade de erradicação total” dos “soviets da Petrobrás”, da “UNE com dinheiro de Praga” e a “decapitação da hidra vermelha”²⁴.

O *Estadão* usa de grande malabarismo retórico e jurídiquês para

21. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02-04-1964, p.03.

22. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04-04-1964, p.03.

23. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 10-04-1964 – p.03.

24. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04-04-1964 e 11-04-1964 – p.03.

aplaudir a decretação do primeiro Ato Institucional “que o povo brasileiro na sua totalidade aplaude e subscreve, tal o espírito da medida e juridicidade que dele emana”²⁵. A votação no Congresso que “escolheu” o general Castelo Branco como “presidente” foi avaliada como “legítima”, “admirável”, “uma conquista nacional”²⁶.

Nos primeiros anos do governo de Castelo Branco, o jornal o apoiou e, em certos momentos, até pediu a “ampliação da Revolução” para que ocorressem mais cassações de políticos considerados subversivos e corruptos. Exemplo é a pressão do *Estadão*, o jornal que mais se empenhou pela cassação dos direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek, e a exaltação contida nas páginas do jornal após sua efetivação (CHAGAS, 2014). Nas páginas do livro memória do jornalista Carlos Chagas, podemos perceber que Júlio de Mesquita Filho teve participação ativa nas reuniões que tentavam evitar a ruptura de Carlos Lacerda com os governistas, ou seja, o proprietário do *Estadão* não apenas apoiou o golpe, como atuou no sentido de manter a estabilidade política do regime em seus anos iniciais e pressionar por mais cassações de “subversivos”.

No final de outubro de 1965, um editorial forte do *OESP* acusava o governo de “conservar em banho-maria esta Revolução meio anêmica [...]”. O País está cansado de tibiezas, de hesitações e subterfúgios”, cujo maior erro foi não ter decretado “estado de sítio” para fazer mais rapidamente a “limpeza” para “desembaraçar a vida política nacional”, esperada pelos “revolucionários”. O *Estadão* então pede “um segundo Ato Institucional”²⁷. O jornal aplaude o AI-2: “revolucionários que somos, admitimos o recurso a medidas de exceção”, ante a “impossibilidade de atingir pela via ‘legalista’ os objetivos que haviam sido a própria razão de ser do Movimento”. Apesar disso, ao final do editorial de congraçamento, admite que “essas medidas de exceção [...] representam uma faca de dois gumes”, pois há, no Ato, dispositivos perigosos que podem “abrir o caminho para a ditadura”²⁸.

25. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 11-04-1964 – p.03.

26. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 12-04-1964 – p.03.

27. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27-10-1965 – p.03.

28. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 28-10-1965 – p.03.

Os problemas do *O Estado de S. Paulo* com a Ditadura começam com a apreensão do jornal, dentre outros periódicos, nos dias 13 e 14 de dezembro de 1968, no contexto do Ato Institucional nº 5, que “tornou o regime uma indiscutível ditadura, reabriu a temporada de punições e serviu de base para a montagem dos aparatos que constituíram a repressão política.” (FICO, 2015, p. 67). O editorial “Instituições em frangalhos” irritou os militares. No texto, o jornal credita a “vitória de 64” a toda coletividade e não apenas às Forças Armadas, que alijaram os civis do governo. Os excessos dos militares são qualificados como “a ditadura militar que vivemos desde 1964”, e o jornal aponta para a desagregação institucional com a edição de mais um Ato Institucional. Para Maria de Aquino, “O abuso do poder pelos chefes da nação, usurpando os direitos naturais dos homens, constitui o fundamento da oposição de *OESP*; em ambos os casos [contra Jango e contra o AI-5], de base liberal” (AQUINO, 1999, p. 53).

Entre os anos de 1968 e 1972, o *Estadão*, como os demais jornais do país, atuou no campo da autocensura, ou seja, a própria direção do periódico determinava que certos temas, possivelmente desagradáveis à Ditadura, não deveriam ser publicados e se publicados, com viés pró-governo. Ao mesmo tempo, os jornais recebiam telefonemas e bilhetinhos vindos do governo federal com os assuntos que não deveriam ser publicados. O jornalista Carlos Chagas, então diretor da sucursal do jornal em Brasília, bajula seus patrões dizendo que “não aceitavam ordens telefônicas de censura, fazia-se necessária a presença do censor, mas a maior parte da imprensa amestrada praticava a autocensura” (CHAGAS, 2015, p. 15)

Poucos foram os jornais que ficaram sob censura prévia da Ditadura. O *OESP* foi um deles. Conforme a bibliografia, o ano de 1972 marca a instauração da censura prévia no país. O jornal preparava uma reportagem especial sobre anistia, na qual constariam falas dos ex-presidentes ainda vivos e monitorados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que tentou convencer a direção do jornal a não publicar a matéria. O *Estadão* se negou e no dia 03 de setembro de 1972 o jornal foi ocupado pelos censores. Até janeiro de 1975, foram 1.136 matérias censuradas, no todo ou em parte, sobre questões políticas, sociais, econômicas, educacionais e internacionais, número considerável delas assinadas pelo jornalista Carlos

Chagas (AQUINO, 1999).

É popular a estratégia de resistência adotada pelo *OESP* em publicar receitas de bolos e poesias, em especial *Os Lusíadas* do poeta português Luís de Camões, para preencher os espaços vazios que seriam deixados pelas matérias censuradas. Para Maria de Aquino, a presença inusitada dos poemas tinha o objetivo de chamar atenção do leitor às páginas antes destinadas ao noticiário político. Assim, a direção do *Estadão* esperava que o público leitor percebesse que algo estranho estava acontecendo: o jornal estava sob censura da Ditadura. Em janeiro de 1975, o último censor deixa as dependências do *O Estado de S. Paulo*, embora os telefonemas e bilhetinhos continuassem chegando à redação do jornal. Entre 1975 e 1978, há um processo de diminuição da censura prévia à imprensa que passa a ser mais discreta e seletiva.

O jornalista Carlos Chagas, que trabalhou no *O Estado de S. Paulo* na quase totalidade dos anos de Ditadura, escreveu recentemente que o jornal da família Mesquita “é o melhor lugar para se trabalhar quando há ditadura, mas fica apenas conservador quando vem a democracia” (CHAGAS, 2015, p. 11), recolhendo-se às suas contradições ideológicas e políticas. Tais contradições do *OESP* são perceptíveis no processo de redemocratização analisado por Francisco Fonseca (2005).

Na campanha pelas Diretas Já, de início, o *Estadão* demonstrou ceticismo quanto à capacidade da democracia em resolver os problemas do Brasil. Some-se a isso a preocupação quanto às possíveis consequências eleitorais ante o favoritismo de Leonel Brizola (PDT), último herdeiro da tradição trabalhista/varguista tão odiada e combatida pela Família Mesquita²⁹. Ao perceber que a campanha pelas Diretas Já era sucesso de público e contava com apoio de 85% da população, o jornal aderiu, mas não sem criticar a liderança de Lula e do PT no comício da praça da Sé em São Paulo³⁰.

O jornal vê a transição não apenas sob o aspecto político, mas principalmente econômico. Embora tenha sido censurado pela Ditadura, o

29. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26/01/1984 – p.3.

30. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27/01/1984 – p.3.

Estadão defende a incolumidade dos militares, o “não revanchismo” contra as Forças Armadas, que seriam o esteio moral garantidor da ordem no processo de transição. Incrível é o malabarismo argumentativo para isentar os militares de qualquer responsabilidade na crise econômica dos anos 1980.

Segundo Fonseca (2005), os editoriais do *OESP* defendem a tese de que a intervenção do Estado na economia produz déficits públicos que geram inflação. Na visão ideológica do jornal, a culpa pela crise é do Estado e nunca dos empresários. No papel de “partido do Capital”, o jornal busca continuamente influenciar o governo, propõe um “ajuste fiscal”, controle dos gastos públicos, cortes em orçamentos sociais e nos salários do funcionalismo, retorno do país ao FMI, desregulamentação da economia com abertura irrestrita ao capital internacional.

No conflito entre capital e trabalho, a grande imprensa, como empresa jornalística dirigida por burgueses e que depende de anunciantes também burgueses para financiar suas contas e pagar o salário de seus empregados, obviamente milita ao lado do Capital. Quando do Congresso Constituinte, o *Estadão* concitava o empresariado a fazer lobby junto aos parlamentares do “Centrão” contra o avanço das pautas sociais e trabalhistas.

Abusando da linguagem beligerante, o jornal postou-se contra diversos direitos trabalhistas como a diminuição da jornada de trabalho, a ampliação da licença-maternidade, a licença paternidade e o aumento do valor da hora extra, vistos como catastróficos para a produção, pois desestimulariam o Capital e gerariam desemprego. Sob o mantra da “meritocracia”, o *OESP* se esforça para estimular a competição entre os trabalhadores e convencer os sindicalistas de que a “livre negociação” entre patrão e empregado é boa para o trabalhador.

Para reforçar nossa hipótese, a qual vê a grande imprensa e *OESP* como aparelho privado de hegemonia, é importante ainda observar sua posição em relação ao direito de greve. O jornal tem ojeriza às greves, às organizações de trabalhadores e às ideologias à esquerda. Por consequência, vê a CUT e o PT como grandes inimigos rotulados como “dinossauros ideológicos”. Como Francisco Fonseca (2005) aponta, embora retoricamente o jornal admita que as greves são legítimas em uma sociedade democrática, na prática todas elas são invariavelmente condenadas. Na visão militante

pró-empresarial, o *Estadão* vê todas as greves como inoportunas, político-ideológicas, ilegais, causadoras de prejuízos, atentatórias à ordem pública e que há um suposto consenso da população contra os grevistas. Além disso, as greves deveriam ater-se às questões salariais e jamais os sindicatos e trabalhadores estariam aptos a se meterem em assuntos políticos ou econômicos.

Naquele contexto, toda a grande imprensa perfilou-se contra a candidatura de Lula (PT) em 1989 e em explícito apoio a Fernando Collor (PRN). A título de exemplo, destacamos três editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*: o jornal afirma que os petistas são adeptos à “mentalidade do ressentimento, da vingança mesquinha, da intolerância e da truculência”³¹; que Lula irá “colocar a questão da reforma agrária em termos tais que se transforma num ‘convite para incendiar o campo’”³²; após dizer que a vitória do PT representaria colocar o Brasil fora do mundo moderno, pois seus radicais seriam adeptos de regimes totalitários – o *Estadão* “se esquece” que o jornal deu apoio ao golpe de 1964 que instaurou a Ditadura no Brasil –, diz textualmente que “a posição do bom senso e do patriotismo recomenda que se vote no respeito à Constituição que hoje é encarada pelo sr. Fernando Collor de Mello”³³. No dia do segundo turno, o *Estadão* chegou a seus leitores com editorial pedindo para “votar na revolução liberal”³⁴, pretensamente, representada por Collor.

Francisco Fonseca (2005) argumenta que a vitória de Collor foi vista pela grande imprensa como a oportunidade de implementar a Agenda Ultraliberal. Em nome do liberalismo, o *OESP* criticou a parte intervencionista do Plano Collor que confiscou as poupanças, mas apoiou a parte do Plano que prometia abertura ao capital internacional, as privatizações, desregulamentação da economia e diminuição do Estado. Quanto à crise política que resultaria no impeachment do presidente, o *Estadão* manteve cautelosa, enfatizava a necessidade de manutenção da ordem

31. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 15/11/1989 – p. 3

32. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 26/11/1989 – p. 3.

33. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 14/12/1989 – p. 3.

34. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 17/12/1989 – p. 3.

jurídica, e somente quando as denúncias de corrupção se avolumavam e a população saía às ruas é que o jornal aderiu ao impedimento de Collor. Porém perfilou-se ao lado dos demais jornais na tentativa de separar a crise política da agenda neoliberal que deveria ser seguida e implementada pelo sucessor Itamar Franco.

Em abril de 1993, um novo plebiscito deu novamente à população a opção entre presidencialismo e parlamentarismo. Como há 30 anos atrás, o tom de desalento pela derrota do modelo parlamentarista leva o *Estadão* a, mais uma vez, creditar a vitória do presidencialismo à “ignorância das questões fundamentais e mesmo das secundárias” de “enorme porcentagem de brasileiros que comparecerá amanhã às urnas”³⁵.

Conforme pesquisa de Francisco Fonseca, o *OESP* se opõe ao governo Itamar Franco por seu suposto refluxo à implantação da agenda neoliberal. O jornal rotula o presidente de populista ultrapassado que fazia o Brasil retornar para o “terceiro mundo”. Para Fonseca, “ninguém melhor do que um jornal doutrinário como *OESP*” para comprovar a “contenda em que a hegemonia ultraliberal estaria em jogo” (2005, p. 391).

Como fez em todas as eleições presidenciais pré-golpe de 1964, o *Estadão* não deixou de se posicionar política, partidária e ideologicamente nas sucessões presidenciais da chamada “nova república”, sempre a favor da opção neoliberal representada pelo PSDB e contra a opção à esquerda representada pelo PT. Animado pela mudança de postura do, antes “esquerdista”, Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o candidato que representava “a condução do processo de reforma [...] como as que reformarão os monopólios. Outras, como a da Previdência”, o *Estadão* foi enfático em seu editorial do dia da eleição de 1994: “nossa opção!”³⁶.

Ao longo dos governos FHC, o jornal manteve a pressão a favor da agenda neoliberal. Apenas dois dias após a eleição de 1994, o editorial “urgência em privatizar” daria o tom dos próximos anos: “seguir por este caminho é fundamental”³⁷. Outro exemplo ilustrativo é em 1997, quando

35. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 20/04/1993 – p.3.

36. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 02/10/1994 – p.3.

37. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 04/10/1994 – p.3.

o *OESP* cobra o governo para “agilizar as grandes privatizações” das telecomunicações, do setor elétrico e da Vale do Rio Doce³⁸.

Uma vez que o governo FHC demonstrava compromisso ideológico com a agenda neoliberal, o *Estadão* não fez críticas à Emenda Constitucional da reeleição. Na eleição de 1998, comemorou a vitória do presidente neoliberal como “um voto racional” do eleitor que “aprendeu o suficiente para votar com a cabeça [...] e sabe que alto será o preço a pagar pela correção duradoura dos rumos”³⁹.

Os problemas político-eleitorais do *Estadão* começaram quando o eleitor percebeu que apenas ele, trabalhador, pagava um preço alto pela crise do Capital e decidiu dar novo rumo político e econômico ao país na eleição de 2002. Ante a possibilidade de vitória do candidato Lula da Silva (PT), o *OESP* escrevia em tom de alento e esperança: “a nossa convicção de que um segundo turno, com a eventual vitória de José Serra, seria uma alternativa muito mais tranquilizadora”⁴⁰. Na eleição seguinte, em 2006, o *Estadão* demonstrou seu apego ao neoliberalismo do PSDB e ilusão quanto ao republicanismo tucano: “hoje é dia de o eleitor consciente exigir a volta da ética na política e da probidade na administração”⁴¹.

Para reforçar nossa argumentação de que o *OESP* não teve com o PSDB e FHC o mesmo senso de análise crítica que teve e tem o Lula e o PT, recorremos a dois exemplos de seus editoriais. Em 2002 há uma visível tentativa de deslegitimar a vitória de Lula, ao dizer que os brasileiros que o elegeram não deram muitos votos ao PT para o parlamento, além de que o presidente teria de negociar uma coalizão que lhe desse sustentação no Congresso. É fato que o PT sozinho não fez a maioria parlamentar naquela eleição, mas cresceu em número de deputados eleitos, porém o mais interessante a observar é que, nas eleições de FHC, o jornal não fez a mesma ponderação ao fato de seu partido, o PSDB, também não ter

38. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 27/02/1997 – p.3.

39. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06/10/1998 – p.3.

40. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 06/10/2002 – p.3.

41. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 01/10/2006 – p.3.

feito maioria parlamentar e necessitar negociar uma coalizão congressional⁴². Em 2006, o jornal criticou a ausência de Lula em debate televisivo com os demais presidentiáveis, porém na eleição de 1998 FHC não compareceu a nenhum debate, mas o *Estadão* não o criticou por isso⁴³.

Considerações finais

Pelos exemplos acima, podemos corroborar as conclusões de Francisco Fonseca (2005) sobre a grande imprensa brasileira e sobre o *OESP* em particular. Ao longo de centenária história, é possível observar a militante atuação política, claramente a favor dos partidos à direita e das alternativas econômicas liberais ou neoliberais. O jornal da família Mesquita caracteriza-se por defender posições liberais na economia, mas amalgamadas com ideias conservadoras e tradicionalistas, próximas ao positivismo, quando o assunto é a organização da sociedade civil, especialmente dos trabalhadores. Há ênfase numa democracia restritiva, ou seja, vigorosa defesa da “ordem” quando os conflitos sociais questionam os interesses do Capital, uma plutocracia onde haja liberdade ao Capital e legislação autoritária para reprimir os trabalhadores que a questionem.

O *Estadão* conhece o seu público leitor e escreve no objetivo de dirigi-lo. O jornal destaca-se como porta-voz dos interesses empresariais, especialmente da burguesia paulista representada pela FIESP. Porém “na ‘guerra de trincheiras’, em que o jornal se encontra envolvido, a classe média seria um posto avançado” (FONSECA, 2005, p. 192), a base da democracia brasileira, celeiro de líderes para espriar a ideologia neoliberal. É comum, na grande imprensa, a crença no vanguardismo das “iluminadas” classes proprietárias, na qual se auto inserem em contraposição ao “barbarismo” dos eleitores que não votam nos candidatos apoiados pelas classes proprietárias e seus veículos de comunicação. Tal visão de mundo transparece o caráter ideológico e conservador da grande imprensa, “como ‘intelectual coletivo’

42. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 29/10/2002 – p.3.

43. Jornal *O Estado de S. Paulo* – 03/10/2006 – p.3.

da burguesia” (FONSECA, 2005, p. 269).

A grande imprensa sabe que a melhor forma de vencer um debate é não debater, e usa essa máxima até as últimas consequências. Não há debate nas páginas do *Estadão*, mas sim um monólogo de narrativa única, no qual a ideologia neoliberal é apresentada como “única possível” para resolver a crise econômica e nunca o modelo neoliberal é responsável pelas crises da economia mundializada. Conforme Fonseca, os jornais, na estratégia retórica doutrinária, abusam de conceitos vagos, expressões polissêmicas, imagens exageradas, sofismáticas, catastrofistas e de descontextualizações históricas. As ideias contrárias e seus defensores são tratadas com escárnio, desqualificadas, desconsideradas, estigmatizadas e hostilizadas. “Toda essa parafernália retórico-imagética justifica-se, portanto, tendo em vista o papel de *OESP* como ‘partido do Capital’” (FONSECA, 2005, p. 320) e aparelho privado de hegemonia na busca por firmar o consenso em torno da ideologia neoliberal e das teses políticas à direita. Tal postura, em nome de uma abstrata liberdade de expressão, na verdade serve para ocultar o caráter autoritário, antiliberal e antidemocrático que caracteriza a grande imprensa.

Em sentido análogo, recente trabalho publicado por Fernando Antônio Azevedo (2017) quantifica a atuação da grande imprensa contra o Partido dos Trabalhadores entre 1989 e 2014. O autor apresenta três conclusões centrais: 01 – a grande imprensa atuou e atua no campo da mídia em paralelo com as forças políticas de centro-direita; 02 – o alinhamento da imprensa com a centro-direita é histórico e ideológico contra o nacional-desenvolvimentismo; 03 – no passado e no presente os mesmos pacotes interpretativos foram acionados contra os governos de centro-esquerda: radicalismo/populismo e corrupção.

Dentro da grande imprensa, *O Estado de S. Paulo* pode ser considerado o mais conservador e antipetista. O compartilhamento de valores ideológicos que converteu o *Estadão* em aliado da UDN, dos militares e de Collor, o faz hoje aliado do PSDB e do governo Michel Temer. É possível afirmar que o jornal sempre se colocou contra as pautas progressistas, estejam elas simbolizadas por Vargas, Jango, Lula ou qualquer outro político, movimento social ou partido de esquerda. Os mesmos eixos temáticos de ameaça

populista e corrupção foram usados de forma sistemática para pressionar e desestabilizar os governos Vargas, Jango, Lula e Dilma. Neste sentido, a excelente pesquisa de Ariel Goldstein (2017) que compara as coberturas dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* nos governos Vargas (1951-1954) e Lula (2003-2006) é reveladora.

Em suma, na longa guerra de posições pela consolidação de sua ideologia liberal-conservadora, *OESP* simplifica e vulgariza os problemas nacionais, omite e desqualifica interlocutores contrários. Diariamente o jornal pressiona e influencia o leitor ao recomendar o votos em políticos à direita e destrata as alternativas de esquerda, como se, invariavelmente, a posição neoliberal do jornal fosse natural e não lhe coubesse críticas ou debates. Suas atuações “estão rigorosamente submetidas a estratégias e táticas típicas dos atores político-ideológicos que são” (FONSECA, 2005, p. 445).

Referências:

- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014).** São Carlos: Edufscar, 2017.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia:** o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1980.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e a longa noite dos generais (1970-1985).** Rio de Janeiro: Record, 2015.
- CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1969).** Rio de Janeiro: Record, 2014.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.

- FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.** São Paulo: Contexto, 2015.
- FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GOLDSTEIN, Ariel. **Prensa tradicional y liderazgos populares en Brasil.** Raleigh, NC, EUA: Editorial A Contracorriente, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (vl.2).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUILHERME, Cássio Augusto. **1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo.** Revista Cadernos de História, v.18, n. 29, 2º sem. 2017.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.
- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2011.
- PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro a Dilma.** São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, Agnès (org.). **Questões para a história do presente.** Bauru: Edusc, 1999.
- SILVA, Carla Luciana. Imprensa liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica. SILVA, Carla Luciana e RAUTENBERG, Edina. **História e imprensa: estudos de hegemonia.** Porto Alegre: FCM editora, 2014.
- SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Porto Alegre: EdipucRS, 2011.

Crise, conceito, qualidade e Constitucionalização no Brasil - A democracia no século XXI

TIAGO DALLA CORTE¹
Universidade de Passo Fundo

THAÍS DALLA CORTE²
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Desde seu surgimento, a democracia alterou-se. Em razão de um somatório de fatores inter-relacionados, a democracia esvaziou-se. A despeito de existirem atributos comuns, o conceito de democracia é dinâmico, pois altera-se conforme especificidades espaciais e temporais, o que ocasiona profusão e confusão em relação ao seu sentido. A Constituição de cada Estado será a responsável por definir a democracia em seu ordenamento jurídico, pois separada da Constituição ela é, apenas, um conceito incompleto e inseguro. Diante do exposto, o presente trabalho, por meio do método histórico, objetiva investigar a democracia no que se refere à sua crise, à sua definição, à sua qualidade e à sua constitucionalização no Brasil. Como resultados desta pesquisa, conclui-se que a democracia liberal no século XXI encontra-se em desilusão, sendo que seu conceito liberal não é compatível com os problemas da modernidade, o que reflete na ausência de sua qualidade. Palavras-chave: Crise; Conceito; Constitucionalização; Democracia; Qualidade.

Abstract: Since its inception, democracy has changed. Because of a sum of interrelated factors, democracy has emptied itself. In spite of common attributes, the concept of democracy is dynamic, as it changes according to spatial and temporal specificities, which causes profusion and confusion in relation to its meaning. The Constitution of each State will be responsible for defining democracy in its legal system, since separate from the Constitution it is only an incomplete and insecure concept. In view of the above, the present work, through the historical method, aims to investigate democracy regarding its crisis, its definition, its quality and its constitutionalization in Brazil. As a result of this research, liberal democracy in the twenty-first century finds itself in disillusionment, and its liberal concept is not compatible with the problems of modernity, which reflects in the absence of its quality.

Keywords: Crisis; Concept; Constitutionalisation; Democracy; Quality.

Recebido em 18/11/2017 e aceito em 30/01/2018.

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Docente da Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administração da Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF). E-mail: dallacorte@upf.br

2. Doutoranda e Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC). Investigadora do Grupo de Estudos em Direito da Globalização e Meio Ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina (GPD/UFSC). E-mail: thais.dallacorte@gmail.com.

Introdução

A pesar da democracia não ser a forma de governo que convém a todos os países, ela é – apesar de estar, supostamente, em declínio – a preponderante no mundo. Desde seu surgimento, a democracia – no que se refere aos seus conceitos, atores e práticas – alterou-se (com exceção da legitimidade)³, não correspondendo, dessa forma, o seu regime antigo (sendo seu notável exemplo a democracia direta de Atenas exercida, no século IV a.C. na *ágora*⁴) à democracia moderna (principalmente no que concerne à democracia liberal que insurgiu, no século XX, momento entre guerras, na Europa, e que foi imposta à América Latina e, conseqüentemente, ao Brasil).

Hodiernamente, a democracia, não é considerada apenas enquanto fundamento de legitimação popular e de limitação do exercício do poder (deixando, assim, de ser tratada somente como um tema político), formatando-se como, propriamente, um método democrático (o qual se preocupa, inclusive, com a organização dos procedimentos administrativos realizados pelos poderes políticos legitimados e limitados) (CARDUCCI, 2017). Desde o século passado, momento de grande contraposição entre sistemas jurídicos (liberal-democrático *versus* totalitários-ditatoriais), entende-se que, apartada da Constituição, não existe democracia. É nesse mesmo período que a Filosofia, a História e a Política deixam de realizar o questionamento clássico de qual é a melhor forma de governo, uma vez que a democracia consolidou-se. Assim, os estudos dos mais variados campos do saber passam a centrar-se em sua efetivação.

3. Convém destacar que na democracia antiga e na democracia moderna “[...] o princípio da legitimidade é o mesmo, contudo todo o restante é distinto” (SARTORI, 2008, p. 57).

4. É preciso desmistificar a democracia direta ateniense, pois suas assembleias reuniam “poucos milhares de homens”, uma vez que “ela negava participação na *ágora* às mulheres, aos menores de idade, aos escravos e aos estrangeiros (que eram todos os não atenienses e mesmo seus descendentes: muitas pessoas nascidas em Atenas, mas de ancestrais estrangeiros, jamais teriam a cidadania ateniense)”. Ainda, “a sociedade grega não conhecia a complexidade da economia moderna. Os cidadãos tratavam da guerra e da paz, de assuntos políticos, mas parte razoável das discussões girava em torno da religião e das festas, também religiosas” (RIBEIRO, 2001, p. 06-07).

Hodiernamente, em razão de um somatório de fatores inter-relacionados e que se retroalimentam, como o neoliberalismo, a globalização, a simplificação das complexas diferenças sociais, a invisibilidade de grupos de pessoas, a crise dos partidos políticos, o terrorismo, a imigração, o déficit ambiental, a corrupção, entre outros, a democracia esvaziou-se enquanto forma de poder. E, talvez, os países em desenvolvimento (ou subdesenvolvidos) sejam os que mais sofram com a crise da democracia.

Importa mencionar que a democracia é um processo histórico e cultural, relacionado a vários fatores. Assim, a despeito de existirem atributos comuns, não há um único modelo e significado de democracia em todos os Estados. Inclusive, pode-se adjetivar o conceito de democracia. Logo, muitos que adotam a forma de governo democrática, infelizmente, nem sequer são democracias de fato. Portanto, também se deve prestar atenção à qualidade da democracia. Diante dessa teorização, cabe, inclusive, reflexão se os países que constitucionalmente adotam a democracia são substancialmente/metodologicamente democrático.

Nesse contexto, o conceito de democracia é dinâmico, pois altera-se conforme especificidades espaciais (sejam elas culturais, sociais, econômicas etc.) e temporais, o que ocasiona profusão e confusão em relação ao seu sentido. Convém informar que a Constituição de cada Estado será a responsável por definir a democracia em seu ordenamento jurídico. Assim, separada da Constituição, a democracia é, apenas, um conceito incompleto e inseguro. Ainda, por derivar da política, a democracia, em sua essência, é conflituosa. Em razão de ser variável, é possível a manipulação de sua utilização com o intuito de mascarar intenções hegemônicas como se fossem decorrentes do poder do povo.

No século XXI, em linhas gerais, o que se evidencia é que a democracia, especialmente na América Latina, em recorte mais profundo, no Brasil, necessita ser (re)democratizada, pois ainda se encontra permeada de elementos autoritários e colonizadores, e, para tanto, faz-se essencial (re)pensar seu conceito, seus atores (pois está-se diante de “uma ideia de democracia carente de seu componente popular: uma democracia sem o povo” (MAIR, 2007, p. 23)) e suas práticas.

No que concerne à metodologia, iniciando pela seleção da

bibliografia para a redação deste trabalho, a fim de garantir relevância e rigor científico a ele, realizou-se busca no *Journal of Democracy*, em razão de ser reconhecido como o periódico de investigação mais importante sobre democracias. Ainda, selecionou-se bibliografia adicional, nacional e estrangeira para a redação deste trabalho. Diante do exposto, o presente artigo, no ramo das Ciências Humanas, por meio do método histórico, tem como objetivo geral investigar o conceito liberal de democracia no século XXI e a qualidade hexagonal da democracia diante de sua crise e de seu esvaziamento. Nessa senda, busca-se, também, averiguar a constitucionalização da democracia no Brasil. Convém mencionar que a presente pesquisa dialoga com a história dos conceitos de Koselleck (2004, p. 24-45), por considerar que existem relações entre a linguagem e a história social. Informa-se que são apresentados fatos e dados neste trabalho para demonstrar que a democracia não é somente um paradigma teórico diante da complexidade e dos desafios da realidade contemporânea, mas sim um processo dinâmico.

Nesse sentido, é a problemática deste artigo: Como se apresenta a democracia no século XXI no que concerne à sua crise, ao seu conceito, à sua qualidade e à sua constitucionalização no Brasil? A hipótese deste trabalho é que a democracia no século XXI encontra-se, ainda que resiliente, em desilusão e esvaziada, sendo que seu conceito liberal não é compatível com os problemas da modernidade, o que reflete na ausência de sua qualidade. Entende-se que, no Brasil, perante o processo de *impeachment* presidencial ocorrido em agosto de 2016, a recente democracia constitucional, que já dava sinais de falência há muito tempo, apresenta-se no pico de sua crise, com um conceito apenas formal e muito distante da ideia de qualidade. Para o desenvolvimento deste trabalho, adotam-se o método monográfico de procedimento e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Com base nessas considerações iniciais, passa-se à discussão da crise da democracia no século XXI.

A crise da democracia no século XXI: declínio ou resiliência?

O surgimento da democracia na Grécia Antiga, no século V a.

C. (mais especificamente, por volta de 590 a. C.),⁵ cuja palavra adveio da justaposição de *dêmos* (povo) e *kratía* (poder), tendo, assim, por significado governo do povo, tinha como objetivo, com as reformas de Sólon, a criação de um regime político que, diferente do de Drácon, não fosse autoritário e nem baseado em leis opressoras. Elaborou-se, dessa forma, uma constituição que passou a prever que todas as decisões referentes à vida dos atenienses deveriam ser tomadas em assembleias (eclésias) mediante a participação direta do povo – que era constituído, em regra, apenas pelos cidadãos atenienses homens acima de 18 anos (sendo excluídos, portanto, as mulheres, os escravos, as crianças e os estrangeiros) (RIBEIRO, 2001, p. 06-07). Desde então, o conceito de democracia está vinculado à lei.

Os romanos, diferenciando-se dos gregos, foram os responsáveis pela designação da democracia enquanto *res publica* (república) – entendida como coisa pertencente a todos os membros do povo (*populus romanus*) ou como questões pertinentes a todos – tendo em vista o bem comum (RIBEIRO, 2001, p. 06-07).

A forma de governo democrática, classificada pela teoria política como pura, boa e da maioria (sendo que ela pode degenerar, uma vez que a vida social é dinâmica, em anarquia e oclocracia (categorias más)), somente era considerada adequada, classicamente, em razão de suas características, para países pequenos e sem grandes riquezas⁶ (ROUSSEAU, 2003). Com o decorrer dos anos, a democracia foi modernizando-se e, nesse processo, alterou-se e adaptou-se à realidade de diferentes países (passando, portanto, a ser utilizada, em decorrência do estabelecimento da representação no exercício do poder, por países de grande extensão territorial e com economias desenvolvidas), consolidando-se, nesse sentido, como a forma de governo mais adotada pelos países.

Foi no período histórico posterior às Guerras Mundiais, que a

5. Este marco histórico não exclui que há evidências da existência de práticas democráticas em outras sociedades mais antigas, como em tribos, na Mesopotâmia etc.

6. Nesse contexto, a aristocracia seria a forma de governo adequada a Estados médios (em riqueza e em terras) e, por sua vez, a monarquia seria a adequada para Estados opulentos e de grande território.

democracia hegemônizou-se enquanto paradigma de governo. Segundo dados, “de maneira geral, houve impressionante progresso em termos de democratização no mundo inteiro ao longo de um período de quase 45 anos, aumentando o número de democracias eleitorais de cerca de 35 em 1970 para mais de 110 em 2014” (FUKUYAMA, 2015, p. 47).

Com a constitucionalização das democracias no século XX, a democracia tornou-se fundamento de legitimação popular de um Estado, bem como de limitação do exercício da política e norma jurídica orientadora de todas as suas ações e finalidades públicas, sendo, dessa maneira, considerada indispensável para a construção e consolidação de direitos e, também, para a formulação e execução de políticas públicas. Assim, o exercício da democracia passou a atrelar-se à efetividade da Constituição. Entretanto, este período, que deveria representar um reforço e, conseqüentemente, aumento da democracia pelo mundo, tem, pelo contrário, diante da complexidade da realidade social, demonstrado que ela está em crise.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo contemporâneo, constituído por 193 países, é um mundo não democrático. Nesse contexto, o *Democracy Index*, um dos principais indicadores internacionais sobre a democracia, o qual é publicado anualmente pela revista *The Economist*, evidenciou certa recessão democrática no mundo: “quase metade dos países do mundo podem ser considerados democracias de algum tipo, mas o número de ‘democracias plenas’ diminuiu de 20 em 2015 para 19 em 2016. Em razão do conturbado processo eleitoral, os Estados Unidos da América (EUA) foram rebaixados de uma ‘democracia plena’ para uma ‘democracia defeituosa’” (THE ECONOMIST, 2017).

Convém explicar que o *Democracy Index* é o responsável por analisar 167 países com base em seu processo eleitoral e pluralismo, suas liberdades civis, seu funcionamento do governo, sua participação política e cultura política, realizando a classificação deles, alicerçado nos referidos parâmetros, em uma das cinco categorias seguintes: regime autoritário, regime híbrido, regime democrático, democracia defeituosa e democracia plena. Na América do Sul, conforme os dados de 2016, somente o Uruguai é reconhecido como uma democracia plena. Por sua vez, Bolívia e Venezuela

são considerados regimes híbridos (autoritário-democrático). Já, os demais países – entre eles, o Brasil⁷ – são catalogados como democracias defeituosas (THE ECONOMIST, 2017). Desde já, deve-se observar que a democracia adjetivada como defeituosa acarreta um alargamento da percepção do que é democracia de fato.

Por outro lado, há quem defenda que, apesar da democracia estar enfrentando uma “era de desilusão” (no sentido de que, conforme Fukuyama (2015, p. 18), “o desempenho das democracias ao redor do mundo tem deixado a desejar nos últimos anos”), ela não se encontra, propriamente, em declínio⁸: “um olhar sobre o registro empírico sugere pouca ou nenhuma evidência de um recessão democrática” (LEVITSKY; WAY, 2015, p. 45). Levitsky e Way sugerem (2015, p. 56-57) uma maneira alternativa de entender o século XXI não como um colapso, mas sim como período no qual deve ser exaltada a resiliência da democracia, ao constatar que “ao longo da última década, vários acontecimentos mundiais representaram uma ameaça séria para novas democracias” e às democracias consolidadas:

Considerando que 23 países experimentaram uma melhora significativa em seus pontos no índice de democracia da Casa Branca entre 1999 e 2013, apenas oito sofreram um declínio significativo. Mesmo entre 2005 e 2013, o número de casos significativamente melhorados (10) excedeu o número de declinantes significativos (8). Além disso, a maioria dos declínios significativos não ocorreu em democracias, mas em regimes que já eram autoritários, como a República Centro-Africana, a Gâmbia, a Guiné-Bissau e a Jordânia. [...]. Em-

7. Antes do *impeachment* da presidenta Dilma, cujo processo teve duração de 02 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, o Brasil já era considerado uma democracia defeituosa. O que aconteceu nos anos de 2015 e 2016 foram quedas em seu índice de 7.38 (com referência no ano de 2014) para 6.96 em 2015 e para 6.90 em 2016 (THE ECONOMIST, 2017).

8. Há quem defenda o declínio – e não, portanto, a resiliência – da democracia no século XXI: “Arch Puddington advertiu em 2006 sobre o crescimento de um ‘impulso contra a democracia’, caracterizou 2007 e 2008 como anos de declínio democrático e afirmou que a erosão democrática ‘acelerou’ em 2009 e descreveu a democracia global como ‘sob coação’ em 2010. Após um breve momento de otimismo durante a Primavera Árabe, a Casa Branca alertou sobre um ‘recoo democrático’ em 2012 e um ‘ressurgimento autoritário’ em 2013” (LEVITSKY; WAY, 2015, p. 45).

bora seja certamente possível identificar casos de retrocessos democráticos, a existência de um número igual ou maior de avanços democráticos desmente qualquer noção de “colapso democrático” global. (LEVITSKY; WAY, 2015, p. 47-48).

Apesar das divergências sobre seu declínio ou resiliência, pode-se observar um esvaziamento da democracia no século XXI.

Problematização dos múltiplos fatores de esvaziamento da democracia no século XXI

Qualquer país que formalmente reconheça-se ou que seja internacionalmente reconhecido como uma democracia, está enfrentando, contemporaneamente, o esvaziamento da democracia, em razão de diversas causas. Isso significa que a democracia é diretamente afetada pelos problemas da realidade contemporânea precisando dar respostas a eles, o que não tem conseguido, colocando em dúvida a possibilidade de sobrevivência de sua constituição. São, em linhas gerais, alguns dos fatores (de natureza autoritária) do esvaziamento da democracia no século XXI: “a entrega da gestão coletiva a ‘especialistas’, a terceirização das decisões, a burocratização dos partidos políticos, o governo de grandes empresas e a sobreposição da economia financeira sobre a realidade social” (MONEDERO, 2012, p. 79).

Ainda, decorrentes do neoliberalismo, são outros motivos do esvaziamento democrático: a globalização (por acarretar a transterritorialização dos fluxos sociais do Estado nacional), a simplificação das complexidades sociais, os desenvolvimentos tecnológico e informacional, a queda da taxa de lucro, a tecnocracia da política, o terrorismo, a imigração, o déficit ambiental, a corrupção, entre outros (MONEDERO, 2009, p. 223-263). Diante dessa perspectiva, pode-se dizer que o Estado assumiu o papel de ser apenas o legitimador dos interesses do capitalismo e dos partidos políticos.

Aprofunda Monedero (2012, p. 74) que o esvaziamento da democracia é empiricamente perceptível, bem como local e global:

O vazio real da democracia, para além do olhar nostálgico de um passado idealizado, expressa-se, de maneira crua, na persistência ou no aumento das desigualdades, no fosso cada vez maior entre o Norte e o Sul, na devastação ambiental, no desemprego e na insegurança do emprego, na permanência de “áreas marrons”, onde o Estado não age e onde a violência urbana e a violência contra as mulheres é a norma, no oligopólio dos meios de comunicação, na ausência de reformas agrárias, na exclusão, na feminização da pobreza, no aumento das doenças, nas diferentes expectativas de vida em virtude da localização social e no acesso aos bens públicos, no aumento do orçamento da repressão e no compromisso da guerra como solução de conflitos. Em última análise, este vazio vincula-se a assuntos que têm a ver com o diferente lugar que se ocupa no âmbito da produção e da reprodução social, tanto nacional como internacional.

De imediato, convém destacar que muitas discussões sobre democracia partem do pressuposto de que os países são democráticos. Contudo, necessita-se desconstruir esse paradigma para que se incorpore a atual realidade em seu conceito e para que, então, consiga-se, de fato, o enfrentamento dos problemas sociais. Por exemplo, países da América Latina, com destaque para o Brasil, possuem alto índice de corrupção e população despolitizada, sendo que grande parte dos cidadãos não possui uma vida digna. Assim, o imaginário da existência de uma democracia substancial somente faz com que essa situação perpetue-se porque as medidas tomadas apenas mascaram interesses alheios enquanto vontade do povo sem encontrar soluções para o bem comum.

Também, importa mencionar que há ausência de representatividade de grande parte da população na política. Vive-se uma democracia esvaziada de povo (MAIER, 2007, p. 23). Apesar de constituírem a maior parte da população, a média mundial de participação das mulheres nos parlamentos é ainda muito incipiente: 23,2%. Deve-se ressaltar que a participação de mulheres negras, em vários lugares do mundo, como nos EUA e no Brasil, é ainda inferior ao das brancas (MULHERES INSPIRADORAS, 2017). Por muito tempo, foi obstado às mulheres a condição de cidadãs ativas, uma vez que, entre tantos motivos, seu voto, historicamente, foi delegado. Desde então, criou-se o paradigma de que a política é uma carreira tipicamente masculina, o que urge ser desconstruído. Apesar do século XXI

ser reconhecido como o da Revolução de Gênero, ainda prepondera a configuração patriarcal na sociedade (famílias heterossexuais, centradas no homem). O que se observa, portanto, é a colonização das mulheres porque ainda possuem condição subalterna perante os homens. Nessa configuração, não só as mulheres sofrem com falta de representatividade ou sub-representação, transgêneros, negros, pessoas portadoras de necessidades especiais, indígenas, entre outros, são uma minoria invisibilizada e esvaziada pela democracia moderna.

No mesmo sentido, como já referido, evidencia-se a existência de tensão/incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo⁹ (MONEDERO, 2012, p. 64). Convém explicar que o capitalismo converte elementos que não são produtos dele em mercadorias, o que contribui para o esvaziamento da democracia. São os casos da natureza, do conhecimento, da vida dos trabalhadores e das famílias. Importa lembrar que o Estado social surgiu como resposta ao capitalismo, tentando democratizá-lo. As origens do Estado do Bem-Estar estavam vinculadas aos crescentes conflitos sociais gerados pela economia capitalista de caráter liberal, que propugnava a não intervenção do Estado nas atividades produtivas. Formou-se, assim, uma relação triangular entre Estado, mercado e sociedade (nesta configuração, retirava-se elementos do mercado para serem gestados pelo Estado – a hierarquia, portanto, era estatal) (MONEDERO, 2009, p. 223-263).

Acabou acontecendo que o *Welfare State* entrou em crise impulsionado pelo neoliberalismo em decorrência, entre outros, da crise fiscal e da desorganização da classe trabalhadora. O modelo liberal de Estado

9. Nesse sentido, reflete Sartori (2008, p. 125): “Na Segunda Guerra Mundial, triunfou a teoria economicista que sustenta que para transformar os regimes autocráticos em democracias faz falta um crescimento do bem-estar, e que o bem-estar traz consigo automaticamente a democracia. Em suma, a democracia depende do dinheiro e nasce com o dinheiro. É assim realmente?”. Ainda, para exemplificar o exposto, pode-se citar o caso da Troika em Portugal (cuja democracia, assim como no Brasil, é considerada de baixa intensidade), na qual os seus credores, agentes financeiros internacionais (tendo como representante principal o FMI), interviram no país, ainda que a pedido do presidente à época, e passaram a impor políticas econômicas que nem haviam sido votadas em eleição (e, portanto, não eram democráticas). Logo, há certa prevalência da economia sobre a democracia.

que emergiu, infelizmente, deu somente respostas retóricas aos problemas do Estado Social na sua tentativa de superá-lo (MONEDERO, 2009, p. 260-263). O Estado voltou a adotar o papel de mercantilizador. Nesse contexto, criou-se a ilusão da existência de uma democracia sem conflitos (o que não é democracia). Dessa forma, problemas sociais (como de renda, gênero, ecológicos, refugiados, saúde, emprego etc.) acabaram agravando-se, acarretando o aumento da desigualdade. Nessa senda, convém, ainda que retoricamente, questionar: como efetivar a democracia num mundo desigual?

Hodiernamente, vive-se a crise do Estado liberal atrelada à crise da democracia (MONEDERO, 2012, p. 69). Assim, problematiza Monedero (2012, p. 82) que:

Em tempos de crise, a compatibilidade entre o capitalismo e a democracia retorna como uma pergunta. O financiamento da economia, a desregulamentação econômica e a capacidade de pressão de grandes empresas são fatores que limitam a capacidade de gestão do Estado. Da mesma forma, a cartelização dos partidos políticos, a saturação audiovisual, o imaginário hegemônico consumista e a assunção pelas classes médias do “capitalismo popular” enfraqueceu o compromisso com os valores democráticos sociais do pós-guerra.

O esvaziamento da democracia está intimamente ligado, também, à proteção do meio ambiente.¹⁰ Há incompatibilidade entre a democracia e o ambiente devido a vários fatores, tais como a lógica capitalista, a (ir)responsabilidade sobre o planeta Terra, a ciência e os valores ocidentais. O capitalismo industrial é incompatível com a sustentabilidade (em razão do consumismo, da ideia de necessidades ilimitadas etc.), acabando por

10. Nas palavras de Sartori (2008, p. 133): “O paradoxo é que o sistema econômico de mercado tem promovido, durante aproximadamente duzentos anos, a democracia liberal, enquanto que, agora, ameaça ela com uma aceleração descontrolada cuja implosão pode chegar a arrasar a democracia que havia criado. Um cataclismo climático e ambiental pode levá-la junto com todo o restante, inclusive a cidade livre. Porque o desenvolvimento não sustentável é também um desenvolvimento inaceitável que impõe um retorno àquele passado de pobreza que havíamos deixado para trás”.

converter a Terra e seus bens ambientais em mercadorias fictícias. Isso resulta em degradação dos ecossistemas e da biosfera e em crises socioambientais, o que requer decrescimento.¹¹ Hoje, o aquecimento global afeta de forma não democrática as pessoas no mundo, sendo que as vulneráveis são as que acabam por sofrer mais com suas consequências. São alguns dos principais elementos de incompatibilidade do sistema capitalista com a democracia e a preservação ambiental: individualismo, ciclo de capital e da terra, acumulação privada, entre outros. Nesse sentido, convém refletir: a democracia pode ajudar a construir modelos de desenvolvimento compatíveis com o sistema ecológico do planeta? (CARDUCCI, 2017).

Nesse contexto, importa referir que:

A natureza, urge reconhecer, não é uma mercadoria. Se a democracia do século XX difundiu a tese da abundância, a democracia do século XXI vai trabalhar com a tese da moderação. Esta nova concepção de democracia exige uma nova cultura que incorpore a frugalidade, um menor consumo de energia em todos os seus aspectos, o uso de fontes de energia limpa, maior austeridade em definitivo. É pensar com sabedoria o desenvolvimento tecnológico existente, pois ele tem sido conduzido sob uma lógica que tem se mostrado prejudicial para a sobrevivência da humanidade. (MONEDERO, 2009, p. 299-300).

Atualmente, na União Europeia, em realidade diferente da América Latina (e, por sua vez, do Brasil), o terrorismo, enquanto tática imoral violenta para dissuasão política, é o protagonista nas discussões sobre o esvaziamento da democracia. Os ataques terroristas que ocorrem há mais de uma década na Europa, tornaram-se mais frequentes nos anos de 2016 e 2017, contabilizando centenas de vítimas mortais e muitos feridos (por explosões, tiros, atropelamentos, entre outros). Múltiplas são as suas

11. Nesse sentido, a solução sai da lógica capitalista. Decrescer, para a construção de uma democracia e de cidadania ecológica, é um projeto possível e necessário. Precisa-se reconhecer que “[...] há forma de crescimento diferente nos países empobrecidos e que se necessita reduzir os níveis de consumo dos países desenvolvidos” (MONEDERO, 2009, p. 272; 303).

motivações (religiosa, desemprego etc.), bem como seu recrutamento é difuso, o que dificulta o seu combate. Para tornar o cenário ainda mais complexo, o continente europeu está sofrendo intenso fluxo imigratório (tanto de forma legal quanto ilegal) da Síria e da região norte da África, o que preocupa as autoridades (policiais, administrativas, legislativas e judiciárias), pois há dificuldade de alocação de todas essas pessoas, bem como existe o receio de que, entre elas, possam haver terroristas. A insegurança faz com que medidas autoritárias sejam tomadas. Assim, faz-se necessário pensar em relação às limitações da democracia moderna: é ela capaz de dar respostas ao terrorismo? (MAGEN, 2018, p. 111-115).

Da mesma forma, vive-se sob uma ameaça diária de guerra nuclear que deixa clara as fragilidades da democracia. Os lançamentos de mísseis pela Coreia do Norte em direção ao Japão (com promessa de bomba de hidrogênio a ser lançada no mar do Pacífico), aliado dos EUA, bem como as ameaças do líder norte-coreano Kim Jong-un de ataque a Guam (território norte-americano na Micronésia), tem colocado a comunidade internacional em alerta. O perigo de combate é potencializado quando se tem um líder autoritário (Kim Jong-un) de um lado e outro presidente (Trump) que possui grande potencial bélico em seu poder e que afirma categoricamente que está pronto para um possível conflito armado, inclusive nuclear. O presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump, já impôs sanções, com base no conjunto de sanções aprovadas, em 11/09/2017, pelo Conselho de Segurança da ONU, ao comércio de seu país com a Coreia do Norte, as quais foram consideradas cruéis, imorais e desumanas pelo líder norte-coreano Kim Jong-un.

Desde a sua eleição, em novembro de 2016, Trump, que possui perfil militar, conservador e polêmico – em razão da descoberta de sua relação com o governo russo (inclusive, com o compartilhamento de informações altamente secretas estatais), das suas reiteradas tentativas de obstruir a sua investigação pela justiça (em encontros com o FBI), dos vários processos que responde por assédio sexual, entre outros – tem colocado a democracia norte-americana, até então considerada plena/de alta intensidade, em xeque (sendo agora classificada como defeituosa/de baixa intensidade), podendo, inclusive, por meio de processo de *impeachment*

(processo político), que nunca aconteceu nos EUA, ser destituído do poder. A república democrática federal norte-americana, um dos grandes paradigmas democráticos, demonstra, claramente, sinais de esvaziamento (KRISTOF, 2018).

Na América Latina, as ameaças à democracia diferenciam-se da União Europeia e, em linhas gerais, também do restante do mundo. Enquanto assuntos como terrorismo, imigração e guerra nuclear são, no momento, as principais preocupações no Hemisfério Norte, a América Latina, por sua vez, tem que lidar com corrupção, com ilegalidades, com violência etc. (DOMÍNGUEZ, 2002, p. 03-06). Assim como a Venezuela, apontada por possuir supostamente um governo ditatorial que se diz democrático, o Brasil é divulgado, em razão, entre outros, da Lava Jato, diuturnamente, na mídia internacional, como exemplo do esvaziamento ou, até mesmo, da ausência de democracia na América Latina. Recentemente, Jorge Glas, vice-presidente do Equador foi preso por ter sido acusado de receber propina da empresa brasileira Odebrecht. Ainda, a procuradora-geral da venezuelana, Luisa Ortega Díaz, foi destituída pela Assembleia Nacional Constituinte, por informar envolvimento do presidente do país, Nicolás Maduro, no esquema de pagamentos de propina realizado pela empreiteira Odebrecht.

Apresentado de forma geral o esvaziamento da democracia, percebe-se que seu atual modelo – em crise e desiludido – necessita ser repensado de forma sistêmica (com a redefinição de seu conceito e de suas práticas), o que perpassa pela discussão do conceito de democracia.

A (in)definição do conceito de democracia e a qualidade democrática

Cada conceito possui uma história. Há, portanto, conexão temporal entre as circunstâncias e a formulação dos conceitos de democracia (KOSELLECK, 2004, p. 30). No século XX, em vários países de diferentes continentes (como na América Latina, na África, na Ásia, na Europa, entre outros) a democracia perdeu seu lugar perante a insurgência de regimes autoritários. Dessa forma, desde a década de 90, mesmo com o movimento

de democratização, houve “a persistência de velhas práticas e estilos políticos pouco condizentes com a democracia imaginada”. Nesse contexto, “para a maior parte do mundo, a democracia tem sido um fenômeno infrequente ou recente”, o que tem acarretado a aplicação inadequada do seu conceito (IAZZETTA, 2013, p. 140).

Assim, evidencia-se uma “proliferação de fórmulas conceituais alternativas de democracia [gerais], incluindo uma surpreendente quantidade de subtipos de democracia com adjetivos [específicos]¹²” (COLLIER; LEVITSKY, 1998, p. 106-108). É o que se denomina de adjetivação da democracia.

Sobre esse assunto, expõe Mondero (2012, p. 81) que:

Quando a “democracia liberal” tornou-se “liberalismo democrático”, quando o “governo do povo” foi substituído pela “política do governo”, começou a haver um mal-estar que tomou forma na sua linguagem política. Essas carências substantivas da democracia tentaram ser resolvidas com adjetivos. Então, começou-se a falar de “défice democrático” e acompanhar o termo “democracia” com qualificações como “de baixa intensidade”, “incompleta”, “incerta”, ou, na exacerbação do paradoxo, “autoritária”. Na expressão de Boaventura de Sousa, estamos diante de sociedades formalmente democráticas e socialmente fascistas. Com nome de democracia, porém com práticas totalitárias que são medidas em uma exclusão que pode alcançar mais de metade da população.

12. São exemplos a democracia parlamentar, a democracia multipartidária, a democracia federal, a democracia presidencialista, a democracia de baixa intensidade, a democracia bipartidista, a democracia de sufrágio limitado, a democracia de fachada etc. Todos esses são subtipos democráticos, ao mesmo tempo que cada um deles considera-se um tipo particular de democracia. Faz-se importante ressaltar que há subtipos que não são exemplos plenos da democracia, sendo considerados exemplos incompletos dela. Nesse sentido, deve-se prestar atenção que “os subtipos construídos desta maneira podem levar o estudioso a cair no estiramento conceitual, pois faz supor que os casos em discussão são de fato democracias. Se o caso que se está estudando não chega a ser plenamente democrático, o emprego desses subtipos como ferramenta de diferenciação conceitual pode não ser apropriado. Os analistas buscam, assim, conceitos que distingam *graus* de democracia além de identificar *tipos* de democracia” (COLLIER; LEVITSKY, 1998, p. 106-108).

Convém informar que um regime é “considerado democrático em relação a uma definição procedimental mínima”. (COLLIER; LEVITSKY, 1998, p. 106-108). Deve-se atentar para o fato de que esse *standard* é dado por indicadores internacionais dominantes que se baseiam na democracia liberal. Um dos maiores desafios, diante do exposto, é que a qualidade democrática não seja, apenas, mais uma adjetivação da democracia, uma vez que nos países latino-americanos ainda há ausência de qualidade democrática. Nesse sentido, para a investigação da “democraticidade da democracia”, a grande pergunta é: “quão democráticas são as nossas democracias?” (IAZZETTA, 2013, p. 140).

Para estabelecer-se a qualidade de algo, precisa-se possuir condições de mensurá-la (quantitativa e/ou qualitativamente) segundo determinados padrões. Então, surgem os desafios: “como deve-se avaliar uma democracia? Quais são os aspectos e dimensões da vida democrática que são suscetíveis de tal avaliação?” (IAZZETTA, 2013, p. 142).

Faz-se importante explicar que a qualidade da democracia é um conceito que deriva da própria democracia (ou seja, “do objeto que ela qualifica”), o que exige “um conceito de democracia claramente especificado e que se ajuste à ideia de qualidade de democracia” (IAZZETTA, 2013, p. 142). Acontece que a democracia é um conceito aberto e em construção, sendo da sua natureza política a conflituosidade (ou o controvertimento), de forma que sua definição, por possuir carga subjetiva e ideal, não será sempre consensual ou completa. Em outras palavras, há uma indefinição inerente à definição de democracia. Nesse sentido, diz-se que “há dois elementos que distinguem o conceito de democracia: seu caráter essencialmente debatível (ou disputável) e sua inevitável variabilidade” (IAZZETTA, 2013, p. 142), os quais estão estritamente relacionados com a qualidade da democracia.

A qualidade da democracia, que carrega em si as (in)definições da democracia, é, da mesma forma, um conceito complexo e multidimensional. Hodiernamente, entende-se que são três as dimensões da qualidade da democracia que lhe dão significação: procedimentos (regras), conteúdos (direitos) e resultado (políticas públicas) (CALVO, 2010, p. 32). Segundo essa lógica, a qualidade democrática, enquanto um método, não é composta somente por elementos procedimentais (pois eles são insuficientes),

necessitando-se avaliar seu conteúdo e seus resultados (IAZZETTA, 2013, p. 142-143).¹³

Nessa linha de raciocínio, com base no modelo de análise de Calvo (2010, p. 32-44), são os seis elementos que necessitam ser observados para que se alcance a qualidade da democracia: a legalidade ou o império da lei; a responsabilidade ou *accountability* (prestação de contas vertical e horizontal); o respeito às liberdades sociais e políticas ou à autonomia pessoal; a igualdade ou a justiça social (por meio da implementação de políticas públicas); a responsividade ou o serviço público; a legitimidade ou a confiança cívica em relação à democracia.

Nesse sentido, associando as três dimensões da qualidade da democracia (procedimentos normativos, retorno real (ou conteúdo) e satisfação das expectativas dos cidadãos (ou resultados)) com seus seis elementos, explica Calvo (2010, p. 34) :

[...] a primeira dimensão de qualidade da democracia no que diz respeito a procedimentos é avaliada mediante dois parâmetros relacionados entre si: o princípio da legalidade (*rule of law* ou o império das leis) e a responsabilidade (ou *accountability*). A segunda dimensão da qualidade da democracia em relação a conteúdos é mensurada considerando dois valores fundamentais da democracia: a igualdade e a liberdade. A terceira dimensão de qualidade de democracia, no que se refere aos resultados, deve ser apreciada com base em outros dois princípios valorativos: da responsividade (*responsiveness* ou resposta às demandas cidadãos) e de legitimidade (percepção cidadã de confiança e satisfação com a democracia).

Abaixo segue quadro que aprofunda os elementos hexagonais da qualidade da democracia:

13. Por exemplo, “para que o princípio democrático seja efetivo e real, não é necessário que os cidadãos votem mais vezes, mas sim devem as instituições responsáveis por sua representação e manifestação de vontade fazê-las realmente e não pelo fato de somar votos que lhes permitam chegar ao poder. Em caso contrário, desvirtua-se o princípio democrático e deixa-o vazio de conteúdo” (RAMIRO, 2016, p. 358).

Quadro 1: Os aspectos negativos e positivos dos seis elementos que compõem a qualidade democrática:

<i>Tabla de calidades democráticas</i>		
I: LEGALIDAD <i>Imperio de la ley</i>	Incumplimiento legal Impunidad de las autoridades Tolerancia ciudadana	Seguridad jurídica Igualdad ante la ley Fiscalías Justicia Penal
II: RESPONSABILIDAD <i>Rendición cuentas</i>	Monopolio de las decisiones Arbitrariedad discrecional Irresponsabilidad de los decisores	Sanción electoral del poder Autotidades independientes Control civil del poder
III: LIBERTAD <i>Autonomía personal</i>	Restricción de libertades Sujeción o dependencia Dominación o sumisión	Políticas de empoderamiento Políticas de protección social Redes de servicios sociales
IV: IGUALDAD <i>Justicia social</i>	Pobreza, segregación Discriminación negativa Exclusión social	Igualdad de oportunidades Discriminación positiva Mediación intercultural
V: RESPONSIVIDAD <i>Servicio público</i>	Corporatismo, clientelismo Patrimonialización del poder Absentismo ciudadano	Democracia deliberativa Participación ciudadana Movilización reivindicativa
VI: LEGITIMIDAD <i>Confianza cívica</i>	Escándalos mediáticos Confrontación polarizada Descrédito de la democracia	Evaluación de calidades Transparencia informativa Comunicación veraz

Fonte: Elaborada por Calvo (2010, p. 44).

Ainda, a qualidade democrática, inserida no contexto de esvaziamento da democracia no século XXI, é complexa e tem relação com diferentes temas: igualdade de capacidades, questões de gênero, (in)cumprimento do contrato social, acesso a bens básicos, direitos civis e suas garantias, representação política (especialmente das minorias que são sub-representadas), direitos trabalhistas e previdenciários, capital e densidade social, partidos políticos, compromissos internacionais, participação popular, comportamento humano (*rational choice theories*), pluralismo de informações, acesso à justiça, soberania econômica e alimentar, entre outros (MONEDERO, 2009, p. 270).

A democracia com qualidade exige um Estado de Direito verdadeiramente democrático que assegure direitos políticos, liberdades

civis e mecanismos de responsabilidade que, por sua vez, afirmem a igualdade política de todos os cidadãos e limitem possíveis abusos do poder do Estado.

Nessa senda, convém apresentar que o atual conceito mais difundido de democracia é o de democracia liberal, o qual, em relação à qualidade democrática, não possui alta intensidade em relação à preponderância de aspectos positivos, uma vez que possui significado hegemônico (único e universal), importando-se demasiadamente com a forma procedimental visando a legitimação de governos. Sua formatação decorreu da Europa no período entre guerras, tendo como principal evento a derrocada da União Soviética que passou a marcar a dominação do modelo econômico capitalista e do ideal político de direita no mundo (“elitismo democrático”). Esse modelo de democracia caracteriza-se por homogeneizar a organização da sociedade, sendo hostil, então, à participação ativa dos cidadãos na política (SANTOS, 2003, p. 50).

Para tornar ainda mais complexo esse cenário, a teoria e a prática democrática conflitam-se, pois o modelo hegemônico não responde às realidades de muitos locais, como é o caso da América Latina. Na América Latina, inclusive, é comum os regimes democráticos em âmbito nacional coexistirem com regimes subnacionais antidemocráticos. Diante desse contexto, surge a necessidade de emergência de uma democracia contra hegemônica, que seja plural e *glocal* (ou seja, a democracia não precisa ter, apenas, uma forma e deve fortalecer a articulação entre o global e o local). Essa alternativa transcende o pensamento eurocêntrico e o colonialismo cultural, demonstrando que se necessita romper com o modelo global ocidental de racionalidade científica como única forma de conhecimento (SANTOS, 2003, p. 43-60).

Sobre a democracia em concepção não hegemônica, são as palavras de Santos (2003, p. 51; 56):

[...] a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de engenharia institucional. A democracia constitui uma nova gramática histórica. Não se trata [...] de pensar as determinações estruturais para a constituição dessa nova gramática. Trata-se, sim, de perceber que a democracia é uma forma sócio histórica e que tais formas

não são determinadas por quaisquer tipos de leis naturais. [...] A democracia, nesse sentido, sempre implica ruptura com tradições estabelecidas e, portanto, a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis. É essa a indeterminação produzida pela gramática democrática, em vez apenas da indeterminação de não saber quem será o novo ocupante de uma posição de poder. [...] Nos processos de redemocratização, junto com a ampliação da democracia ou da sua restauração, houve também um processo de redefinição do seu significado cultural ou da gramática social vigente.

Entretanto, a transição entre paradigmas (de uma democracia hegemônica para uma democracia não hegemônica) não ocorre de forma imediata, pois há um interregno temporal – sendo este, até mesmo, semi-invisível (BAUMANN, 2012, p. 49-56). É possível e necessária uma revolução científica da democracia. Nesse sentido, a semântica dos conceitos explica que as palavras podem permanecer enquanto os seus significados mudam¹⁴ (KOSELLECK, 2004, p. 30).

Todas essas questões teóricas – do conceito de democracia, de sua qualidade e da existência de um modelo hegemônico – refletem-se na realidade brasileira, as quais, atreladas ao seu histórico político conturbado, acarretaram o esvaziamento da democracia constitucional e a ausência de qualidade democrática no Brasil.

A crise da democracia constitucional no Brasil

14. “Há quatro possibilidades para analisar a troca recíproca dos conceitos e das circunstâncias: 1. O significado da palavra, bem como as circunstâncias permanecerem sincrônica e diacrônica constantes. 2. O significado da palavra permanece constante, mas as circunstâncias mudam, afastando-se do seu antigo significado. A realidade assim transformada deve ser novamente conceituado. 3. O significado da palavra muda, mas a realidade anteriormente apreendida por ele permanece constante. Portanto, a semântica deve encontrar uma nova forma de expressão, a fim de ajustar fielmente a esta nova realidade. 4. As circunstâncias e o significado das palavras desenvolvem-se separadamente, cada um por seu lado, de modo que a correspondência inicial não pode ser mantida por mais tempo. Somente através dos métodos da história conceitual é possível então reconstruir as realidades que costumavam corresponder com os conceitos” (KOSELLECK, 2004, p. 31).

A democracia possui um conceito aberto e variável se interpretada abstratamente, isto é, apartada de uma Constituição. É a norma fundamental de um Estado que estabelecerá e definirá a sua forma de governo e a(s) sua(s) prática(s). Portanto, a Constituição é a base positivada e racional da política e da democracia. Contudo, “mesmo entre países democráticos, as constituições diferem em pontos importantes”. (DAHL, 2001, p. 48).

Desde o século passado, quando a democracia insurgiu-se como um fenômeno de transição, de transformação dos regimes políticos no mundo, realiza-se a análise constitucional das democracias – ou seja, busca-se a relação entre as regras constitucionais e os processos políticos (uma vez que a política é considerada um processo jurídico). Contudo, foi somente no século XXI que a democracia, além de pressuposto de legitimação popular e de limitação do exercício do poder estatal, passou a ser considerada um método democrático, o que levou à ampliação de seu escopo para a averiguação de questões procedimentais, institucionais, entre outras (CARDUCCI, 2017).

Deve-se considerar que “[...] a realizabilidade da democracia, orientada segundo diretivas axiológicas e normativas, tem como exigência necessária e inarredável a efetividade da Constituição, o respeito à Constituição, o acato da força normativa de suas regras e princípios”. Assim, desrespeitar a democracia é desrespeitar a Constituição e vice-versa (ESPÍNDOLA, 2003, p. 6; 7; 16). Nesse contexto, o Brasil reconhece-se constitucionalmente como uma república federativa presidencialista democrática, formatada num Estado Democrático de Direito, pois cria o Direito e submete-se a ele. Contudo, a instabilidade política no país – cujo governo, inclusive, passou recentemente por um processo de *impeachment* – tem colocado em risco a democracia e, até mesmo, a Constituição (havendo, inclusive, receio de intervenção militar), o que tem gerado discussões e propostas (nem sempre democraticamente adequadas) de reformas políticas.

Convém explicar que, desde a independência do país até hoje, o que corresponde a 195 anos (sendo que, em seus primeiros anos, fora regido por leis portuguesas, as Ordenações Filipinas, o que caracterizou, assim, ainda certa dependência de seu colonizador), adotaram-se diferentes formas, boas e más, de governo (como a monarquia (em suas três regências de 1822 a

1889), a oligarquia (1890-1930), a democracia formal (1930-1964), a ditadura (1964-1989)), até chegar-se ao modelo republicano liberal-democrático (1989). Portanto, muito recente é a democracia na história política do Brasil, a qual, inclusive, já foi interrompida por longo período ditatorial (sendo que o Brasil ficou 24 anos sem uma Constituição Democrática) e retomada após o movimento Diretas Já (1983-1984) (MESQUITA; MOISÉS, 2016, p. 07-10).

A atual Constituição promulgada, desde a independência do Brasil, é a oitava da história jurídico-política do país.¹⁵ Apesar dos seus 29 anos de vigência, ela “não adquiriu até o momento as condições de estabilidade e permanência que normalmente caracterizam os textos constitucionais”, pois a Constituição brasileira de 1988 apresenta uma elevada taxa de emendamento constitucional [...] na maior parte das vezes patrocinadas pelo Poder Executivo, visando à implementação de políticas públicas”. A Constituição da República Federativa do Brasil é considerada prolixa, possuindo 114 artigos. Atualmente, há 96 emendas em seu texto, o que corresponde a uma média de 3,31 por ano de sua existência, o que faz com que a Constituição brasileira seja vista como uma “agenda constituinte. (COUTO; ARANTES, 2006, p. 41-42; 220).

Para compreender as particularidades da Constituição do Brasil, explicam Couto e Arantes (2006, p. 43):

[...] a Carta brasileira de 1988 se caracteriza por ter constitucionalizado formalmente diversos dispositivos que apresentam, na verdade, características de políticas governamentais com fortes implicações para o *modus operandi* do sistema político brasileiro. Em primeiro lugar, a constitucionalização de políticas públicas faz com que os sucessivos governantes se vejam diante da necessidade de modificar o ordenamento constitucional para poder implementar parte de suas plataformas de governo. Em segundo lugar, construir amplas maiorias legislativas passa a ser condição básica para superar o engessamento prévio a

15. No Brasil, “[...] a durabilidade média das Cartas, desconsiderados os diferentes tipos de regime que as ensejaram, é pouco maior do que duas décadas [...]” (COUTO; ARANTES, 2006, p. 42).

que foi submetida a agenda governamental pelo constituinte, algo especialmente difícil no contexto institucional de um Estado federativo e de um regime presidencialista multipartidário e bicameral como o brasileiro. Por fim, mas não menos importante, esse tipo especial de Constituição tende a causar impacto significativo sobre o funcionamento do sistema de justiça, na medida em que o Judiciário, e especialmente seu órgão de cúpula – o Supremo Tribunal Federal (STF) –, passa a ser mais acionado para controlar a constitucionalidade das leis e demais atos normativos, nem sempre relativos a princípios constitucionais fundamentais, mas frequentemente relativos a políticas públicas.

O Brasil, hodiernamente, enfrenta uma crise de *impeachment*. As ambições dos opositores da então presidenta tiveram importante papel para o atual cenário, sendo que o eleitorado – impaciente diante do mau desempenho econômico do país – acabou por encorajar o processo político de sua destituição do poder por crime de responsabilidade – sendo que há dissenso acadêmico sobre a legalidade ou a arbitrariedade (golpe de estado) dos fundamentos que motivaram o impedimento (MELO, 2016, p. 50; 62). Há quem afirme que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerado um líder popular e carismático, antecessor da presidenta deposta do cargo em agosto de 2016, Dilma Rousseff, criou, por meio do “Lulismo”, em seus dois mandatos sucessivos de 2003 a 2011, “uma expressão de política personalizada, em vez de uma manifestação de compromissos partidários mais duradouros”, o que também contribuiu para que, diante da crise econômica brasileira e das denúncias de corrupção, a sua sucessora Dilma não tivesse bom desempenho na gestão pública e sofresse com altos índices públicos de rejeição após sua eleição (SOUZA, 2011, p. 75).

O atual presidente do Brasil, Michel Temer (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro), que era o vice-presidente da República do governo Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) responde a processos no Supremo Tribunal Federal, Tribunal Constitucional do país, e, como sua antecessora, enfrenta forte rejeição popular, sendo que se mantém no poder em razão de fortes alianças políticas. A Constituição do país, durante os últimos anos, tem, assim como a democracia, sido desrespeitada (por exemplo, há várias investigações criminais em curso que não respeitam

garantias fundamentais). O Brasil enfrenta no governo uma corrupção que se apresenta como endêmica. Ela sempre esteve presente nos governos do Brasil, mas fortaleceu-se, ganhou maiores proporções, na última década. A corrupção é um dos fatores que levaram ao esvaziamento da democracia no país. Contudo, ela não é o único, pois “a ‘capacidade de Estado’ é um elemento muito mais útil do que a ausência de corrupção para descrever o que está no cerne do Estado moderno”; em outras palavras, “um Estado pode ser relativamente não corrupto e, ainda assim, ser incapaz de oferecer serviços básicos devido à falta de capacidade” (FUKUYAMA, 2015, p. 54).

A mídia, diante da liberdade de informação, deu transparência à corrupção (MICHENER, 2011, p. 145). Houve casos em que ocorreu a autorização judicial de divulgação de gravações telefônicas que trouxeram à baila acusações ao Judiciário de violação de direito de intimidade, bem como levaram à discussão da grande influência da mídia (porque nem todos os canais eram imparciais) em relação aos rumos do processo de *impeachment*. A mídia, portanto, pode atuar como um quarto poder (para além da tripartição Executivo, Legislativo e Judiciário), ainda que como um poder externo ao sistema formal, sendo capaz de desestabilizar a política de um país. A liberdade de expressão e de imprensa é fundamental para a democracia, mas também possui ela limitações diante de outros direitos (ou seja, pode ocorrer conflitos de direitos fundamentais, devendo então ser analisado cada caso em concreto para a melhor solução).

O Brasil, diante do processo político de impedimento e seus posteriores reflexos (uma vez que não há consenso sobre a legitimidade do governo do sucessor do cargo, Michel Temer, por ele ser réu em ações de corrupção) – situações que deixam claro o esvaziamento de seu Estado Democrático de Direito e de sua democracia constitucional – passou a buscar uma reforma política, que é um conjunto de projetos de lei (PL) e propostas de emendas constitucionais (PEC) ligadas à temática eleitoral. Assim, passa-se a discutir a possibilidade de troca do sistema de governo presidencialista para o (semi-)parlamentarista. Na pauta, também fala-se sobre os problemas do sistema multipartidário e da falência do atual modelo de representação política. Há propostas para regularizar as doações privadas para campanhas eleitorais (sendo que o STF já decidiu no sentido

de que as doações de pessoas jurídicas violam os princípios de soberania popular e de isonomia dos candidatos). Existem, ainda, proposições para que se acabe com a reeleição dos chefes do Executivo e para que o voto não seja mais obrigatório. Recentemente, pretendeu-se reformar a Constituição para que fosse realizada eleições diretas, mas, concluiu-se que tal emenda poderia desestabilizar ainda mais a política nacional. Essas, portanto, são algumas das tantas medidas de reforma política que estão tramitando no Brasil (CONGRESSO NACIONAL, 2018).

Ante o exposto, resta evidente que no Brasil, assim como em grande parte do mundo, enfrenta-se a dificuldade de construção de uma sociedade democrática que possa operar por meio das garantias constitucionais e que possa ser qualificada como moderna, dinâmica e pluralista (CARDUCCI, 2017).

Nessa senda, existem heranças autoritárias (sejam elas colonial, patriarcal, ditatorial etc.) responsáveis pelo esvaziamento da democracia do país, as quais se conjugam às demais inconsistências da democracia acima problematizadas. A democracia brasileira, no que concerne à sua qualidade, é classificada como defeituosa ou de baixa intensidade. Isso fica evidente quando se analisa a atual conjuntura instável da política democrática do país, assolada por casos de corrupção e arbitrariedades nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o que descumpra com os elementos da qualidade democrática: a legalidade, a *accountability*, as liberdades sociais e políticas, a justiça social, a responsividade e, por fim e principalmente, a legitimidade/confiança cívica em relação à democracia. No século XXI, necessita-se de um recomeço democrático para o Brasil.

Conclusão

Em resposta à problemática deste trabalho, confirma-se a hipótese introdutoriamente apresentada, pois verifica-se que a democracia, apesar da sua resiliência, encontra-se em crise e esvaziada por múltiplos fatores. As tradições políticas liberal (baseada no individualismo e na divisão de poderes) e a democrática (fundamentada na soberania popular e na

igualdade) juntaram-se, dando origem ao liberalismo democrático. Contudo, o capitalismo não é compatível com a democracia. As crises econômicas, que são elementos cíclicos da economia capitalista, ocasionam a renúncia dos conteúdos emancipadores da tradição democrática.

A democracia é um processo histórico e cultural. Assim não há um único modelo e significado de democracia em todos os Estados. A necessidade de adjetivar ou multiadjetivar a democracia decorre das deficiências de sua definição. A democracia de baixa intensidade refere-se às democracias que tem que responder a menos conteúdos e, cada vez mais, a procedimentos mecanizados e distantes da participação popular. Necessita-se de democracias com qualidade. Nessa senda, reinventar a democracia passa por considerar: os direitos das minorias, as questões relacionadas à vida e à dignidade, os mecanismos de participação popular, os problemas ambientais, a proteção aos migrantes, um novo contrato social para o povo, os direitos sociais, uma mudança da lógica neoliberal, entre tantas outras importantes demandas.

Logo, o cenário para a construção de uma pós-política – que implicará, conseqüentemente, em mudanças nas Constituições e/ou em sua aplicabilidade – que tenha como pressuposto a qualidade da democracia, rompendo com os conceitos e indicadores internacionais hegemônicos e dominantes, diante da globalização e do neoliberalismo, é complexo, mas possível. O século XXI não é o fim da democracia, nem mesmo no Brasil, que desde o processo de *impeachment* presidencial, ocorrido em agosto de 2016, apresenta-se em grave crise, sendo, pelo contrário, o momento necessário para a discussão de sua crise, de seu conceito e de sua qualidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Times of interregnum . **Ethics & Global Politics**, Estocolmo, Vol. 5, n. 1, 2012, p. 49-56.
- CALVO, Enrique Gil. Um exágono de calidad democrática. **Claves de Razón Práctica**, Madrid, n. 200, mar. 2010, p. 32-44.
- CARDUCCI, Michelle. **Curso online Analisi Costituzionale della Democrazia**. Disponível em: <http://www.pluriversus.net/video->

[corsi/](#). Acesso em: 05 jun. 2017.

- COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracia con adjetivos: innovación conceptual en la investigación comparativa. *Ágora Cuadernos de Estudios Políticos*, Buenos Aires, n.º 8, 1998, p. 99-122.
- CONGRESSO NACIONAL. **Matérias legislativas**. 2018. Disponível em: <<http://www.congressonacional.leg.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, governo e democracia no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 61, p.41-62, jun. 2006.
- DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DOMÍNGUEZ, Jorge I.. Democracy in Latin America. **Revista**: Harvard Review of Latin America, Cambridge, p.3-6, 2002. Disponível em: <<https://revista.drclas.harvard.edu/book/democracy-latin-america-0>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- ESPÍNDOLA, Ruy Samuel. Democracia, Constituição e princípios constitucionais: Notas de reflexão no âmbito do Direito Constitucional brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 38, p.05-17, jun. 2003.
- FUKUYAMA, Francis. Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim? **Journal Of Democracy em Português**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.47-62, out. 2015.
- IAZZETTA, Osvaldo. Democracia, calidad de la democracia y democratización. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 139-150, jan.-abr. 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. Historia de los conceptos y conceptos de historia. **Ayer**, Madrid, n. 53, 2004, p. 27-45.
- KRISTOF, Nicholas. Trump's threat to democracy. **New York Times**, Nova Iorque, p.1-5, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/01/10/opinion/trumps-how-democracies-die.html>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

- LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The myth of democratic recession. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 26, n. 1, p.45-58, jan. 2015.
- MAGEN, Amichai. Fighting Terrorism: The Democracy Advantage. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 29, n. 1, p.111-125, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/article/fighting-terrorism-democracy-advantage>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- MAIR, Peter. ¿Gobernar el vacío? El proceso de vaciado de las democracias occidentales. **New Left Review**, Madrid, jan.-fev. 2007. p. 22-46.
- MELO, Marcus André. Latin America's New Turbulence: Crisis and Integrity in Brazil. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 27, n. 2, p.50-65, abr. 2016.
- MESQUITA, NUNO COIMBRA; MOISÉS, José Álvaro. Participação política e qualidade da democracia. In: MESQUITA, Nuno Coimbra (org.). **Brasil: 25 anos de democracia: participação, sociedade civil e cultura política**. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2016.
- MICHENER, Greg. FOI laws around the world. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 22, n. 2, p.145-159, abr. 2011.
- MONEDERO, Juan Carlos. ¿Posdemocracia? Frente al pesimismo de la nostalgia, el optimismo de la desobediencia, **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 240, jul.ago. 2012, p. 68-86.
- MONEDERO, Juan Carlos. **El gobierno de las palabras: política para tiempos de confusión**. Madrid: S.L. FONDO DE CULTURA ECONOMICA DE ESPAÑA, 2009. p. 296.
- MULHERES INSPIRADORAS. **Ranking de presença feminina no parlamento 2017**. Disponível em: < <http://www.marlenecamposmachado.com.br/documentos/pequisa-presenca-feminina-no-parlamento.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- RAMIRO, Mónica Arenas. Recensión: Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos sobre la democracia (1987-2012) de Asdrúbal Aguiar. **Eunomía: Revista en Cultura de la**

Legalidad, Madrid, n. 9, mar. 2016, p. 357-364.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

SARTORI, Giovanni. **La democracia en treinta lecciones**. Madrid: Editorial Taurus Pensamiento, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Crítica de la razón indolente**: contra el desperdicio de la experiencia. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2003. p. 481.

SOUZA, Amaury de. The politics of personality in Brazil. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 22, n. 2, p.75-88, abr. 2011.

THE ECONOMIST. **Democracy index**. Disponível em: <<https://infographics.economist.com/2017/DemocracyIndex/>>. Acesso em: 7 ago 2017.

Os discursos da imprensa escrita nacional sobre as Paradas LGBTI+ do Rio de Janeiro de 1995 a 2005

ANA CONDEIXA DE ARAUJO¹
Universidade do Grande Rio

Resumo: O trabalho aqui apresentado é parte de um estudo mais amplo e que se propõem a analisar os 25 anos das Paradas LGBT². A pesquisa apresentada a seguir, teve como objetivo analisar a construção do discurso jornalístico na primeira década das Paradas, a fim de verificar no seu discurso a forma com a qual ela vem trabalhando as identidades homossexuais nas matérias da mídia impressa. Trabalhamos com os discursos produzidos pela imprensa escrita por ocasião das realizações das Paradas na cidade do Rio de Janeiro no período que compreende os anos de 1995 a 2005. Ao total foram 55 matérias analisadas a luz da Análise de Discurso Francesa. A cobertura se focou no cenário local e reservou pouco espaço em suas capas para tratar do tema, ainda que tenhamos escolhido uma data de culminância. A mídia, cuja divulgação das notícias acerca das questões acerca dos LGBTs é muitas vezes problemática, cumpriu seu papel de levar informação ao seu público leitor, mas deixou abertos flancos sujeitos à penetração das questões morais e ideológicas. Palavras-chave: Manifestações culturais – Movimentos sociais – Imprensa

Abstract: The article presented here is part of a larger study that aims at analyzing the 25 years of LGBTI + Parades. This research aims to analyze the construction of journalistic discourse in the first decade of the Parades in order to verify in it how the homosexual identities have been approached by the printed media. The selected corpus was the discourses produced in the articles, on the occasion of the Parade achievements in the city of Rio de Janeiro during the period from 1995 to 2005. In total there are 55 articles, were analyzed in the light of the French Discourse Analysis. The coverage focused on the local scene and reserved little space in its covers to address the issue, although we have chosen a culmination date. The media, whose disclosure of news about LGBTs issues is often problematic, fulfilled its role of bringing information to its readership, but left open flanks subject to the penetration of moral and ideological issues.

Keywords: Cultural manifestations - Social movements – Press

Recebido em 05/02/2018 e aceito em 22/01/2018.

1. Doutora em Ciência pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação (PPGICS/ICICT/Fiocruz, em pesquisa em andamento intitulada *A construção de um corpo transexual pela imprensa escrita brasileira*. Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais(CPDOC/FGV). Professora e coordenadora dos cursos de jornalismo e publicidade da Universidade do Grande Rio José de Souza Hery-Unigranrio. e-mail: ana.araujo@unigranrio.edu.br.

2. Sigla que reúne e nomeia o movimento protagonizado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Tal movimento era conhecido como GLBT anteriormente e, após a I Conferência GLBT, em 2005, ficou convencionado que a nomenclatura a ser adotada seria essa. FACCHINI, Regina. SIMÕES, Julio. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p.15.

Introdução

No texto “Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso no Brasil”, Affonso Albuquerque discute a imprensa e a coloca como “um poder moderador” imperial travestido numa releitura do que vem a ser o “quarto poder”, anteriormente atribuído à imprensa americana e o que ela permite ao assumir uma postura de “defensora dos direitos da sociedade e guardiã da mesma. Diz o autor que “os jornalistas brasileiros se veem tentados a realizar simbolicamente a justiça que ela não é capaz de fazer” (ALBUQUERQUE, 2000, p.23). A mídia tem papel chave nesse processo, como fiscalizadora e construtora de percepções de realidade e, desta forma, ela se instaura como poder e sua verdade se institui como “a verdade”.

Não é de hoje que há um grande investimento, seja de Organizações ou pessoas, na busca do que chamamos de mídia espontânea. A cada ano cresce o número de assessores de imprensa que “lutam” para que seus clientes tenham suas “histórias” contadas: tragédias ou conquistas, lançamento de produtos, sucessos ou insucesso nos espaços jornalísticos. Entre outras palavras, o que se busca é a credibilidade proporcionada pela imprensa, uma vez que o que fortalece o poder da mídia é o fato de ela dar credibilidade a tudo que diz. Ela tem o poder de instituir o que acredita ser verdade e o seu poder de convencimento é indiscutível.

Como estratégia para pautar assuntos de seu interesse nos veículos jornalísticos, o movimento social LGBT tem investido em ações, atividades e eventos que buscam ganhar espaço e visibilidade na grande imprensa, como por exemplo: as Paradas do Orgulho LGBT, que, atualmente, acontecem em mais de cem cidades brasileiras. Em função do nosso interesse em refletir como a imprensa vê, pensa e constrói discursos, seja revelando notícias do cotidiano, seja como produtora de realidades, pesquisamos em jornais e revistas, em especial, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, dos anos 1995 a 2005, a cobertura das Paradas do Orgulho LGBT.

Com a *Marcha pela cidadania de gays e lésbicas*, no Rio de Janeiro, em 1995, o movimento sai do armário, ganha as ruas, as novelas, a mídia em geral e se transforma em assunto já não tão proibido, garantindo, desde

então, a luta plena por direitos, muitas conquistas e vitórias. Dez anos depois, em 2005, o Governo Federal, através da Secretaria dos Direitos Humanos, lançou o “Brasil sem homofobia: programa para combater a violência e a discriminação contra GLBT e de promoção à cidadania homossexual”³; no mesmo ano, a Parada de São Paulo se confirma a maior do mundo, reunindo 2,5 milhões pessoas⁴. Pesquisas lideradas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apontam que, de 1963 a 2008, foram mortos mais de 3 mil homossexuais.

Para nós, o discurso jornalístico, assim como para vários autores da Análise do Discurso, como Milton José Pinto e Eni Orlandi, não se resume apenas aos elementos textuais, mas em que veículo está publicado, o público-alvo a que se destina, se há ou não foto ilustrando a matéria, o texto da legenda da foto, a página onde foi publicada (se par ou ímpar), o dia da semana etc. O discurso para Foucault, não é simplesmente uma linguagem falada ou escrita. Para ele, a operação “consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas antes, como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2004, p.55). A construção do discurso está preenchida de ideologia, sua fala não é apenas notícia, não é apartada da ideologia de seu escriba e é também atravessada por outras inúmeras vozes e discursos, como nos esclarece Eni Orlandi:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. (ORLANDI, 2007, p.17)

Ou ainda, como diz Pêcheux(1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido. A ampliação do papel da mídia, que passa a ser palco de legitimação discursiva e política,

3. Fonte: Secretaria de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro

4. Fonte: Associação da Parada do Orgulho de São Paulo.

com o surgimento de novos espaços midiáticos e a formação de redes de informação e comunicação, na qual a circulação é vista como valor; e, por fim, como propõe Nestor Garcia Canclini, o consumidor que se organiza e começa a compreender que seus atos de consumo, quando conscientes, podem ser atuações cidadãs, políticas, e que ao interagir com as empresas assume uma posição de coprodutor do que irá consumir. (CANCLINI, 1999, p. 75)

Entendendo a história dos movimentos sociais

É imprescindível que, antes de entendermos o Movimento LGBT, entendamos o caminho percorrido pelos movimentos anteriores, como o Movimento Homossexual Brasileiro – MHB –, iniciado nos anos 1970, numa trajetória que o levou do gueto às ruas, ou seja, como se transformou num movimento social. Para entendê-lo, é vital que se busque conhecer a história dos movimentos sociais no Brasil de forma sintética e sem a pretensão de esgotamento desta discussão.

Para Maria da Glória Gohn:

“os movimentos sociais constituem (...) ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas”. (GOHN, 1997, 40)

Giddens (1997) vê os movimentos como uma resposta aos estímulos externos. O autor divide o movimento entre ações que são geradas por tensões estruturais, como, por exemplo, o movimento negro; crenças generalizadas, exemplificadas por movimentos civis; distúrbios e violência, que seriam os movimentos de rua, quebra-quebra etc.; e aqueles que são deflagrados por situações de controle social, como os transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas, dos sujeitos/atores

coletivos. Ou como define Gohn:

“[os] movimentos são frutos de ideias e práticas. As práticas fluem e refluem. As ideias persistem e se transformam agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos” (GOHN, 1997, p. 101)

Gohn (1997) ainda nos ajuda a traçar o caminho dos movimentos sociais no Brasil e revela que na nossa memória histórica sempre houve uma luta por direitos. No Brasil Colônia e no Império, podemos destacar, por exemplo, o Quilombo dos Palmares (1630), a Inconfidência Mineira (1789) e Canudos (Bahia, 1874-97). O fim da escravatura e a chegada dos imigrantes, substituindo a mão-de-obra escrava por assalariados, acabam por constituir um proletariado urbano. Surgem então as organizações de luta e resistência dos trabalhadores.

Nos primeiros trinta anos do século XX, surgem várias revoltas militares e movimentos das camadas médias da população urbana, bem como movimentos messiânicos e de cangaceiros, no Nordeste. A Revolução de 30, articulada pelas elites, demarca um novo tempo no país, e tal mudança possibilita o surgimento de uma classe operária de migrantes brasileiros vindos do campo. O governo Vargas promulga uma série de leis destacando a Legislação Trabalhista. Ministérios e secretarias são criados e a questão social, anteriormente um problema da Polícia, passa a ter atenção do governo.

O período pré-ditadura, que envolve o Pós-Segunda Grande Guerra, até o Golpe de 1964, encontrou um regime populista, mas fértil em lutas e movimentos sociais. A conjuntura de redemocratização do país, o desenvolvimento de uma sociedade de consumo e a Guerra Fria, também propicia projetos nacionalistas como a entrada das multinacionais, a criação da Petrobras e a construção de portos e usinas hidrelétricas. A inauguração da primeira fábrica de automóveis faz nascer a classe operária: os metalúrgicos do ABCD Paulista. As greves começaram a eclodir por todo o país. Entre 1964 e 1969, os movimentos de resistência foram poucos. Influenciados pela conjuntura nacional e internacional – principalmente

por Maio de 1968, na França, e pela política cultural maoísta na China —, os estudantes roubam a cena e entram para a história como novos atores nessa cena. O Ato Institucional nº 5 inicia uma era de medo, repressão, violência e desrespeito aos direitos humanos.

No mesmo período, nos EUA, se iniciam inúmeros e importantes movimentos em prol dos direitos civis: o Movimento Feminista com campanhas pelos direitos das mulheres e contra todas as outras formas de discriminação; o Partido Pantera Negra para Autodefesa, mais conhecido depois como Panteras Negras, cuja finalidade original era patrulhar guetos negros para proteger os residentes dos atos de brutalidade da polícia; o pastor protestante e ativista americano Martin Luther King (1929-1968) tornou-se um dos mais importantes líderes do ativismo pelos direitos civis (para negros e mulheres, principalmente), através de uma campanha de não violência e de amor para com o próximo; e a Rebelião de Stonewall, considerado como o evento que deu origem aos movimentos de celebração do orgulho gay.

Com os inúmeros movimentos em oposição ao regime militar no Brasil, nasceu uma luta social e uma forte resistência. Podemos então afirmar que o período da Ditadura Militar no Brasil foi propício para a efervescência dos movimentos sociais. A consolidação dos cursos de Ciências Sociais propiciou um pensamento mais crítico frente à interpretação da realidade enfrentada no país. Os estudantes e os demais indivíduos que não aceitavam esse modelo de governo ditatorial, formaram uma massa de combate organizada. Sobre o papel dos movimentos sociais neste contexto, é inegável “que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988” (GOHN, 2011, p. 23). O movimento de oposição e contestação ao regime militar tinha um propósito claro: defesa dos valores do Estado democrático e crítica a toda forma de autoritarismo estatal. A resposta do governo militar, como sempre, foi dura na repressão às manifestações dos que discordavam do regime. A violência e a tortura alcançaram seu auge com o AI-5 (Ato Institucional número 5), que vigorou de 1968 a 1979.

Um bom exemplo de organização e luta, podemos encontrar através do movimento indígena no século XX na luta pelos seus direitos e reconhecimento de seus valores, cultura e tradição. As últimas décadas do século foram marcadas por diferentes movimentos sociais que habilmente foram construindo sua identidade, as formas de atuação, as pautas de reivindicações, os valores e, sobretudo, seus discursos que o caracterizavam e o diferenciavam de outros. Foi uma época extramente fértil, pois novas lutas surgiram, novas causas, nunca antes pensadas. Uma participação efetiva de cidadãos e cidadãs, na busca por direitos e por políticas que os afetavam diretamente. A causa dos idosos, das crianças, dos “Sem Teto” e “Sem Terra” e das pessoas acometidas pelas AIDs se juntavam às causas mais conhecidas como as dos negros, das mulheres, dos *gays*.

E foi essa parcela da sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais e populares, que influenciou nas decisões políticas e na construção da Constituinte de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã. Fato é que Constituição Federal de 1988 é que “[...] abriu espaço, por meio de legislação específica, para práticas participativas nas áreas de políticas públicas, em particular na saúde, na assistência social, nas políticas urbanas e no meio ambiente” (AVRITZER, 2009, p. 29-30), seja através de plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular (art. 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29. Incisos XII e XIII), seja através da participação na gestão das políticas de seguridade social (art. 194), de assistência social (art. 204) ou dos programas de assistência à saúde da criança e do adolescente (art. 227).

Vale lembrar a importância da criação da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1952, liderada por Dom Helder Câmara e o desenvolvimento de uma “ala esquerda do catolicismo brasileiro”. “O comunitarismo cristão enraizou-se na vida popular por intermédio de 70 mil CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] que organizavam cerca de 2 milhões de ativistas cristãos, agindo dos anos 1960 até os anos 1990” (GUIMARÃES, 2009, p. 18). Desse movimento surgiu uma corrente que orientou suas atividades, com base em princípios da moral cristã como a igualdade e a solidariedade, tendo como opção preferencial os pobres.

A última década do século XX foi marcada pelo fortalecimento dos

movimentos populares, pela criação e o aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais. Os novos movimentos sociais que emergiram durante os anos 1990 até os atuais são frutos de demandas sociais como o Movimento de Mulheres, o Movimento LGBT, o Movimento Negro, Movimento Indígena entre outros.

Já no século XXI o que se observa é o surgimento de uma “rede de movimentos sociais”, potencializadas pelas mídias digitais, com o objetivo claro de fortalecer o papel da sociedade na esfera pública e defesa radical dos valores democráticos, com total autonomia dos movimentos sociais em relação ao poder público. A mesma “rede” também é usada por políticos e os Partidos. Isso não significa dizer que não seja uma forma organizada de articulação política, para um grupo ou outro. Isso pode ser explicado pela “ascensão de novos grupos ao poder, e reformas na gestão das políticas sociais são parte da explicação” (GOHN, 2014, p. 51).

Numa sociedade onde há inúmeros processos de exclusão social e baixa participação política por parte da população, cabe ressaltar que a criação e a implantação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e de experiências de Orçamentos Participativos, fruto desse contexto democrático do país. Os conselhos de políticas públicas tornaram-se um amparo para que as classes menores sejam ouvidas e possam contribuir na criação de políticas públicas que atendam as necessidades destes grupos sociais, logo tendo a atuação desses indivíduos pertencentes destes grupos materializando e fortificando a participação social da população.

Sem sombra de dúvida, uma educação voltada para o exercício da cidadania em seu sentido mais global, em que os cidadãos efetivamente participam das decisões políticas que os afetam, poderia ser a saída para uma sociedade justa e igualitária. Mesmo porque os movimentos sociais ora adquirem força na luta por direitos, ora perdem essa força de lutar contra o poder instituído; seja pela pouca participação de atores, salvo em caso de grandes e graves conflitos; seja até pela falta de habilidade técnica ou política para garantir a efetividade de seus direitos.

Do movimento homossexual brasileiro à luta pelos direitos às identidades LGBTI+

No século XIX, o campo das teorias biomédicas dedicou grande atenção à sexualidade humana. Entretanto, as orientações eram um conjunto de preocupações políticas e morais, voltadas para a identificação de toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade, que poderiam causar dano à saúde da família e, por extensão, à saúde da nação. E o objetivo de mapear as supostas anomalias tinha o desígnio de circunscrever um modelo ideal de sexualidade moral e saudável. Assim, o sexo deveria ser praticado somente entre adultos do sexo oposto ao seu e cuja identidade de gênero coincidissem com o seu sexo biológico, e o único objetivo dessa relação sexual, era a reprodução (FACHINI; SIMÕES, 2009, p. 39). Ainda segundo os autores, havia um grande interesse em entender o desejo das pessoas pelo mesmo sexo. O jurista Karl-Heinrich Ulrichs (1825-1895) adotou o nome “uranista” para definir pessoas que sentiam atração pelo mesmo sexo. Ele acreditava que os “uranistas” constituíam um terceiro sexo, o que expressou na famosa figura do “homem aprisionado no corpo de mulher” e vice-versa. O termo “homossexual” foi criado e usado pela primeira vez em 1869, pelo jornalista e memorialista húngaro Karl- Maria Benkert, em dois folhetos, nos quais argumentava contra a lei prussiana que punia sodomia masculina.

Um dos primeiros estudos modernos sobre a homossexualidade como fenômeno socialmente significativo, que recebeu destaque nos meios acadêmicos, foi o realizado pelo biólogo e sociólogo americano Kinsey, nos Estados Unidos, entre 1948 e 1953. Para ele, todas as pessoas seriam potencialmente capazes de responder eroticamente a estímulos sexuais provenientes de pessoas do sexo oposto ou do seu mesmo sexo. Sobre a discussão científica e social acerca da normalidade ou anormalidade da sexualidade humana, o filósofo francês Michael Foucault (1998) afirmou que a sexualidade humana, através da história, esteve sob a suposta ameaça de ser dominada por processos patológicos, o que teria levado as ciências e a religião a intervir, atuando tanto no plano da prevenção como no da cura e normalização.

Entender a sexualidade humana, suas particularidades, tensões e origens, ainda é um desafio para a ciência, mesmo no século XXI. Mas enquanto os cientistas se debruçam sobre tais comportamentos em si, milhões de pessoas homossexuais espalhadas pelo mundo precisam ter seus direitos garantidos, assegurados. O que vem produzindo toda uma gama de estudos cuja preocupação vem sendo o enfrentamento das relações sociais estabelecidas a partir de categorias como homossexualidade, transexualidade, lesbianidade, intersexo, *queer*, entre outras. Por esse motivo, a história da luta pelos direitos dessas pessoas é o que vamos discutir a partir de agora.

O atual Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros teve início aqui no Brasil nos anos 1970 e, por décadas, foi conhecido como Movimento Homossexual Brasileiro ou, simplesmente, MHB. Somente a partir de 1992, passou a ganhar outras siglas e nomenclaturas. As lésbicas foram incluídas no encontro em 1993. A partir de 1995, o então MHB passou a se chamar “gays e lésbicas”. Neste ano foi fundada associação de Gays, Lésbicas e Travestis-ABGLT. No encontro de 2005, os bissexuais e transgêneros foram incluídas nas identidades LGBT. (FACCHINI; SIMÕES, p.15)

Entretanto, é importante observar que, em algumas produções acadêmicas atuais, os indivíduos intersexuais e as identidades *queer* aparecem nos textos acadêmicos e em algumas discussões no movimento, o que indica uma possível mudança na sigla que reúne as identidades homossexuais. Para o antropólogo argentino Mauro Cabral, em texto publicado no site da ILGA (Internacional, Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), em 10 de janeiro de 2009, a intersexualidade “é um termo guarda-chuva, descrevendo uma grande variedade de situações em que os genitais de uma pessoa não correspondem aos estereótipos sociais, culturais e políticos atuais”. A definição de *queer*, em inglês, quer dizer estranho, esquisito, algo que difere do convencional ou da norma. Pode ser usado de forma pejorativa, em particular para se referir a homossexuais. Entretanto, nas últimas duas décadas, a palavra vem sendo apropriada por homossexuais e acadêmicos de forma afirmativa. Em seu artigo, *Mais definições em trânsito*, Leandro Colling, defende que os pesquisadores *queer* trabalham com uma

não afirmação da identidade sexual, a identidade como uma performance, deixando livre para o indivíduo ser o que quiser ser naquele momento. (COLLING, 2014, p. 24)

Para começarmos, então, a entender o Movimento Homossexual Brasileiro, vamos utilizar o mesmo recurso de Facchini e Simões, eles adotam o que chamam de convenção de “uma série de estudiosos” (FACCHINI; SIMÕES, p. 13) para afirmar que o movimento homossexual no Brasil surge no final dos anos 1970, portanto, há três décadas, “a bibliografia converge ao considerar o final dos anos 1970 como marco do surgimento de movimento homossexual no Brasil”. Para os mesmos autores, o movimento homossexual viveu três ondas: a primeira começa durante o processo de abertura, quando surgem os primeiros grupos “pequenos e corajosos, autônomos e autofinanciados”, imbuídos de uma ética democrática e igualitária, desafiando o regime militar, o preconceito e as desigualdades de gênero; a segunda, em meados dos anos 1980, passando pela Assembleia Nacional Constituinte, pelo anúncio da pandemia de AIDS, pela institucionalização do movimento e pelo estabelecimento crescente de parcerias entre os grupos e o Estado que trazem suporte, sobretudo financeiro e externo, aos grupos militantes; a terceira, a que vivemos atualmente, tem início nos anos 1990 e surge com a multiplicação dos grupos, com a criação de redes de discussão, com a abertura de um mercado específico e com a organização das Paradas, que levam milhões de pessoas às ruas todos os anos. Especialmente com relação a estas últimas, Peter Fry ressalta a importância para o fortalecimento deste movimento social: “a organização das mais de cem Paradas do Orgulho LGBT (...) fizeram com que o movimento se tornasse o maior do Brasil”. (FRY, Peter, p. 23)

Para iniciarmos a historiografia do movimento, vamos partir do lançamento, no Rio de Janeiro, do jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, tido como início do movimento propriamente dito. A ideia do veículo surgiu a partir da visita ao Brasil do editor Winston Leyland, da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco (EUA). O período de lançamento do jornal e da formação do grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual – é marcado pelo início de uma abertura política no país. Um ano depois, o intuito era formar

alianças com outras minorias, como os negros, os índios, as feministas e o movimento ecológico, para ganhar força, como nos mostra Fry.

“O Jornal *Lampião*, editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais que pretendiam originalmente lidar com a homossexualidade procurando forjar alianças com as demais minorias, ou seja, os negros, as feministas, os índios e o movimento ecológico.” (FRY, Peter, p. 23)

Em tese intitulada *Impressões de identidades: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil*, José Luis Pinto Rodrigues defende que o objetivo do jornal era “formar a consciência homossexual para que o leitor pudesse se assumir e fosse aceito como cidadão”. Por compor uma equipe tão plural, de pensamentos e ideologias tão distintas, o *Lampião* acabou por ter problemas, sem, no entanto, deixar de cumprir o seu papel como veículo: logo cedo as disputas por temas acabariam por enfraquecer o jornal, o que pôde ser percebido logo de início pela falta de um editorial dirigido.

Mesmo com tais limitações, o *Lampião* sobrevive e se torna a mais importante publicação brasileira de temática homossexual até os dias de hoje, seja por proporcionar uma abertura de espaço para o movimento, seja pela coragem, seja pelo pioneirismo em abordar um tema tão polêmico para o contexto histórico em que se encontrava o país naquele momento. Infelizmente, sua última edição saiu em julho de 1981, deixando órfão de comunicação o então MHB. Da divisão do SOMOS, nascem três grupos distintos: o SOMOS, o Grupo Lésbico-feminista, rebatizado posteriormente de GALF (Grupo de Ação Lésbico-feminista) e o grupo Ação Homossexualista, mais tarde rebatizado de Outra Coisa, que, em 1987, lança a revista *Um outro olhar*. Outros veículos de comunicação foram lançados, tais como os boletins *Chanacomchana*, produzido pelo GALF, e *Corpo*, produzido pelo grupo SOMOS, em 1981 e 1982, respectivamente.

Os anos 1980 foram repletos de acontecimentos e surgiram ações contra a discriminação e a favor dos direitos dos homossexuais. Em 1982, são diagnosticados os primeiros casos de AIDS no Brasil. Nessa ocasião, o HIV era também conhecido como “peste rosa” e “câncer gay”

(FAUSTO NETO, 1999, p. 38), pelo alto índice de contaminação no grupo de homossexuais masculinos. O Conselho Federal de Psicologia do Brasil, por exemplo, deixou de tratar a opção sexual como doença em 1985. Em 1986, foi aprovada a modificação do Código de Ética dos Médicos e a inclusão de artigo que proíbe a discriminação por orientação sexual. Em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista internacional de doenças mentais em uma Assembleia Geral. Até então, a homossexualidade era tratada como doença e em alguns países, existia “tratamento”. A data é considerada um marco e se comemora o Dia Internacional contra a Homofobia. Nesse mesmo ano, forma-se a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e organiza-se o Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde.

O final da década foi marcado pela luta inglória de João Antônio Mascarenhas - de acordo com a publicação “Uma história de Dignidade”, do Grupo Dignidade de Curitiba, publicada em 2008, na pág. 30 - o advogado gaúcho foi o primeiro homossexual brasileiro a ser convidado a falar no Congresso Nacional, para debater com os Constituintes a inclusão da discriminação por orientação sexual na Constituição Brasileira. Segundo Leila Miccolis, a luta do MHB não era somente para abolir leis repressivas, nem para integrar “coitados” na sociedade ou criar leis antidiscriminatórias. Seu objetivo principal era a “transformação da mentalidade da sociedade como um todo” (MÍCCOLI; DANIEL, 1983, pág. 77).

Compreendendo os discursos da imprensa

A Escola Francesa de Análise do Discurso procura compreender a relação estabelecida pelo sujeito com a história e com a língua, definindo discurso como resultado de um processo de construção simbólica, em que os sentidos são construídos, emergem e inscrevem-se a partir da relação que é estabelecida com os sentidos já postos em funcionamento e sempre retomados por sujeitos, num constante movimento em (dis)curso, a cada situação de enunciação. Para Pecheux, todo discurso é o índice potencial de

uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, “na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço.” (PÊCHEUX, 1990, p. 96). Dessa forma, os sentidos são produzidos pelos sujeitos, amparados pela memória discursiva, que é o que permite a sustentação ou a quebra/ruptura do que está instituído, e pela ideologia, orientadora de tal processo, naturalizando posições para o sujeito e fazendo suas palavras parecerem claras e evidentes, enfim, indicadoras de uma relação termo a termo com o mundo.

Segundo Eni Orlandi, em *Análise de Discurso* parte-se de uma escuta, aliada a um exercício de interpretação e compreensão: o de interpretar um contexto imediato e o de compreender a opacidade da linguagem, a historicidade dos sentidos, a constituição do sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. São dois movimentos: interpretar e compreender os funcionamentos. Compreender é a explicitação do modo como o discurso produz sentidos e interpretar não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto; ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos, sabendo que o sentido pode ser sempre outro.

A metáfora para a AD não se coloca nem como comparação, nem como desvio, mas como transferência. Uma transferência que se dá num processo contínuo de deslizamentos de sentido (base dos efeitos metafóricos), através dos quais é possível se chegar tanto ao lugar da interpretação quanto ao lugar da historicidade. Por esse caminho é que também se chega à afirmativa de que não há sentido sem metáfora e de que as palavras não significam por si só. Para Pêcheux (1975), o sentido se delinea sempre na relação que uma palavra, uma expressão, etc. têm na relação com outra palavra, outra expressão, etc. Daí afirmar que “as palavras falam com outras palavras” (ORLANDI, 1999, p.45) e se ter a constatação de que todo discurso vai estar configurado em relação a uma gama de dizeres que ocupam a memória.

Metodologia

A base análise dos discursos é o enunciado. O estatuto do enunciado se difere de informações puramente factuais ou protocolares. Os enunciados, em geral, são opacos ou ambíguos e só podem ser lidos com referência a outros textos: a sequência discursiva não pode ser considerada somente como articulação de informações elementares, mas como uma série de mudanças de níveis sintaticamente recuperáveis. Logo: é inevitável a análise sintática da língua, fundada sobre o conhecimento de um real próprio à língua. A sintaxe é o algoritmo do discurso. “A paráfrase sintática é na verdade fruto da articulação de duas hipóteses fundamentais da análise de discurso: hipótese da importância teórica do núcleo autônomo da sintaxe e hipótese sobre a produção discursiva de sentido.” (PÊCHEUX, 2011, p. 14). Assim a tomada de processo discursivo se faz considerando sua visibilidade a partir de várias sequências. Para tanto, pressupõem-se algumas etapas.

1ª. Etapa: representação do *corpus* em sequências autônomas. Autônomas porque, ao selecioná-las, quebramos o fio do discurso e permitimos que sejam tratadas pelo algoritmo como entidades independentes.

Segmentação: critérios sintáticos, quando se consideram as ligações interfrásticas.

Ligações: (a) conectivos, locuções adverbiais e preposicionais, advérbios frasais; (b) anáforas e elipse; (c) marcas de enunciação: modo-tempo-aspecto e determinantes.

A combinação desses critérios permite recortar os enunciados.

2ª. Etapa: divisão do *corpus* em certo número de sequências discursivas autônomas (SDA), tratadas pelo algoritmo como unidades máximas de comparação.

Fórmula SD: traços da argumentação intradiscursiva, constituída de índices de frases acompanhadas de suas marcas formais de enunciação e de ligações sintáticas que se ligam. Chega-se, assim, à não linearidade do

fio discursivo. No nosso caso, os títulos das matérias serão as Sequências Discursivas (SD).

3ª. Etapa: análise sintática da frase.

Análise

Usamos como acervo para a nossa pesquisa, a base de dados do Centro de Documentação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS-ABIA, com sede no Rio de Janeiro. E quanto ao recorte de tempo, trabalhamos com o período de 1995 a 2005. Fundada em 1990, além da importância na luta contra a AIDS, a associação era uma referência no enfrentamento das questões ligadas aos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Mais do que saber o que os jornais publicaram, buscávamos compreender, o que tinha sido relevante a ponto de passar a fazer parte do *clipping* da instituição.

Encontramos um grande volume de material referente ao marco da mudança no cenário da luta pelos direitos dos homossexuais no Brasil, é a 17ª *Conferência Mundial da Internacional Lesbian and Gay Association (ILGA)*, realizada entre 18 e 25 junho de 1995, no Rio de Janeiro. A Conferência, os *Gay Games*, a *Marcha*, o *Encontro de Travestis e Liberados*. Ao total foram 55 matérias clipadas, 13 delas em notas em colunas sociais, dois eram Editoriais e uma era Carta ao leitor. A cobertura de 1995 contou com 30 matérias, as demais se dividiram entre os demais anos: 1996(10 matérias), 1997(10 matérias), 1998(3 matérias), 2001(1 matéria) e 2003(1 matérias).

Os anos de 2002 a 2005, não há nenhum material relativo às Paradas de Orgulho no CEDOC da ABIA, não que não tenham sido noticiadas.

Para o evento, a jornalista Danusa Leão, do *Jornal do Brasil*, criou, dentro da coluna que levava seu nome, a Agenda Rosa Choque. A edição de 2 de junho, abria a seguinte notinha: SD1

Poderosas, mesopotâmicas, necessárias e absolutas – mundo gay virá a loucura de 18 a 25 de junho quando começa a 17ª Conferência Internacional de Gays e Lésbicas.

A notinha é temática, mas há um deslocamento de sentido, pois, ao usar um linguajar atribuído ao público LGBT, a colunista acredita estar apoiando o evento e a importância do mesmo. Entretanto, quando diz que “o mundo gay virá a loucura”, joga por chão, a importância da luta, como se fosse um evento musical. Empobrece a luta, como se homossexuais só soubessem ou só estivessem autorizados a diversão e não a direitos.

A mesma coluna também publicou, na mesma data, outra nota que dizia: SD2

“a deputada Marta Suplicy virá acompanhada do seu marido, o senador Eduardo Suplicy, do qual, por via das dívidas, não desgrudará”.

Novamente, em tom de brincadeira, a jornalista parece estar apoiando a luta, mas põe em cheque a seriedade do tema, deslocando a luta e o importante apoio político para a causa, pondo novamente em primeiro plano uma possível cantada que o senador Suplicy poderia levar ou, pior ainda, deixando implícita a desconfiança que a deputada teria acerca da sexualidade de seu marido.

Outros temas foram abordados, tais como a presença de artistas como Lucélia Santos, Elke Maravilha e Letícia Sabatella, além do convite ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que ainda não havia confirmado presença. Para fechar a mesma edição da Agenda Rosa Choque, a colunista dispara: SD3

O Rio de Janeiro jamais será o mesmo.

Apesar dos inúmeros e importantes apoios a Conferência, Danusa opta pelo tom dramático. A expressão jamais deixa no ar muitos sentidos diferentes. E coube ao leitor fazer uma leitura. Mas de toda forma, jamais tem uma dramaticidade que mais se aproxima a uma ruptura que, se ao se somar as demais notinhas, ganha um tom de final nada feliz.

O jornal *O Globo*, na mesma data, destinou duas páginas para falar do evento e abriu com a seguinte manchete: SD4

“23% da elite gay não usa camisinha”.

A expressão elite *gay*, pressupõe que haja outro grupo que não é elite, mas que não se sabe dela. Se parte da elite *gay* não usa preveservativo, ela está transmitindo HIV/AIDS? A manchete é bastante pejorativa e, mais um vez, os jornais apontam os homens homossexuais como responsáveis na transmissão das doenças sexualmente transmissíveis. O ano de 1996 foi o ano em que mais se morreu em decorrência da AIDS, mas já se sabia que outros comportamentos de risco e outros grupos também eram vítimas.

No dia seguinte, dia 3 de junho, Danusa Leão dispara:

“Já que junho será um mês totalmente *gay*, a exposição Correspondências, do Paço Imperial, chegou na hora certa e vai até 25 de junho, dia da Olimpíada *Gay*. Com uma temática *gay*, os artistas que lá expõem ou são *gays* ou têm muito a ver com os *gays* – o que quererá dizer isso? Cary Lebowitz, um dos artistas, é o criador de protetores de para-brisa plissados rosa choque – claro – com os dizeres: Não roubem o meu carro – sou bicha.” SD5

Cary Lebowitz, um dos artistas, é o criador de protetores de para-brisa plissados rosa choque – claro – com os dizeres: Não roubem o meu carro – sou bicha.”

Mais uma vez, a colunista, não se foca na importância da luta, usa a graça e desloca o sentido do evento. Deixa claro que o humor é permitido quando o assunto está ligados ao universo dos homens *gays*.

Nos dias a seguir, a colunista mantém a Agenda Rosa-Choque, trazendo sempre as novidades engraçadinhas acerca do evento. A palestra da deputada sueca Barbro Weterholm, autora da lei de união civil entre pessoas do mesmo sexo, ganhou pouca visibilidade dentro da coluna, deixando claro a posição da coluna e do jornalismo naquela altura sobre a relação com o evento e sua temática.

Em 6 de junho, em O Globo, na Coluna Swann liderada pelo

jornalista Ricardo Boechat, traz a notícia de que SD6

“(...) o episódio ‘A Adoção’, do ‘Você decide’, teve a exibição adiada. Tudo porque o vice-presidente de operações da Globo, José Bonifácio(Boni) Oliveira Sobrinho, não gostou do programa que trata de homossexualismo.”

Ao noticiar que um episódio de programa semanal é suspenso, o colunista toma partido e parece criticar, através da posição do Boni, a posição da emissora. De certa forma reforça a forma como o jornal do mesmo grupo trata a luta em que se baseia a Conferência.

No jornal O Dia, na coluna de Fred Suter, do dia 11 de junho, sob o título Lugar Certo, o jornalista informa acerca do gesto do governo em ceder espaço para a Olimpíada Gay. SD7

Nada mais apropriado que o gesto do governo do Estado de ceder o Rabicho da Tijuca, trecho não inaugurado do metro da Tijuca, para o encontro dos participantes da Olimpíada Gay, que está para acontecer no Rio.

A graça e o tom jocoso parece ser uma saída encontrada pelas colunas sociais para tratar a temática. Interessante é que a imprensa não pode ser acusada de não ter noticiado os eventos, mas a forma como o fez é que, talvez, fosse melhor não fazê-lo.

No ano seguinte, em 1996, o Rio lança a 1ª Parada do Orgulho Gay, em Copacabana. São Paulo só realiza a sua primeira Parada um ano depois. Por conta disso, a Parada carioca está sempre um número à frente. SD8

O jornal O Globo, em 1º de julho de 1996, na seção Rio, página 27, dá a seguinte manchete: Passeata gay anima o domingo frio na orla carioca

O jornal dá continuidade a cobertura, mas optar sempre por um discurso preconceituoso que está nas entrelinhas. A passeata não é para

animar, desloca o sentido do evento.

O Jornal do Brasil, na mesma data, anuncia: SD9

Calçadão cor-de-rosa. Passeata pede apoio à união entre gays.

O Jornal do Brasil ao usar calçadão cor-de-rosa, informa que a luta é somente de um grupo e não de toda uma sociedade, mesmo que, o texto deixe a entender que os *gays* pedem apoio da população.

No dia seguinte, a Coluna do Swan noticia a primeira agência de casamentos entre homossexuais com HIV+, a carioca *Only Gays*. Nos dias 9 e 11 de junho, a Parada volta a ser assunto na Coluna Swan com a chamada “Movimento Gay”, que dá detalhes sobre o evento. E a coluna Rosa-choque, do Jornal do Brasil, onde a presença da primeira-dama do Estado, Célia Alencar abrirá Duas matérias abordam as discordâncias em relação a união estável, sobre a biblioteca com temas ligados a homossexualidade, o apoio político a Chico Alencar e uma sobre um novo ponto de encontro *gay* em Copacabana.

Em 1997, os jornais não se furtaram a dar a notícia do casamento de Sarandah Villas-Boas e Jecimar Gomes durante a Parada carioca. Uma legenda de foto, em especial, de *O Globo* de 30 de junho de 1997, chama a atenção da matéria sobre a parada. Na foto, ao fundo, um trio elétrico com algumas pessoas olhando a cena: um travesti que observa um homem fantasiado conversando com um guarda da PM. A legenda diz: SD10

Um soldado teve que apartar a briga na manifestação, que reuniu 500 pessoas na praia de Copacabana”.

O título da matéria deixa a entender que a briga envolveu todos os participantes, quando, na verdade, foi uma briga pontual.

A Folha de S. Paulo, de 28 de julho de 97(p. 3-5), tem chamada que diz: SD11

“Gays fazem passeata no Rio e em SP”.

Ao localizar o movimento em duas cidades, o jornal deixa implícito que a luta está nestas cidades. Ao usar passeata e não informar o motivo, deixa parecer que gays sairão às ruas, só por sair, sem uma causa definida.

Considerações Finais

Diferente da imprensa carioca, a imprensa paulistana utiliza fotos distantes, sem detalhes nos manifestantes. Nesse mesmo ano, os jornais começam a falar de “grupos de extermínio de gays” (Tribuna da Imprensa, 07 de junho 97). Entre os anos de 1997 e 1999, as Paradas foram ganhando participantes e os seus temas foram: “Somos muitos, estamos em todas as profissões”; Direitos dos gays, lésbicas e travestis são Direitos Humanos”; Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2000”. Porém, o número de matérias apuradas em nossa pesquisa preliminar oscilou, já não atingiu nem de perto as matérias produzidas em 1995.

A imprensa vem ocupando um papel estratégico também ao oferecer visibilidade a este quadro de recrudescimento da homofobia e, mesmo ao oferecer da dos primários para a construção de estudos e pesquisas sobre o tema. Estudar a forma como vem se configurando o papel desse ator privilegiado torna-se, portanto, socialmente relevante e academicamente instigante.

Referências

- ALBUQUERQUE, Albuquerque. *Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil*. Revista Contracampo, Niterói, n. 4, jan-jun 2000, pp. 23-57.
- ARAUJO, ACC. *A AIDS e a Imprensa: as vozes e os silêncios nas reportagens do Dia Mundial da Luta Contra a AIDS de 1988 a 2013*. Tese defendida pela autora em 16/09/2016. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25378>
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas*. Campinas: Unicamp, 1998.
- AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e participação no Brasil democrático*.

- In: _____. [org.]. *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 27-54. (Coleção Democracia Participativa).
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem (1929)*. São Paulo: Editora Hucitec/Anna Blume, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- Caderno CRH*. Salvador, n. 35, jan-jun, 2002.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- COLLING, Leandro. Mais definições em trânsito: Teoria queer. UFBA, Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf> Acesso em: 23 de mai. 2018.
- FACCHINI, Regina. Simões, Julio. *Na Trilha do Arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.
- FAUSTO NETO, Antonio. *Comunicação & mídia impressa: Estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hackers, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FRY, Peter. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *A Arqueologia do Saber*. 7ªed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação, Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011. Acesso em 22/05/2018.
- _____. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da nossa época, 47).
- MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MÍCCOLIS, Leila. DANIEL, Herbert. *Jacarés & Lobisomes: dois ensaios sobre a homossexualidade*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 7ª

edição. Campinas: Pontes, 2007.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. 2ª edição. São Paulo: Hackers, 2002.

RODRIGUES, José Luis Pinto. *Impressões de identidade: histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil*. Niterói: UFF / Instituto de Letras, 2007. Tese de Doutorado.

TOURRAINE, A. *A palavra e o sangue*. Campinas: Unicamp, 1989.

Apagando o “império do despotismo até seus últimos vestígios”: o “preciso” e a retórica revolucionária em 1817

FLAVIO JOSÉ GOMES CABRAL¹

Universidade Católica de Pernambuco

Resumo: Há duzentos anos, por ocasião da deflagração do movimento revolucionário no Norte da América portuguesa, que teve como epicentro a província de Pernambuco, durante alguns meses a autoridade real foi contestada, concorrendo para a fundação de uma república que alcançou outras províncias nortistas. No calor dos acontecimentos, vários panfletos foram publicados. Entre eles o “Preciso”, que procurou popularizar o movimento rebelde, além de justificar os motivos do rompimento com o rei português. Durante o processo revolucionário, utilizou-se a comunicação impressa ou de boca em boca. Ambas tornaram-se importantes veículos de difusão das propostas políticas que se opunham ao atual modelo respaldado no despotismo, na falta de liberdade e em outros valores que esmagavam os anseios e esperanças dos brasileiros.

Palavras-chave: Revolução de 1817, linguagem revolucionária, sociabilidade sediciosa.

Abstract: Two hundred years ago, on the outbreak of the revolutionary movement in the north of the Portuguese America, whose epicenter was the province of Pernambuco, for some months the royal authority was contested, providing reasons for the foundation of a republic that reached other northern provinces. In the heat of the events, several flyers were published. Among them, the “Preciso”, trying to popularize the rebel movement, besides to justify the reasons for the break with the Portuguese king. During the revolutionary process, printed or word-of-mouth communication was used. Both became important vehicles for disseminating political proposals that opposed the current model backed by despotism, lack of freedom and other values that crushed the desires and hopes of the Brazilians.

Keywords: Revolution of 1817, revolutionary language, seditious sociability.

1. Doutor (2008) e Mestre (2002) pela Universidade Federal de Pernambuco, professor de História da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e atual coordenador do curso de História da referida universidade.

Depois de tanto abusar da nossa paciência por um sistema de administração combinado assente para sustentar as vaidades de uma corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidor aos nossos mesmos amigos, parentes e compatriotas naturais de Portugal; e era esta porventura a derradeira peça que faltava de se opor à máquina política do insidioso governo extinto de Pernambuco (AHI. Lata 195, maço 04 pasta 14).

As palavras acima fazem parte do primeiro parágrafo de um folheto impresso, espalhado pelas ruas recifenses, intitulado *Preciso*.² Foi escrito em 10 de março de 1817, pelo advogado José Luís de Mendonça (natural de Porto Calvo, antigo território pernambucano e hoje alagoano), em pleno calor dos acontecimentos advindos de um movimento rebelde iniciado em Recife, quatro dias antes, que procurou desatar os laços que uniam os pernambucanos ao soberano bragantino.

O panfleto se preocupava em narrar os acontecimentos do dia 6 de março, quando da deflagração do movimento, advindo no calor de refregas militares com vítimas. Entretanto, era visto pelo seu autor “como festejo de paz, que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido tudo obra da Providência e benefício da bênção do ‘Todo Poderoso’” (AHI, lata 195, maço 04, pasta 14). Pontuava sobre a fuga do governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro que, diante da gritaria das ruas, abandonou o Palácio do Governo instalado no antigo Colégio dos Jesuítas, refugiando-se com a família e amigos mais chegados no Forte do Brum.

Diante desse fato, os rebeldes se assenhoraram da situação, tomando as rédeas do poder e instalando um Governo Provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, encabeçado pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Negromonte; pelo negociante Domingos José Martins;

2. Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima, gloriosíssima revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real. (AHI, Arquivo Histórico do Itamaraty), lata 195, maço 04, pasta 14.

pelo advogado José Luís de Mendonça; pelo proprietário Manuel Correa de Araújo; e pelo militar Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa. Para compor o conselho, foram escolhidos o desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva (irmão de José Bonifácio, o Patriarca da Independência), o dicionarista Antônio Moraes e Silva, o doutor José Pereira Caldas, o deão Bernardo Luís Ferreira Portugal e o negociante Gervásio Pires Ferreira (DH, 1954, p. 99, v. CV). A esse conselho coube a prerrogativa de revisar antigas leis, na tentativa de adequar Pernambuco à nova ordem política.

Sobre o novo governo, explicava o panfleto que, depois de empossado, restabeleceria a calma e a união entre os portugueses dos dois lados do Atlântico. Durante muito tempo, um clima de hostilidade existia entre eles. Os filhos da terra xingavam os portugueses de “marinheiros”, ao que estes revidavam chamando-os de “caiaidos”, isto é, mulatos. Por mais brancos que fossem, deixavam transparecer que tinham um pé na África, fosse nos sinais da cor, no cabelo ou nas feições. Os lusitanos, por sua vez, eram mal vistos por terem deixado a terra e se aventurado pelo mar, como marinheiros, para aqui se estabelecer e viver às custas dos naturais.

Ficou acordado não mexer com o funcionalismo, aboliram-se alguns impostos e adotou-se uma nova forma de tratamento: “vós”, que deveria substituir o cerimonioso tratamento de “vossa mercê”, bastante restrito a algumas personalidades.³ A nova forma de tratamento seria adotada não apenas às autoridades, mas estendida aos cidadãos em geral, assim como o título de “patriota”.

3. O tratamento *vossa mercê* começou a ser utilizado pelos soberanos a partir do século XV em substituição ao tratamento *vós*, que dava “sinais de fraqueza”, utilizado inclusive por outros cortesãos, bispos, altos funcionários e personalidades importantes, e já não traduzia o respeito que a figura real era merecedora. Destarte, surgiu a necessidade de criação de uma nova forma de cortesia para os reis, de modo a contornar o “empobrecimento” do pronome *vós*. Na realidade, naquele século os soberanos portugueses conquistaram posição elevada no topo da hierarquia social, cada vez mais seus súditos dependiam da *mercê* que podia ser dispensada pelo rei e, em troca de favores e proteção, dedicavam-lhe respeito e obediência. Os súditos apresentavam suas queixas e requerimentos, sabiamente pediam por *mercê* e punham frequentemente *vossa mercê* por *vós*, não a pessoal do soberano, e sim a graça e favor que dele emanava. (MARCOTULIO, 2012, p. 6, 9, 10).

O folheto em evidência é assaz interessante, e teria sido o primeiro de tantos que viriam a lume em 1817, a exemplo de proclamações redigidas para popularizar a revolução iniciada em Recife no dia 6 de março de 1817, com repercussão em outras províncias nortistas e no exterior. Esses papéis foram impressos na tipografia batizada de “*Officina Typographica da 2ª Restauração de Pernambuco*”, ou “*Officina Typographica da República de Pernambuco 2ª vez Restaurada*”. Sob essa perspectiva, justificava-se o motivo de a Revolução de 1817 se autoproclamar “segunda restauração de Pernambuco”, já que a primeira teria sido a que expulsou os holandeses, em 1654.⁴

Vivia-se, assim, um momento histórico, que se somava à luta contra o estrangeiro no século XVII. Atrelado a esse evento, inventava-se um calendário cujo ponto de partida era a própria revolução (CABRAL, 2013, p. 80-81). Na Paraíba, por exemplo, sobre os decretos e outras decisões assinadas por sua junta de governo, após a data, dizia-se que haviam sido firmados no primeiro ano de sua independência:

Viva a Pátria. O Governo Provisório da Paraíba, considerando-se amigo de todas as nações comerciantes, e desejando ampliar o comércio por todas as vias, decreta, como decretado tem, que os direitos de entrada em todos os nossos portos sejam iguais a estrangeiros e nacionais, reduzidos a cobrar-se nas alfândegas metade somente dos direitos que dantes se cobrava. Casa do Governo Provisório da Paraíba, 18 de março de 1817. O 1º da Independência. Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira, O padre Antônio Pereira de Albuquerque Melo, Francisco Xavier Monteiro da Franca (DH, 1953, p. 81, v. CI).

4. Com a derrocada da revolução, a Coroa, por aviso de 15 de setembro de 1817, cassou seu funcionamento, devido ao “infame abuso que se fez da oficina tipográfica”, cuja autorização havia sido concedida em 9 de novembro de 1816 a Ricardo Fernandes Catanho, ordenando que todo material tipográfico fosse remetido para o Rio de Janeiro sem perda de tempo. Apesar da pressa, parte da tipografia permaneceu no Recife, voltando a funcionar em 1821, por ocasião da mudança política ocorrida no Reino português decorrente da Revolução do Porto de 1820. De sua autorização para o funcionamento até a eclosão da revolução, a tipografia manteve-se parada e todo equipamento permaneceu encaixotado por falta de mãos especializadas para dar funcionamento. Sobre o tema, leiam-se: (COSTA, 1958, p. 398; BERNARDES In BRAGANÇA; ABREU, 2010, p. 191-204).

O grande objetivo do “Preciso” era esclarecer à população os motivos da revolução, além de busca de apoio à causa revolucionária. Como bem observou Dominique Pélassy “nenhum sistema político é mudo”, e “um poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-en-scène*, perde sua adesão”. O poder precisa “flertar” com as massas para lograr sucesso (CAPELATO, 2009, p. 5). Tais iniciativas demonstram o quanto os revolucionários entendiam e reconheciam o valor da comunicação como elemento importante para divulgação do ideário político do movimento. Quanto ao título, talvez tenha sido inspirado no léxico francês *précis*, espécie de resumo dos acontecimentos. Escrito em um momento em que as principais figuras da revolução discutiam o futuro de Pernambuco, os pesados tributos aplicados sobre a capitania para sustentar a corte joanina no Rio de Janeiro, os esquemas de corrupção existentes, que minavam os anseios, além de procurar esclarecer os motivos do rompimento da capitania com d. João VI.

Nesse aspecto, o *Preciso* se revestiu de arauto da declaração de separação de Pernambuco do Reino Unido português, captando as queixas dos habitantes da província aborrecidos com as frequentes exigências da corte “interiorizada” no Rio. Para fazer jus a seus gastos, o Tesouro sacava previamente sobre os erários das províncias nortistas, sem levar em conta se podiam arcar com esses saques. Cabia aos governadores honrar as exigências, que contribuía para onerar os cofres num momento em que Pernambuco se recuperava economicamente, graças a um sensível crescimento do setor açucareiro e do comércio.

Observa Evaldo Cabral (2004, p. 31-32) que, nesse contexto, quando a Coroa se empenhava em centralizar sua administração na América portuguesa, não conseguia impedir determinadas situações. Nesse caso, “nada podia contra as realidades físicas que tornaram as antigas capitanias de cima mais facilmente governadas e socorridas de Pernambuco que as da Bahia ou do Rio”. O que explica a adesão da Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará ao movimento revolucionário iniciado em 1817, que teve como epicentro a província pernambucana.

A grande denúncia que o opúsculo propôs discutir foi a acusação à corte joanina de extorquir a população com pesados tributos para sustentar

seu luxo, e não se esquivou de denunciar a corrupção nos setores palacianos, que minavam as expectativas da população (AHI. Lata 195, maço 04 pasta 14). Se até então os papéis gravitavam em torno de insinuações sobre questões corriqueiras, principalmente afrontando as autoridades locais, acusadas de agirem como maus administradores tanto no período pré-revolucionário quanto no momento em que o poder foi tomado pelos revolucionários, panfletos como o “Preciso” procuravam atingir o coração da monarquia, atingindo diretamente o soberano e seus assessores.

No dia 6 de março, após o incidente no Quartel do Paraíso que resultou em mortes e apressou o levante, era possível enxergar homens andando pelas ruas recifenses estimulando a população a se engajar no movimento. Muitos deles não estavam a serviço de maçons, letrados, comerciantes ou proprietários de terras. “Eles tinham suas próprias motivações e intenções”, embora seja bom lembrar que “nem todos estavam alheios aos rumos da política internacional do período napoleônico” (Carvalho, 1997, p. 200). Durante a passagem desses homens era possível ouvir gritos de “viva a independência! Viva a liberdade dos filhos da pátria! Morram os europeus!”. Nesse cenário, o medo campeou, obrigando muito dos moradores a buscar refúgio em locais seguros. Segundo Luís Vicente Bourges, português domiciliado em Nantes, morreram durante as refregas cerca de 26 pessoas. Outra testemunha, o capitão do navio *La Perle*, eleva aquele número para 50 ou 60 mortes (Lima, 1996, p. 500).

Ao longo de toda a história da monarquia portuguesa, a Revolução de 1817 foi a mais ousada, uma vez que chegou a quebrar um tradicional vínculo de união entre os vassalos e o rei: a fidelidade, considerada um dos principais pilares da identidade portuguesa. Além disso, a revolução foi a mais radical tentativa de enfrentamento que a Coroa encarou em sua história (BERNARDES, 2006, p. 205) e, segundo observações de Emília Viott (1999, p. 32), à exceção dela os movimentos que a antecederam – a exemplo da Inconfidência Mineira (1789), da Conjuração do Rio de Janeiro (1794) e da Conjura Baiana (1798) – não ultrapassaram os limites dos respectivos centros urbanos, irradiando-se, quando muito, às regiões vizinhas, mas jamais assumindo um caráter mais amplo.

Quando as ruas estavam tomadas pelos revolucionários, era possível

ver pessoas mais exaltadas dando vivas à liberdade, bradando morte ao despotismo ou afirmando que “o Brasil está liberto de seus tiranos”, como defendia o padre João Ribeiro, em meio aos amotinados (TAVARES, 1969, p. 158). Naqueles espaços, pessoas eram cooptadas a tomar parte na insurgência. Esses lugares transformaram-se em palco de manifestações, por onde circulavam impressos e a palavra oral, ajudando a delinear atitudes e identidades culturais e políticas. Aliás, como observa François-Xavier Guerra (1992, p. 275) foi nos espaços públicos que a opinião pública teve seu nascedouro, tornando-se elemento fulcral da constituição e propagação da política moderna. O desconforto com a política do momento tomou vulto com os atos rebeldes organizados, irrompendo no espaço da vida pública e politizando a vida privada, onde a sedição, isto é “a ação organizada visando à revolução”, era arquitetada entre quatro paredes (JANCSÓ in SOUZA, 1997, p. 389).

Como se pode observar, durante os distúrbios nas ruas emoções foram extravasadas por meio da gritaria. Entretanto, outras manifestações existiram, como vozes e gestos, que, não podendo ser captados em registros escritos, tomaram conta daqueles ambientes, em meio a boatos e disseme-disse que, para Arlette Farge (1992), estudiosa francesa dos Setecentos, tratava-se de “opinião pública”. Muita gente com o grito preso na garganta, pensando que havia chegado a sua vez, deixou extravasar suas emoções. Vibrava a força da palavra falada e dos contatos. Se uns se retraíam com medo que o movimento gorasse, temendo a mão pesada do soberano, outros foram mais ousados.

Muitos negros, fazendo suas próprias interpretações, tomaram parte na revolução, alistando-se para o serviço da pátria como soldados, a fim de defender a república e, obviamente, seus próprios interesses. A preta forra Maria da Conceição, moradora no Beco do Marisco, aproveitou a ocasião e desacatou uma senhora branca. Talvez em outro momento houvesse sido humilhada, mas, percebendo o clima de mudança, resolveu ir à desforra. Com a queda da revolução, ela foi denunciada. E como punição sofreu o castigo de 72 palmatoadas (MELLO, 1895, p. 117).

Em 1817, ficou clara a importância da palavra como campo de negociação, de cooptação e de denúncia contra o despotismo que subtraía

as esperanças de uma região. Se muitos homens das elites a usaram para arquitetar a sedição, gente do povo não fez por menos. Usaram-na para externar suas vontades. Foram à desforra contra seus senhores. Como afirmou Certeau (2012, p. 40) “la toma de la palabra tiene la forma de un rechazo; es una protesta”.

Ao divorciar-se do corpo mítico do rei, o exercício da autoridade da jovem república se respaldava, segundo o preâmbulo da Lei Orgânica da República, na soberania popular (DH, 1954, p. 16, v. CIV), opondo-se aos valores do Antigo Regime. Em síntese, alguns princípios do liberalismo serem tinham vislumbre na citada Lei: a distinção dos poderes; a afirmação dos direitos individuais; e a ideia de pacto social, tendo por princípio a segurança das pessoas. Com o novo estatuto, os indivíduos passaram a prestar vassalagem à pátria particular, “e não ao rei de Portugal” (DH. 1953, p. 33, v. CI). Deixavam de ser servientes ao monarca e, pela primeira vez, viam-se revestidos de direitos, inclusive de opinião. Havia uma advertência aos servidores da República: quem minasse a dita soberania e os direitos dos homens, ou provocasse a desarmonia, seria responsabilizado por seus atos (DH. 1954, p. 19, v. CIV).

Sobre a referência aos “direitos dos homens”, os revolucionários não se restringiam a alocuções. Chegaram a redigir a “Declaração dos Direitos Naturais e civis e políticos do homem”, impresso em paralelo ao *Preciso* e a outros papéis doutrinários, a exemplo das proclamações destinadas aos cearenses, aos “habitantes do Cabo” e aos “Denodados patriotas baianos”, além das diversas pastorais do bispado olindense, pedindo apoio do clero e do seu rebanho em defesa da revolução. Esse tipo de alocução, que procurava cooptar a população não apenas pernambucana, mas do Brasil, preocupou a Coroa. No dizer de Oliveira Lima, “teria sido o maior susto da corte” (LIMA, 1996, p. 502), efeito que o diplomata francês Maler achava inevitável.

Durante a revolução, o léxico “pátria” foi largamente utilizado, e se revestia de características peculiares. No Brasil do tempo da Revolução de 1817, dificilmente se usava a palavra “nação”, sendo mais frequentes os termos “pátria” e “patriota”, vocábulos que, ao longo dos anos, revestiriam-se de significados diferentes, sendo muito politizados pela Revolução

Francesa “a partir da associação com a defesa do que era público e com uma série de valores que consagravam a liberdade política” (VILLALTA, 2003, p.). Na realidade, muitas palavras já existiam, mas os rebeldes lhes deram outras roupagens, inventaram novas formas para o momento, pronunciando-as quase que exaustivamente diante de uma conjuntura que carecia de elementos novos diante da mudança política radical.

No âmago do império português do princípio do Oitocentos, entendia-se por “pátria” o local de nascimento, como bem demonstra o dicionarista Bluteau (1712). Em 1817, portanto, a pátria dos rebeldes era Pernambuco, a Paraíba ou o Rio Grande Norte. Presente na maioria dos documentos tecidos pelos revolucionários, o termo “patriota” tratava de um indicativo local, e marcou o movimento, uma vez que no tempo da Independência não existiam na América portuguesa sentimentos de nacionalismo. Dessa forma, o léxico adquiriu – durante o desenrolar da rebelião – “estatuto indicador de uma nova identidade política”, como percebeu Berbel (BERBEL, 2003, p. 348).

Segundo a mesma autora, “nem sempre a defesa da Pátria esteve associada à defesa da nação, uma vez que esta última palavra sempre remetia aos vínculos pessoais que uniam os súditos ao seu rei” (BERBEL, 2003, p. 349). O sentimento de patriotismo defendido pelos insurgentes não se afastava do tipo de patriotismo pensado por Halperin Donghi (MEGLIO in GOLDAMAN, 2008, p. 120). Para este autor, o *patriotismo significava participar activamente de la causa colectiva, privilegiar el bienestar común al próprio*. Seguindo essa linha de raciocínio para os homens de 1817, a expressão patriota significava um defensor da pátria, priorizava os valores políticos e morais da República contra o “despotismo” real. Na prática, o patriotismo de 1817:

Adiantava um nacionalismo *avant la lettre*. Poderia atingir todos os habitantes do Brasil, ou o conjunto da nação portuguesa. Mas esse patriotismo só se concretizou em uma determinada região do império ainda português. Assim, ainda que o objetivo da República não fosse a separação do conjunto da nação, esse resultado não estava descartado (BERBEL, 2003, p. 355).

Além dos revolucionários, o léxico “patriotismo” foi utilizado pelos realistas. A ordem do dia 4 de março de 1817, do governador Caetano Pinto, quando tomou conhecimento de teias sediciosas organizadas nas dependências da vida privada e percebeu a animosidade existente entre os portugueses nascidos na América e do outro lado do Atlântico, chamava atenção para o fato de ambos serem “Portugueses” e, ao mesmo tempo, vassallos do mesmo rei, “concidadãos do mesmo Reino Unido”. E pela participação de um mesmo corpo político, o Reino Unido, do qual os súditos eram “concidadãos” (VILLALTA, 2003, p. 79). A ordem reproduzia as ideias de D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre os portugueses dos quatro cantos do mundo, e terminava apelando em favor da harmonia e do amor e fidelidade ao rei.

Ao romper com o corpo mítico do rei, muitos homens que promoveram a revolução foram incursores no crime de lesa majestade, isto é, crime de alta traição, porque simbolicamente haviam seccionado o corpo real em um solo que abrigava o rei e sua corte (BERNARDES, 2006, p. 205). Com a fundação da nova ordem social e política, inventaram-se novas formas de tratamento. A antiga e cerimoniosa expressão “vossa mercê”, por exemplo, foi substituída por “vós”, e a palavra “patriota” tornou-se um evocativo utilizado antes dos nomes. A introdução dessas formas de tratamento assombrou muitos senhores patriarcais, por incentivar alguma igualdade no falar da população.

Com a inauguração do novo tipo de soberania, o surgimento de novas formas de tratamento e a noção de igualdade foram atitudes claras de rompimento com a ordem monárquica absoluta. O *Preciso* finalizava dando vivas aos patriotas e, em tom de desabafo, pregava que “acabe para sempre a tirania real”. Sinais de novos tempos, os de liberdade. O período do despotismo havia ficado para trás. Com o rompimento do pacto real, o súdito estava liberado de se curvar perante a majestade e seus símbolos, uma vez que o soberano havia descumprido sua parte. O velho pacto que os rebeldes acusavam ter sido quebrado por d. João VI ancorava-se no mito da restauração do domínio português, quando, em 1654, os holandeses foram expulsos da capitania à custa de muita perda de sangue e de fazenda dos avoengos dos pernambucanos que, movidos por

“sentimentos nativistas”, reconquistaram Pernambuco e devolveram-no ao soberano. Em compensação pela fidelidade, a Coroa passou a proporcionar isenções fiscais, administrativas e outras benesses aos pernambucanos, algo que naquele momento não vinha sendo posto em prática (MELLO, 1989, p. 105).

Foi com base nessas antigas lembranças que os insurgentes de 1817 buscaram explicar a existência de um “acordo”, exigindo do rei tratamento especial. Ancorado nos emblemáticos locais de combates (Guararapes, Monte das Tabocas e Casa Forte) contra o invasor flamengo, e nos heróis que os expulsaram da capitania, um panfleto manuscrito, datado de 12 de março de 1817 e assinado por três dos membros do Governo Provisório: padre João Ribeiro Pessoa, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, proclamou apoio à pátria:

Patriotas, honrados pernambucanos, os Campos de Guararapes, Tabocas e Casa Forte são os maiores Padrões de valor e fidelidade que têm unido os seus heróis, não eram mais que nós, porque o que tinham de grande era o ser de Pernambuco que nós também somos. Adoremos, patriotas amados, ao Grande Deus, a esse ser imenso, ornado de Justiça e bondade, levantemos a mão por ele mesmo, juremos uma eterna fidelidade à pátria, de sustentar denodamente a grande causa da liberdade e de não tomarmos outra medida que não seja de fazer durável para todos os séculos, ou de morrer, escravos fiéis imitadores dos grandes heróis que desassombraram Guararapes, Tabocas e Casa Forte. Aos 12 de março de 1817. Viva a liberdade. (AHI. Lata 195, maço 06, pasta 02)

Evocando os heróis da Restauração, o Governo Provisório, em 15 de março de 1817, percebia a necessidade de se formar uma força para combater os exércitos realistas. Através de uma proclamação, chamava a mocidade, “herdeira natural da bravura e da glória dos Vieiras e Vidais, dos Dias e Camarões”, a se alistar “debaixo das bandeiras da liberdade”. Lançava apelo aos “pais e mães de família” para que incentivassem os filhos naquela empreitada, e asseverava que eles brevemente iriam ver seus rebentos “coroados pelas mãos da pátria dos mesmos louros que ganharam

os heróis de Tabocas e de Guararapes” (DH. 1953, p. 27-28, v. CI). Para Silva (In JANCSÓ, 2003, p. 509), os negros pernambucanos também beberam nessa fonte da memória e da representação mental do que designou de “panteão da restauração”, que incluía entre os heróis da guerra flamenga o negro Henrique Dias.

As lembranças da guerra flamenga e a emoção motivaram José da Natividade Saldanha a escrever versos em defesa da revolução. Um deles foi endereçado à mocidade do seu tempo, conclamando os jovens a se alistarem como soldados nos exércitos revolucionários (MELLO, 1895, p. 12-13):

Filhos da Pátria, Jovens Brasileiros,
Que as bandeiras seguis do Marcio Nume,
Lembrem-vos Guararapes, e esse nome cume,
Onde brilharam Dias e Negreiros:

Lembrem-vos esses golpes tão certos,
Que às mais cultas Nações deram ciúme;
Seu exemplo segui, segui seu lume,
Filhos da Pátria, Jovens Brasileiros.

Esses que alvejam campos, níveos ossos,
Dando a vida por vós constante e forte,
Inda se presam de chamar-se nossos.

Ao fiel cidadão prospera a sorte.
Sejam iguais aos seus os Feitos vossos:
Imitai vossos Pais até a morte.

Na linguagem expressa nos diversos documentos, sejam impressos ou manuscritos, bem como nas cartas particulares, há, com frequência, denúncias sobre a tirania real, sobre corrupção, além de referências ao despotismo na sua administração, enquanto que o cotidiano de seus súditos é caracterizado como escravizado. O paraibano Matias da Gama Cabral de Vasconcelos dizia, em 17 de março de 1817, que no dia 13 Deus havia acordado seus conterrâneos “do letargo em que nos achávamos e abríssimos os olhos ao pesado jugo a que éramos sujeitos do rei de Portugal e de seus magistrados, que eram déspotas” (DH, 1953, p. 33, v. CI). E, para “debelar o despotismo” e a ira real que deveria se abater sobre a província, resolveu

o governo pernambucano elevar o soldo dos militares, uma vez que eles haveriam de defender a pátria dando “por ela o sangue e a vida” (DH, 1953, p. 11, v. CI). O já citado missivista paraibano, ao comparar a antiga ordem e os atuais tempos, dizia que a revolução haveria de libertá-los “do acérrimo cativo de tantos anos”. O *Preciso* era claro, identificava a exploração à opressão que subtraía “os legítimos direitos dos cidadãos”.

Ao se romper com o velho pacto, as insígnias reais que lembravam a presença do monarca foram abolidas. A intenção era apagar o “império do despotismo até seus últimos vestígios” (DH, 1953, p. 34, v. CI). O *Preciso* dava o exemplo. Por ocasião de sua impressão, as armas reais foram colocadas de cabeça para baixo, **nítida visão de repulsa pelo soberano**. Na realidade, o ato representava ultraje à figura real, e segundo observações de John Lempriere, cônsul inglês no Recife e testemunha ocular da revolução, o Governo Provisório havia determinado que todos os símbolos reais existentes nos edifícios públicos fossem raspados ou colocados de ponta cabeça, ou ainda pintadas de forma que ficassem desfigurados ou desaparecessem para sempre (TOLLENARE, 1973, p. 853).

A ira contra o trono foi tamanha que, em várias localidades nordestinas onde a revolução havia alcançado os amotinados, houve agressões aos símbolos da realeza, deixando os absolutistas boquiabertos. Na vila paraibana do Conde, os mais aguerridos atiraram-se em algazarra sobre a grimpá do pelourinho e, com cal, tentaram apagar as imagens das armas reais ali existentes em ambas as faces (DH, 1953, p. 158, v. CII). Ainda naquela província, por ocasião do ataque dos revolucionários sobre a Vila do Pilar, em 13 de março de 1817, por homens vindos de Itabaiana, a **Câmara** da vila foi tomada pelos insurgentes, que se apoderaram das bandeiras do corpo das ordenanças e dos bastões usados pelos vereadores. Estes foram quebrados em **vários pedaços e arremessados** à rua, sendo pegos pelos transeuntes. Antes desse incidente, “por desprezo”, as armas reais foram removidas com instrumentos cortantes dos citados bastões, e por vingança estragaram-se os elementos que as compunham: as quinas, os castelos e a coroa que ornavam o emblema (DH, 1953, p. 182-183, v. CII).

Durante os incidentes, elementos observados em registros escritos – conforme nos chama a atenção a já citada historiadora francesa Farge

– estiveram presentes, como os gestos e a gritaria. Entretanto, as palavras orais ou escritas jorraram, tornando-se **mágicas** à medida em que se via ruir a posição sagrada do rei. A linguagem política, como observou Hunt (2002, p. 41), revestia-se de significado. Palavras associadas ao Antigo Regime e símbolos ou imagens ligadas ao rei foram proibidas.

Durante o chamado “tempo da pátria”, os nomes, os valores e as lembranças relativas à antiga ordem foram suplantadas por novas designações. Muita gente solicitou acréscimo ou substituição do próprio nome por outros ligados à história local. Um desses casos vem da Paraíba. O patriota brigadeiro Amaro Gomes Coutinho solicitava à junta paraibana que acrescentasse o sobrenome Vieira ao seu nome original, em homenagem ao “valente campeão João Fernandes Vieira”, que no tempo dos holandeses se bateu contra o invasor “armando povos, levantando campos, erguendo fortificações e voando com a impetuosidade do raio a todos os pontos contra os opressores da Pátria”. Talvez desejasse imitar o grande herói da Restauração de 1654 quando procurava cooptar homens para engrossar as fileiras rebeldes. A junta paraibana prontamente o atendeu, em 25 de março de 1817, decretando que “ao nome glorioso do nosso caro e esforçado Patriota Amaro Gomes Coutinho se aumente o imortal renome de Vieira, sendo de hoje em diante nomeado Amaro Gomes Coutinho Vieira”.

Ainda no “tempo da pátria”, havia a crença de que tudo caminhava para a mundança. A nova ordem, distante da anterior, procurou – através da propaganda boca a boca, proclamações e avisos – conquistar a confiança da população. Se antes essas pessoas eram obrigadas a colaborar pecuniariamente ou submetidas a pesados tributos para atender o chamamento do monarca, a nova ordem buscou agir diferente, na tentativa de conquistar a confiança de todos, afastando o despotismo de suas ações. Passados os primeiros momentos de desconfiança, muitos resolveram colaborar com o governo, doando bens em benefício da pátria. A “generosa patriota (paraibana) Ana Clara de São José Coutinho” foi uma dessas pessoas. Não se fez de rogada, oferecendo seus bens em benefício da pátria, constituído do “Engenho do Meio, com fábrica de quarenta escravos e quarenta bois, e mais utensílios para a despesa da guerra” (DH. 1953, p. 41, v. CI).

A República de Pernambuco procurou se inspirar no federalismo

norte-americano. Durante as discussões sobre o projeto da futura Constituição, decidiu-se que ela deveria ter como base a Carta estadunidense, preservando, obviamente, as especificidades locais. Os revolucionários nutriam entusiasmo pela política ianque, e isso ficou evidente quando a junta de governo, ao se dirigir ao presidente James Monroe em 12 de março, pedindo ajuda, explicava que a revolução em curso em Pernambuco se inspirava na “brilhante revolução” norte-americana (DH. 1953, p. 18-19, v. CI). O teor dessa missiva seria publicado no jornal *Norfolk Herald Office*, de 24 de abril de 1817. A gazeta, além de abrir canais para comentar os acontecimentos pernambucanos, explicava que os insurgentes estavam em vias de solicitar apoio do governo de Washington para que reconhecesse a nova república, e propor alianças comerciais de mútuos interesses (BOURDON, 1975, p. 262-263).

A maior parte da imprensa estadunidense se posicionou a favor dos revolucionários. Muitas daquelas gazetas demonstraram aversão à monarquia, havendo, inclusive, as mais combativas, como o *The Philadelphia Aurora* e o *Niles Weekly Register*. Este, por exemplo, fez críticas à política joanina, classificada como insana, enquanto o primeiro apostava no sucesso da revolução, insinuando que a velha política do Antigo Regime não atendia aos anseios da população. Portanto, deveria ser substituída, abrindo espaço para a liberdade racional (CUMMIFORD. 1977, p. 16-17).

Diferentemente de outros movimentos contestatórios ocorridos na América portuguesa, o de 1817 em Pernambuco foi alvo de notícias não apenas nas gazetas estadunidenses. A revolução teve repercussão na Europa e nas colônias espanholas da América do Sul, que na época lutavam pela independência. A imprensa de Buenos Aires (*Gazeta de Buenos Aires*, *Crónica Argentina* e *Censor*) deu cobertura ao evento, chegando a relatá-lo com minúcias. Um refugiado argentino, Carlos de Avelar, que morava no Rio de Janeiro, escreveu a Matías Yrigoven, que deveria repassá-lo a Juan Martín Pueyrredón, político portenho, um relato dos acontecimentos – por sinal escrito em um modesto espanhol – inclusive descrevendo as medidas tomadas pelo Rio e Bahia para debelar a revolução. Disse o informante:

La rebolucion de Pernambuco a sido agitada por las logias de los masones que se ayaban en aquella siuda, y qual golpe debia aberse

dado em la Baia, Para e Marañon. Pero habiendo el gobernador de Pernambuco tenido algunos sospechos desto y preso a unos de los hermanos, los demás precipitaron el golpe de temor de ser delatados o enteramente descubiertos (TOLLENARE, 1973, p. 863).

Na Europa, o *Times* e o *Correio Braziliense*, ambos editados na Inglaterra, dedicaram algumas páginas aos eventos em destaque. Este último, editado por Hipólito da Costa, um brasileiro exilado em Londres, deu pouca importância ao acontecimento, sendo por isso criticado pelo *Correo del Orinoco*, em sua edição de 13 de fevereiro de 1819. Segundo o jornal venezuelano, o editor se mostrou apático ao movimento brasileiro, e nada foi dito:

Contra nuestra revolución el artículo que vitupera la de Pernambuco, pero siendo de una transcendencia universal los errores de derecho, alegados contra los agentes de esta novedad, también es del deber de todos los hombres libres atacarlos, sosteniendo los principios fundamentales de la sociedad, para que nunca puedan prevalecer contra el pacto social las invenciones que forman el triple yugo de la monarquía absoluta, de los privilegios feudales, y del fanatismo religioso (FERNANDES, 2009, p. 144-145).

O federalismo pernambucano presente em 1817 foi mal interpretado. É notória a aversão de Varnhagen pela revolução, bem como as acusações de ter sido um movimento separatista, criando, a partir daí, tais olhares ao longo do período imperial. Como poderia a revolução em destaque tratar de separatismo, se naquele momento não havia uma unidade brasileira? Por outro lado, observou Evaldo Cabral (2001, p. 17), que “separatismo implica a preexistência da nação”, e não havia, em 1817, uma unidade nacional, mas sim a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, construído em 1815. Esta unidade, portanto, é que teria sido ameaçada. Corroborando essas observações, basta seguir o pensamento de Frei Caneca, quando acrescentou que, em 1824, o Brasil se encontrava “independente”, mas não estava “constituído”.

O isolamento das províncias nortistas do corpo real concorreu para que novos símbolos fossem criados, substituindo os velhos emblemas

que lembravam a monarquia absoluta. Nesse interregno, emergiam novas insígnias, como a bandeira e o laço azul e branco que procuravam materializar a recente conquista. Após a publicação da capitulação de Caetano Pinto, alguns oficiais começaram a arrancar as insígnias reais de suas barretinas, sendo seguidos por outros. Antes desse acontecimento, o antigo Campo do Erário foi invadido pelos insurgentes, que entraram em combate contra as tropas realistas estacionadas na Casa do Erário. Uma composição procurou fixar na memória o episódio (Costa, 1958, p. 426):

No Campo da Honra
Patrícios formemos,
Que o vil despotismo
Sem sangue vencemos

No Campo da Honra, em plena Quinta-feira Santa, foi abençoado o pavilhão azul e branco da república, em ato religioso presidido pelo deão da Sé de Olinda e pelo padre da Matriz de Santo Antônio.⁵ Os ritos e imagens próprias do discurso religioso objetivavam sacralizar o nascimento da nova república, e se revestiram de um “espetáculo”, de uma “teatralização” (Balandier, 1982, p. 10), de um importante “drama” a que compareceram governantes, o clero, militares e gente do povo, em um importante ato cívico-religioso ou “encenação” que procurou destacar o novo poder e sua “entrada na história”.

Na realidade, inventou-se um ato inaugural, ou melhor, uma cena pública, que se materializou por intermédio dos discursos, perpassando pela liturgia sacra e política quando foram pontuadas as responsabilidades do patriota. Ao se recorrer ao ato religioso, o novo contrato social não rompeu totalmente com o passado, as cenas religiosas revestidas de grande simbolismo procuraram consolidar a conquista, ratificando que a nova

5. A Paraíba seguiu o exemplo de Pernambuco criando seu pavilhão em 1º de abril de 1817. O governo provisório paraibano achou conveniente, devido sua união com os pernambucanos, adotar a mesma bandeira da vizinha república adotando apenas a cor branca e no centro deste as “mesmas armas de Pernambuco”. (DH. 1953, p. 41, v. CI).

ordem não havia se distanciado da religião.

Durante o acontecimento, tocaram-se zabumbas e houve descarga de artilharia, enquanto os presentes, de joelhos e com a mão direita levantada para o alto, juraram defender a república. Durante toda a solenidade, o sol, presente na bandeira republicana, era evocado, uma vez que o altar fora montado voltado para o Oriente, onde nasce o astro rei. “O sol da manhã era um sol de teor político, de caráter ordenador, e, ao mesmo tempo, justo, presente na própria bandeira porque a todos atinge, sem nenhuma distinção” (SOUZA, 1999, p. 72). A cerimônia foi concluída com gritaria de vivas à pátria, à religião e de “morra a tirania real” (DH, 1954, p. 18-19, v. CII). Nessa ocasião, Frei Caneca, apontado na historiografia por uma participação introvertida na revolução, não se intimidou em distribuir entre os presentes verso que celebrava a morte heróica em prol da **pátria**, “uma morte que alcança a eternidade e se perpetua no coletivo” (COSTA, 195 , p. 425):

Quando a voz da Pátria chama,
Tudo deve obedecer;
Por ela a morte é suave,
Por ela cumpre morrer.
O patriota não morre
Vive além da eternidade;
Sua glória, seu renome
São troféus da humanidade.

Em 16 de maio de 1817, o jornal norte-americano *Boston Patriot* publicou a chegada de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, em território americano. O noticioso explicava que o pernambucano desembarcou na condição de embaixador da recém-fundada República de Pernambuco. O emissário do governo revolucionário chegava com a finalidade de aquilatar os laços de amizade entre pernambucanos e norte-americanos, além de negociar a assinatura de acordos bilaterais que pudessem garantir os interesses dos dois países. Ainda naquela ocasião, o jornal informava sobre os passos

da revolução e a instalação de um Governo Provisório, composto por cinco representantes dos principais setores locais. A gazeta abriu ainda espaço para apresentar a bandeira da nova república sul-americana, *when first hoisted, was represented to have had an iris the centre surmounted by a star, indicative of the State of Pernambuco, other stars to be added as other provinces join the patriot cause* (BOURDON, 1975, p. 272).

Durante a construção da imagem da República, o clero se posicionou favoravelmente. Os membros do novo governo tinham conhecimento da importância política, ideológica e doutrinária da Igreja, por isso buscaram seu apoio. As cartas pastorais exerceram papel de alta relevância junto à população, pelo valor que, naquele tempo, assumia a comunicação oral num contingente populacional de pessoas praticamente analfabetas e sem condições de leitura (SIQUEIRA, 2009, p. 217). No dia 27 de março de 1817, em Olinda, o decano do cabido da diocese – vacante naquela ocasião – visando persuadir o clero à adoção de uma postura política contrária aos valores absolutistas, pedia seu apoio à causa da pátria:

Caros Patriotas e Amigos Párcos do Bispado: A Pátria está salva. Os ímpios procuraram a sua ruína, quiseram nos cobrir de sua desonra e fazem nas masmorras tanques de sangue humano e da melhor gente desse belo país. Deus porém apiedou-se de nós e a morte só de dois bárbaros infames caluniadores foi bastante para nos salvar. Das Pastorais juntas conheceréis o quanto devemos a Deus e que a Igreja depondo as ltuosas e roxas vestes que há mais de um século arrasta na América vestirá as cândidas vestes com que a ornou Jesus Cristo. Vós estais, patriotas, em um lugar em que pela prédica e confessionários podeis fazer muitos serviços a Deus, à Pátria e aos homens (SIQUEIRA, 2009, P. 218)

Além do mais, é preciso levar em consideração “o lugar simbólico que ocupa o vigário no imaginário da estrutura social vigente” (SIQUEIRA, 2009, p. 217). O deão Bernardo Luís Ferreira Portugal explicou em uma pastoral que o rei é obra do demônio, porque os homens nascem livres por vontade de Deus. Satanás, em seus disfarces traiçoeiros, engana a humanidade a seguir um rei que não escolheu e a ludibria. Olhando por este prisma, a República se filiava ao divino, porque recuperava seu desígnio

primeiro. Destarte, o religioso procura ensinar sobre a tarefa dos patriotas: “disciplina e união: a disciplina é a origem dos grandes feitos; a união é a fonte de todos os bens, e o veículo exclusivo da força dos Estados” (COSTA, 1958, p. 425, v. 7).

Na realidade, há muito tempo olhos observadores perceberam que em Pernambuco havia “uma efervescência de ânimos”, conforme testemunho do capitão Hareng, da nau *La Perle*, seguindo-se “com particular empenho os progressos dos insurgentes espanhóis” (LIMA, 1996, p. 509-510). Dentre outros fatores, essas observações “eram, em última instância, prova cabal de que a ordem legitimista corria sérios riscos no Brasil” (PIMENTA, 2015, p. 267). Em 1817, ficou clara a importância da palavra como campo de negociação, de cooptação, de denúncia contra o despotismo que subtraía as esperanças de uma região.

Se a revolução não conseguiu se firmar, durando cerca de 70 dias, a volta da região ao *status quo* não se deu de forma tranquila. Novas efervescências viriam nos anos de 1820, embaladas pelas novidades vindas da Revolução do Porto, quando os ânimos se exaltaram, e graças à emergência do periodismo, as contestações continuaram no mundo da retórica e do disse-me-disse.

Referências:

Fontes de pesquisa:

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY (AHI). “Preciso”. Lata 195, maço 04 pasta 14.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY. “Preciso”. Lata 195, maço 06, pasta 02.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, v. CI.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953, p.182-183, v. CII.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 16, v. CIV.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, p. 99, v. CV.

Obra completa

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Recife: Editora da UFPE, 2006, p. 205.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. 1712. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 15/02/2018.

BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brèsil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1975.

CERTEAU, Michel de. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. México: Universidad Ineroamericana, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, 1999.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

COSTA, Pereira. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo do Estado, 1958.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CUMMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States Brazilian relations, 1808-1894*. PhD (History)—Faculty of Texas, Texas, 1977. p. 16-17.

FARGE, Arlete. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independência: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: MAPFRE, 1992.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Com-

- panhia das Letras, 2007.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Vossa mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MEGLIO, Gabriel Di. Patria. In: GOLDMAN, Noemí. *Lenguaje y revolución: conceptos políticos claves en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, p. 120.
- MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MELLO, Antônio Joaquim de. *Biographia de José da Natividade Saldanha*. Recife, Typographia de Manoel Faria & Filho, 1895.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- PIMENTA, João Paulo. *A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.
- SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Os padres e a teologia da Ilustração: Pernambuco 1817*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: editora da UNESP, 1999.
- TAVARES, Muniz. História da Revolução de Pernambuco de 1817. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969, p. 158.
- TOLLENARE, L. F. *Notes dominicales prises pendant um Voyage em Portugal et au Brésil em 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973, v. III.

Capítulo de obra

- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e liberdade: Notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850), In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil*:

dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 348.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 509.

Artigos

FERNANDES, Ana Cláudia. A Revolução de Pernambuco nas páginas do Correio Braziliense e do Correo del Orinoco: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817-1820), *Almanack Braziliense*, São Paulo, USP, 2009, n° 9, p. 144-153, p. 151. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11714/13487> Acesso em: 20.02.2018.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontro” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 63, jun/ago, 2003.

Trabalho completo publicando em Anais

CARVALHO, Marcus. Os militares e a revolta de 1817 em Pernambuco. São Paulo, *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Anais da XII reunião, 1997, p. 200.